Fotos: FUNDTUR/MS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

POLO SERRA DA BODOQUENA

VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MATO GROSSO DO SUL
2014

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

POLO SERRA DA BODOQUENA

VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MATO GROSSO DO SUL
2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff
Presidente

Michel Miguel Elias Temer
Vice-Presidente

MINISTÉRIO DO TURISMO

Vinicius Nobre Lages
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Neusvaldo Ferreira Lima
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Carlos Henrique Menezes Sobral
Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II

Viviane de Faria
Coordenadora Geral

Luciana Amado Guimarães
Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

André Puccinelli
Governador

Simone Tebet
Vice-Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes
Secretário

Sérgio Yonamine
Secretário Adjunto

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

Carlos Alberto Negreiros Said Menezes
Diretor-Presidente

Roberto Ricardo Machado Gonçalves
Diretor da Diretoria de Desenvolvimento – DIDES

Leonardo Tostes Palma
Gerente de Unidades de Conservação – GUC

Ana Carolina Seixas Nascimento
Turismóloga - Analista Ambiental

Flavia Neri de Moura
Turismóloga - Fiscal Ambiental

Lidiane de Jesus Souza Chaves
Administradora - Gestora de Processos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

Paulo Engel
Secretário

Pedro Pedrossian Neto
Secretário Adjunto

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR/MS

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenadora Geral

Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo
Analista Ambiental

Janete de Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Lino de Souza de Lima
Analista de Desenvolvimento Socioeconômico

ENTIDADE EXECUTORA

DEMÉTER ENGENHARIA LTDA.
Campo Grande, MS.
(67)3351-9100
www.dmtr.com.br

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Neif Salim Neto (Coordenador Técnico)
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Mestre em Agroecossistemas

EQUIPE TÉCNICA EXIGIDA

Lucas Meneghetti Carromeu (Especialista em Meio Ambiente 1)
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental

Paulo Landgref Filho (Especialista em Meio Ambiente 2)
Biólogo e Mestre em Ecologia e Conservação

Áurea da Silva Garcia (Especialista em Turismo)
Turismóloga e Mestre em Ensino de Ciências – Educação Ambiental

Armando Garcia Arnal Barbedo (Especialista em Projetos de Infraestrutura)
Engenheiro Civil e Mestre em Saneamento Ambiental

Cristiane Marques Pitaluga (Especialista em Socioeconomia)
Economista e Mestre em Agronegócios

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Fernanda Olivo
Engenheira Sanitarista e Ambiental, Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental e Bacharel de Direito

Jorge Justi Júnior
Engenheiro Ambiental

Kalil Graeff Salim
Engenheiro Sanitarista e Ambiental e Mestre em Engenharia Ambiental

Magdalena Fernandes da Silva
Graduação em História Natural, Mestre em Educação e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Tiago Henrique Lima dos Santos
Engenheiro Ambiental

APOIO TÉCNICO

Camila Graeff Pilotto
Bacharel em Direito

Diogo Mussi Barbosa da Silva
Acadêmico de Engenharia Ambiental

Rodrigo Avila Barsotti
Acadêmico de Engenharia Ambiental

Marcos Vinicius Travain Nascimento
Acadêmico de Engenharia Sanitária e Ambiental

Daniella de Souza Masson
Acadêmica em Gestão Ambiental

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS XI
LISTA DE GRÁFICOS XI
LISTA DE QUADROS XII
LISTA DE TABELAS XVIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS XIX
1. INTRODUÇÃO 23
2. OBJETIVOS 25
2.1. OBJETIVO GERAL 25
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 25
3. METODOLOGIA APLICADA PARA A AAE 27
3.1. METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO 27
3.2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS 28
3.2.1. Identificação e Avaliação dos Impactos 29
3.2.2. Proposição de Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos Impactos 31
3.2.3. Impactos Estratégicos (Cumulativos e Sinérgicos) 32
3.3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS 34
4. LINHA DE BASE E DIAGNÓSTICO 35
4.1. ÁREA DE ESTUDO 36
4.2. CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA 38
4.3. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA 51
4.3.1. Área de Influência Direta (AID) 51
4.3.2. Área de Influência Estratégica (AIE) 52
4.4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA NO QUE TANGE À ATIVIDADE TURÍSTICA 52
4.4.1. Localização e Acessibilidade 52
4.4.2. Aspectos Físicos 56
4.4.2.1. Aspectos climáticos 56
4.4.2.1.1. Bodoquena 57
4.4.2.1.2. Bonito 58
4.4.2.1.3. Jardim 58
4.4.2.2. Geologia e Geomorfologia 58
4.4.2.3. Solos 59
4.4.2.4. Águas superficiais 61
4.4.2.5. Águas subterrâneas 63
4.4.2.6. Vegetação 64
4.4.3. Caracterização dos Aspectos Ambientais 67
4.4.3.1. Diversidade biológica 67
4.4.3.2. Principais Ecossistemas existentes 73
4.4.3.3. Áreas protegidas 77
4.4.3.4. Áreas potenciais para conservação 80
4.4.3.5. Fragilidades Identificadas nos sistemas naturais 82
4.4.4. Aspectos Sociais 84

4.4.4.1. Aspectos demográficos *84*
4.4.4.2. Educação *85*
4.4.4.3. Saúde *89*
4.4.4.4. Segurança *90*
4.4.4.5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) *91*
4.4.5. Aspectos Institucionais *92*
4.4.6. Aspectos Econômicos *95*
4.4.7. Infraestrutura Urbana e Serviços Gerais *99*
4.4.7.1. Abastecimento de água *99*
4.4.7.2. Esgotamento sanitário *102*
4.4.7.3. Drenagem pluvial *106*
4.4.7.4. Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos *107*
4.4.7.5. Energia elétrica *109*
4.4.7.6. Comunicação *111*
4.4.7.7. Sistema de transporte urbano *112*
4.5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA BASE LEGAL ESTADUAL E MUNICIPAL AMBIENTAL E TURÍSTICA, BEM COMO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO USO DO SOLO (ASPECTOS LEGAIS RELEVANTES) 113
4.5.1. Base Legal Turística *113*
4.5.1.1. Federal *113*
4.5.1.2. Estadual *114*
4.5.1.3. Municipal *118*
4.5.2. Base Legal Ambiental *119*
4.5.2.1. Federal *119*
4.5.2.2. Estadual *122*
4.5.2.3. Municipal *124*
4.5.3. Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo *125*
4.6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIAIS ATUANTES NO TURISMO DA REGIÃO 126
4.6.1. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente Relevantes Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR Nacional no Estado *127*
4.6.1.1. Bodoquena *150*
4.6.1.2. Bonito *152*
4.6.1.3. Jardim *155*
4.7. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO 157
4.8. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO 159
5. DIAGNÓSTICO INTEGRADO 163
5.1. SITUAÇÃO GERAL DO POLO 163
5.2. INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA DO TURISMO 164
5.3. FATORES CRÍTICOS INTERNOS E EXTERNOS QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO 168
6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS 173

6.1. IMPACTOS POTENCIAIS E MEDIDAS POTENCIALIZADORAS /MITIGADORAS 173
6.1.1. Componente 1 – Estratégia do Produto Turístico 173
6.1.1.1 Dimensões 176
6.1.1.1.1 Dimensão ambiental 176
6.1.1.1.2 Dimensão social 178
6.1.1.1.3 Dimensão econômica 180
6.1.1.1.4 Dimensão cultural 182
6.1.1.1.5 Dimensão institucional 185
6.1.1.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 187
6.1.2. Componente 2 – Estratégia de Comercialização 195
6.1.1.3 Dimensões 196
6.1.1.3.1 Dimensão ambiental 196
6.1.1.3.2 Dimensão social 197
6.1.1.3.3 Dimensão econômica 199
6.1.1.3.4 Dimensão cultural 201
6.1.1.3.5 Dimensão institucional 202
6.1.1.4 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 204
6.1.3. Componente 3 – Fortalecimento Institucional 209
6.1.1.5 Dimensões 211
6.1.1.5.1 Dimensão ambiental 211
6.1.1.5.2 Dimensão social 213
6.1.1.5.3 Dimensão econômica 214
6.1.1.5.4 Dimensão cultural 215
6.1.1.5.5 Dimensão institucional 217
6.1.1.6 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 218
6.1.4. Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 222
6.1.1.7 Dimensões 224
6.1.1.7.1 Dimensão ambiental 224
6.1.1.7.2 Dimensão social 228
6.1.1.7.3 Dimensão econômica 230
6.1.1.7.4 Dimensão cultural 232
6.1.1.7.5 Dimensão institucional 232
6.1.1.8 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 234
6.1.5. Componente 5 – Gestão Ambiental 242
6.1.1.9 Dimensões 244
6.1.1.9.1 Dimensão ambiental 244
6.1.1.9.2 Dimensão social 247
6.1.1.9.3 Dimensão econômica 248
6.1.1.9.4 Dimensão cultural 250
6.1.1.9.5 Dimensão institucional 252
6.1.1.10 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras 254
6.2. QUADRO GERAL DE AVALIAÇÃO 263
6.3. IMPACTOS CUMULATIVOS / SINÉRGICOS 279
6.4. FATORES CRÍTICOS EXTERNOS E INTERNOS QUE INTERFEREM NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRODETUR 289
6.4.1. Fatores Críticos Identificados 289

6.4.1.1. Fatores críticos externos 289

6.4.1.2. Fatores críticos internos 293

6.4.2. Interferências dos Fatores Críticos Sobre os Impactos Ambientais das Ações do PRODETUR 301

7. CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ..307

7.1. VISÃO DE FUTURO 307

7.2. OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO 309

7.3. CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS 313

7.3.1. Cenário de Referência (CR) 324

7.3.2. Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) 328

7.3.3. Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) 330

7.3.3.1. Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR 330

7.3.3.2. Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) 343

8. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA ...351

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE 363

REFERÊNCIAS 375

APÊNDICES 381

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas metodológicas da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena. 27
Figura 2 – Indicadores de sustentabilidade. 28
Figura 3 – Classificação dos impactos quanto à natureza, forma e efeito. 29
Figura 4 – Classificação dos impactos quanto à intensidade e área de abrangência. 30
Figura 5 – Classificação dos impactos quanto à duração. 30
Figura 6 – Mapa das regiões turísticas do Estado de Mato Grosso do Sul. 37
Figura 7 – Mapa de localização do Polo Serra da Bodoquena. 38
Figura 8 - Hierarquias dos atrativos turísticos 39
Figura 9 – Participação das regiões do Brasil no fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena no ano de 2009. 44
Figura 10 – Procedência dos turistas no Polo Serra da Bodoquena. 45
Figura 11 – Principais destinos concorrentes com o Polo Serra da Bodoquena. 49
Figura 12 – Área de Influência Direta para o turismo no Polo Serra da Bodoquena. 51
Figura 13 – Área de Influência Estratégica no que concerne ao turismo no Polo Serra da Bodoquena. 52
Figura 14 – Principais acessos ao Polo Serra da Bodoquena. 54
Figura 15 – Classificação climática para o Estado de Mato Grosso do Sul em destaque o Polo Serra da Bodoquena 56
Figura 16– Classes de solos de ocorrência no Polo Serra da Bodoquena. 60
Figura 17 – Distribuição da área do Polo nas UPGs. 61
Figura 18 – Hidrografia do Polo Serra da Bodoquena. 62
Figura 19 – Sistemas aquíferos presentes no Polo Serra da Bodoquena. 63
Figura 20 - Distribuição geográfica do Bioma Cerrado (cinza). 65
Figura 21 - Tipo de vegetação do Polo Serra da Bodoquena. 65
Figura 22 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado, adapatado de Ribeiro & Walter (1998), note que Mata Seca (mata estacional) está inserida em formações florestais do Cerrado. 66
Figura 23 - Distribuição geográfica do Bioma Mata Atlântica. 67
Figura 24 – Biomas presentes no Polo Serra da Bodoquena. 74
Figura 25 - As formações de cada Região Fitoecológica com ocorrência no Polo Serra da Bodoquena. 75
Figura 26 – Representação da vegetação no Polo Serra da Bodoquena. 75
Figura 27 - – Grupos e categorias de UC's. 77
Figura 28 – Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena. 80
Figura 29 – Posição dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena no ranking do IDH-M de Mato Grosso do Sul. 92
Figura 30 – Síntese do sistema de abastecimento de água de Jardim. 102
Figura 31 - Zoneamento Ecológico Econômico do Polo Serra da Bodoquena. 128
Figura 32 – Atividades recomendadas e não recomendadas para a ZDM, conforme o ZEE-MS. 129
Figura 33 – Atividades recomendadas e não recomendadas para a ZSB, conforme o ZEE-MS. 129
Figura 34 – Variação dos impactos positivos e negativos 344

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histórico do fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena entre os anos de 1996 e 2011. 42
Gráfico 2 – Crescimento no fluxo de turistas entre 1996 a 2011. 42
Gráfico 3 – Quantidade estimada de turistas por mês. 43

Gráfico 4 – Procedência do turista do Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2007, 2008 e 2009. 44
Gráfico 5 – Participação dos estados limítrofes de MS no fluxo de turistas. 44
Gráfico 6 – Projeção do fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena para o período de 2012 a 2015. 46
Gráfico 7 – Gênero dos turistas do Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2007, 2008 e 2009. 47
Gráfico 8 – Faixa etária dos turistas do Polo Serra da Bodoquena nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009. ...47
Gráfico 9 – Motivação do turista em visitar o Polo Serra da Bodoquena nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009. 48
Gráfico 10 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação em 2011. 48
Gráfico 11 – Série histórica dos meios de transporte utilizados em 2005, 2007, 2008 e 2009. 49
Gráfico 12 – Distância de Bonito/MS a algumas das principais capitais nacionais, países emissores de turistas e outras localidades. 55
Gráfico 13 – Percentual de área que cada município do Polo Serra da Bodoquena possui em cada classificação. 57
Gráfico 14 – Porcentagem da área municipal inserida nas UPGs. 61
Gráfico 15 - Comparação do número de espécies do bioma Cerrado com o Brasil. 74
Gráfico 16 – Evolução histórica da população dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena e suas porcentagens referentes ao Polo. 84
Gráfico 17 – Comparação das populações urbana e rural no ano de 2010. 85
Gráfico 18 – Números de escolas encontradas na Região do Polo Serra da Bodoquena. 85
Gráfico 19 – Alunos matriculados em escolas no Polo Serra da Bodoquena. 86
Gráfico 20 – Estabelecimentos de saúde e leitos presentes no Polo Serra da Bodoquena. 90
Gráfico 21 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). 91
Gráfico 22 – Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena em milhões. 96
Gráfico 23 – Evolução histórica do PIB *per capita* nos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena. 97
Gráfico 24 – Receitas e despesas dos Municípios do Polo Serra da Bodoquena (IBGE, 2009). 97
Gráfico 25 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade para os municípios do Polo Serra da Bodoquena. 99
Gráfico 26 – Informações sobre os volumes anuais em metro cúbicos contabilizados no sistema de abastecimento de água. 100
Gráfico 27 – Extensão da rede de abastecimento de água em metros no período de 2004 a 2009. 101
Gráfico 28 – Histórico da extensão da rede de esgotamento nos municípios do Polo Serra da Bodoquena. 103
Gráfico 29 – Crescimento da rede entre 2006 e 2010 no Polo Serra da Bodoquena. 103
Gráfico 30 – Número de ligações de esgoto no Polo Serra da Bodoquena entre 2006 a 2010. 104
Gráfico 31 – Volume faturado de esgoto no Polo Serra da Bodoquena no período de 2006 a 2010. 104
Gráfico 32 – Consumo de energia em MWH no município de Bodoquena em 2009 110
Gráfico 33 – Consumo de energia em Mwh no Município de Bonito em 2009. 110
Gráfico 34 – Consumo de energia em MWh no Município de Bonito em 2009. 111
Gráfico 35 – Consumo total de energia elétrica (MWh) no Polo Serra da Bodoquena no período de 2004 a 2009. 111
Gráfico 36 – Porcentagem de ocorrência de estruturas encontradas na faixa de APP do rio Formoso.....130
Gráfico 37 – Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso. 131
Gráfico 38 – Estado de conservação da vegetação nas APPs do rio Formoso. 131
Gráfico 39 – Focos de Calor nos municípios do Polo Serra da Bodoquena. 161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Pontuação das variáveis consideradas no grau de importância.....31

Quadro 2 - Valoração do grau de importância. 31
Quadro 3 - Atrativos turísticos agrupados por hierarquia. 40
Quadro 4 – Lista de Unidades de Conservação no Polo Serra da Bodoquena. 77
Quadro 5 – Grupo e categoria de UC com seus respectivos objetivos e usos. 78
Quadro 6 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena. 81
Quadro 7 - Legislação Federal referente ao Turismo 113
Quadro 8 - Legislação Estadual referente ao Turismo. 115
Quadro 9 - Legislação municipal referente ao turismo. 119
Quadro 10 – Legislação ambiental federal. 120
Quadro 11 – Legislação ambiental estadual. 122
Quadro 12 – Legislação ambiental municipal. 125
Quadro 13 – Projetos de meio ambiente desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena por Organizações Não Governamentais (ONGs). 133
Quadro 14 – Projetos referentes ao turismo, meio ambiente e infraestruturas desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena. 139
Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena. 145
Quadro 16 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no município de Bodoquena. 151
Quadro 17 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Município de Bonito 153
Quadro 18 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul. 155
Quadro 19 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no município de Jardim. 156
Quadro 20 – Objetivos estratégicos estabelecidos pela FUNDTUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 158
Quadro 21 – Descrição das principais tensões e potenciais conflitos. 161
Quadro 22– Fatores críticos externos e respectivos indicadores no Polo Serra da Bodoquena. 171
Quadro 23– Fatores críticos internos e respectivos indicadores no Polo Serra da Bodoquena. 172
Quadro 24 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico. 174
Quadro 25 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 177
Quadro 26 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 178
Quadro 27 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 179
Quadro 28 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 180
Quadro 29 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 181
Quadro 30 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 182
Quadro 31 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 184
Quadro 32 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 184

Quadro 33 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....186

Quadro 34 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....186

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.....187

Quadro 36 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.....193

Quadro 37 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico.....195

Quadro 38 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....197

Quadro 39 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....197

Quadro 40 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....198

Quadro 41 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....199

Quadro 42 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....200

Quadro 43 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....200

Quadro 44 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....201

Quadro 45 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....202

Quadro 46 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....203

Quadro 47 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....204

Quadro 48 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.....204

Quadro 49 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.....208

Quadro 50 – Forças e fraquezas do componente fortalecimento institucional.....210

Quadro 51 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.....212

Quadro 52 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 214
Quadro 53 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 215
Quadro 54 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 215
Quadro 55 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 216
Quadro 56 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 216
Quadro 57 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 218
Quadro 58 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 219
Quadro 59 – Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 222
Quadro 60 – Forças e fraquezas do componente - estratégia do produto turístico. 223
Quadro 61 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 226
Quadro 62 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 227
Quadro 63 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 229
Quadro 64 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 229
Quadro 65 – Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 230
Quadro 66 – Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 231
Quadro 67 – Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 232
Quadro 68 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 233
Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 234
Quadro 70 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 240

Quadro 71 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico. 243
Quadro 72 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 246
Quadro 73 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 247
Quadro 74 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 248
Quadro 75 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 250
Quadro 76 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 251
Quadro 77 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 251
Quadro 78 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 253
Quadro 79 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 254
Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 254
Quadro 81 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. 262
Quadro 82 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico. 263
Quadro 83 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 2 – Estratégia de Comercialização. 267
Quadro 84 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 3 – Fortalecimento Institucional. 270
Quadro 85 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos. 272
Quadro 86 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 5 – Gestão Ambiental. 275
Quadro 87 - Efeitos cumulativos/sinérgicos dos impactos das ações previstas nos diversos Componentes Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Bodoquena. 279
Quadro 88 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 6 grupos de ações previstas no Componente 1 Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 280
Quadro 89 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 6 grupos de ações previstas no Componente 1 Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 281
Quadro 90 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 282
Quadro 91 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 283

Quadro 92 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 3 grupos de ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 283

Quadro 93 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 3 grupos de ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 285

Quadro 94 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 285

Quadro 95 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 286

Quadro 96 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes nos 7 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 287

Quadro 97 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes nos 7 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. 288

Quadro 98 - Interferências diretas (D) e indiretas (I) dos fatores críticos externos e internos sobre os impactos estratégicos (efeitos cumulativos/sinérgicos) das ações previstas no PRODETUR-MS. 302

Quadro 99 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 333

Quadro 100 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 335

Quadro 101 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 337

Quadro 102 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 339

Quadro 103 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. 341

Quadro 104 - Nível de relevância dos impactos estratégicos incidentes no Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS). 344

Quadro 105 – Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) quanto aos objetivos da sustentabilidade. 347

Quadro 106 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS. 353

Quadro 107 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS. 355

Quadro 108 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS. 357

Quadro 109 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS. 359
Quadro 110 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS. 361

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Procedência dos turistas estrangeiros do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009. 45
Tabela 2 – Corpo docente do Polo Serra da Bodoquena separado por categoria de ensino. 86
Tabela 3 – Valor total de repasse de ICMS Ecológico, em 2011, para os municípios do Polo Serra da Bodoquena. 98
Tabela 4 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena, em 2009. 100
Tabela 5 – Estrutura do Serviço de Correios no Polo Serra da Bodoquena 112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEMS	Faculdade Integrada de Três Lagoas
AGESUL	Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos do MS
AGETRAN	Agência Municipal de Transporte e Trânsito
AGTB	Associação de Guias de Turismo de Bonito
AID	Área de Influência Direta
AIE	Área de Influência Estratégica
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ASSETUR	Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano
ATRATUR	Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região
BDE	Banco de Dados do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil
CADASTUR	Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam na Cadeia Produtiva do Turismo
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CBUQ	Concreto Betuminoso Usinado à Quente
CDP	Cenário de Desenvolvimento PRODETUR
CDS	Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade
CECA	Comissão Estadual de Controle Ambiental
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CEF	Caixa Econômica Federal
CER	Câmara Especial Recursal
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
CIDEMA	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
CIT	Centro de Informação Toxicológica
CODEMA	Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Jardim)
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente (Bonito)
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo (Bonito)
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONTURB	Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrrados
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CR	Cenário de Referência
DOE	Diário Oficial do Estado
DOEMS	Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul
DOU	Diário Oficial da União
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESF	Equipes de Saúde da Família
ESTC	Conferência de Ecoturismo e Turismo Sustentável
ETA	Estações de Tratamento de Água
ETE	Estações de Tratamento de Esgoto
FACSUL	Faculdade de Mato Grosso do Sul
FAMASUL	Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FCG	Faculdade de Campo Grande
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FESCG	Faculdade Estácio de Sá
FIC	Faculdade Integrada de Cassilândia
FIFA	Fedération Internationale de Football Association
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNB	Fundação Neotrópica do Brasil
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hospedes
FONPLATA	*Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata*
FSST	Faculdade Salesiana de Santa Teresa
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDATEC	Fundação Universidade-Empresa de Tecnologia e Ciências
FUNDECT/MS	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
FUNLEC	Fundação Lowtons de Educação e Cultura
GUC	Gerência de Unidade de Conservação
IAEFE	Índice de Alteração da Estrutura Física de Ecossistemas
IASB	Instituto das Águas da Serra da Bodoquena
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEESTUR	Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários Cadeia Produtiva do Turismo
IESF	Instituto de Ensino Superior da FUNLEC
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO	*International Organization for Standardization*
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MTUR	Ministério do Turismo
NBR	Norma Brasileira

NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA	Parque Nacional
PBA	Plano Básico Ambiental
PDE	Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEDTUR	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo
PERH - MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PERHMS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PET	Politereftalato de Etileno
PETUR	Plano Estratégico de Turismo
PGT	Programa de Gestão Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PMA	Polícia Militar Ambiental
PMMA	Plano Municipal da Mata Atlântica
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNT	Política Nacional do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRODES	Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Bonito
PRODETUR NACIONAL	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR SUL	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
PROLOCAL	Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RALF	Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado
REPAMS	Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
RN	Rio Grande do Norte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RSS	Resíduos de Serviço de Saúde
SANESUL	Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul
SCO	Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SEBRAE-MS	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul
SECTUR	Secretaria de Turismo
SEHAC	Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades

SEMAC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SEMACT	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SEMADES	Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPLAN/MS	Secretaria de Estado de Planejamento do Mato Grosso do Sul
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISREL	Sistema de Reserva Legal
SLA	Sistema de Licenciamento Ambiental
SM	Salário Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado
SUS	Sistema Único de Saúde
TR	Termo de Referência
TURISUL	Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul
UASB	*Upflow Anaerobic Sludge Blanket* - Fluxo Ascendente de Manta de Lodo Anaeróbio
UC	Unidade de Conservação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEP	*United Nations Environment Programme*
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIDERP	Universidade Anhaguera
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UPG	Unidades de Planejamento e Gerenciamento
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
UTR	Unidade de Tratamento de Resíduos
WTO	*World Tourism Organization*
WWF	WWF-Brasil
ZDM	Zona Depressão do Miranda
ZEE-MS	Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul
ZSB	Zona Serra da Bodoquena

1. INTRODUÇÃO

O turismo ocupa hoje uma posição da maior importância em todo o mundo, proporcionando inegáveis benefícios sociais e econômicos, tendo em vista sua capacidade de gerar emprego e renda e de estimular diferentes setores da economia, proporcionando o desenvolvimento das localidades anfitriãs. Entretanto, a falta de planejamento da atividade turística e da adoção de princípios de sustentabilidade socioambiental, pode acarretar inúmeros transtornos e alterações que se refletem na deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida das populações receptoras e dos próprios turistas.

O modelo de desenvolvimento do turismo proposto pelo governo federal, através do Plano Nacional do Turismo, destaca o crescimento do mercado de forma sustentável, integrando soluções sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Com essa finalidade, estão sendo desenvolvidos os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que buscam apontar os cenários atuais e definir quais as estratégias de ações para o crescimento sustentável do setor em cada Polo Turístico. No entanto, para que estes planos proporcionem um crescimento sustentável são desenvolvidos estudos, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), para analisar de forma integrada todas as ações planejadas.

Trata-se de uma ferramenta relevante para orientar o desenvolvimento do turismo no Polo com responsabilidade socioambiental, viabilizando-o nas diversas dimensões da sustentabilidade – ambiental, econômica, social, cultural e institucional, de forma articulada e interdependente.

A AAE para o Polo Turístico Serra da Bodoquena consiste de um processo formal de avaliação dos possíveis impactos ambientais das decisões estratégicas de políticas, planos e programas para a região, tendo como base de avaliação o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Trata-se de recomendação expressa no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR Nacional, bem como atende exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal financiador dos recursos para implementação das iniciativas apontadas no PDITS.

Desta Versão constam uma análise do contexto regional relacionado à atividade turística, os principais impactos provenientes das ações propostas pelo PDITS, o desenvolvimento do turismo em condições hoje tendenciais e em cenários que consideram a implementação de tais ações. Finalmente, são feitas recomendações baseadas nas principais conclusões obtidas.

Ressalta-se que, em vista do tempo decorrido entre o Diagnóstico, em 2012, e a finalização dos estudos, em 2014, eventualmente alguns dados e informações apresentados nas Conclusões e Recomendações poderão ser diferentes daqueles identificados por ocasião do diagnóstico, sem contudo implicar em prejuízo das avaliações e deduções pertinentes aos impactos estratégicos e cenários identificados.

RIO DA PRATA
Bonito/MS
Foto: MARCELO KRAUSE

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Identificar e avaliar, previamente, os efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais em grande escala, das ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o Polo Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar e caracterizar a atual conjuntura do Polo Turístico Serra da Bodoquena visando consolidar o diagnóstico estratégico do polo, considerando os aspectos turísticos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais.
- Identificar e avaliar os impactos positivos e negativos potenciais do desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena provenientes das ações propostas no PDITS considerados em suas dimensões ambiental, social, econômica, cultural e institucional.
- Identificar os cenários de desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena, considerando as alternativas de implementação ou não das ações do PDITS, tendo por base a visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade desejados.
- Consolidar as conclusões obtidas no processo de elaboração da AAE, associadas às recomendações obtidas no Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.
- Estabelecer parâmetros e indicadores de desempenho do Programa, focados na sustentabilidade, no sentido de permitir uma avaliação, ao longo do tempo, dos resultados ambientais obtidos, e indicar o prazo de revisão da AAE.

GRUTA DO LAGO AZUL
Bonito/MS
Foto: RICO

3. METODOLOGIA APLICADA PARA A AAE

Segundo BRASIL (2002a), o processo de tomada de decisão sobre políticas, planos e programas é de enorme complexidade, assim como os objetivos e contextos variados da aplicação de AAE, contribuindo para que seja impossível a adoção de uma única metodologia para implementação do estudo. Portanto, para realidades diferentes, provavelmente, deve-se realizar adequações na metodologia.

A metodologia desta AAE apresenta seis grandes etapas (Figura 1). Destaca-se que algumas etapas têm vários momentos de atuação, ou seja, a figura em questão não apresenta uma sequência cronológica.

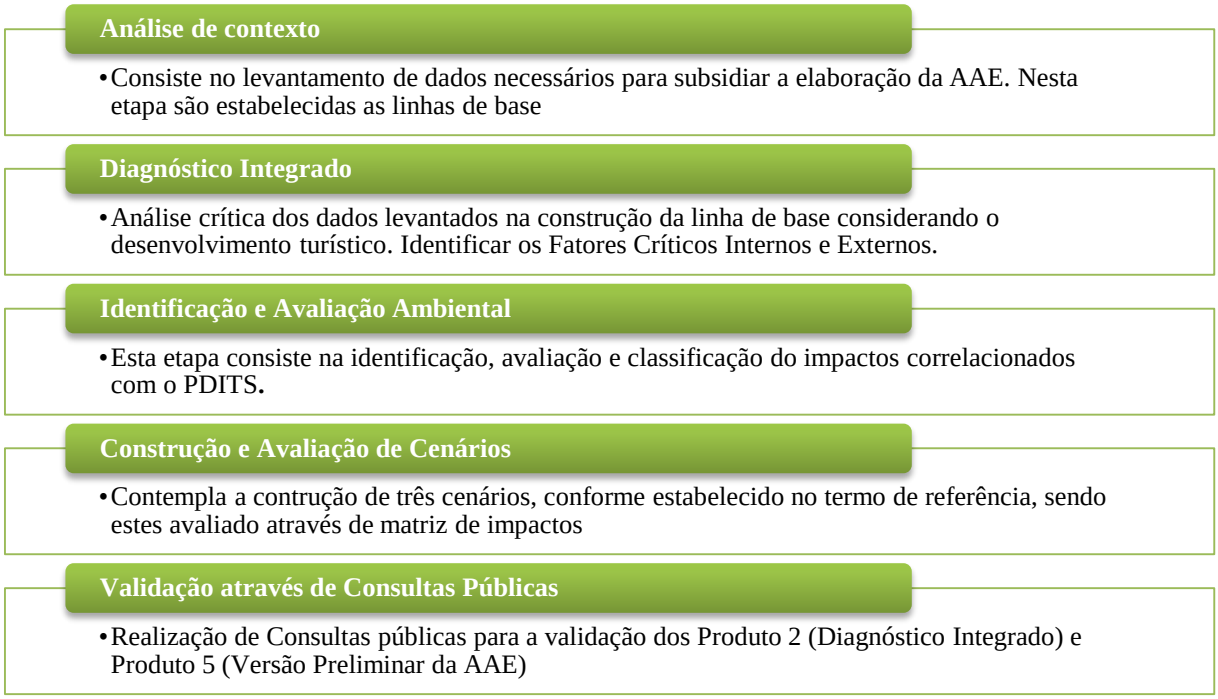


Figura 1 – Etapas metodológicas da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

3.1. METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A realização do diagnóstico do Polo foi iniciada com o levantamento de dados, através dos ofícios, visitas e reuniões realizadas em cada município do Polo Serra da Bodoquena. Após esta primeira análise dos dados disponíveis, foram identificadas as necessidades de novos levantamentos e atualizações.

Os dados levantados foram priorizados de acordo com as demandas identificadas no PDITS, sendo utilizados como parâmetros os indicadores sociais, econômicos e de saneamento básico na elaboração das linhas de base e do diagnóstico.

Dentre os indicadores destacam-se os seguintes (Figura 2):

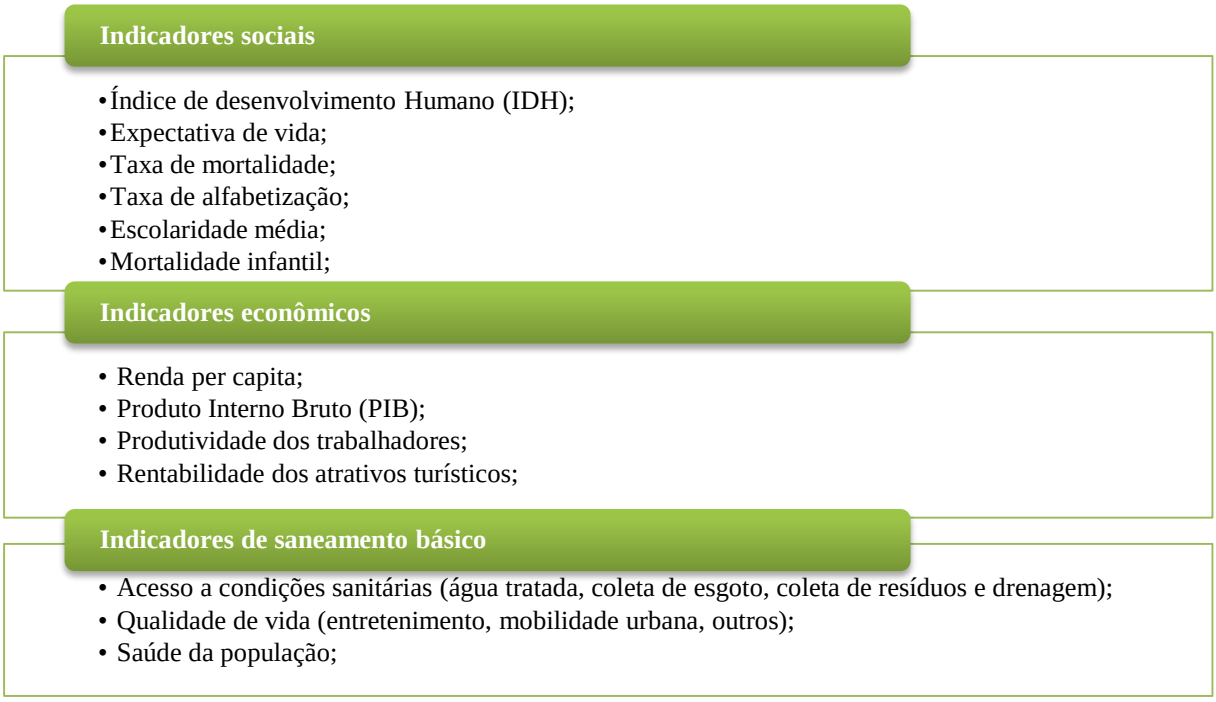


Figura 2 – Indicadores de sustentabilidade.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

3.2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

Para a estruturação da AAE foram utilizadas as metodologias de avaliação de impactos ambientais baseadas na definição de políticas, planos e programas com objetivos de longo prazo, integrando soluções sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Foram também observadas as recomendações do Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do PRODETUR Nacional, bem como de outros documentos de referência (Termo de Referência - TR da presente AAE). Especificamente este último determina que a identificação e avaliação dos impactos incluam os seguintes parâmetros:

> **A.** Impactos Diretos (positivos e negativos): hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);
> **B.** Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos): hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);
> **C.** Impactos Cumulativos / Sinérgicos (positivos e negativos): analisados segundo a sua interação, cumulatividade e sinergismo. Para o levantamento destes impactos é necessária uma abordagem global, sistêmica do conjunto de ações e suas interações.
> **D.** Fatores Críticos Internos e Externos: os fatores críticos internos e externos correspondem aos elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que foram importantes para compor o contexto em que foram construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos). Assim, fornecem elementos estratégicos locais ou não que podem influenciar os impactos já levantados nos itens de A a C, potencializando-os.

3.2.1. Identificação e Avaliação dos Impactos

Esta etapa de avaliação dos impactos foi feita a partir do conjunto de ações e intervenções propostas nos PDITS de cada Polo, agrupadas pelos componentes: Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Os impactos potenciais de cada ação prevista no PDITS do Polo, foram descritos e avaliados por meio de sua inserção nas dimensões de sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e institucional, cujo enfoque é exposto nos tópicos a seguir:

- **Dimensão Ambiental:** com enfoque para os principais recursos naturais (rios, grutas, áreas protegidas) identificados no diagnóstico e com destaque para as áreas de fragilidade ambiental;
- **Dimensão Social:** com enfoque nas relações envolvendo o desenvolvimento social, promovendo a valorização pessoal e criando condições de atendimento e prestação de serviço;
- **Dimensão Econômica:** relacionados aos fatores de empreendedorismo/ competitividade dos destinos e absorção da força de trabalho local, que poderá refletir nas condições de trabalho, emprego e renda. A pouca diversidade e polarização dos atrativos e produtos incidem diretamente na produção do turismo;
- **Dimensão Cultural:** enfoque nas relações e na manutenção das características culturais das regiões, envolvendo aspectos relacionados à identidade cultural da região;
- **Dimensão Institucional:** envolvendo a capacidade institucional do Estado e dos municípios para a gestão das políticas públicas que fortaleça o papel da governança no que se refere à política de turismo.

Em seguida, tais impactos foram classificados quanto a sua natureza, forma e efeito, conforme evidencia a Figura 3.

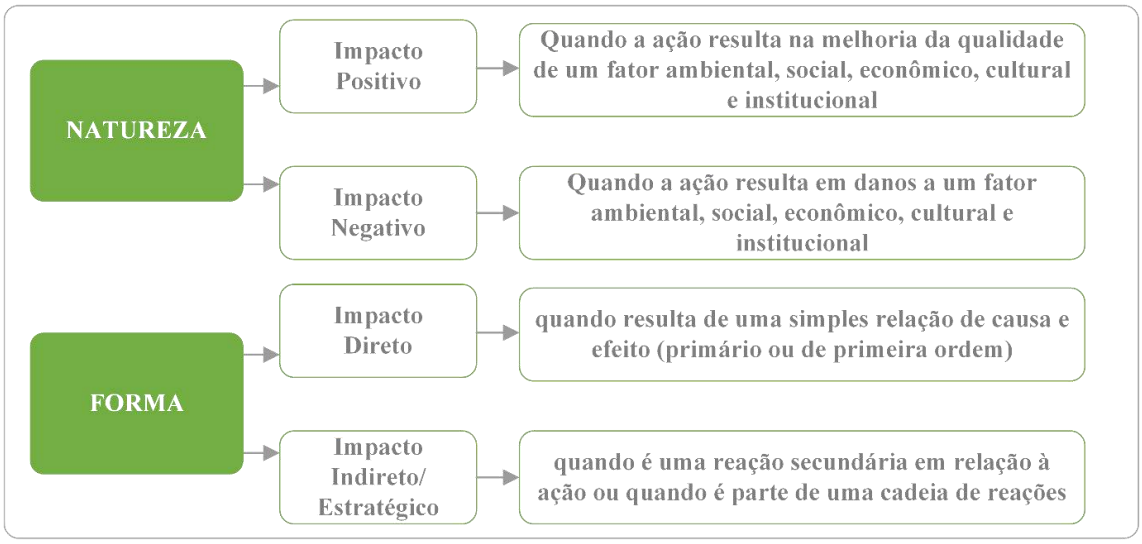


Figura 3 – Classificação dos impactos quanto à natureza, forma e efeito.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

O grau do impacto foi hierarquizado segundo sua importância. Para calculá-lo foi elaborada uma matriz de interação entre a intensidade do impacto, sua área de abrangência e duração. Na Figura 4 e na Figura 5 estão detalhadas e descritas as variáveis utilizadas para a classificação do grau de importância dos impactos.

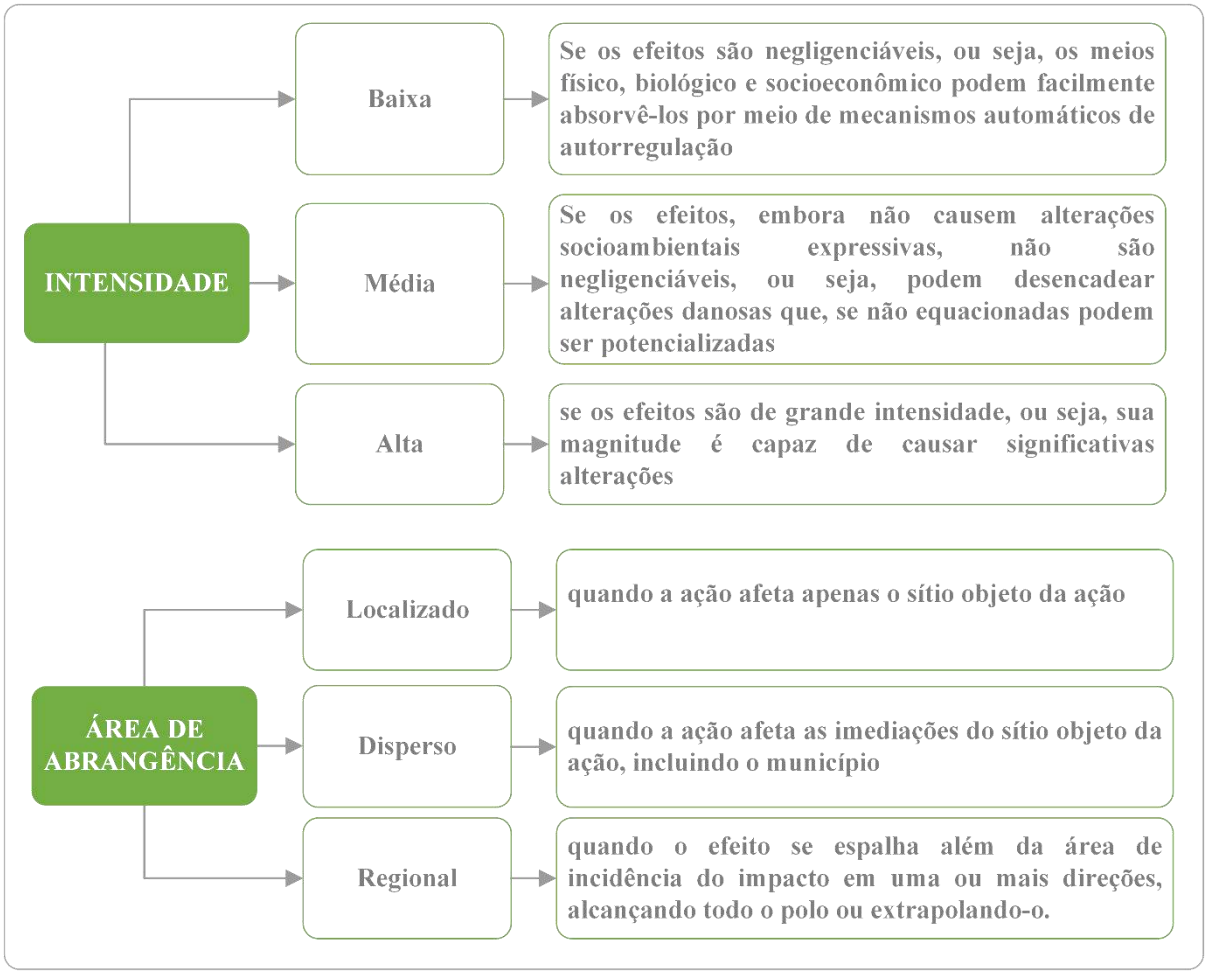


Figura 4 – Classificação dos impactos quanto à intensidade e área de abrangência.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

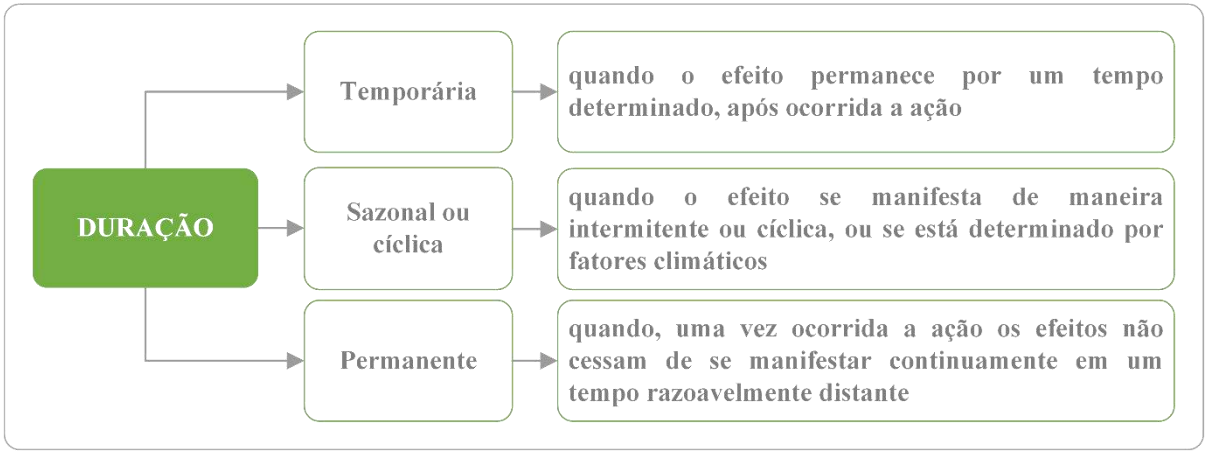


Figura 5 – Classificação dos impactos quanto à duração.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012.

Para cada categoria de variáveis avaliadas são atribuídos pesos de 1 a 3 em ordem crescente, isto é: peso 1, para as variáveis baixa intensidade, localizado e temporário; peso 2, para as variáveis média intensidade, disperso e sazonal ou cíclico; peso 3, para as variáveis alta intensidade, regional e permanente.

O Quadro 1 sintetiza a pontuação das variáveis consideradas para a obtenção do grau de importância.

Quadro 1- Pontuação das variáveis consideradas no grau de importância

Variáveis	Pontuação		
	Baixa	Média	Alta
Intensidade	1	2	3
Área de abrangência	1	2	3
Duração	1	2	3

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

O Grau de Importância de cada impacto é considerado como Baixo, Médio ou Alto, segundo intervalos do somatório de pontuação das variáveis consideradas, procedimento este que é sistematizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Valoração do grau de importância.

Grau de importância	Definição metodológica	Pontuação
Baixo	Impacto de pequena importância (≤ 4);	1
Médio	Impacto medianamente importante (> 4 e < 7);	2
Alto	Impacto muito importante ($\sum \geq 7$);	3

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2013.

Os impactos avaliados são apresentados em uma matriz de interação como forma de organização que permite a visualização em uma mesma estrutura, das relações entre os diversos fatores relativos às dimensões de sustentabilidade. Nesta matriz são incluídos ao final de cada componente: as ações respectivas desencadeadoras de impactos previstas no PDITS, a natureza negativa ou positiva de cada impacto, e as dimensões de sua manifestação (ambiental, social, econômica, cultural e institucional).

3.2.2. Proposição de Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos Impactos

Diante da análise dos impactos potenciais e da relevância na conservação dos ambientes naturais e culturais, manutenção e desenvolvimento da socioeconomia local, faz-se necessária a adoção de medidas para evitar/mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos, contribuindo para garantir uma qualidade ambiental satisfatória aos produtos e destinos turísticos, como diretrizes para auxiliar na tomada de decisão dos órgãos gestores do turismo, de forma a instruir, do ponto de vista ambiental, os investimentos previstos para o Polo, permitindo uma melhor capacidade de gestão pública e privada para o setor do turismo.

Diversas ações se referem à formulação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo, que se configuram como ações preventivas aos potenciais impactos relacionados, porém não exclui a necessidade de análises ambientais individuais, como, principalmente, o licenciamento das obras de infraestrutura e serviços básicos.

Para os impactos negativos considerados de grande importância foram propostas medidas mitigadoras ou compensatórias com base nos resultados da identificação e avaliação de impactos ambientais inerentes às ações do PRODETUR. As medidas mitigadoras compreendem as ações e atividades propostas cuja finalidade é atenuar e/ou solucionar impactos negativos. Podem ser divididas em medidas preventivas, cujo fim é prevenir a ocorrência de impactos negativos, e corretivas, propostas com a finalidade de corrigir a existência de impactos negativos. As medidas compensatórias foram indicadas no caso de não serem possíveis medidas mitigadoras, compreendendo as ações e atividades propostas para a compensação pela ocorrência de impactos negativos.

Ressaltam-se ainda, que as medidas mitigadoras podem ser também caracterizadas como medidas de controle, ou seja, realizadas com o objetivo de acompanhar as condições do fator ambiental afetado de modo a validar a avaliação do impacto negativo identificado e/ou da eficácia da medida mitigadora proposta para este impacto, além de servir de subsídio para a proposição de mitigação ou mesmo para aumento do conhecimento tecnológico e científico.

Para os impactos positivos, foram indicadas medidas com o objetivo de potencializá-los ou maximizá-los, ou seja, otimizar e/ou ampliar os seus efeitos e, assim, propiciar a maior proteção possível ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Vale salientar que uma medida mitigadora ou potencializadora pode ter influência sobre mais de um impacto identificado.

Deve-se considerar que a proposição de medidas faz parte do processo de avaliação dos impactos ambientais, uma vez que a aplicação das mesmas irá interferir na avaliação das reais alterações ambientais a serem observadas quando da implementação das ações previstas pelo PRODETUR.

3.2.3. Impactos Estratégicos (Cumulativos e Sinérgicos)

Posteriormente à identificação e avaliação do grau de importância individual dos impactos, e respectivas medidas potencializadoras/mitigadoras, foram identificados de maneira global e integrada os impactos cumulativos e sinérgicos, neste documento considerados como estratégicos.

São admitidas neste documento as seguintes definições:

- **Impacto Cumulativo -** quando os efeitos decorrentes de uma ou diversas ações se acumulam no tempo ou no espaço, resultando de uma soma de outros impactos gerados por uma ou mais ações isoladas, porém em um mesmo fator do sistema socioambiental, aqui considerados em suas dimensões Ambiental (fatores dos meios físico e biológico), Social (fatores sociais), Econômico (fatores econômicos), Cultural (fatores culturais) e Institucional (fatores relacionados às políticas e gestão pública).

- **Impacto Sinérgico -** quando é causado pela associação de efeitos provenientes e uma ou mais ações, resultando em potencialização do efeito ou no surgimento de um efeito distinto na mesma ou em outra dimensão (Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional).

Entretanto, os impactos cumulativos são aqui considerados em conjunto com os seus efeitos sinérgicos, ou seja, como resultado de uma ou mais ações que geram perturbações que em conjunto causam uma degradação ou mudança de estado (COCKLIN *et al*., 1992), ou seja, a alteração dos sistemas ambientais causada pela somatória ou interação dos efeitos das ações propostas.

Para a identificação da cumulatividade e sinergia dos impactos, foi considerado o conjunto das ações propostas nos diversos componentes, de maneira a analisar integradamente seus efeitos, como requer a elaboração de AAE, tendo em vista que, conforme admitido na definição aqui utilizada, algumas das ações propostas não necessariamente causam grande impacto individualmente. Em conjunto com outras podem resultar em alterações significativas em mais de uma dimensão do sistema (Impacto Cumulativo), ou ter seu efeito alterado em magnitude ou tipologia (Impacto Sinérgico).

Para a condução da avaliação de efeitos cumulativos e sinérgicos foram considerados os seguintes pressupostos básicos:

- Os efeitos cumulativos são causados pela agregação de ações passadas, presentes e previsíveis no futuro.
- Os efeitos cumulativos são os efeitos totais, diretos e indiretos, sobre um dado recurso natural, ecossistema ou comunidade humana.
- A análise dos efeitos cumulativos deve se dar em termos especificamente do recurso natural, ecossistema ou comunidade sendo afetada.
- A lista dos impactos ambientais deve focar sobre aqueles verdadeiramente significativos.
- Os impactos cumulativos raramente estão alinhados com fronteiras políticas ou administrativas.
- Os efeitos cumulativos podem resultar da acumulação de impactos similares ou da interação sinérgica de diferentes efeitos.
- Efeitos cumulativos podem durar por muitos anos além da duração da ação que causou o efeito.
- Cada recurso, ecossistema e comunidade afetada devem ser analisados em termos da sua capacidade para acomodar efeitos adicionais, baseada nos seus próprios parâmetros de tempo e espaço.

O foco da identificação da cumulatividade e sinergia dos impactos gerados pelas ações propostas é o desenvolvimento do turismo sustentável, ou seja, incorporando as dimensões ambiental, social, econômica, cultural e institucional, de forma responsável e planejada.

Assim, para a identificação dos impactos cumulativos e sinérgicos, estes foram distribuídos em grupos por tipologia de efeitos, os quais puderam ser apresentados e avaliados de forma conjunta. Como componentes sínteses foram consideradas as Dimensões Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional.

3.3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS

Atendendo o Termo de Referência, foram caracterizados os seguintes Cenários de desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena:

- **Cenário de Referência (CR):** compreendendo a projeção das tendências decorrentes da caracterização do ambiente indicada na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico sem, portanto, ser considerada a hipótese de implementação do Programa;
- **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP):** compreendendo a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que serão introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que farão à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável do Polo e dos Municípios contemplados no Programa, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras Regiões do país;
- **Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS):** compreendendo a Avaliação Comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR para o Polo, resultando daí a proposição de um cenário de desenvolvimento e sustentabilidade, no qual são explicitadas as recomendações:
    - de ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa;
    - de medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc.; e
    - de ajustes / complementações no respectivo PDITS.

O CR, o CDP e o CDS são caracterizados considerando-se cada um dos componentes definidos pelas estratégias de desenvolvimento turístico no Polo propostas no PDITS Serra da Bodoquena: Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Com relação a cada um desses componentes, buscou-se no PDITS do Polo Serra da Bodoquena e nos estudos e documentos produzidos no âmbito desta AAE, as informações demandadas para a caracterização e discussão dos cenários de desenvolvimento futuro do turismo no Polo.

Os diferentes Cenários foram analisados com base nos impactos potenciais e nos fatores críticos internos e externos que condicionam o turismo na região, que por sua vez foram identificados no diagnóstico e na avaliação dos impactos potenciais.

A análise considerou um horizonte de tempo de cinco anos, que coincide com o tempo previsto para a implementação das ações propostas pelo PDITS.

Nesta AAE, o método de construção dos cenários observou as recomendações do Termo de Referência. Nesse sentido, são considerados os seguintes aspectos: eventos e investimentos previstos; o conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR; as propostas do PRODETUR e as áreas protegidas; e a consolidação dos significados de cada lugar turístico.

4. LINHA DE BASE E DIAGNÓSTICO

A AAE é um instrumento de gestão ambiental adequado para promover a articulação das várias dimensões de uma dada política, um plano ou um programa de desenvolvimento, ao permitir que se explicitem com clareza seus objetivos e as questões ambientais relacionadas à sua implementação, orientar os agentes envolvidos no processo e indicar os caminhos para sua viabilização econômica, social e ambiental. Facilita ainda a avaliação de impactos cumulativos porventura resultantes das diversas ações a serem desenvolvidas.

Neste sentido, para as discussões e decisões frente à necessidade do uso dos recursos associados à proteção ambiental, são necessárias informações quanto à gestão e planejamento por meio de um processo sequencial de entendimento e avaliação das consequências ambientais de sua implantação e implementação.

Desta forma, este capítulo consiste na apresentação dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da região, através de coleta e análise de dados das informações primárias e secundárias junto a representantes de instituições públicas e da sociedade civil organizada, em conformidade com o PDITS do Polo Serra da Bodoquena.

Esses aspectos relacionados à linha de base da AAE têm por objetivo reunir as informações básicas para a caracterização do ambiente natural e suas interações junto às ações antrópicas no meio onde serão desenvolvidos os projetos, visando fornecer dados necessários para a elaboração do diagnóstico integrado do Polo. Desta forma, a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica deve estar corretamente embasada no atual modelo de gestão ambiental, gestão pública, nível de desenvolvimento urbano e, principalmente, características do setor turístico.

Tais informações serão utilizadas para a construção dos cenários futuros frente às opções de crescimento e desenvolvimento sustentável, ao se considerar a implantação e implementação das ações e projetos definidos.

Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva acerca do Polo Serra da Bodoquena, a qual permitiu apresentar e analisar estas informações e descrever as demais características e particularidades da região.

Posteriormente, foram realizadas viagens, que se concentraram no mês de Setembro de 2012, com visitas a todos os municípios do Polo, cujo objetivo consistiu em validar e atualizar as informações apresentadas no PDITS.

Os procedimentos adotados consistiram em observação direta e intensiva (observação do ambiente) e observação direta e extensiva (entrevistas e aplicação de questionários). Foram aplicados questionários aos responsáveis e/ou representantes dos órgãos públicos relacionados ao turismo e ao meio ambiente (Apêndice A). Após a coleta dos dados, os mesmos foram analisados, interpretados e incorporados a este material e aos demais produtos subsequentes quando se fizeram necessários.

Com tais informações, foi elaborado o diagnóstico estratégico, através de uma análise crítica e consolidada, identificando a situação geral da área quanto à caracterização ambiental, econômica, social, cultural e institucional e suas interações com o desenvolvimento do turismo, além dos fatores críticos e elementos centrais a serem considerados na construção dos cenários.

Têm em vista ainda as diretrizes do MTur (BRASIL, 2012c), ao enfatizar que o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Assim, a AAE se caracteriza por ser uma ação de caráter estratégico dentro do processo de planejamento, ao avaliar os impactos ambientais diretos, indiretos e estratégicos que esta atividade venha a causar. Ela funciona como um instrumento de suporte ao planejamento, avaliando a implementação dos objetivos do PRODETUR Nacional em Mato Grosso do Sul, considerando a necessidade de mitigação dos impactos negativos e a maximização dos impactos positivos.

4.1. ÁREA DE ESTUDO

No âmbito do Governo do Estado, através da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008/2020 compreendendo 10 Regiões Turísticas do Estado (Figura 6):

- Bonito – Serra da Bodoquena;
- Caminho dos Ipês;
- Costa Leste;
- Caminhos da Fronteira;
- Pantanal;
- Grande Dourados;
- Vale das Águas;
- Rota Norte;
- Vale do Aporé;
- Cone Sul.

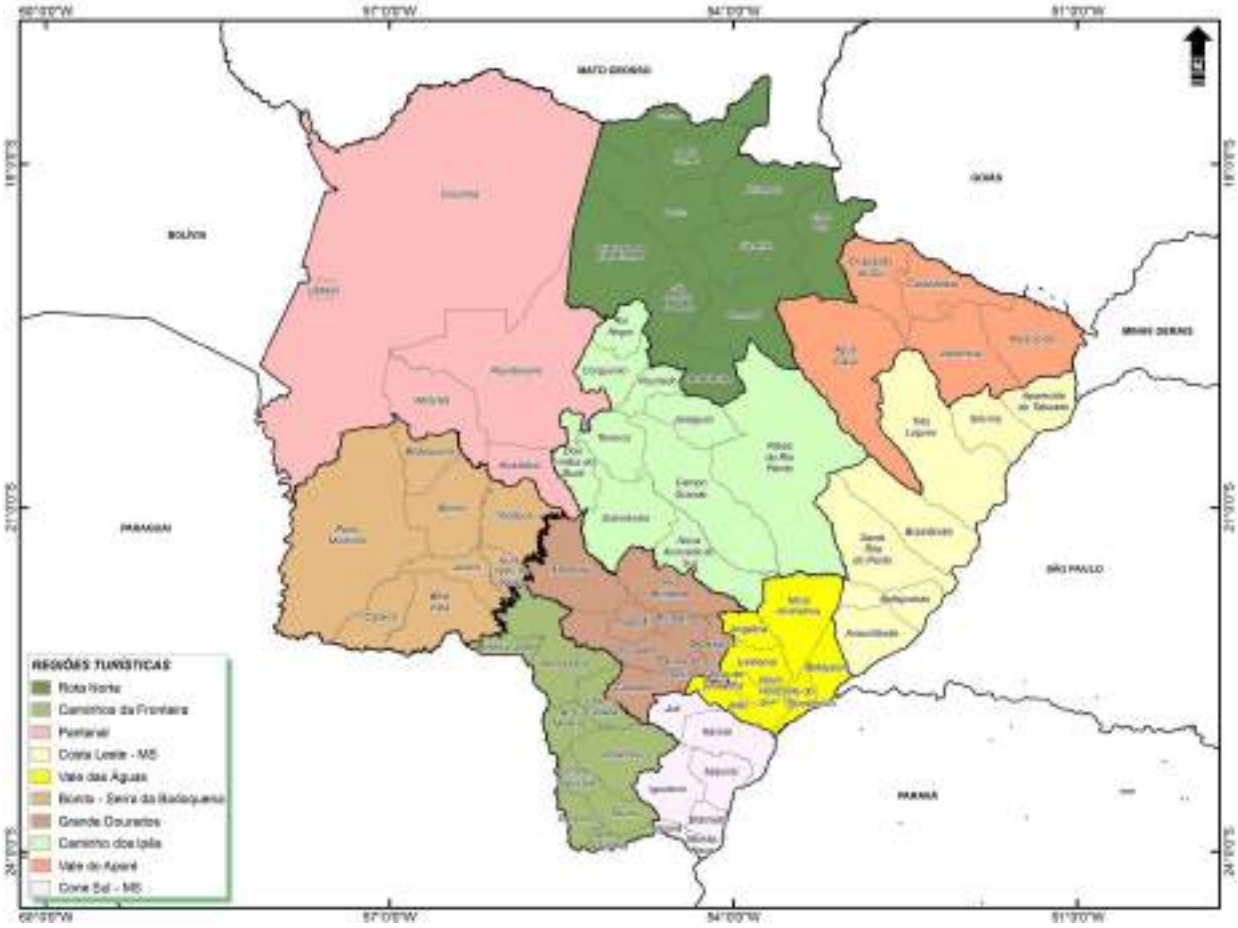


Figura 6 – Mapa das regiões turísticas do Estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2012) a partir de FUNDTUR/MS.

Destas regiões, três foram destacadas dentre os 65 destinos definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo no Plano Nacional de Turismo (2007/2010), ou seja, Bonito, Campo Grande e Corumbá, que se tornaram indutores do desenvolvimento turístico regional. No entanto, o PRODETUR Nacional, em um primeiro momento, definiu como prioritário o Polo Serra da Bodoquena. Posteriormente, mediante iniciativas institucionais no Estado, ampliou-se para os Polos Turísticos de Campo Grande e Região e de Corumbá/Pantanal.

Ainda, vale ressaltar que conforme o planejamento da FUNDTUR/MS, a Região Bonito - Serra da Bodoquena é composta pelos municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho, destes apenas três foram contemplados no estudo em questão. Enquanto a Região Caminho dos Ipês abrange os municípios de Campo Grande, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, os mesmos do Polo Turístico Campo Grande e Região.

Na presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é trabalhado o Polo Serra da Bodoquena, abrangendo exclusivamente os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, ocupando uma área total de 9.643,29 km², conforme ilustrado na Figura 7.

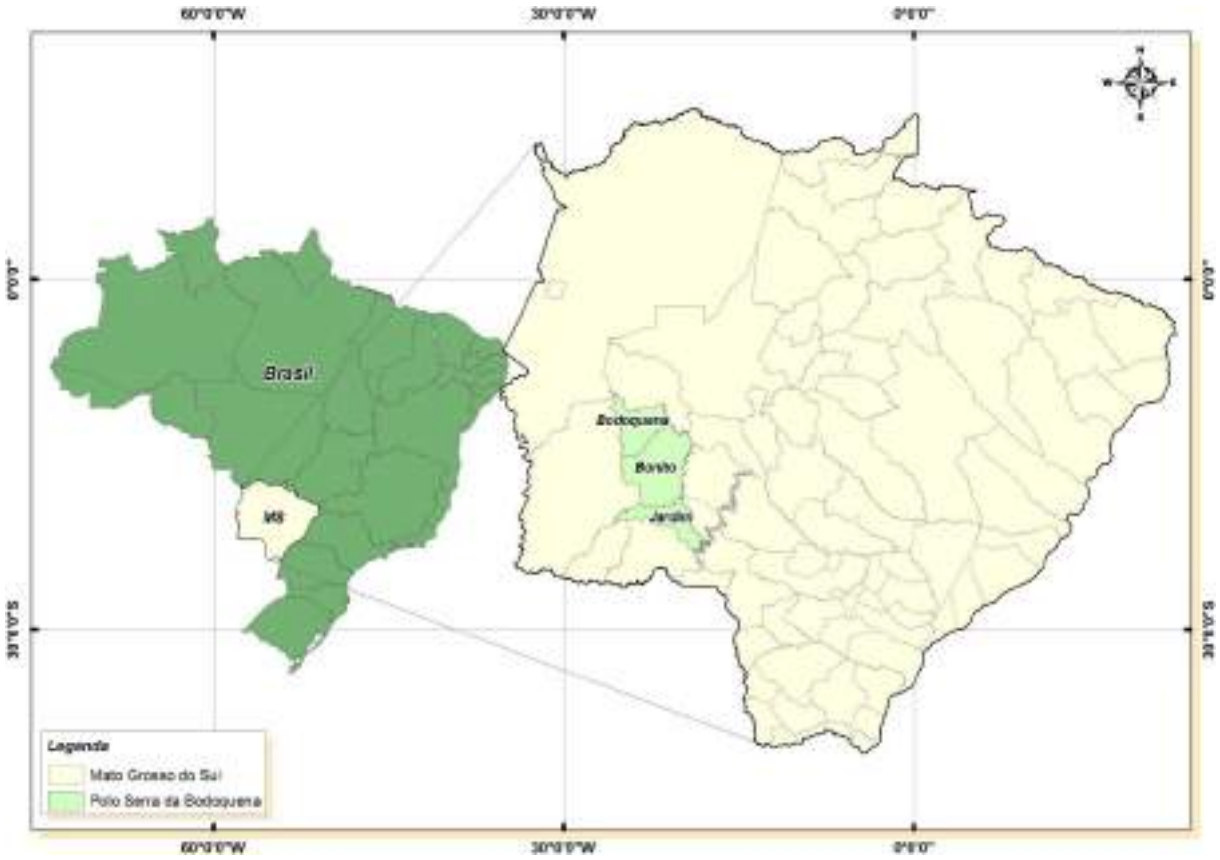


Figura 7 – Mapa de localização do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2012).

4.2. CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A região correspondente ao Polo Serra da Bodoquena apresenta características físicas singulares, como: rios de águas cristalinas, cachoeiras, grutas, fauna e flora exuberante, inclusive em Unidades de Conservação e demais áreas naturais protegidas. Devido a estas características, este Polo é considerado um dos principais destinos turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul, recebendo no ano de 2011 aproximadamente 102 mil turistas, conforme a estimativa do PDITS feita com base no sistema de Voucher Único, onde calcula-se que cada turista visita em média três atrativos, e nas informações repassadas pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito em 2012.

O desenvolvimento do turismo na região iniciou-se com os atrativos naturais da Gruta do Lago Azul e Ilha do Padre, na década de 1970, sendo estes responsáveis por alavancar o turismo no Polo. Segundo dados da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, a Gruta do Lago Azul historicamente é o atrativo turístico que mais recebe visitações, atingindo no ano de 2011 o número de 55.367 visitantes e nos sete primeiros meses do ano de 2012, o número de 36.057 visitantes.

O Polo Serra da Bodoquena apresenta como principais modalidades de turismo consolidadas: o ecoturismo e o turismo de aventura e de natureza. Contudo, esta região vislumbra a expansão das atividades existentes e ainda a possibilidade de adesão de novos atrativos em face de sua potencialidade, a citar o turismo de eventos nos Centros de Convenções e Eventos dos municípios de Bonito e Jardim, no Festival de Inverno de Bonito e, ainda, o geoturismo através do Geopark Bodoquena-Pantanal, ainda

em fase de planejamento, que poderá se desmembrar em outros diversos segmentos (turismo histórico-cultural, arqueológico, paleontológico, entre outros).

A expansão do turismo deve ser precedida de estudos, como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), elaborado em 2004 e atualizado em 2011, no qual se baseia este diagnóstico para Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Isso porque incorrerá no aumento do fluxo de turistas na região, demandando melhorias na infraestrutura, bem como no planejamento e controle ambiental das ações envolvidas.

O ecoturismo, conforme definição estabelecida pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), é um "segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações".

A metodologia estabelecida para a hierarquização de atrativos turísticos em quatro níveis foi apresentada no Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, mais especificadamente no Módulo Operacional 7 Roteirização Turística, e consiste em uma adaptação da utilizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR). Segundo o Ministério do Turismo, a aplicação desta metodologia tem como objetivo auxiliar na avaliação da importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico, estabelecendo prioridades para determinar a escolha e as decisões dos governantes, administradores, gestores e empreendedores (BRASIL, 2007d).

O PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) enquadrou os diversos atrativos turísticos em hierarquias (Figura 8) embasando-se em uma simplificação da metodologia apresentada no Programa de Regionalização do Turismo "Roteiros do Brasil" do Ministério do Turismo (MTur).

HIERARQUIA I

Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.

HIERARQUIA II

Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.

HIERARQUIA III

Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.

HIERARQUIA IV

Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais

Figura 8 - Hierarquias dos atrativos turísticos
Fonte: PDITS- Serra da Bodoquena (2011)

Um importante segmento do turismo no Polo é o de aventura, caracterizado por movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2006). Neste segmento turístico, a região possui como principais práticas o *rapel*, descidas em cavernas, *snorkeling* e mergulho nas águas cristalinas, boia-*cross* e o arvorismo.

Ainda, no que concerne aos atrativos turísticos da região e sua hierarquia, o Quadro 3 elenca atrativos dos segmentos turísticos histórico-cultural, ecoturismo, rural, de eventos, de aventura e de natureza. O Ministério do Turismo, ao conceituar os segmentos, destaca: o Histórico-Cultural, com atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura; o Rural, como conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade; o de Eventos e Negócios, como atividades decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (BRASIL, 2006). Nos documentos oficiais não se define "turismo de natureza" como um segmento específico; entretanto, o entendimento é que são atividades realizadas ao ar livre, tais como no ecoturismo, de aventura, o educacional, dentre outras.

Quadro 3 - Atrativos turísticos agrupados por hierarquia.

Segmento	Atrativo Turístico	Hierarquia(s)
Turismo histórico-cultural	Cemitério dos Heróis, em Jardim;	Hierarquia I
Ecoturismo	Projeto Jiboia.	Hierarquia II
	Cachoeiras do Rio do Peixe; Fazenda Ceita Corê; Estância Mimosa; Parque Ecológico Rio Formoso.	Hierarquia III
	Baia Bonita – Aquário Natural; Monumento Natural da Gruta do Lago Azul; Barra do Sucuri; Boca da Onça; Buraco das Araras; Recanto Ecológico Rio da Prata; Parque das Cachoeiras; Rio Aquidabãn; Grutas de São Miguel; Fazenda San Francisco (Pantanal).	Hierarquia IV
Turismo Rural	Estância Mimosa Turismo Rural;	Hierarquia II
Turismo de Eventos	Centro de Convenções de Bonito;	Hierarquia III

Quadro 3 - Atrativos turísticos agrupados por hierarquia. (Continuação)

Segmento	Atrativo Turístico	Hierarquia(s)
Turismo de Aventura	Passeios de Bote do Iberê, Natura e Ború. Quadriciclo Crisval Bike Tour Rio Sucuri; Bóia *Cross* do Hotel Cabanas; Bóia *Cross* Dinho; Equitação Lagoa Misteriosa.	Hierarquia II
	Cavalgada no Rio Sucuri; Cavalgada na Estância Mimosa; Cavalgada no Parque Ecológico Rio Formoso; Cavalgada no Rio da Prata; Circuito Arvorismo; Eno Bokóti; Torre de Rapel Wetegá; Safári em Bonito; Safári Noturno em Bonito; Projeto Jiboia.	Hierarquia III
	Abismo Anhumas; Mergulho no Rio Formoso; Mergulho na Praia da Figueira; Mergulho no Abismo Anhumas; Mergulho no Recanto Ecológico Rio da Prata; Rapel na Boca da Onça; Bonito Aventura; Rota Boiadeira; Trilha Boiadeira.	Hierarquia IV
Turismo de Natureza	Balneário do Sol; Balneário Municipal do Rio Formoso; Praia da Figueira; Balneário Municipal de Jardim.	Hierarquia II

Fonte: PDITS Serra da Bodoquena, 2011.

O inventário dos atrativos fora realizado no final de 2011 pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito; consideram-se variáveis as informações devido à abertura de novos atrativos e o fechamento de outros, devendo as mesmas serem atualizadas constantemente.

Considerando a hierarquização realizada no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) e as informações repassadas pelos órgãos gestores municipais de turismo, existem atrativos que não estão atuantes e outros que passaram a existir, apresentando-se a necessidade de uma atualização dos atrativos e suas respectivas hierarquias.

Com a finalidade de quantificar o número de visitantes por atrativo e controlar a capacidade de carga, foi implantado em 1996 pelo Município de Bonito, o sistema "*Voucher* Único" - Controle de Arrecadação de Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Segundo a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, este sistema contempla 45 empreendimentos com um total de 50 atividades, sendo estas distribuídas nos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena, porém, concentrando-se de maneira expressiva no Município de Bonito. Este sistema não abrange todos os atrativos, gerando possíveis imprecisões em sua quantificação.

O PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) apresenta o volume anual de turistas estimado (Gráfico 1) a partir das visitações registradas no sistema *Voucher* Único, sendo considerado que, em média, cada turista realiza três visitas aos atrativos por viagem.

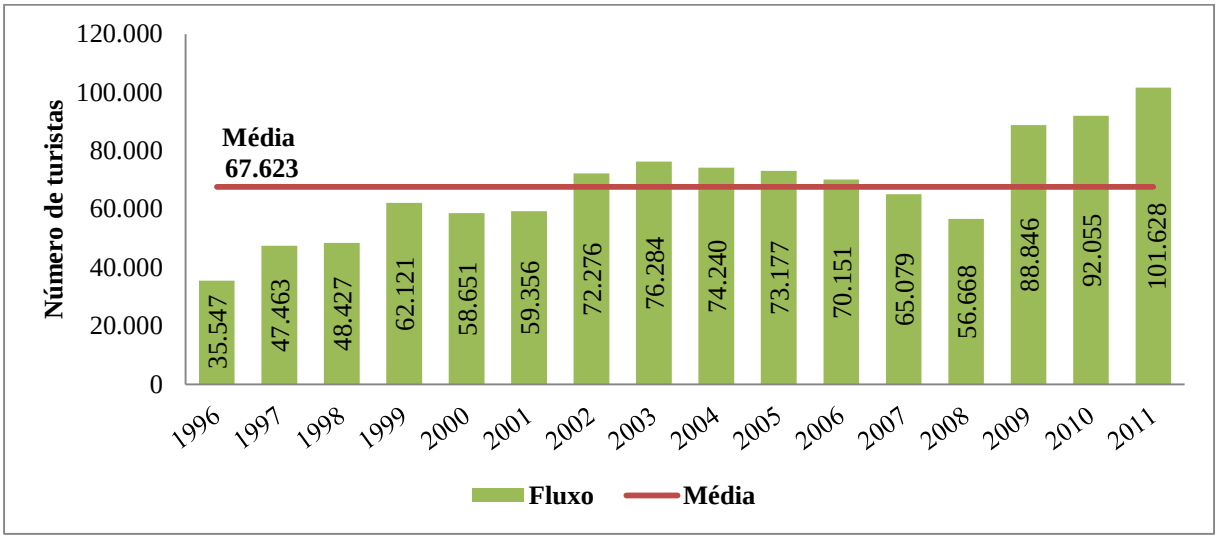


Gráfico 1 – Histórico do fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena entre os anos de 1996 e 2011.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011) e dados da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2012).

Analisando o gráfico apresentado, observa-se um aumento expressivo no fluxo de turistas entre 1996 e 2011, de 286% (Gráfico 2). Quando considerados apenas os últimos cinco anos, o crescimento é mais brando, 25,80%, entretanto muito expressivo. Esse desempenho pode ser explicado pela maior divulgação, estruturação gradativa do destino ao longo do tempo, melhor e maior dotação de infraestruturas físicas (meios de hospedagem, alimentação e saneamento básico), desenvolvimento econômico e social, aumento da oferta de atrativos aos turistas e estabilização da economia e aumento do poder de compra dos consumidores, dentre outros fatores.

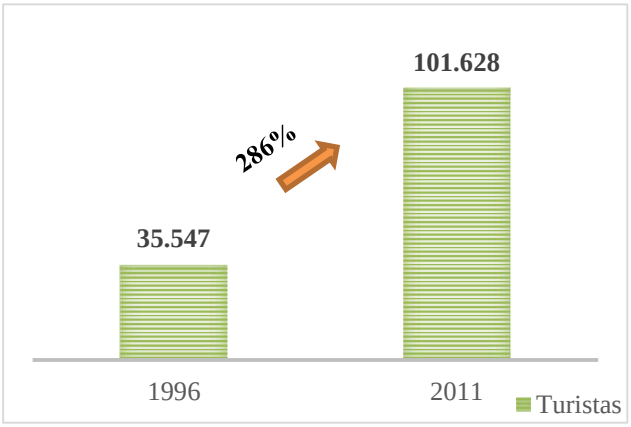


Gráfico 2 – Crescimento no fluxo de turistas entre 1996 a 2011.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011) e Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2012)

A diminuição do fluxo de turistas no período entre 2003 e 2008 pode ser explicada, principalmente, pela valorização cambial, que favoreceu as viagens internacionais, e a crise financeira, que colapsou o mercado de crédito e provocou o surgimento de expectativas negativas, afetando a demanda turística.

No ano de 2009 houve uma recuperação no fluxo de turistas, explicada principalmente pela desvalorização cambial e o novo cenário econômico internacional, que favoreceu as viagens domiciliares, incluindo o Polo Serra da Bodoquena.

Devido às características dos segmentos turísticos praticados no Polo Serra da Bodoquena (ecoturismo, de aventura e lazer), geralmente correlacionados a recursos hídricos, o número de turistas possui variações durante o ano, sendo os períodos de férias escolares e feriados prolongados os mais movimentados (Gráfico 3). Entretanto, a diversificação da oferta com o fomento ao segmento de negócios e eventos tende a alterar esta sazonalidade com o aumento do fluxo de turista na baixa temporada.

O Festival de Inverno de Bonito, que em 2012 realizou sua 13ª edição e que ocorre na segunda quinzena do mês de julho ou na primeira do mês de agosto, é um exemplo de um evento consolidado que tem como objetivo prolongar o período da alta temporada de julho.

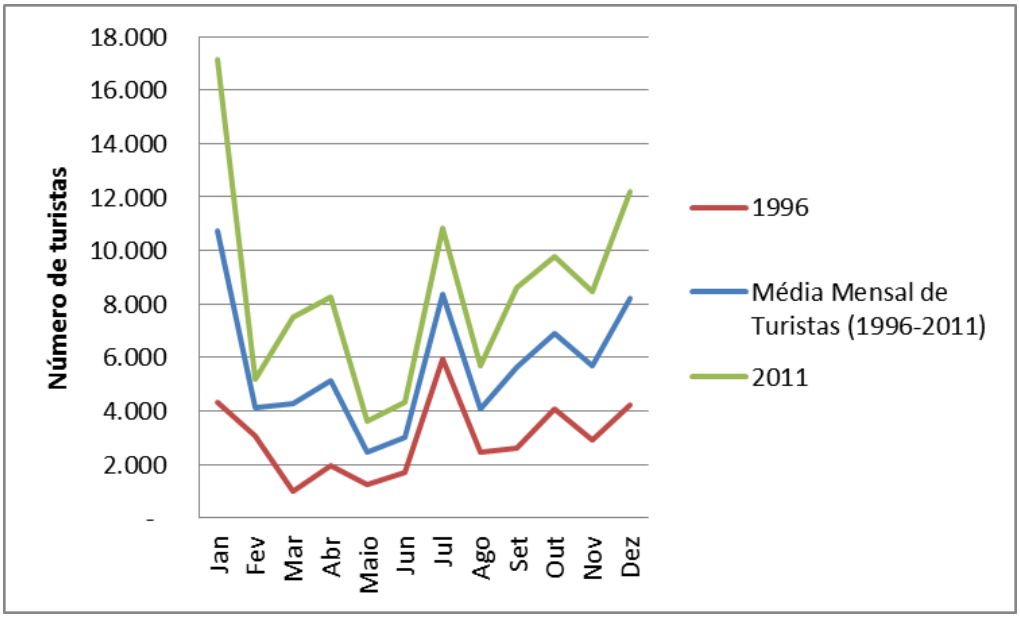


Gráfico 3 – Quantidade estimada de turistas por mês.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011) e Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2012)

O PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) apresenta informações sobre a procedência do turista do Polo Serra da Bodoquena para os anos de 2005, 2007, 2008 e 2009 (Gráfico 4).

Estes dados foram obtidos a partir de uma amostragem de 10% do total da FNRH1 para estes anos, encaminhada pelos Meios de Hospedagens do Polo Serra da Bodoquena, em maior parte, empreendimentos de Bonito. A Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul não possui dados estatísticos atualizados referentes aos anos de 2010 e 2011 quanto à procedência dos turistas, gênero, faixa etária, meios de transporte utilizados e motivação da vinda dos turistas.

[1] FNRH – Ficha Nacional de Registro de Hóspedes. Legislação: Portaria nº 177, de 13/09/2011 regulamenta sua adoção, Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual nº 11.536, de 12/01/2004

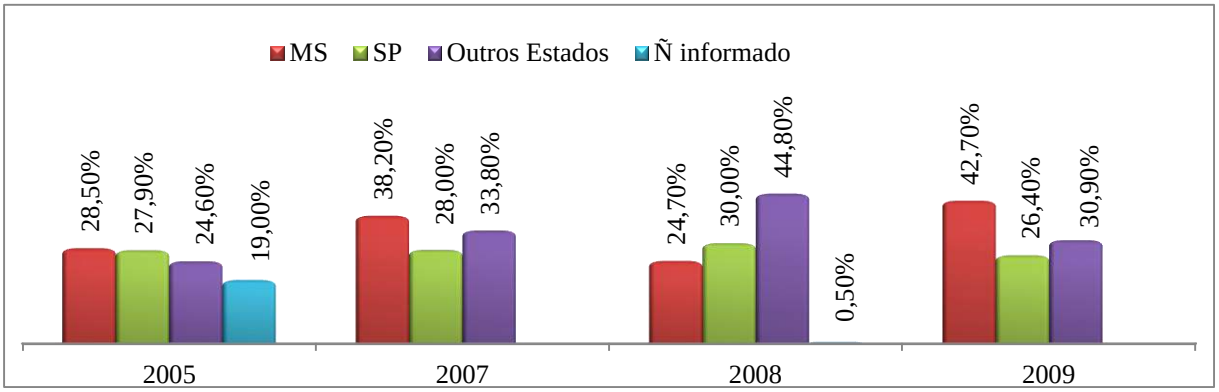


Gráfico 4 – Procedência do turista do Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena apud FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010)

A partir das informações apresentadas, conclui-se que há o predomínio de turistas dos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo como principais emissores; no entanto, os estados limítrofes com Mato Grosso do Sul, como Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais e Goiás, juntamente com São Paulo, são responsáveis pela emissão de grande parte dos turistas (Gráfico 5), em média 39,65%, que se destinam ao Polo Serra da Bodoquena.

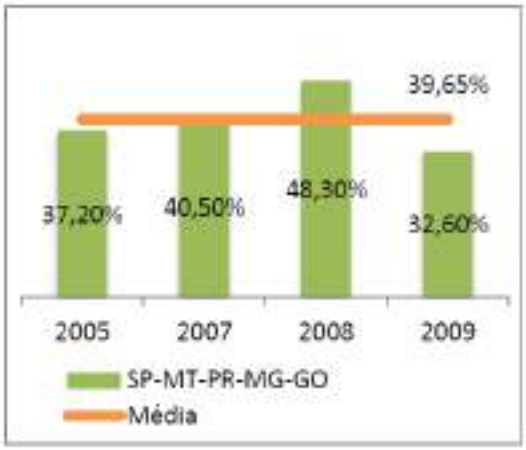


Gráfico 5 – Participação dos estados limítrofes de MS no fluxo de turistas.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

A Figura 9 apresenta a procedência dos turistas do Polo Serra da Bodoquena por região do Brasil no ano de 2009, sendo a região Centro-Oeste a principal origem dos turistas para a região, seguida pelo Sudeste.

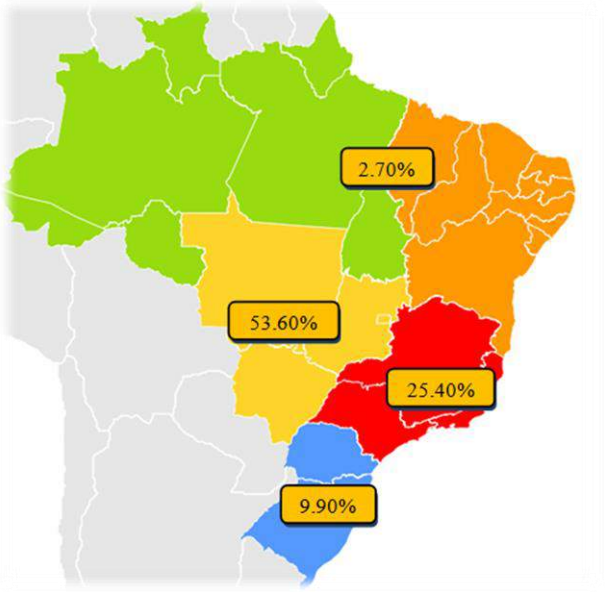


Figura 9 – Participação das regiões do Brasil no fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena no ano de 2009.
Fonte: Elaborado a partir de informações do PDITS Serra da Bodoquena (2011).
Nota: As regiões Nordeste e Norte foram consideradas juntas devido aos baixos valores.

Com relação aos turistas estrangeiros, o PDITS Serra da Bodoquena traz algumas informações sobre a procedência destes turistas (Tabela 1), sendo estes os dados mais atuais conforme informado pela FUNDTUR em 2012.

Tabela 1 – Procedência dos turistas estrangeiros do Polo Serra da Bodoquena, em 2005, 2007, 2008 e 2009.

PAÍS	2005	2007	2008	2009
Não respondeu/brasileiro	95,1%	92,5 %	94,0%	96,4%
Estados Unidos	0,4%	1,6%	2,3%	0,2%
Itália	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%
Japão	0,4%	0,3%	0,2%	-
Alemanha	0,4%	0,6%	0,2%	0,1%
Espanha	0,3%	0,9%	0,3%	0,3%
Portugal	0,3%	0,4%	-	0,2%
França	0,2%	0,3%	0,3%	0,1%
Argentina	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%
Austrália	0,2%	0,3%	0,3%	-
Canadá	0,1%	0,2%	-	-
Holanda	0,1%	0,1%	-	0,9%
Bélgica	0,1%	0,5%	-	-
Chile	0,1%	0,1%	-	-
Paraguai	0,1%	0,3%	0,2%	1,50%
Áustria	0,1%	0,1%	-	-
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

Observa-se que, em média, os turistas estrangeiros correspondem a um pouco menos de 5% do total (Figura 10), sendo os principais países emissores: Estados Unidos (1,13%), Paraguai (0,53%), Espanha (0,45%), Alemanha (0,33%), Itália (0,33%) e Holanda (0,28%).

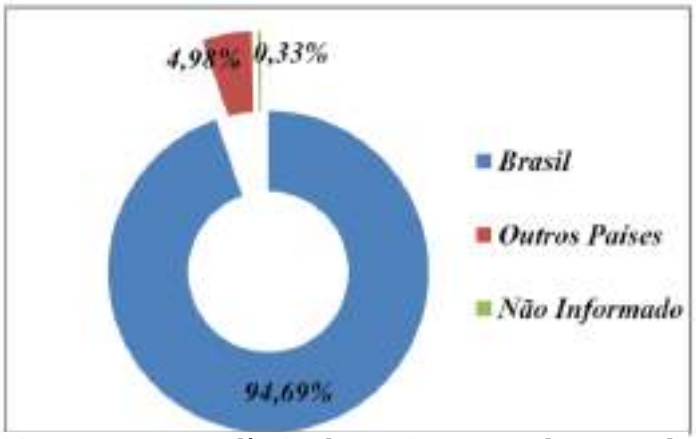


Figura 10 – Procedência dos turistas no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Dados do PDITS Serra da Bodoquena (2011)

O período de permanência dos turistas no Polo Serra da Bodoquena não foi determinado em nenhum estudo específico da região inteira ou em algum dos municípios integrantes. Entretanto, estima-se que o grau de permanência seja elevado devido ao fato de não ser um corredor turístico, ou seja, o turista que se dirige ao Polo tem como anseio os atrativos turísticos da região.

Buscando prever o fluxo de turistas nos próximos anos, o PDITS Serra da Bodoquena elaborou uma projeção futura até 2015 utilizando dados de visitações do sistema *Voucher* Único no período de 1996 a 2011 e o modelo *Holt-Winters*, conforme observado no Gráfico **6**.

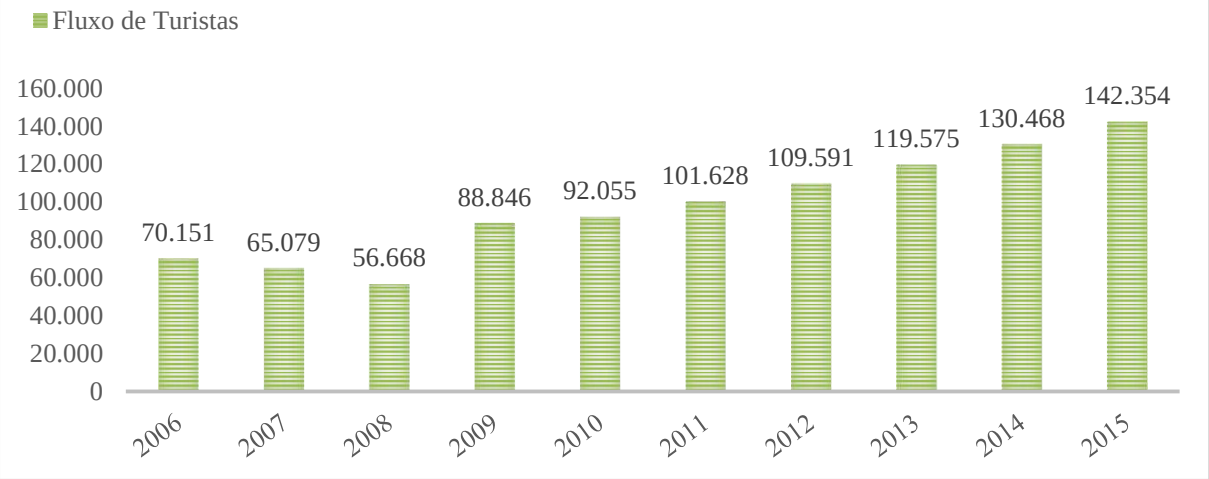


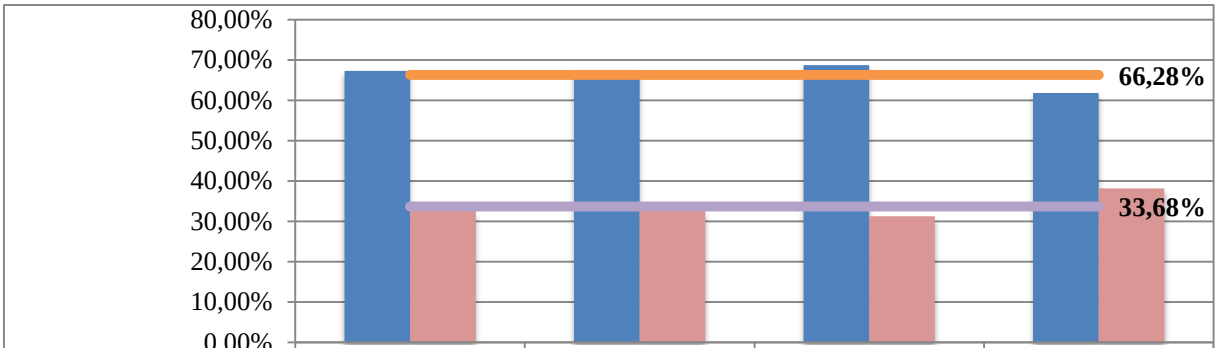
Gráfico 6 – Projeção do fluxo de turistas no Polo Serra da Bodoquena para o período de 2012 a 2015.
Fonte: Dados do PDITS Serra da Bodoquena (2011) e Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2012)

A projeção para os anos de 2012 a 2015 foi realizada com base na taxa de crescimento do fluxo de turistas encontrada pelo modelo *Holt-Winters*, que é de 9,11%. A análise da projeção apresenta um coeficiente de determinação (R^2)[2] de 0,8797, o que significa dizer que o modelo explica, com confiança, o comportamento dos dados apresentados na série (BRASIL, 2011).

A projeção futura pode ser considerada conservadora tendo em vista que não contabiliza o fluxo de visitação aos atrativos emergentes (por exemplo, turismo de eventos), além de não considerar eventos futuros que podem influenciar no número de turistas como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas (2016).

Segundo o PDITS Serra da Bodoquena (2011), a maioria dos turistas que visitam o Polo é do sexo masculino e, considerando os anos de 2005, 2007, 2008 e 2009 a média atinge 66,28%. Este fato pode ser explicado pelo turismo da região possuir, principalmente, características do turismo de aventura (Gráfico 7).

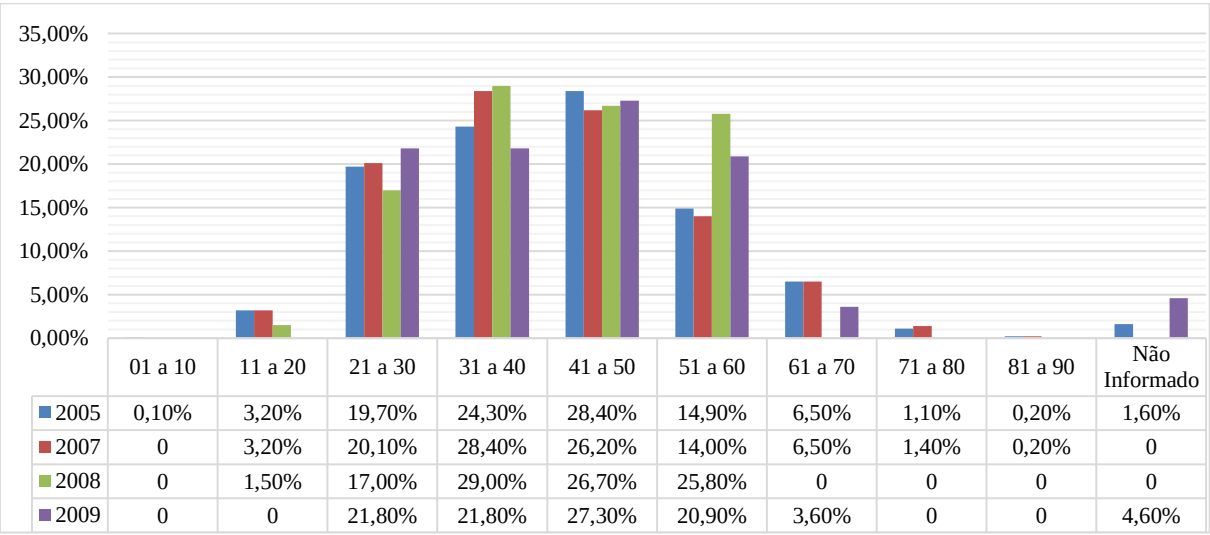
[2] Mede a percentagem da explicação da variação da variável dependente pela variação das variáveis independentes. $R^2 \rightarrow 1$ indica um modelo satisfatório.



	2005	2007	2008	2009
Masculino	67,30%	67,30%	68,70%	61,80%
Feminino	32,60%	32,60%	31,30%	38,20%
Média Masculino	66,28%	66,28%	66,28%	66,28%
Média Feminino	33,68%	33,68%	33,68%	33,68%

Gráfico 7 – Gênero dos turistas do Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

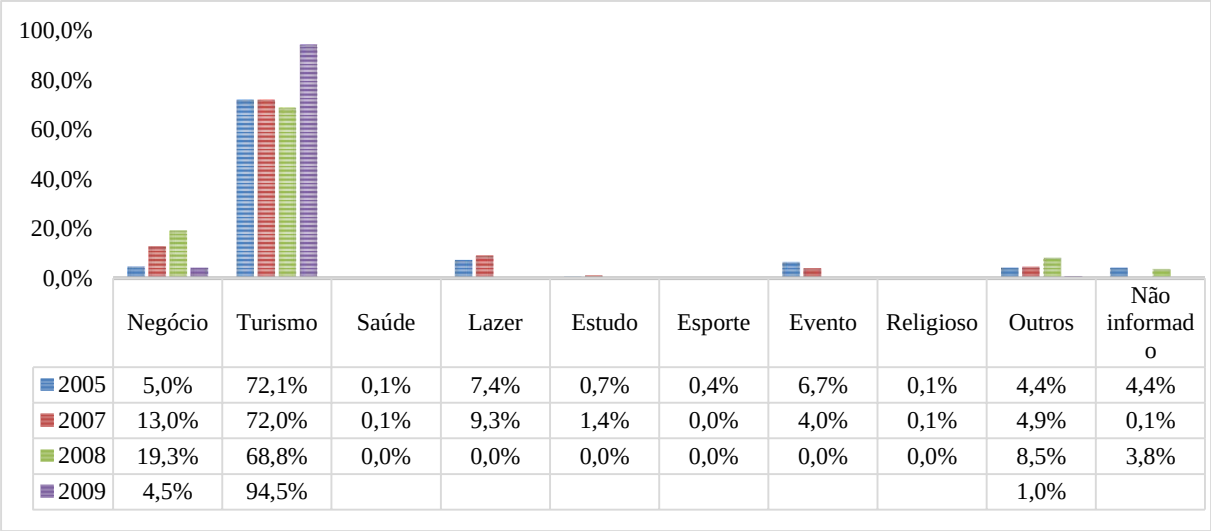
Ainda, devido às modalidades de turismo empregadas no Polo, os turistas são predominantemente adultos entre 21 e 60 anos (91,58%). O Gráfico 8 apresenta os percentuais de turistas por faixas etárias para os anos levantados.



	01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	Não Informado
2005	0,10%	3,20%	19,70%	24,30%	28,40%	14,90%	6,50%	1,10%	0,20%	1,60%
2007	0	3,20%	20,10%	28,40%	26,20%	14,00%	6,50%	1,40%	0,20%	0
2008	0	1,50%	17,00%	29,00%	26,70%	25,80%	0	0	0	0
2009	0	0	21,80%	21,80%	27,30%	20,90%	3,60%	0	0	4,60%

Gráfico 8 – Faixa etária dos turistas do Polo Serra da Bodoquena nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

Como principais motivações dos turistas para se destinarem ao Polo Serra da Bodoquena estão primeiramente a opção por turismo, seguido em menor proporção por opções de negócios e outras, conforme pode ser verificado no Gráfico 9.



	Negócio	Turismo	Saúde	Lazer	Estudo	Esporte	Evento	Religioso	Outros	Não informado
2005	5,0%	72,1%	0,1%	7,4%	0,7%	0,4%	6,7%	0,1%	4,4%	4,4%
2007	13,0%	72,0%	0,1%	9,3%	1,4%	0,0%	4,0%	0,1%	4,9%	0,1%
2008	19,3%	68,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,5%	3,8%
2009	4,5%	94,5%							1,0%	

Gráfico 9 – Motivação do turista em visitar o Polo Serra da Bodoquena nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

Utilizando os dados do fluxo de visitação por atrativo turístico, observa-se uma concentração das visitações em poucos atrativos que utilizam *Voucher* Único, em média cinco atrativos recebem mais da metade das visitações (Gráfico 10).

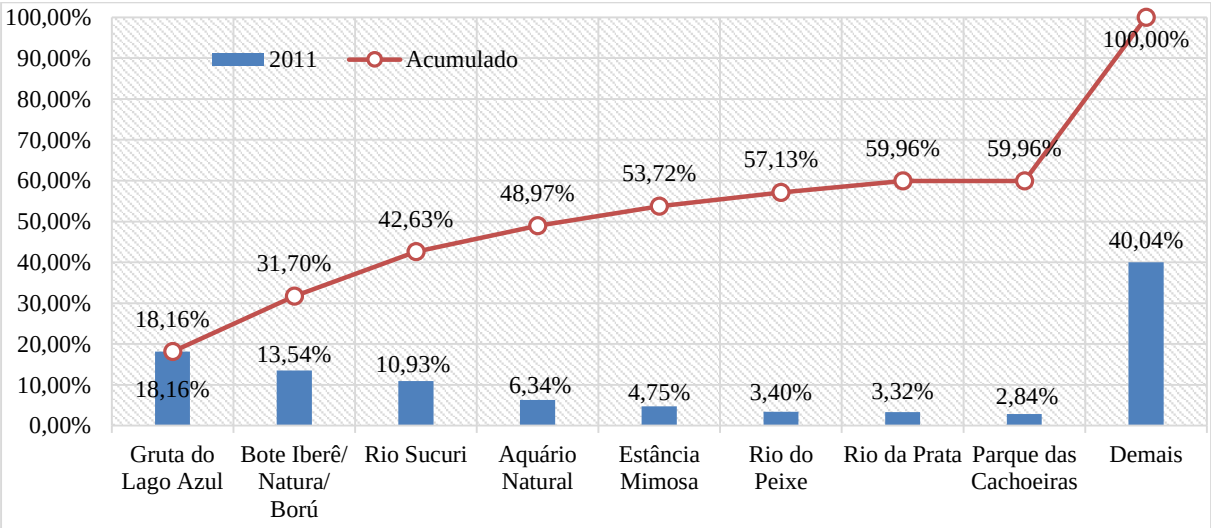


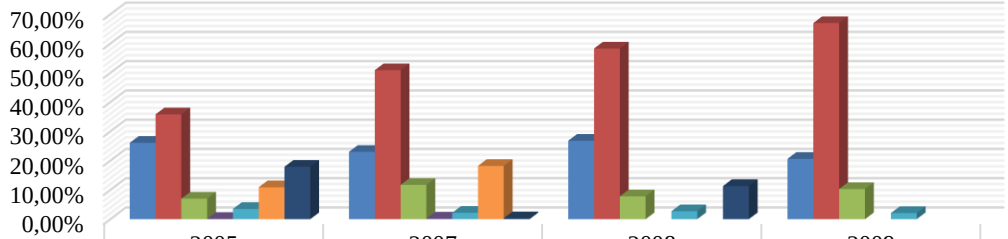
Gráfico 10 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação em 2011.
Fonte: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2012)

A variação do preço dos atrativos é um fator de suma importância no fluxo de turistas. Visando analisar este aspecto, o PDITS Serra da Bodoquena realizou o cálculo de elasticidade, onde obteve a variação de preço frente a demanda de alguns atrativos tanto para a baixa quanto para a alta temporada.

O atrativo Gruta Lagoa Azul apresentou um aumento da demanda mesmo com o aumento dos preços, evidenciando a preferência dos turistas por este atrativo. Entretanto, o atrativo Rio Sucuri seguiu a lei da demanda, ou seja, quanto menores os preços maior será a demanda.

No período de baixa temporada, os atrativos Aquário Natural e Estância Mimosa obtiveram alteração na demanda na mesma proporção que o preço. Enquanto que, na alta temporada as variações nos preços impactaram em menores proporções na demanda.

No que diz respeito aos meios de transporte utilizados pelos turistas no acesso à região, o automóvel foi escolhido pela maioria dos turistas, sendo que no ano de 2009, 67,0% dos turistas optaram por este meio de locomoção. Observando a série histórica (Gráfico 11), formada pelos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009, verifica-se que há um crescimento nesta opção de transporte, o que pode ser explicado pela procedência dos turistas, de Mato Grosso do Sul e estados limítrofes.



	2005	2007	2008	2009
Avião	26,10%	23,00%	26,80%	20,60%
Automóvel	35,80%	50,90%	58,30%	67,00%
Ônibus	7,00%	11,70%	7,80%	10,30%
Moto	0,10%	0,20%		
Micro-ônibus	3,50%	2,17%	2,70%	2,10%
Outros	10,90%	18,20%		
Não informado	17,90%	0,30%	11,30%	

Gráfico 11 – Série histórica dos meios de transporte utilizados em 2005, 2007, 2008 e 2009.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

De acordo com o PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), nesse período os desembarques aéreos na região eram realizados por voos *charters*[3] (início julho/2005) e aeronaves particulares. Apenas a partir de 2009 foi implantada linha regular, com dois voos semanais.

Quanto aos destinos concorrentes ao Polo Serra da Bodoquena, foi elaborada a Figura 11, sendo utilizadas informações da FUNDTUR e da empresa AGRICON Consultoria.

FUNDTUR	*AGRICON Consultoria*
• Fernando de Noronha (PE) • Abrolhos (BA) • Foz de Iguaçu (PR) • Pantanal (MT e MS) • Amazonas (AM) • Chapada de Diamantina (BA) • Ilha Grande (RJ) • Lençóis Maranhenses (MA) • Chapada dos Veadeiros (GO) • Serra dos Órgãos e Vale da Ribeira (RJ, SP e PR) • Nobres (MT)	• Rio Verde (GO) • Caldas Novas (GO) • Estado do Mato Grosso (MT) • Brotas (SP) • Socorro (SP) • Fernando de Noronha (PE) • Região Nordeste

Figura 11 – Principais destinos concorrentes com o Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

[3] São voos fretados por outras companhias ou clientes individuais, para destinos turísticos, e aeroportos secundários.

Um dos fatores que pode vir a prejudicar o desenvolvimento da atividade turística é o número de guias de turismo, uma vez que, segundo a Lei Municipal nº 919, de 2002, é obrigatório seu acompanhamento nos passeios turísticos em Bonito. O Município de Bodoquena prevê o profissional monitor ambiental.

Atualmente, segundo informações da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (SECTUR, 2012), existem 45 atrativos turísticos entre as diversas modalidades. Em Jardim, segundo dados do Núcleo de Turismo da Gerência de Desenvolvimento Econômico, existem cinco atrativos turísticos e em Bodoquena, segundo a Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, existem quatro atrativos turísticos, totalizando 54 regulamentados.

De acordo com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e a Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB), existem 80 guias no Município de Bonito, entretanto atuam em todo o Polo. Segundo a Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Bodoquena somente um guia está habilitado, atuando conjuntamente com oito monitores. Para o Município de Jardim, no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) de 2012, existem somente dois guias atuantes, totalizando para o Polo 83 guias de turismo. Este número é aquém do necessário, mesmo considerando somente os 54 atrativos turísticos licenciados. Para atender os licenciados seriam necessários aproximadamente 140 profissionais atuando no período de baixa temporada. Nesta aproximação não estão sendo considerados os atrativos irregulares que, conforme dados do PDITS Serra da Bodoquena, são mais de 200 atrativos identificados.

Existe ainda na região da Serra da Bodoquena, um potencial turístico relevante inexplorado, cuja visibilidade econômica e ambiental de exploração são notórios, porém há necessidade de investimentos no setor de infraestrutura e incentivos no segmento da hotelaria.

O Polo apresenta um número superior a 50 cavernas já catalogadas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), caracterizadas por salões de grandes dimensões e a existência de cavidades submersas, entretanto não estão licenciadas para exploração turística e, portanto, qualquer investimento neste potencial atrativo necessitará enfrentar um burocrático e necessário processo de licenciamento ambiental que já poderia ser iniciado, de forma a facilitar o futuro acesso a recursos para utilização de tais belezas naturais, uma vez que, qualquer órgão financiador ou fornecedor de recursos a fundos perdido exige a regularidade ambiental do empreendimento.

Outro potencial quanto à visitação de sítios geológico-paleontológicos é o Geopark Bodoquena-Pantanal que propiciará um aumento na visibilidade internacional de tal segmento turístico, refletindo em todo o Polo.

O Geopark Estadual Bodoquena-Pantanal, instituído pelo Decreto Estadual nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009, e alterado pelo Decreto nº 13.220, de 17 de junho de 2011, que institui o Conselho Gestor, delimita-se por uma poligonal irregular, abrangendo a Serra da Bodoquena e seu entorno, bem como áreas do Pantanal do Jacadigo-Nabileque e da região de Corumbá. A área envolve aproximadamente 20.000 km² das regiões oeste e sudoeste de Mato Grosso do Sul, onde estão situadas

diversas riquezas geológicas, abrangendo os territórios de Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Ademais, possui entre grutas, pedreiras, baías, minas, cachoeiras, nascentes e monumentos, 45 geossítios já cadastrados e catalogados.

4.3. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Nesta análise foram definidas duas categorias de áreas de influência para o turismo: direta e estratégica. A primeira compreende os municípios que são objetos desta AAE, e que influenciam diretamente no turismo da região, enquanto que a segunda são regiões e municípios que influem de modo secundário, porém, estratégico na região através da facilitação ou viabilização do fluxo de turista.

4.3.1. Área de Influência Direta (AID)

A Área de Influência Direta (AID) do Polo Serra da Bodoquena compreende os municípios nele inseridos, ou seja, Jardim, Bodoquena e Bonito (Figura 12). Estes municípios totalizam uma área de 9.643,27 km², assim correspondendo a apenas 2,70% do território do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo o Município de Bonito o mais extenso, com 4.934,43 km².

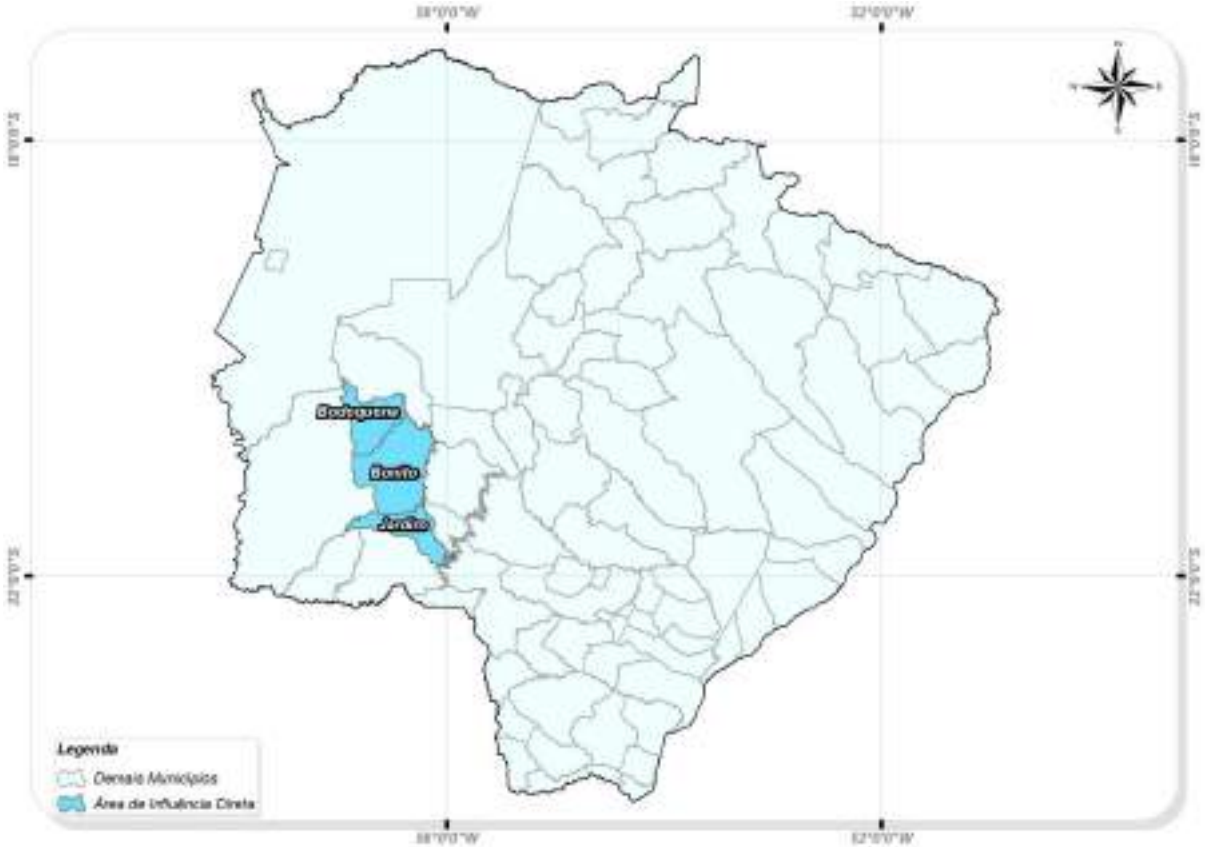


Figura 12 – Área de Influência Direta para o turismo no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

4.3.2. Área de Influência Estratégica (AIE)

A capital sul-mato-grossense, Campo Grande, foi definida como Área de Influência Estratégica (AIE) para o desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena (Figura 13) tendo em vista que é o principal portão de entrada para o Estado e possui uma localização estratégica para a conectividade com o Polo, sendo por via aérea ou terrestre, contribuindo para o fluxo de turistas. Outra região considerada como AIE é o Pantanal, que atrai turistas para a região, fomentada pela criação da Rota Pantanal – Bonito.

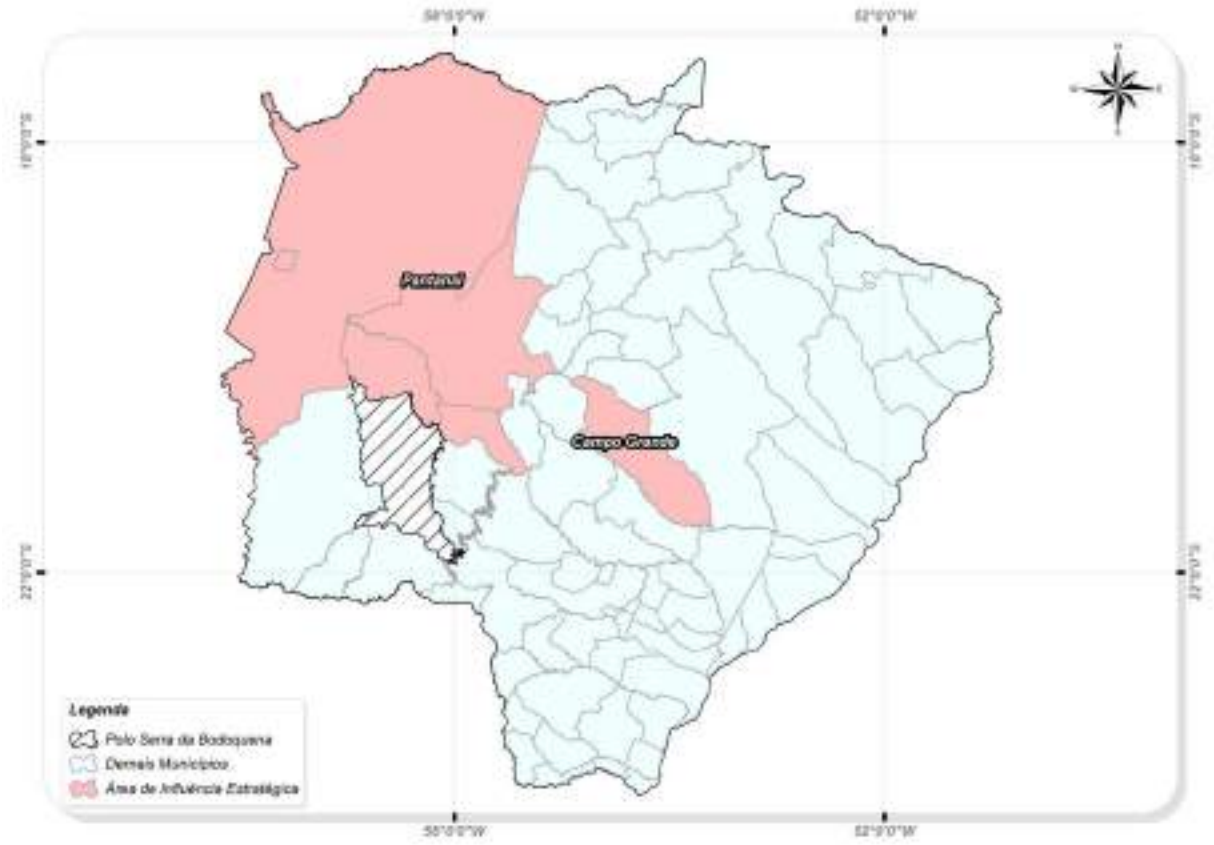


Figura 13 – Área de Influência Estratégica no que concerne ao turismo no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

4.4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA NO QUE TANGE À ATIVIDADE TURÍSTICA

Neste tópico será apresentada a caracterização geral da área do Polo Serra da Bodoquena, identificando a sua localização e acessibilidade, os aspectos físicos, sociais, institucionais, econômicos, as infraestruturas urbanas e os serviços gerais que direta e/ou indiretamente afetam a atividade turística na região.

4.4.1. Localização e Acessibilidade

O Polo Serra da Bodoquena está localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, e é contígua à área do Pantanal Sul-matogrossense, um dos maiores ecossistemas do mundo (Figura 14).

Mato Grosso do Sul possui uma localização que favorece o desenvolvimento turístico, uma vez que faz fronteira com dois países (Bolívia e Paraguai) e limita-se a leste com Minas Gerais e São Paulo, importantes polos econômicos do País, ao sul com o Paraná, ao norte com o Mato Grosso e a nordeste com Goiás.

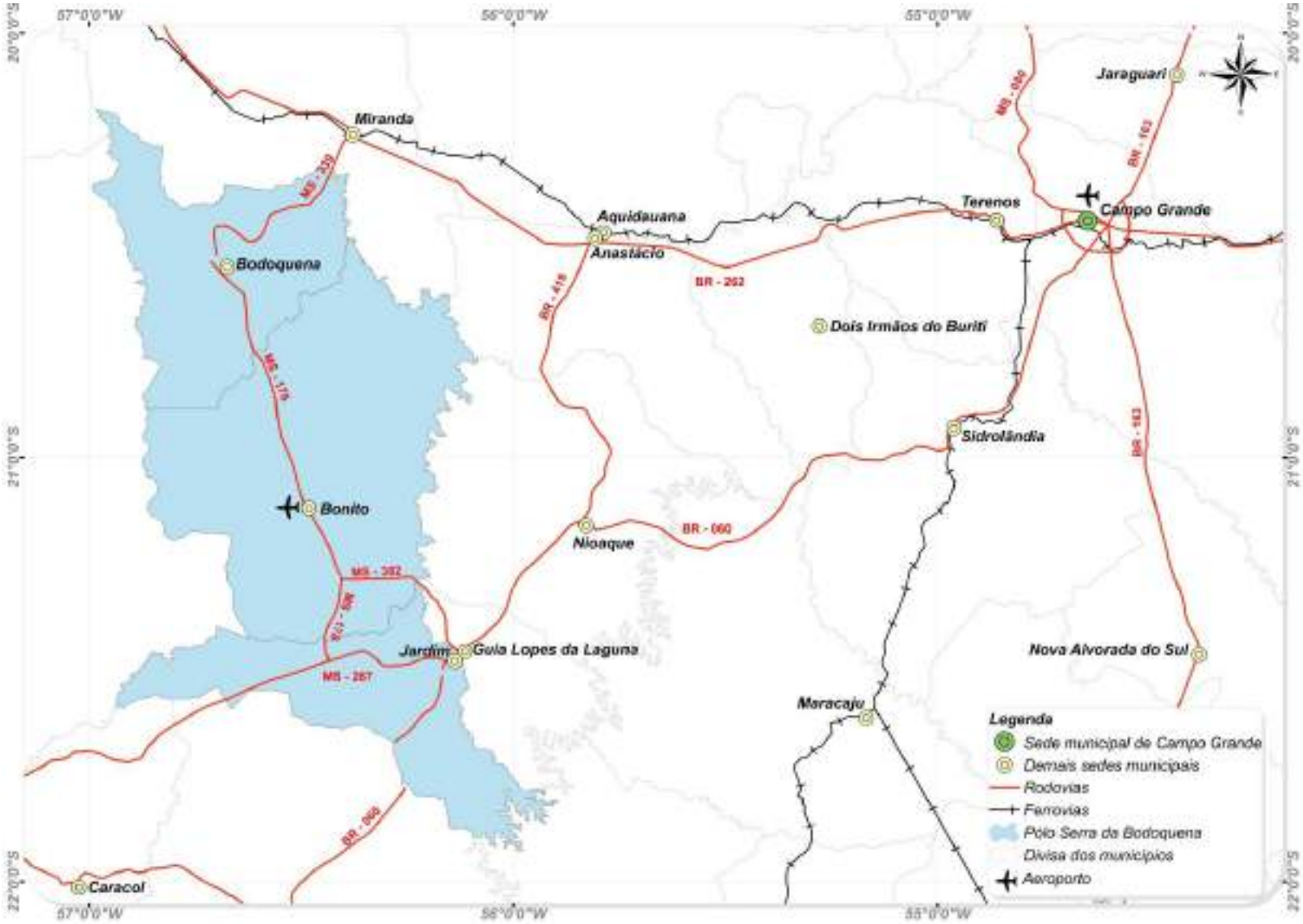


Figura 14 – Principais acessos ao Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Elaboração da Deméter Engenharia Ltda. (2012) com utilização de dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Campo Grande é o portão de entrada no Estado, de onde o turista se destina para o Polo através dos meios rodoviário (vans, ônibus e carros) e aéreo.

O principal meio de transporte para o Polo Serra da Bodoquena é o rodoviário, realizado por meio de uma série de rodovias federais e estaduais que conduzem os turistas da capital Campo Grande aos municípios do Polo Serra da Bodoquena, em grande parte estruturada recentemente e com boas condições de trafegabilidade, sendo elas: BR-060, BR-262, BR-419, MS-345, MS-339, MS-178 e MS-382.

O acesso aéreo ao Polo é realizado através de voos entre o Aeroporto Internacional de Campo Grande e o Aeroporto Municipal de Bonito, operados pela TRIP Linhas Aéreas sendo disponibilizados voos semanais Campo Grande/Bonito: domingo e quinta-feira; Bonito/Campo Grande via Corumbá: domingo e quinta-feira (TIME TOUR, 2012; TRIP, 2012).

Campo Grande conta com o Aeroporto Internacional e possui voos diretos para as principais capitais do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, incluindo São Paulo, de onde vêm os turistas estrangeiros que visitam o Estado de Mato Grosso do Sul. Existe um voo direto que liga a Bolívia (Santa Cruz de La Sierra) à capital sul-matogrossense.

Em Campo Grande os turistas, incluindo os que desembarcam no aeroporto, possuem como alternativas de locomoção até o Polo a locação de automóveis, serviços de van e transporte por ônibus comerciais, que operam linhas diárias entre a capital e os municípios que integram o Polo Serra da Bodoquena.

As distâncias de Bonito/MS a algumas das principais capitais nacionais, países emissores de turistas e outras localidades são apresentadas no Gráfico 12.

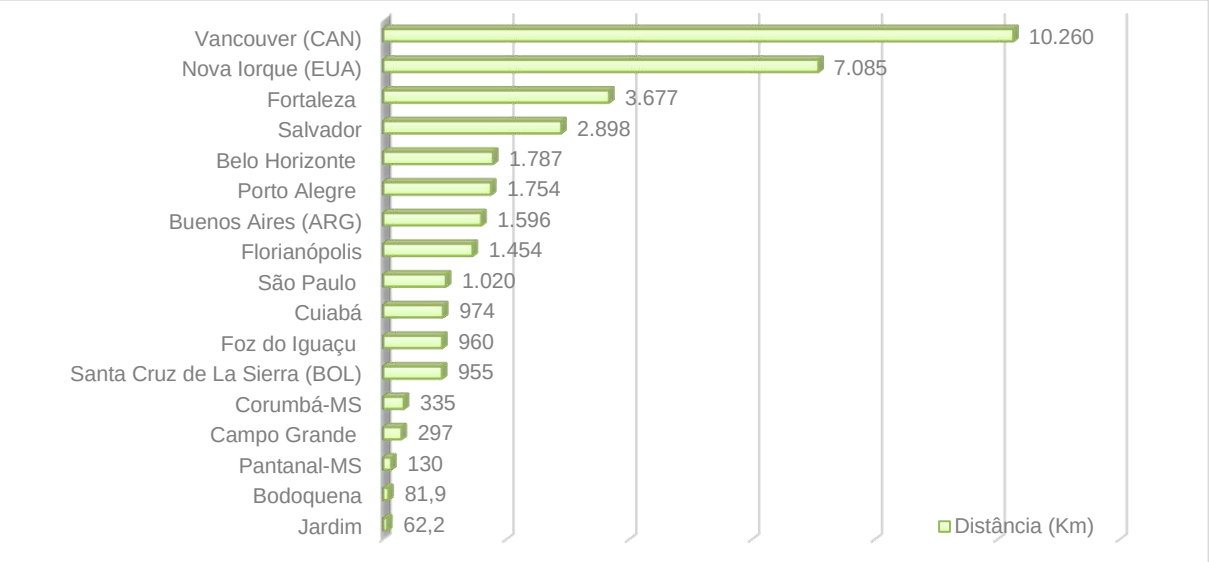


Gráfico 12 – Distância de Bonito/MS a algumas das principais capitais nacionais, países emissores de turistas e outras localidades.
Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (2011)

4.4.2. Aspectos Físicos

4.4.2.1. Aspectos climáticos

A classificação Climática é baseada no pressuposto de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalecente. Na determinação dos tipos climáticos, a classificação considera a sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e da precipitação.

Portanto, segundo a classificação climática supracitada (NIMER, 1979; IBGE, 2002), o Polo Serra da Bodoquena está compreendido no clima Quente úmido com estação de seca no inverno, sendo o restante da área do Polo classificada como Subquente úmido, conforme ilustrado na Figura 15.

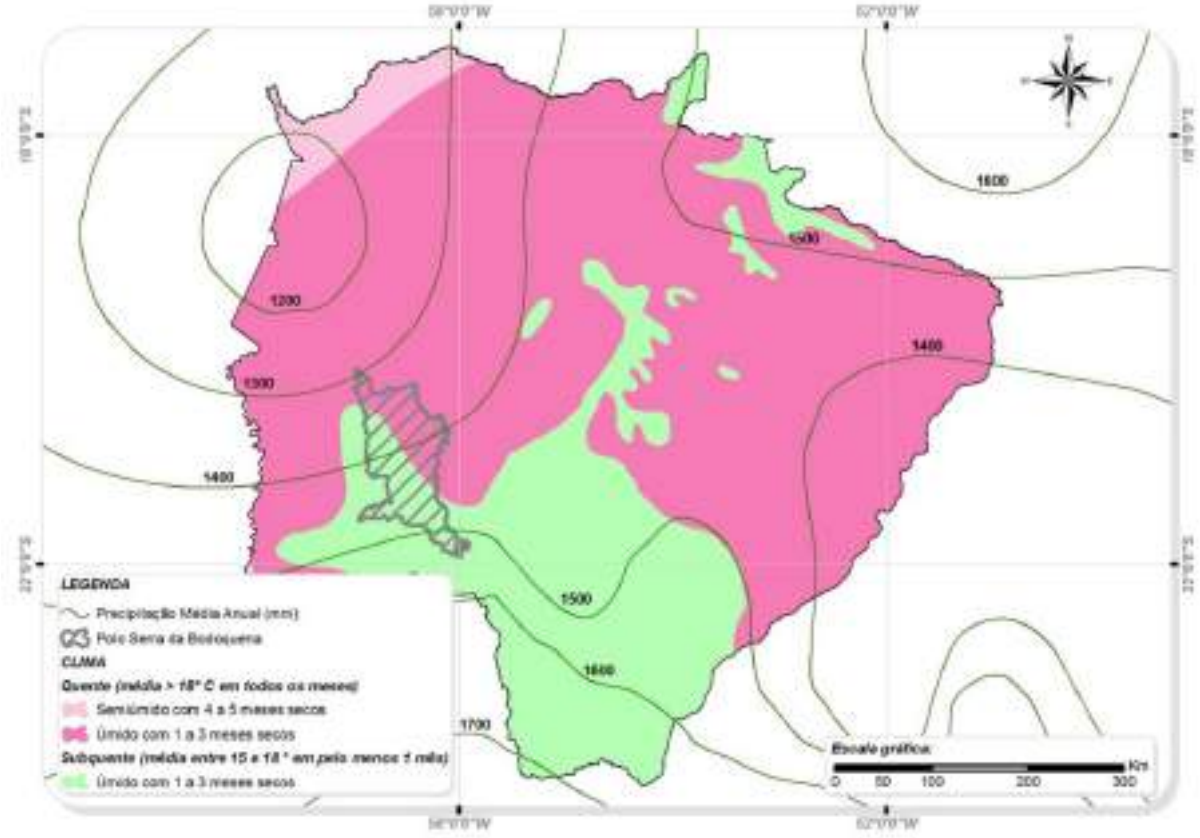


Figura 15 – Classificação climática para o Estado de Mato Grosso do Sul em destaque o Polo Serra da Bodoquena
Fonte: Nimer (1979); Atualizado pela Diretoria de Geociências, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE, em 2002.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2010), apresenta as seguintes definições para os climas encontrados na região:

- Cfa - Clima subtropical, com verão quente (mesotérmico úmido sem estiagem). As temperaturas são superiores a 22ºC no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco. Com ocorrência localizada na região Serrana do extremo sul de Mato Grosso do Sul.

- Aw - Clima tropical úmido, com inverno seco Apresenta estação chuvosa no verão, de outubro a abril, e nítida estação seca no inverno, de maio a setembro (julho é o mês mais seco). A temperatura média do mês mais frio é superior a 18ºC. As precipitações são superiores a 750 mm anuais, atingindo 1800 mm. Este tipo de clima predomina na maior parte do Estado.
- Frente às características climáticas supracitadas, o inverno, período de seca, propicia maior transparência dos cursos d'água locais devido à redução de sedimento carreados pelo escoamento superficial para os mananciais hídricos. Neste sentido, os atrativos turísticos correlacionados diretamente as atividades aquáticas tem sua beleza ressaltada garantindo ao turista uma maior contemplação da vida aquática. O frio, característico da referida estação climática, não é intenso no Polo Serra da Bodoquena, uma vez que, a temperatura média no mês mais frio é de 18ºC. Sendo assim, e aliado ao calor irradiado pelo sol proveniente do céu com poucas nuvens, este fator não impede a prática de atividades aquáticas e nem as tornam desagradáveis ao praticante.

O verão e primavera são estações caracterizadas pelos dias quentes e chuvosos, assim conferindo à flora local um aspecto mais vistoso com plantas mais verdes e algumas espécies arbóreas floridas. Neste sentido, a beleza cênica local é exaltada, conferindo aos passeios que envolvem trilhas e caminhadas de contemplação da natureza uma beleza única.

O Atlas Multirrefencial do Estado do Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 1990) apresenta um Estudo de Variação Mesoclimática, sendo que o Polo Serra da Bodoquena possui três classificações: úmido, úmido a sub-úmido e sub-úmido. Buscando representar o percentual de área que cada município possui dentro desta classificação elaborou-se o Gráfico 13.

No que concerne às precipitações, a região apresenta, em sua grande maioria, valores anuais superiores a 750 mm, atingindo 1.800 mm.

A seguir são descritos os aspectos climáticos de cada cidade inserida no Polo Serra da Bodoquena.

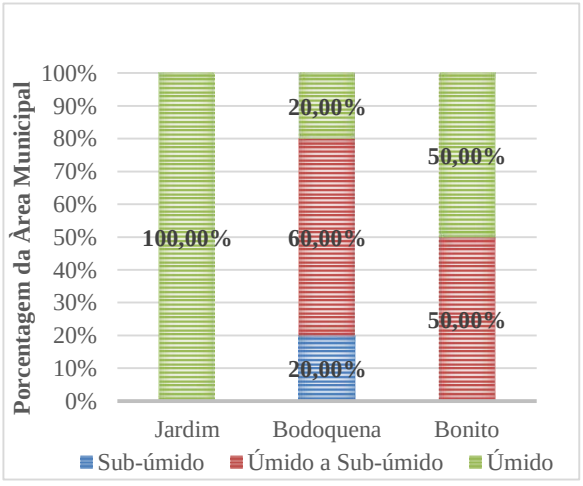


Gráfico 13 – Percentual de área que cada município do Polo Serra da Bodoquena possui em cada classificação.
Fonte: SEMAC (2011).

4.4.2.1.1. Bodoquena

O clima predominante em Bodoquena é úmido a subúmido, com índices efetivos de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%, a precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.750 mm, excedente hídrico anual de 800 a 1.200 mm durante cinco a seis meses (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril), período de alta temporada devido ao verão, e deficiência hídrica de 350 mm durante 04 meses (maio, junho, julho e agosto), período de baixa temporada devido ao inverno (SEMAC, 2011).

Ao sul do Município, o clima tem características de úmido, apresentando índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.700 mm, excedente hídrico anual de 800 a 1.200 mm, durante cinco a seis meses e deficiência hídrica de 350 a 500 mm, durante quatro meses (SEMAC, 2011).

4.4.2.1.2. Bonito

Na maior porção do Município, o clima é úmido, apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1.500 a 1.700 mm, excedente hídrico anual de 800 a 1.200 mm, durante cinco a seis meses (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril), período de alta temporada devido ao verão e deficiência hídrica de 350 a 500 mm, durante quatro meses (maio, junho, julho e agosto), período de baixa temporada devido ao inverno (SEMAC, 2011).

Ao nordeste do município, o clima é úmido a subúmido, com índices efetivos de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%, a precipitação pluviométrica varia entre 1.500 a 1.750 mm anuais, excedente hídrico anual de 800 a 1.200 mm durante cinco a seis meses e deficiência hídrica de 350 mm durante quatro meses (SEMAC, 2011)

4.4.2.1.3. Jardim

As temperaturas do mês mais frio estão entre 15°C e 20°C. O período seco é de três a quatro meses (maio, junho, julho e agosto) e as precipitações entre 1.200 e 1.500 mm anuais, sendo mais chuvosos nos meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, caracterizando clima tropical úmido (SEMAC, 2011).

4.4.2.2. Geologia e Geomorfologia

Geologicamente a região do Polo da Serra da Bodoquena é formada predominantemente por compostos de rochas calcárias, material que tem grande importância para a fabricação de cal, mineral cuja parcela mais pura pode ser utilizada para a indústria de cimento.

Uma das características do calcário é a sua capacidade na formação de tufas calcárias, galerias subterrâneas, além das grutas úmidas com corpos d'água internos de excepcional beleza e as belíssimas grutas secas.

A região em estudo possui rochas calcárias com supersaturação em carbonato de cálcio e a ausência de siliciclásticos que acarreta na limpidez dos cursos d'águas. Esta característica permite que os raios solares atinjam o fundo dos mananciais hídricos propiciando o desenvolvimento da flora aquática que é fonte de alimento à fauna e, numa ação combinada com as águas carbonatadas, essa vegetação possibilita a formação de tufas calcárias.

Os arenitos da Formação Aquidauana depositaram-se sobre calcários da Formação Bocaina, situação que possibilitou que se formasse nos arenitos um dos mais interessantes atrativos turísticos do Polo: o Buraco das Araras. Este é uma pseudo-dolina de quase 180 metros de diâmetro e mais de 70 metros de paredões escarpados, nas quais as araras fazem seus ninhos nas camadas de arenitos friáveis expostos no paredão.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui basicamente quatro fisionomias de relevo: a parte oriental formada por planaltos, patamares e chapadões encontrados na Bacia Sedimentar do Paraná, na borda ocidental em direção ao oeste encontra-se uma superfície rebaixada coberta de sedimentos quaternários, correspondendo à região do Pantanal Matogrossense e por último a depressão do Alto Paraguai. Entre essas regiões rebaixadas encontram-se os relevos elevados da Bodoquena e os morros do Urucum – Amolar.

O Polo Serra da Bodoquena é constituído por dois relevos: Planalto da Bodoquena e Depressão do Miranda. O Planalto da Bodoquena teve sua origem geológica nas atividades tectônicas da faixa de Dobramentos Paraguaia, onde sofreram intensos dobramentos na sua porção oriental. Já a Depressão do Miranda é uma região nas proximidades do Pantanal cortada pelo rio Miranda e com predomínio de rochas cristalinas do período pré-cambriano.

Destaca-se também que esta característica geológica da região, em grande parte incidente sobre rochas calcárias, gerou condições morfológicas especiais ao desenvolvimento de uma paisagem cárstica única, que, em conjunto e contrastando com o Pantanal, fazem desta região do Estado do Mato Grosso do Sul uma das mais belas do Brasil, e, no caso da área do proposto Geopark Bodoquena-Pantanal, um laboratório geológico importante, uma vez que numa região não muito grande afloram uma diversidade de rochas das mais variadas idades e associadas aos mais diferentes ambientes tectônicos.

Na área definida como Geopark ocorrem excepcionalidades geológicas que são protegidas e que podem ser aproveitadas como elementos indutores de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável. Devido às suas belíssimas paisagens, esses morros e serras são intensamente visitados por turistas que buscam paisagens únicas, como por exemplo, o início do Pantanal, além dos passeios ecológicos com caminhadas, montanhismo e passeios de observação da fauna e flora locais.

Outra característica dessa região são os rios que desaparecem no subsolo e reaparecem adiante e ao fenômeno de depósito de calcário, formando as tufas calcárias tão características nas cachoeiras.

4.4.2.3. Solos

Existe uma grande diversidade de classes de solos na região da Serra da Bodoquena, sendo que o Regossolo apresenta maior ocorrência, cobrindo 22,93% da área em estudo. As classes Rendizina, Podzólico Vermelho-Amarelo Latossólico e Latossolo Vermelho-Escuro possuem uma ocorrência significativa com, respectivamente, 20,55%, 15,28% e 14,31% (Figura 16).

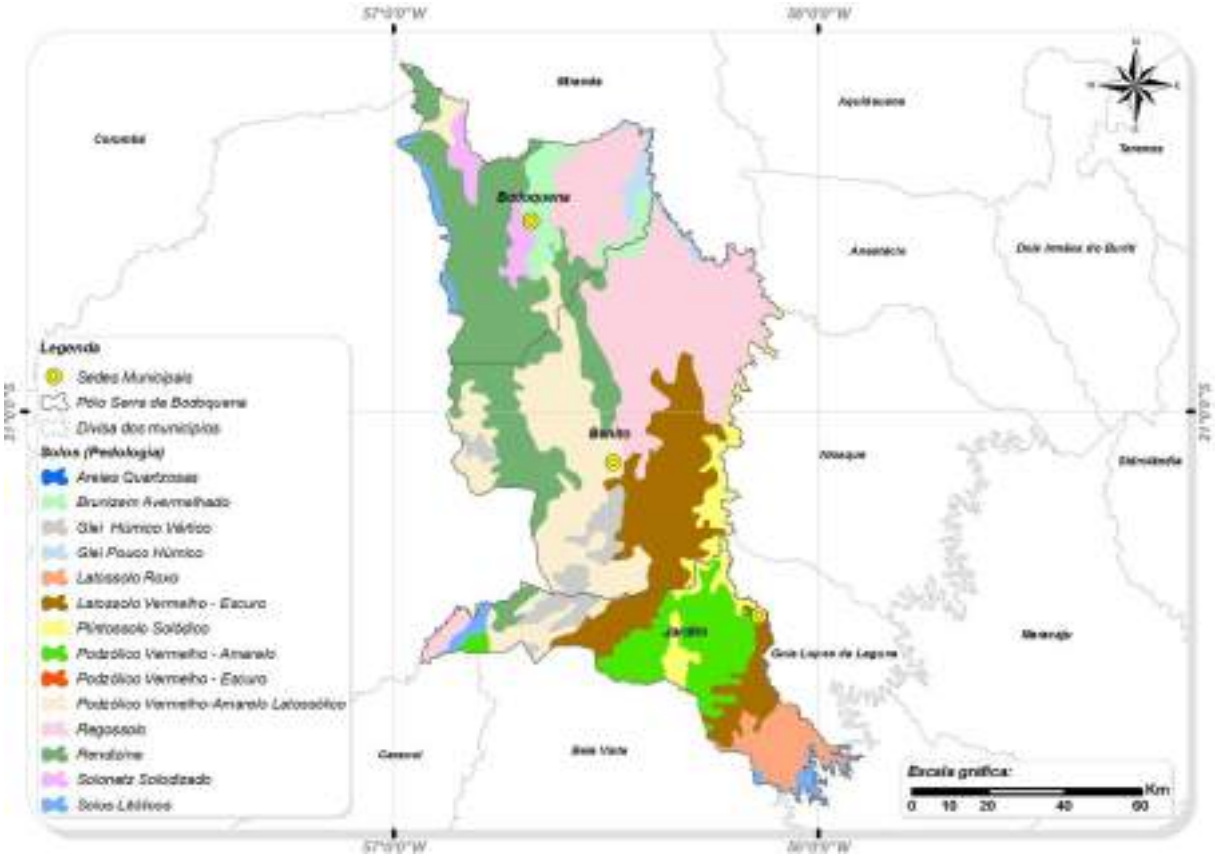


Figura 16– Classes de solos de ocorrência no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Mato Grosso do Sul (1990).

Existe ainda, conforme apresentado anteriormente, a presença de outras classes como: Podzólico Vermelho-Amarelo, Plintossolo Solódico, Glei Húmico Vértico, Brunizem Avermelhado, Latossolo Roxo, Solonetz Solodizado, Solos Litólicos, Glei Pouco Húmico, Areias Quartzosas e Podzólico Vermelho-Escuro.

Em sua maioria são solos minerais profundos, de boa drenagem, textura média, e com baixa fertilidade (BRASIL, 2007), sendo utilizados intensamente para pastagens e lavouras, principalmente soja e milho.

Devido as suas características físicas e constante utilização com lavouras, existe uma grande preocupação com o potencial erosivo do solo dessa região, além do intenso desgaste decorrente do mau uso, devendo-se levar em consideração a inclinação do relevo que pode ocasionar deslizamentos nas encostas dos morros e propiciar maior velocidade de escoamento superficial (fator que pode originar e agravar processos erosivos). Os problemas elencados podem ser evitados e/ou minimizados por meio da adoção de medidas conservadoras do solo.

Os processos erosivos influenciam diretamente na qualidade dos cursos d'água locais, uma vez que, partículas de solos são carreadas, conferindo uma maior turbidez e podendo acarretar no assoreamento destes mananciais hídricos. Deste modo, o turismo que envolve atividades aquáticas podem ser prejudicadas a longo prazo caso não sejam tomadas medidas para evitar tais processos.

4.4.2.4. Águas superficiais

Os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena estão localizados na Bacia Hidrográfica do rio Paraguai e são pertencentes a duas Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPG) definidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos (MATO GROSSO DO SUL, 2010d), sendo que 94,88% da área do Polo Serra da Bodoquena está inserida na UPG do Miranda e o restante na UPG do Apa (Figura 17).

Bodoquena, dentre os municípios em estudo, é o único inserido integralmente na UPG do rio Miranda, enquanto os demais possuem porções territoriais que abrangem ambas as UPGs (Gráfico 14).

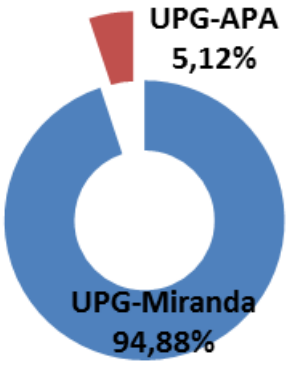


Figura 17 – Distribuição da área do Polo nas UPGs.
Fonte: PERH (2010).

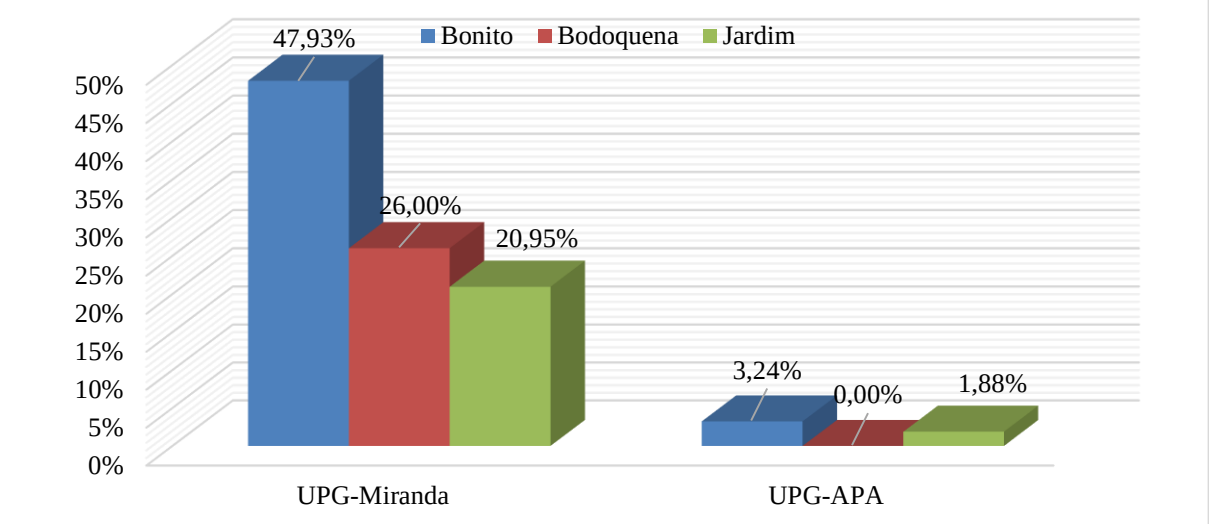


Gráfico 14 – Porcentagem da área municipal inserida nas UPGs.
Fonte: Dados do PERH (2010).

O Polo Serra da Bodoquena é conhecido, nacionalmente e internacionalmente, pelas águas cristalinas de seus cursos d'água, resultantes da concentração elevada de minerais que favorecem a visão de peixes e plantas aquáticas, principalmente no período de inverno que devido aos longos períodos de estiagem característicos da época, garantem águas mais transparentes e, assim, com melhor qualidade visual para o turismo de contemplação da vida aquática.

O Polo, devido à grande interação entre atividade turística e os recursos hídricos, demanda um maior ordenamento ambiental das subbacias, em virtude da fragilidade ambiental e necessidade de proteção. Dentre os principais cursos d'água destacam-se os rios Miranda, Formoso, Sucuri, Mimoso, Perdido, Chapena, da Prata, Salobra e Betione (Figura 18).

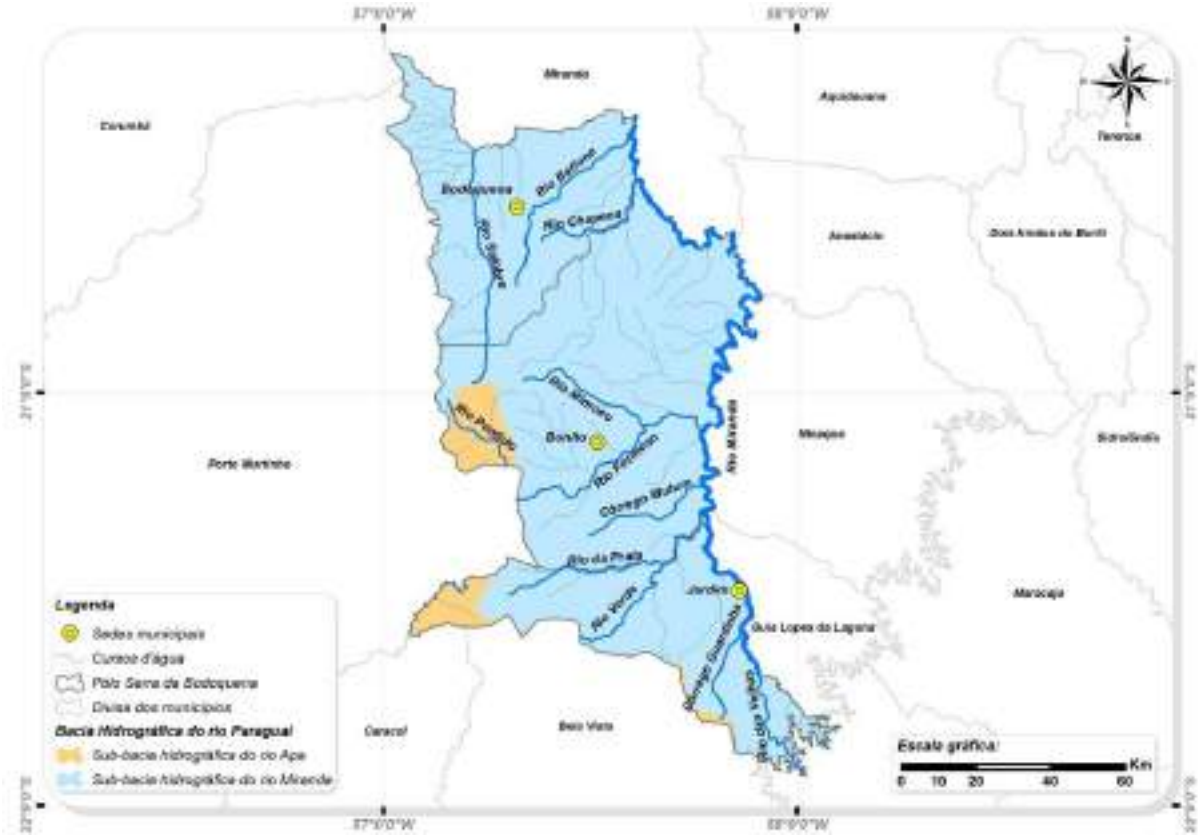


Figura 18 – Hidrografia do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH, 2010).

A presença de formações calcárias das rochas que compõem o subsolo da região propiciou a existência de muitas nascentes; há, assim, uma rede de rios de águas transparentes que favorecem as atividades de ecoturismo, destacando-se os rios Formoso, Sucuri, do Peixe e da Prata.

A maioria dos atrativos turísticos da região envolve os recursos hídricos, sendo o rio Formoso, localizado em Bonito, o mais explorado e, consequentemente, denotando a maior vulnerabilidade com relação a este uso d'água frente às pressões antrópicas.

No que concerne às demandas de água superficial, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MS) aponta para a bacia do rio Miranda como os usos que demandam maiores quantidades de água superficial, a dessedentação animal e a irrigação, sendo estes valores muito superiores ao utilizado no abastecimento urbano. A cidade de Jardim utiliza a captação de água no rio Miranda para o seu abastecimento urbano.

Devido às características do subsolo (rochas calcárias), alguns rios formam fluxos de águas subterrâneas com várias surgências e ressurgências, fato este, responsável pela formação de cavernas e dolinas, que constituem o potencial para o desenvolvimento do turismo na região.

Destaca-se que as cidades de Bodoquena e Bonito não utilizam os recursos hídricos superficiais para o abastecimento urbano.

4.4.2.5. Águas subterrâneas

Na área inserida o Polo Serra da Bodoquena existe a ocorrência do afloramento de seis sistemas aquíferos (Figura 19), sendo estes o Aquidauana Ponta Grossa (14,97%), Cenozóico (4,46%), Guarani (3,78%), Pré-Cambriano (35,36%), Pré-Cambriano Calcários (37,26%) e Serra Geral (4,16%).

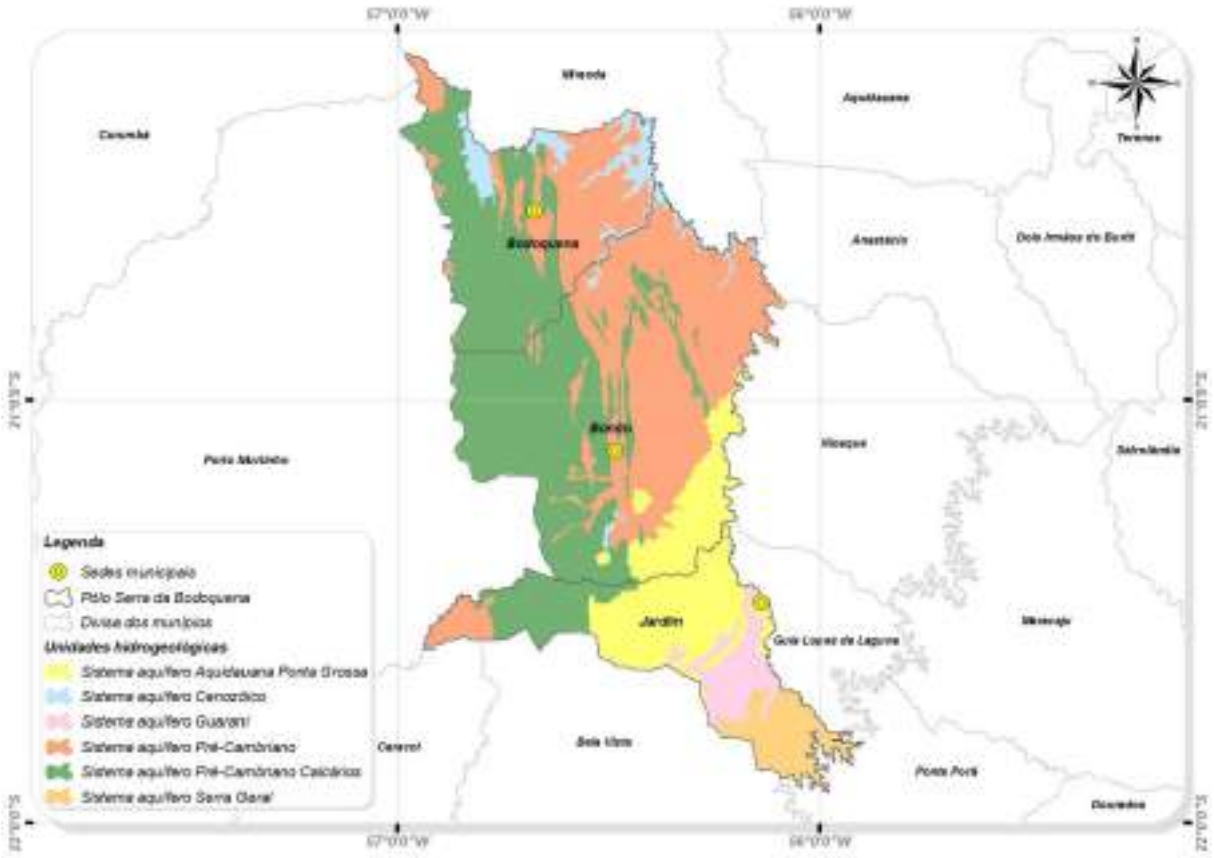


Figura 19 – Sistemas aquíferos presentes no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: PERH (2010).

Destaca-se que dos oito sistemas aquíferos presentes no Estado de Mato Grosso do Sul, seis afloram na região, evidenciando a grande diversidade de aquíferos na referida área e, consequentemente, necessidade de preservação ambiental da região, por meio da exploração sustentável das belezas naturais existentes. Cabe destacar que os aquíferos presentes na bacia hidrográfica do Paraguai não se encontram sobrepostos.

As cidades de Bonito e Bodoquena realizam a captação das águas subterrâneas para o abastecimento público, provenientes dos aquíferos Pré-Cambriano e Pré-Cambriano Calcários. A cidade de Jardim está sobre o Aquífero Aquidauana-Ponta Grossa e existem diversos poços que coletam água para as atividades turísticas.

Segundo o PERH-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010), o Aquífero Pré-cambriano é um importante aquífero para o Município de Bonito, sendo caracterizado por uma porosidade bastante peculiar, a porosidade cárstica, formada a partir da diluição das rochas calcárias dos Grupos Corumbá e

Cuiabá. Outro importante aquífero com afloramento na região é o sistema Aquidauana-Ponta Grossa, com rochas sedimentares das Formações Aquidauana e Ponta Grossa.

Também apresenta afloramento na Bacia do Miranda o Sistema Aquífero Serra Geral, formado essencialmente pelos basaltos e diabásios da Formação Serra Geral, do Grupo São Bento, constituindo um aquífero fraturado, livre, e o Sistema Aquífero Pré-cambriano, que engloba uma grande variedade de rochas, metassedimentares de graus metamórficos distintos, metavulcânicas, granítico-gnássicas (MATO GROSSO DO SUL, 2010d).

4.4.2.6. Vegetação

O Estado do Mato Grosso do Sul apresenta uma grande diversidade de formações vegetais com componentes florísticos particulares, formando um mosaico de formações, muitas vezes integradas. Essa diversidade de formações também é encontrada no Polo Serra da Bodoquena.

Dependendo da classificação a ser utilizada, o Polo está inserido apenas no Bioma Cerrado (RIBEIRO & WALTER, 1998; MMA, 2005), conforme a Figura 20, Figura 21e Figura 22 ou Cerrado e Mata Atlântica (MMA, 2002; MMA, 2007; REATTO & MARTINS, 2005; RAMOS *et al*., 2008) (Figura 23). Esta diferença na classificação ocorre pela falta de definição ou de categorização das Florestas Estacionais.

Verifica-se, segundo os dados do Ministério do Meio Ambiente, que os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena encontram-se inseridos predominantemente no Bioma Cerrado, com parte formada por área com remanescentes da Mata Atlântica e uma pequena parte ao norte com o Bioma Pantanal. Dado a importância dos remanescentes da Mata Atlântica, foi criada em 2000 uma unidade de conservação, de proteção integral, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

O Cerrado é o segundo bioma mais extenso do Brasil (21% do território nacional), atrás apenas da Amazônia. É a savana tropical mais rica do mundo em biodiversidade[4] concentrando um terço da biodiversidade nacional e, aproximadamente, 5% da fauna e flora mundial.

[4] O termo biodiversidade ou biodiversidade biológica refere-se à variedade de vida existente na Terra. Abrange a variedade de espécies de flora, fauna e microrganismos, de funções ecológicas desempenhadas pelos indivíduos e a variedade de comunidades, *habitats* e ecossistemas formados pelos organismos (EMBRAPA, 2012).

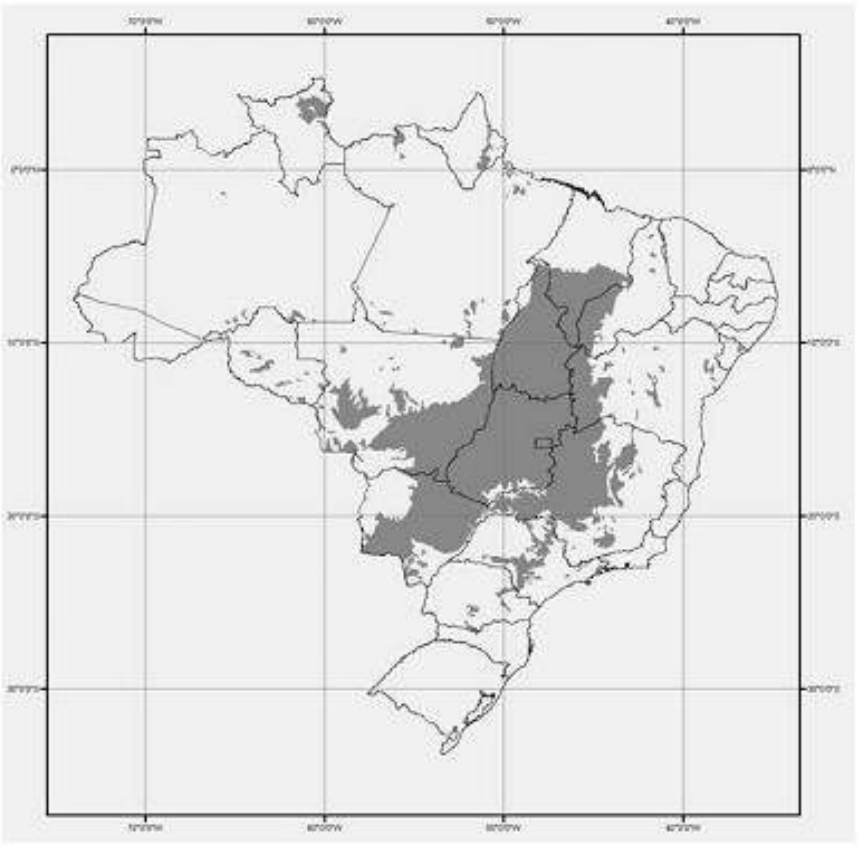


Figura 20 - Distribuição geográfica do Bioma Cerrado (cinza).
Fonte: MMA (2005).

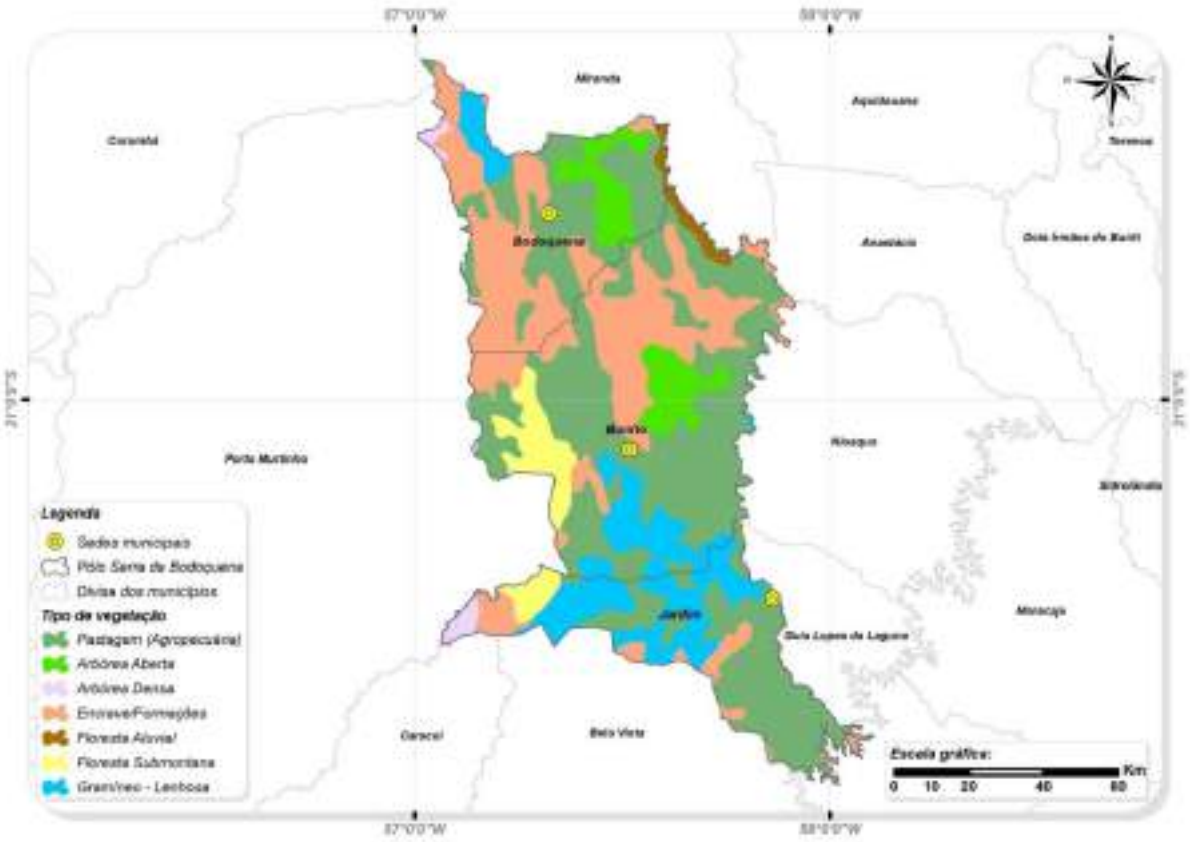


Figura 21 - Tipo de vegetação do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Demeter Engenharia Ltda., 2012.

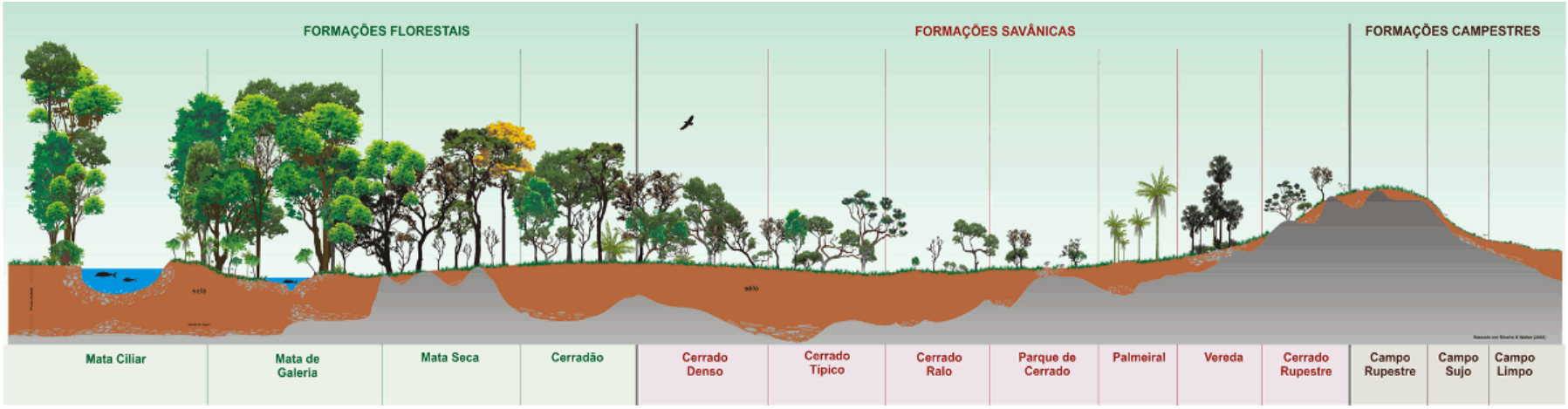


Figura 22 - Fitofisionomias do Bioma Cerrado, adapatado de Ribeiro & Walter (1998), note que Mata Seca (mata estacional) está inserida em formações florestais do Cerrado.
Fonte: Embrapa (2012).

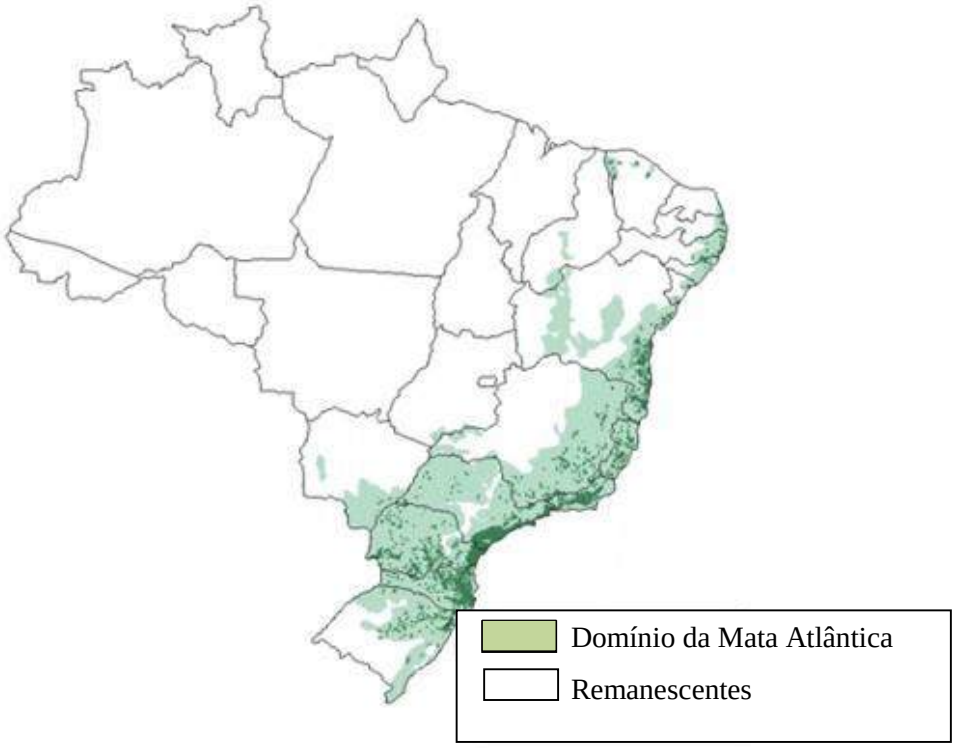


Figura 23 - Distribuição geográfica do Bioma Mata Atlântica.
Fonte: MMA (2002).

Observa-se que a distribuição da área de Domínio do Bioma Mata Atlântica encontra-se no Estado de Mato Grosso do Sul e é melhor identificada quanto a sua localização no item 4.4.3, onde são detalhados os principais ecossistemas existentes no Polo Serra da Bodoquena.

4.4.3. Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.4.3.1. Diversidade biológica

A vegetação característica do Polo Serra da Bodoquena apresenta a predominância do Bioma cerrado, com a existência de remanescentes de Mata Atlântica e também uma pequena porção do Bioma Pantanal.

Segundo RIBEIRO & WALTER (1998), as florestas estacionais, também chamadas de Matas Secas são as formações mais florestais do Bioma Cerrado e são caracterizadas por diversos níveis de caducifolia durante a estação seca, dependentes das condições químicas, físicas e, principalmente, da profundidade do solo. A Mata Seca não possui associação com cursos de água, ocorrendo nos interflúvios em solos geralmente mais ricos em nutrientes. Em função do tipo de solo, da composição florística e, em conseqüência, da caducifolhice no período seco, a Mata Seca pode ser de três subtipos: Mata Seca Sempre -Verde, a Mata Seca Decídua e a Mata Seca Semidecídua (com ocorrência para o Polo).

Em todos esses subtipos a queda de folhas contribui para o aumento da matéria orgânica no solo, mesmo na Mata Seca Sempre-Verde. Esses tipos de formações arbóreas podem ser encontradas sobre

solos desenvolvidos em rochas básicas de alta fertilidade, em Latossolos Roxo e Vermelho Escuro de média fertilidade e, às vezes, sobre solos de origem calcária. A altura média do estrato arbóreo varia entre 15 e 25 metros, com a grande maioria das árvores eretas, com alguns indivíduos emergentes. Na época chuvosa, as copas tocam-se fornecendo uma cobertura arbórea de 70 a 95%, enquanto que na época seca a cobertura pode ser inferior a 50%, especialmente na Mata Decídua, na qual predominam espécies caducifólias. O dossel fechado na época chuvosa desfavorece a presença de muitas plantas arbustivas, enquanto a diminuição da cobertura na época seca não possibilita a presença de muitas espécies epífitas.

Segundo RAMOS *et al*. (2008), a Mata Estacional é um dos subtipos florestais que compõem o Bioma Mata Atlântica, especialmente nas regiões a oeste da Serra do Mar, com áreas expressivas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná e manchas menores em outras Estados, chegando até a alguns países vizinhos, como o Paraguai e a Argentina.

O que caracteriza este tipo de floresta e dá origem à sua denominação é o fato de que as árvores que a compõem são, em grande parte, de espécies caducifólias, ou seja, têm folhas decíduas (caducas), que caem na estação seca como resposta a escassez de água peculiar dos meses de inverno em boa parte do interior do Brasil. Como consequência, o interior da floresta se torna mais claro, mas propício à proliferação de lianas, que geralmente, são plantas exigentes em luz para o seu desenvolvimento e que, nos terrenos mais secos e próximos à borda da floresta, às vezes formam um emaranhado intransponível (RAMOS *et al*., 2008).

De acordo com o Decreto Federal nº 6.660/2008, que regulamenta a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428, de 2006), classifica a Mata Seca como Floresta Estacional Decidual, incluindo-a como disjunção do Bioma da Mata Atlântica. Apesar da classificação legal, muitas das comunidades guardam similaridades florísticas com a Caatinga e com o Cerrado, podendo apresentar grande número de espécies xerófitas no sub-bosque. Geralmente, essa vegetação está associada a solos e afloramentos calcários. SCARIOT & SEVILLA (2005) classificam a Mata Estacional como uma formação florestal a parte, mas que se distribuem tanto pelas formações savânicas de Cerrado e Caatinga, das Regiões Centro-Oeste e Nordeste, quanto pelas formações florestais sempre verdes da floresta Amazônica, na região Norte, e da Atlântica da região Sul-Sudeste, estando, portanto, associado a diferentes tipos fitofisionômicos e regimes de estacionalidade em volume de precipitação e temperatura, topografia e características físicas e químicas do solo.

Segundo a classificação do RADAMBRASIL (BRASIL, 1982), o Polo Serra da Bodoquena apresenta considerável variação florística, possivelmente influenciada pela vegetação das Bacias do Paraguai, do Paraná e Amazonas. Caracteriza-se por três regiões fitoecológicas distintas: Savana, Floresta Estacional Semi-decidual e Floresta Estacional Decidual. Apresenta essencialmente Floresta Estacional Semi-decidual e Floresta Estacional Decidual.

A região fitoecológica da Savana encontra-se distribuída por extensões de planícies aluviais, superfícies pediplanadas e áreas dissecadas. Apresenta-se com as fisionomias de Savana Arbórea Densa, Savana Arbórea Aberta, Savana parque e Savana Gramíneo-Lenhosa.

A Savana Arbórea Densa, também chamada de Cerradão, é uma formação florestal com características esclerófilas (grande ocorrência de órgãos vegetais rijos, principalmente folhas) e xeromórficas (com características como folhas reduzidas, suculência, pilosidade densa ou com cutícula grossa que permitem conservar água e, portanto, suportar condições de seca). Caracteriza-se pela presença preferencial de espécies que ocorrem no Cerrado *stricto sensu* e também por espécies de florestas, particularmente as da Mata Seca Semidecídua e da Mata de Galeria. Do ponto de vista fisionômico é uma floresta, mas floristicamente se assemelha mais ao Cerrado *stricto sensu* (RIBEIRO & WALTER, 1998). Apresenta dossel predominantemente contínuo e cobertura arbórea que pode oscilar em torno dos 70%, com altura média do estrato arbóreo variando entre 8 e 15 metros, propiciando condições de luminosidade que favorecem a formação de estratos arbustivo e herbáceo diferenciados, com espécies de epífitas reduzidas (IBGE, 1992).

Quanto aos solos, são profundos, bem drenados, de média e baixa fertilidade, ligeiramente ácidos, pertencentes às classes de Latossolos Vermelho-Escuro, Vermelho-Amarelo ou Roxo, podendo ocorrer, também, Cambissolos distróficos. O teor de matéria orgânica nos horizontes superficiais é médio e recebe um incremento anual de resíduos orgânicos provenientes da deposição de folhas durante a estação seca.

De acordo com RADAMBRASIL (BRASIL, 1982) as espécies arbóreas mais frequentes no Cerradão são: *Callisthene fasciculata* (jacaré), *Caryocar brasiliense* (pequi*), Copaifera langosdorffii* (pau-d'óleo), *Emmotum nitens* (sobre), *Hirtella glandulosa* (oiti), *Lafoensia pacari* (mangaba- brava, pacari), *Magonia pubescens* (tingui), *Siphoneugenia densiflora* (maria-preta), *Vochysia haenkeana* (escorrega-macaco), *Xylopia aromática* (pimenta-de-macaco, pindaíba-do-campo), *Agonandra brasiliensis* (pau-marfim), *Bowdichia virgilioides* (sucupira-preta), *Dalbergia miscolobium* (jacarandá-do-cerrado), *Dimorphandra mollis* (faveira), *Kielmeyera coriacea* (pau-santo), *Machaerium opacum* (jacarandá-muchiba), *Platypodium elegans* (canzileiro), *Pterodon emarginattus* (sucupira-branca), *Qualea grandiflora* (pau-terra-grande) e *Sclerolobium paniculatum* (carvoeiro). Felfili *et al*. (1994) relata que as espécies encontradas no Cerradão, também são encontradas em outras formações florestais ou savânicas, e não encontraram espécies exclusivas de Cerradão, quer no estrato arbóreo, quer no estrato arbustivo.

A Savana Arbórea Aberta também chamado de Cerrado *stricto sensu* caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, geralmente com evidências de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (xilopódios), que permitem a rebrota após queima ou corte. Na época chuvosa os estratos subarbustivo e herbáceo tornam-se exuberantes devido ao seu rápido crescimento. Os troncos das espécies lenhosas em geral possuem cascas com cortiça grossa,

fendida ou sulcada, e as gemas apiciais de muitas espécies são protegidas por densa pilosidade. As folhas em geral são rígidas e coriáceas.

Grande parte dos solos dessa formação herbácea é da classe dos Latossolos Vermelho-Escuro, Vermelho-Amarelo e Roxo, que apresentam boas características físicas. Apesar dessas boas características físicas, são solos fortes a moderadamente ácidos, com carência generalizada dos nutrientes essenciais, principalmente Fósforo e Nitrogênio. Apresentam, geralmente, altas taxas de alumínio.

O teor de matéria orgânica varia de médio a baixo. Como exemplos de espécies encontradas nessa fitofisionomia podemos destacar *Acosmium dasycarptum* (amargosinha), *Annona crassiflora* (araticum), *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves), *Brosimum gaidichaudii*, *Bowdichia virgilioides* (sucupira preta), *Byrsonima coccolobifolia* (murici), *Byrsonima verbascifolia* (murici), *Caryocar brasiliense* (pequi), *Connarus suberosus*, *Curatella americana* (lixeira), *Dimorphondra mollis*(faveira), *Erythoxylum suberosum*, *Hancornia speciosa* (mangaba), *Hymenaea stigocarpa* (jatobá-do-cerrado), *Kielmeyra cariacea*, *Lafoensia pacari*, *Machaerium acutifolium* (jacarandá), *Pouteria ramiflora* (currioloa), *Qualea grandiflora* (pau-terra), *Qualea multiflora* (pau-terra-liso), *Qualea parviflora* (pau-terra-roxo), *Roupala montana* (carne-de-vaca), *Salvertia convallariaeodora* (bate-caixa), *Tabeluia áurea* (ipê), *Tabeluia ochracea* (ipê-amarelo) e *Tocyena formosa* (jenipapo-do-cerrado).

Fatores como pH, condições edáficas, alumínio, fertilidade, condições hídricas, profundidade, queimadas e ações antrópicas podem influenciar na densidade arbórea do cerrado *stricto sensu*, refletindo na sua composição florística e estrutura (RIBEIRO & WALTER, 1998).

A Savana parque também chamada de Campo Sujo é um tipo fisionômico exclusivamente herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies do Cerrado *stricto sensu*. É encontrado em solos rasos como os Neossolos, Cambissolos ou Plintossolos Pétricos ou ainda em solos profundos e de baixa fertilidade como os Latossolos de textura média e as Areias Quartzosa. Em função de particularidades ambientais, o Campo Sujo pode apresentar três subtipos fisionômicos distintos: 1 - na presença de um lençol freático profundo, ocorre o campo sujo Seco; 2 - na presença do lençol freático alto, ocorre o Campo Sujo Úmido e, 3 -quando na área ocorrem microrelevos mais elevados, tipo murundus, ocorre o campo sujo com Murundus (RIBEIRO & WALTER, 1998).

Quanto à vegetação, a família mais frequente é a Poaceae (*Gramineae*), destacando-se os gêneros *Aristida, Axonopus, Echinolaena, Ichnanthus, Laudetiopsis, Panicum, Paspalum, Trachypogon* e *Tristachya*. Outra família importante é a *Cyperaceae* com os gêneros *Bulbostylis* e *Rhyncophora*. Diversas espécies de outras famílias destacam-se pela floração exuberante na época chuvosa ou mesmo logo após queimadas que venham a ocorrer, como *Alstroemeria* spp., *Gomphrena officinalis*, *Griffinia* spp., *Hippeastrum* spp. e *Paepalanthus* spp. Também são comuns as espécies dos gêneros *Andira, Aspilia, Baccharis, Crumenaria, Cuphea, Deianira, Diplusodon, Eryngium, Habenaria, Hyptis, Lippia, Mimosa, Polygala, Piriqueta, Syagrus, Vernonia* e *Xyris*. A composição florística e a importância

fitossociológica das espécies nos três subtipos do Campo Sujo podem diferir se o solo for bem ou mal drenado, caracterizando a fisionomia da vegetação (RIBEIRO & WALTER, 1998).

A Savana Gramíneo-Lenhosa também conhecida de Campo Limpo é uma fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores. Pode ser encontrado em diversas posições topográficas, com diferentes variações no grau de umidade, profundidade e fertilidade do solo. Contudo, é encontrado com mais frequência nas encostas, nas chapadas, nos olhos d'água, geralmente em solos Neossolos, Cambissolos ou Plintossolos Pétricos. Quando ocorrem em áreas planas, relativamente extensas, contíguas aos rios e inundadas periodicamente, também é chamado de "Campo de Várzea" ou "Brejo", sendo os solos do tipo hidromórfico, aluvial, Plintossolo ou solos orgânicos.

O Campo Limpo apresenta variações dependentes de particularidades ambientais, determinadas pela umidade do solo e topografia. Na presença de um lençol freático profundo ocorre o campo limpo seco; na presença de lençol freático alto, ocorre o campo limpo úmido e, quando aparecem os murundus, tem-se o campo limpo com Murundus, cada qual com sua fitofisionomia específica (RIBEIRO & WALTER, 1998). As espécies comuns encontradas pertencem as seguintes famílias e gêneros: Burmanniaceae (*Burmannia*), Cyperaceae (*Rhynchospora*), Droseraceae (*Drosera*), Iridaceae (*Cipura*, *Sisyrinchium*), Lentibulariaceae (*Utricularia*), Lythraceae (*Cuphea*), Orchidaceae (*Cleistes, Habenaria, Sarcoglottis*) e Poaceae (*Aristida*, *Axonopus, Panicum, Mesosetum, Paspalum, Trachypogon*).

A Floresta Estacional Semidecidual, ora classificada como parte do Cerrado, ora como parte da Mata Atlântica, é constituída principalmente por árvores de espécies caducifólias, ou seja, têm folhas decíduas (caducas), que caem na estação seca, o grau de decidualidade, ou seja, a perda das folhas é dependente da intensidade e duração de basicamente duas razões: as temperaturas mínimas máximas e a deficiência do balanço hídrico. A porcentagem das árvores caducifólias no conjunto florestal é de 20-50% (RIBEIRO & WALTER, 1998). Segundo RADAMBRASIL (BRASIL, 1982), é condicionada a dupla estacionalidade climática: uma estação com chuvas intensas de verão, seguidas por um período de estiagem.

A vegetação é constituída por fanerófitos com gemas foliares protegidas da seca por escamas (catáfilos ou pêlos), tendo folhas adultas esclerofilas ou membranáceas deciduais. Como espécies arbóreas frequentes encontram-se: *Amburana cearensis* (imburana), *Anadenanthera colubrina* (angico), *Cariniana estrellensis* (bingueiro, jequitibá), *Cássia ferruginea* (canafístula-preta), *Cedrela fissilis* (cedro), *Centrolobium tomentosum* (araribá), *Chloroleucon tenuiflorum* (jurema), *Dilodendron bippinatum* (maria-pobre), *Guazuma ulmifolia* (mutamba), *Jacaranda caroba* (caroba), *Lonchocarpus sericeus* (imbira-de-porco), *Myracrodruon urundeva* (aroeira), *Physocallimma scaberrimum* (cega-machado), *Platycyamus regnellii* (pau-pereira), *Tabebuia* spp. (ipês), *Terminalia* spp. (capitão), *Trichilia elegans*, *Zanthoxylum rhoifolium* (maminha-de-porca) e *Cavanillesia arborea* (barriguda).

A Floresta Estacional Decidual, ora classificada como parte do Cerrado, ora como parte da Mata Atlântica, possui semelhanças com as características da Floresta Estacional Semidecidual. A diferença

é a porcentagem da decidualidade foliar dos indivíduos dominantes, que passa a ser mais de 60% (BRASIL, 1982).

De acordo com o Relatório da Conservation International (MITTERMEIER *et al*., 1997), divulgado em dezembro de 1997, aponta o Brasil como o País de maior megadiversidade no planeta, entre os 17 que reúnem em seus territórios 70% das espécies animais e vegetais do planeta. A diversidade brasileira é a maior entre todas em plantas superiores, peixes de água doce, mamíferos e anfíbios, a segunda em répteis e a terceira em. São 55 mil espécies vegetais ou 22% do total do planeta, 701 mamíferos, 946 anfíbios, 1832 aves e 732 répteis, além de 3 mil espécies de peixes de água doce e entre 10 e 15 milhões de insetos.

Essa grande diversidade também é observada para o Cerrado e Mata Atlântica. Segundo o MMA (BRASIL, 2002b), o Cerrado apresenta em apenas três ordens de insetos, Lepidoptera, Hymenoptera e Isoptera, o número de espécies estimado de 14.425, 780 espécies de peixes, 113 espécies de anfíbios, 180 de répteis, 837 de aves e 251 de mamíferos. Já a Mata Atlântica apresenta 340 espécies de anfíbios, 198 de répteis, 1050 de aves e 298 de mamíferos (BRASIL, 2002b).

Os impactos do turismo no meio ambiente são extremamente diversos, dependendo das características do meio físico e biológico, do modelo de ocupação e uso do espaço pelo turismo, da taxa de crescimento do turismo, e das ações de planejamento e gestão do território. Segundo CRUZ (2001) os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infraestrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer com a circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. Os meios de hospedagem edificados em áreas não urbanizadas bem como outras infraestruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem.

O grande impacto do turismo no meio ambiente é em decorrência da exploração desordenada e mal planejada, destacando-se três, sob a ação direta da sua utilização.

Fauna - Os impactos em relação à fauna ainda não são bem conhecidos, mas sabe-se que existe uma alteração quanto ao número de espécies, tendo um aumento das espécies mais tolerante a presença do homem, uma diminuição aos mais sensíveis.

Solo - Os principais impactos causados ao solo são: a compactação e a redução da capacidade de retenção de água pelo solo, alterando assim a capacidade de sustentar a vida vegetal e animal do ambiente, seguido pela erosão.

Vegetação - Os impactos causados levam a extinção local de plantas por choque mecânico diretamente e indiretamente causado pela compactação do solo, a erosão deixa de maneira exposta às raízes das plantas comprometendo sua sustentação e tornando-as vulneráveis à contaminação de suas raízes por pragas, além das alterações que ocorrem no ambiente.

Verifica-se que os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente natural podem superar os impactos positivos causados pelo mesmo, como poluição sonora, lixo e resíduos sólidos, degradação de ecossistemas frágeis, perda da biodiversidade, compactação dos solos resultante do pisoteamento,

perda da cobertura vegetal e do solo, aceleramento de processos erosivos, fuga da fauna nativa, entre outros. É devido a estes motivos que há a necessidade de cuidados para o bom andamento da atividade turística, visto que resultados irreversíveis podem comprometer as áreas de visitação, já que o que a demanda desta modalidade turística busca são os ambientes conservados, mais próximos possível do natural.

Para isso, é de suma importância que ocorram reflexões e discussões sobre os impactos oriundos da atividade turística sobre o patrimônio natural, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos. É importante deixar claro que o turismo não apenas traz impactos negativos, existem vantagens em se desenvolver a atividade. E é por este motivo que a atividade deve ser bem conduzida e planejada. Desta forma, são necessários estudos que busquem minimizar ao máximo a degradação ambiental das áreas receptoras.

Para os estudos de impactos, é de relevante importância que sejam feitas análises das situações e de aspectos específicos, de forma isolada, a fim de obter resultados mais precisos. Posteriormente, é ideal que seja feito uma análise sobrepondo todas as informações adquiridas, de modo a contribuir positivamente para a recuperação da área e para prevenção de futuros problemas.

4.4.3.2. Principais Ecossistemas existentes

O Polo Serra da Bodoquena, privilegiado pelas belezas naturais com características únicas, abrangendo os Biomas Pantanal, Cerrado e remanescentes da Mata Atlântica (Figura 24), possui grande potencial para o ecoturismo, segmento este, que prima pela interpretação ambiental, conservação e sustentabilidade.

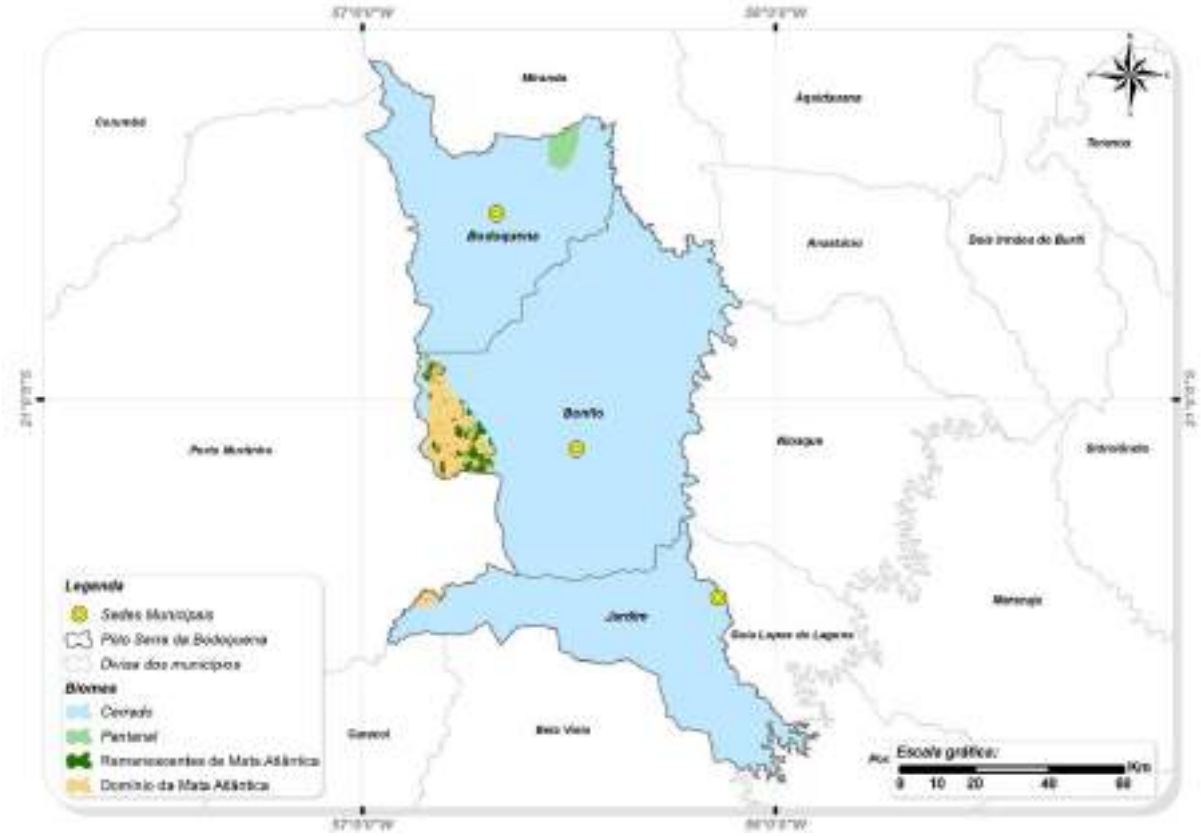


Figura 24 – Biomas presentes no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: IBGE (Lei nº. 11.428/06) e SOS Mata Atlântica/INPE (2009).

Os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena encontram-se inseridos no Bioma Cerrado, remanescentes da Mata Atlântica e uma pequena parte ao norte com o Bioma Pantanal. Dada a importância dos remanescentes da Mata Atlântica foi criada em 2000 uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

O Cerrado é o segundo bioma mais extenso do Brasil (21% do território nacional), atrás apenas da Amazônia. É a savana tropical mais rica do mundo em biodiversidade[5] concentrando um terço da nacional e, aproximadamente, 5% da fauna e flora mundial. O número de espécies vegetais supera 6.000. A riqueza de espécies de peixes, aves, mamíferos, répteis, anfíbios e invertebrados é igualmente grande, comparando com o Brasil estes valores chegam à metade das espécies de aves, 45% dos peixes, 40% dos mamíferos e 38% dos répteis (Gráfico 15)

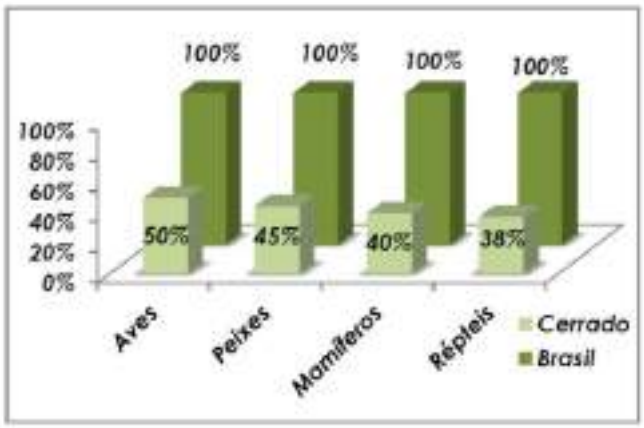


Gráfico 15 - Comparação do número de espécies do bioma Cerrado com o Brasil.
Fonte: Embrapa (2012).

[5] O termo biodiversidade ou diversidade biológica refere-se à variedade de vida existente na Terra. Abrange a variedade de espécies de flora, fauna e microrganismos, de funções ecológicas desempenhadas pelos indivíduos e a variedade de comunidades, *habitats* e ecossistemas formados pelos organismos (EMBRAPA, 2012).

O Cerrado é considerado a mais diversificada savana tropical do mundo. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2012), estima-se que ocorram cerca de 320 mil espécies no Cerrado, 30% do Brasil.

Diante desta significante biodiversidade, o Polo Serra da Bodoquena apresenta características propícias para o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, esses ecossistemas estão em delicado equilíbrio onde alterações e reduções nos *habitats* proveniente da ocupação antrópica podem afetar diretamente a fauna e flora local, assim podendo prejudicar o turismo local.

O Polo Serra da Bodoquena localiza-se na zona neotropical com a ocorrência de três Regiões Fitoecológicas no sistema primário: Floresta Estacional Decidual, Floresta Estacional Semidecidual e a Savana. Ainda, existem áreas de tensão ecológica do contato entre duas Regiões Fitoecológicas. As formações de cada Região Fitoecológica com ocorrência na região são apresentadas a seguir.

Floresta Estacional Decidual	Floresta Estacional Semicidual	Savana
• Submontana (Cs)	• Floresta Aluvial (Fa)	• Árborea Aberta • Árborea Densa • Gramíneo - Lenhosa

Figura 25 - As formações de cada Região Fitoecológica com ocorrência no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2012).

Cabe mencionar que, se não houver uma limitação regional no crescimento das áreas de pecuária e agricultura, áreas que servem de refúgio para a vida animal e floras locais podem ser suprimidas para a implantação destas atividades antrópicas impactando diretamente no turismo.

Visando apresentar os locais de ocorrência das formações fitoecológicas elencadas na Figura 25 foi elaborada a Figura 26, na qual é possível visualizar a abrangência destas.

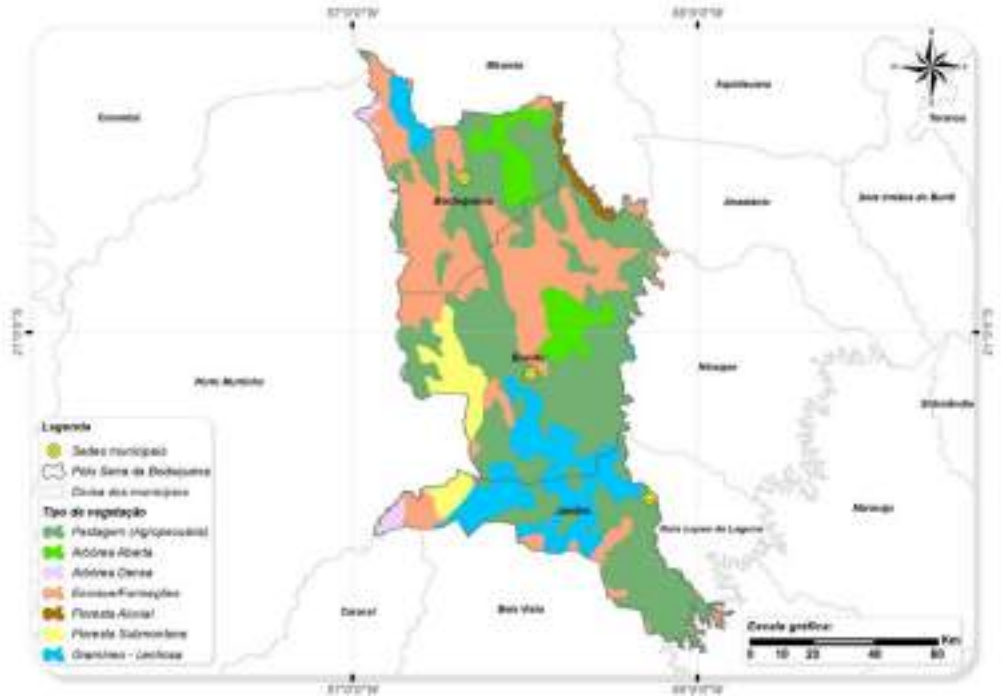


Figura 26 – Representação da vegetação no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda., 2012. Adaptado de Mato Grosso do Sul (1990).

A Região Fitoecológica da Floresta Estacional Decidual está relacionada com as duas estações climáticas, sendo uma chuvosa e uma seca, ou com a acentuada variação térmica. O grau de decidualidade, ou seja, perda das folhas no período mais desfavorável é de 50% podendo atingir valores superiores.

A formação Submontana se caracteriza por ter ocorrência em altitudes superiores a 150 metros, especialmente a metade sul da Serra da Bodoquena. Possui espécies deciduais com estacionalidade foliar na época do frio máximo, coincidindo com o período seco.

A Floresta Estacional Semidecidual relaciona-se ao clima de duas estações, uma chuvosa e outra seca, ou com acentuada variação térmica. Esses climas determinam uma estacionalidade foliar, os quais apresentam adaptação ora à deficiência hídrica, ora à queda de temperatura nos meses frios. O grau de decidualidade, ou seja, perda das folhas no período mais desfavorável é entre 20 a 50%.

A Formação Florestal Aluvial é tipicamente ribeirinha que ocupa as acumulações fluviais com sedimentos do Quaternário. Anomalamente, entretanto, em Mato Grosso do Sul, pelas similaridades florística e estrutural, foi definida como de formação aluvial, extensas áreas florestais ribeirinhas embasadas em substratos de litologia mais antiga (IBGE, 1992).

A Região Fitoecológica da Savana (Cerrado) foi generalizada como denominação prioritária para as várias formações herbáceas nas áreas tropicais e subtropicais do Brasil, intercalados por pequenas plantas lenhosas até arbóreas quase sempre serpenteadas de Florestas de Galeria.

A formação Savana Arbórea Aberta (Campo Cerrado) possui como característica principal um contínuo estrato graminóide que reveste o solo e que seca durante o período desfavorável. A esse estrato, sobrepõe-se outro, que apresenta árvores mais ou menos baixas, xoromórfas[6], com grandes folhas sempre verdes. O tronco é tortuoso, esgalhado e de casca corticosa em geral queimado todos os anos.

Essa formação particulariza-se por uma variação fisionômica muito grande, incluindo desde o cerrado propriamente dito, com árvores que variam dos 4 a 8 m de altura, formando às vezes um estrato lenhoso denso de arbustos, cipós e taboquinha, até fisionomias arbóreas mais abertas, baixas e limpas, lembrando um parque antrópico.

A formação Savana Arbórea Densa (Cerradão) constitui-se de uma formação campestre com estrato denso de árvores baixas, xeromórficas, de esgalhamento profuso, providas de grandes folhas coriáceas, perenes e casca corticosa. De uma maneira geral, apresenta estratos definidos. Existe um andar arbóreo superior mais ou menos uniforme em que os indivíduos têm de 8 a 10m de altura, às vezes chegando a 15 e até 18m. No estrato intermediário por vezes existe grande quantidade de arvoretas e arbustos, e normalmente não apresenta estrato herbáceo contínuo, mas somente gramíneas em tufas, entremeada de plantas lenhosas raquíticas munidas de xilopódios e palmeiras anãs (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

[6] Possuem características como folhas reduzidas, suculência, pilosidade densa ou com cutícula grossa que permitem conservar água e, portanto, suportar condições de seca

A Formação Savana Gramíneo-Lenhosa (Campo) possui fisionomia campestre, entremeada de plantas lenhosas anãs, ausente de cobertura arbórea, excetuando as faixas das florestas-de-galeria, presentes nos vales. Essa comunidade vegetal é caracterizada por apresentar unicamente um estrato graminoso com algumas formas subarbustivas. A presença dessa formação relaciona-se ao parâmetro ecológico inibidor ou regulador do solo, ou seja, com um teor nutricional muito baixo, onde o alumínio pode aparecer como elemento inibidor preponderante, ou ainda em solos encharcados.

4.4.3.3. Áreas protegidas

A Lei nº 9.985/2000 apresenta a seguinte definição para Unidade de Conservação (UC) como:

> (...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000b).

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos com características distintas e separadas em categorias (Figura 27). As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo principal a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei. Enquanto que, as Unidades de Uso Sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Unidades de Proteção Integral

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Refúgio de Vida Silvestre.

Unidades de Uso Sustentável

- Área de Proteção Ambiental;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva de Fauna;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Figura 27 - – Grupos e categorias de UC's.
Fonte: Dados da Lei 9.985 (BRASIL, 2000b).

O Polo Serra da Bodoquena possui um total de 14 Unidade de Conservação (Quadro 4) englobando os dois grupos citados e as categorias Parque Nacional, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Monumento Natural, destacando-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PARNA), a primeira UC Federal de Proteção Integral que está totalmente inserida no território do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 4 – Lista de Unidades de Conservação no Polo Serra da Bodoquena.

Nome da UC	Município	Área (km²)	Ato de Criação
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Bodoquena	76.481,00	Decreto s/n, de 21 de setembro de 2000
	Bonito		
	Jardim		
	Porto Murtinho		

Quadro 4 – Lista de Unidades de Conservação no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Nome da UC	Município	Área (km²)	Ato de Criação
RPPN Fazenda América – Federal	Bonito	401	Portaria 94-N - DOU 174 - 12/09/1994 - seção/pg. 1/13718
RPPN Fazenda Boqueirão – Federal	Bonito	173,6	Portaria 1-N - DOU 8 - 11/01/1996 - seção/pg. 1/455
RPPN Fazenda Singapura – Federal	Bonito	4.999,40	Portaria 66-N - DOU 115 - 20/06/1994 - seção/pg. 1/8992
Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Bonito	238,67	Decreto nº 10.394, de 11 de junho de 2001
Monumento Natural do Rio Formoso	Bonito	18,35	Decreto nº 11.453, de 29 de outubro de 2003
RPPN Fazenda da Barra	Bonito	80	Deliberação CECA nº 004/2003, publicada no DOE de 14 de julho de 2003
RPPN São Geraldo	Bonito	642	Certificado de criação emitido pela Sema (03/12/2001) com base na Deliberação do CECA-MS nº 03/1998.
RPPN Reserva do Sacy	Bonito	178	N° do processo de criação da RPPN: 23/103045/2010. DOEMS 14/10/2011
RPPN Rancho do Tucano	Bonito	29,8496	N° do processo de criação da RPPN: 23/103862/2009. DOEMS 12/05/2011
RPPN Buraco das Araras	Jardim	29,03	Nº 13554 - 07 de maio de 2007
RPPN Fazenda Cabeceira do Prata	Jardim	307,53	Deliberação CECA/MS nº 001-1999
RPPN Xodó do Vô Rui	Jardim	487	N° do processo de criação da RPPN: 23104952/2005. Resolução SEMA n° 046 (20/07/2006). DOEMS 02/08/2006
RPPN Cara da Onça	Bodoquena	11,7	Resolução SEMAC nº 015/2007

Fonte: IMASUL/GUC (2012); REPAMS (2012); ICMBio (2012).

Visando compreender os objetivos de cada categoria e os usos permitidos, inclusive a visitação pública, elaborou-se o Quadro 5

Quadro 5 – Grupo e categoria de UC com seus respectivos objetivos e usos.

Grupo	Categoria	Objetivo	Uso
Unidade de Proteção Integral	Parque Nacional	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.	Pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Visitação pública.
Unidade de Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.	Pesquisa científica, atividades de educação ambiental e turismo.

Fonte: Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000b).

Um importante instrumento de gestão destas áreas é o Plano de Manejo que deve ser elaborado e acompanhado por profissionais tecnicamente habilitados. Neste sentido, no site da Associação de RPPNs do MS (REPAMS), encontra-se disponível os Planos de Manejo de três RPPN: a Fazenda Cabeceira do Prata, Fazenda São Geraldo e Buraco das Araras. Para os dois monumentos naturais, entre os principais atrativos turísticos do Polo, ainda não foram elaborados os respectivos planos de manejo, sendo estes de responsabilidade da SEMAC, por meio do IMASUL. Apenas o plano de manejo espeleológico das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, que integram o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul foram elaborados.

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, sendo a primeira com área integralmente inserida no Mato Grosso do Sul. Sua criação visou proteger a maior área contínua de "Mata Atlântica" no Estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende aos objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação, apenas para citar os mais comuns.

O ato de criação, Decreto Federal S/N de 21 de setembro de 2000, destaca em seu artigo 1º como objetivos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena: preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000a). O Parque abrange 76.481 hectares, dividido em dois fragmentos: um ao norte, com área de 27.793 hectares, e outro ao sul, com 48.688 hectares.

Vale ressaltar que existem algumas informações e situações conflitantes quanto ao processo de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, dentre elas, o ato de criação, alguns citam Decreto S/N de 21/09/2000, outros o Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, que define o regulamento dos Parques Nacionais, e ainda alguns autores/fontes remetem o Decreto nº 84.017 para o ano de 2000.

A situação fundiária do Parque ainda encontra-se em litígio, somente, com cerca de 10% dos proprietários indenizados (PORTO MURTINHO, 2012). A Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul impetrou uma Ação Declaratória de Caducidade (FAMASUL, 2012).

No Decreto Federal S/N, de 21 de setembro de 2000, em seu artigo 5º estabelece o prazo máximo de cinco anos, contados a partir da data do Decreto para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (BRASIL, 2000a). A Portaria ICMBio nº 79, de 27 de agosto de 2010, criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena/MS.

Na ficha técnica do Plano de Manejo, publicado pela Portaria ICMBio nº178/2013, destaca que a educação ambiental ocorre de forma assistemática; a fiscalização ocorre em resposta a denúncias e/ou incorporada à rotina de trabalhos de campo; as pesquisas são conduzidas por pesquisadores ligados a universidades; não ocorre visitação; e atividades conflitantes: existe prática de pecuária bovina, caça e pesca predatória.

No momento, o PARNA Serra da Bodoquena não tem seu uso público estruturado e, portanto, não cumpre com todos os objetivos estabelecidos em seu ato de criação.

O Polo Serra da Bodoquena possui uma grande relevância do ponto de vista ambiental, existindo áreas inseridas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, contribuindo para o estabelecimento de uma relação harmônica entre a sociedade humana e o ambiente nas áreas de Mata Atlântica. Tem como funções a conservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica incluindo a paisagem e os recursos hídricos; a valorização da sócio-diversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados; o fomento ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ecologicamente sustentável; o apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável.

Estas áreas protegidas são de grande importância para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico da região e a preservação dos recursos naturais, garantindo assim um desenvolvimento sustentável do Polo.

4.4.3.4. Áreas potenciais para conservação

O Polo Serra da Bodoquena encontra-se em um local estratégico para a conexão de três biomas brasileiros a Mata Atlântica, Cerrado e o Pantanal, sendo por isso considerada, de acordo com o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Figura 28), de prioridade alta, muito alta e extremamente alta para a conservação.

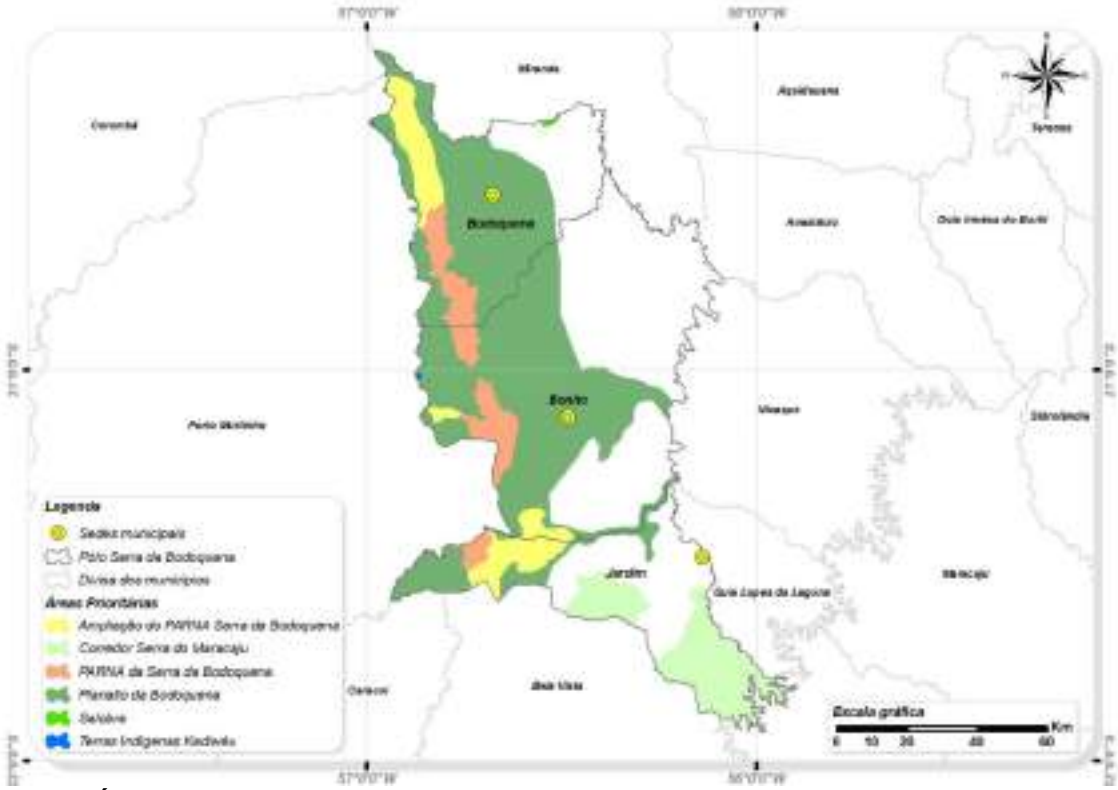


Figura 28 – Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.
Fonte: Dados do IMASUL (2012)

O detalhamento das áreas apontadas na Figura 28 é descrito Quadro 6, sendo identificado o grau de prioridade, riscos/ameaças e as ações planejadas. Verifica-se a presença de terras indígenas no Município de Porto Murtinho, fazendo divisa com os Municípios de Bonito e Bodoquena.

Quadro 6 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.

Código	Grau de prioridade	Descrição	Riscos/ameaças	Ações planejadas
Ce041	Extremamente Alta/ Muito Alta	Área de nascentes; abrange a cabeceira do rio Miranda e vários dos seus tributários da margem direita; abrange nascentes do rio Apa. Divisor de águas das bacias do Paraguai e do Paraná - importância estratégica para interligação das bacias. Presença de remanescentes de Mata Atlântica.	Assoreamento dos rios; carvoarias; agropecuária; plantações de cana-de-açúcar; manejo inadequado de APPs, por exemplo, o mau uso de nascentes em áreas de propriedade privada.	Criação de UC; inventário ambiental; recuperação de área degradada; criação de mosaicos/corredores; educação ambiental; estudos socioantropológicos
Ce043	Extremamente Alta/Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar e mineração.	Criação de UC; recuperação de área degradada; inventário ambiental; manejo; fomento às atividades econômicas sustentáveis; fiscalização; educação ambiental; estudos do meio físico.
Ce049	Extremamente Alta/Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar e mineração.	Criação de UC; recuperação de área degradada; inventário ambiental; manejo; fomento às atividades econômicas sustentáveis; fiscalização; educação ambiental; estudos do meio físico.
Pa004	Alta/Muito Alta	Região bastante alagada com matas ciliares. Presença de muitos ranchos pesqueiros ao longo do rio Miranda. Lagoas marginais do rio Salobra funcionam como berçários para espécies aquáticas.	Cultura de arroz com a utilização de pesticidas e captação de água do rio Miranda. Presença de duas rodovias. Atividade turística desregulada (dois hotéis).	Fomento às atividades econômicas e sustentáveis; fiscalização; educação ambiental.

Fonte: MMA (BRASIL, 2007) apud PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011).

As áreas protegidas são importantes para a continuidade da prática do ecoturismo na região do Polo Serra da Bodoquena, uma vez que, impõe legalmente a obrigação de conservação de determinadas

áreas naturais. Sem tal imposição legal, as belezas naturais poderiam perder espaço frente a outras atividades econômicas, como a agricultura, a mineração e a pecuária, que possuem um caráter mais exploratório, característica que pode conferir incompatibilidade com o ecoturismo e a preservação de locais com importante biodiversidade mundial.

4.4.3.5. Fragilidades Identificadas nos sistemas naturais

O Polo Serra da Bodoquena, conforme descrito anteriormente, possui como principais segmentos do turismo, o ecoturismo e o turismo de aventura, sendo Bonito uma referência nacional e reconhecido por diversos prêmios[7]. Estes segmentos do turismo são potenciais impactantes ao meio ambiente em que são praticados, sendo uma fragilidade socioambiental que pode prejudicar a sustentabilidade desses atrativos.

No Polo Serra da Bodoquena, segundo dados levantados durante as visitas junto aos órgãos gestores das políticas de meio ambiente e turismo do Polo, hoje, somente 54 atrativos têm licença ambiental: Bonito – 45; Jardim – 5; e Bodoquena – 4, dos 234 citados no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011). Diante deste fato, muitos atrativos funcionam sem licenças ambientais e podem estar contribuindo com a degradação do meio ambiente.

A fragilidade dos ecossistemas naturais, por vezes, não suporta um número elevado de visitantes e as suas consequências, como a movimentação de veículos, geração de ruídos, resíduos e efluentes. Outra questão que pode comprometer o meio ambiente é o não atendimento de normas pré-estabelecidas para as infraestruturas necessárias causando alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Como fragilidades ambientais pode-se citar os passeios de bote e o pisoteio por parte dos banhistas, que representam um risco para as tufas, que levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

A precipitação do carbonato, além de contribuir para a limpidez da água, promove a formação de incrustações calcárias no fundo dos ambientes aquáticos e das chamadas tufas calcárias. Com a deposição contínua de carbonatos, as tufas calcárias crescem formando cachoeiras e barramentos naturais dos rios. Essas formações são exclusivas de regiões cársticas e representam *habitats* únicos e sensíveis, facilmente sujeitos a sofrer desequilíbrio sob intervenção antrópica.

Como definido na NBR ISO 14.001, impacto ambiental é qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização.

[7] Melhor Destino para Turismo Responsável, WTM, 2013;12 vezes consecutiva como o Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil pelo prêmio Melhor de Viagem da Revista Viagem e Turismo (EDITORA ABRIL, 2013); Melhores Práticas dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional na dimensão Políticas Pública, Estudo de Competitividade pela Implantação em 2010 do Voucher Digital (MTUR, 2010); Recanto Ecológico Rio da Prata como melhor atração turística do Brasil segundo o Guia Quatro Rodas 2008 e 2009; **Prêmio Jacaré de Ouro**, da **Premiação Caio**, o **Centro de Convenções de Bonito** foi premiado como o Melhor Centro de Convenções das Regiões Centro-Oeste e Norte (**REVISTA EVENTOS,** 2011); dentre outros.

O impacto ambiental é decorrente de uma ação na fase de planejamento, implantação e operação de uma determinada atividade. Buscando elencar os principais impactos decorrentes da atividade turística praticada na região, bem como suas medidas mitigadoras são apresentados a seguir, adaptado do PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), os impactos já diagnosticados no referido estudo.

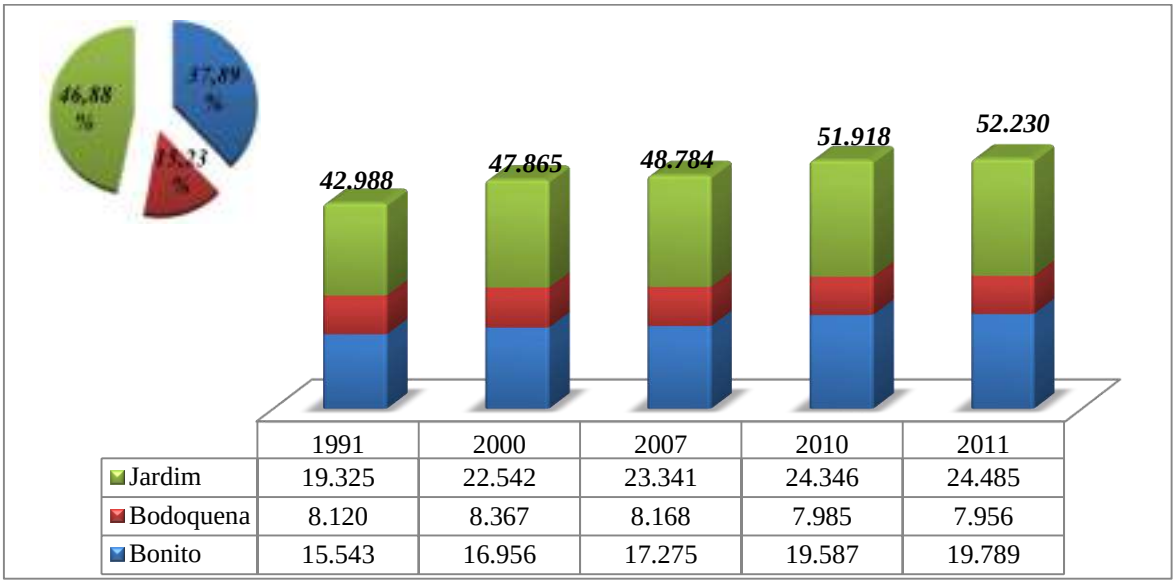
- Alteração na qualidade da água
- Ocupação da área de preservação permanente para implantação dos equipamentos turísticos; retirada de cobertura vegetal e implantação de trilhas às margens dos cursos da água, favorecendo o carreamento de partículas sólidas e interferindo na qualidade da água.
- Lançamento de efluentes domésticos nos cursos d'água, com ou sem tratamento, especialmente nos períodos de maior fluxo de turistas, pode comprometer não somente o corpo receptor primário, como também o seu tributário.
- Degradação das Tufas (Formações Calcárias)
- O pisoteio de banhistas e o movimento do fundo de rios levam à erosão das tufas, que demoram centenas de anos para de formarem a partir de sedimentos calcários. Como consequência, têm-se maior turbidez da água e desequilíbrios da biota aquática.
- Ocorrência de processo erosivos
- A retirada da cobertura vegetal, o pisoteio, o impacto da chuva sobre o solo descoberto e seu escoamento superficial promovem a erosão dos solos. Esse impacto pode ocorrer tanto na fase de implantação como na de operação, e é mais significativo quando ocorre nas áreas de preservação permanente, pois pode contribuir para o assoreamento dos cursos da água.
- A maior probabilidade de ocorrência é nos pontos de acesso aos cursos da água, para passagem de equipamento (boias, botes e outros) e pessoas, e nas trilhas.
- Interferência na Biota Local
- O uso direto dos recursos naturas no ecoturismo, tanto na fase de implantação, com a retirada de espécies vegetais que podem ser abrigo e alimento para fauna, quanto na fase de operação, quando podem interferir nas áreas de vida da fauna associada ao atrativo.
- Nos atrativos da região é comum a prática de alimentar ou cevar os animais, o que interfere na dinâmica populacional, uma vez que reduz a competição por alimentos.
- Por outro lado, a movimentação e concentração de pessoas interferem na dinâmica da fauna, no deslocamento em busca de alimento e abrigo.
- Interveção no Patrimônio Espeleológico
- A exploração de cavernas com qualquer finalidade sempre causa impacto ao delicado ambiente cavernícola.
- Por fazerem parte dos sistemas hidrogeológicos, qualquer poluição das águas em cavernas pode contaminar fontes de águas potáveis, rios e poços, além de contaminar a fauna.
- Alguns espeleotemas são muito delicados e demoram milhares de anos para atingir os tamanhos e formatos atuais. Em muitos casos, tocá-los pode destruí-los de maneira irremediável. Alguns espeleotemas raros são tão delicados que até mesmo a utilização de flash fotográficos pode provocar danos.
- Equipamentos e infraestruturas, como passarelas e escadas para o desenvolvimento do turismo, às vezes, são instalados sobre espeotemas ou em posições que podem impedir seu crescimento.
- A iluminação artificial pode levar ao crescimento de vegetação no interior das grutas. Isso pode modificar totalmente seu sistema climático e prejudicar o equilíbrio de seu ecossistema.

- Geração de Resíduos Sólidos
- Atividades turísticas estão associadas a um aumento sazonal na produção de resíduos sólidos, especialmente os domésticos e comerciais.

4.4.4. Aspectos Sociais

4.4.4.1. Aspectos demográficos

O Polo Serra da Bodoquena possuía uma população total de 52.230 habitantes em 2011, segundo estimativa do IBGE (Gráfico 16). Comparando com o ano de 1991, no qual contou-se 42.988 habitantes, houve um aumento considerável de 21,50%, ou seja, 9.242 pessoas.



	1991	2000	2007	2010	2011
Jardim	19.325	22.542	23.341	24.346	24.485
Bodoquena	8.120	8.367	8.168	7.985	7.956
Bonito	15.543	16.956	17.275	19.587	19.789

Gráfico 16 – Evolução histórica da população dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena e suas porcentagens referentes ao Polo.
Fonte: Dados do IBGE (2010).

O Município de Jardim é o mais populoso da região em estudo com 24.485 habitantes, enquanto que Bonito possui 19.789 habitantes e Bodoquena apresenta, apenas, 7.956 habitantes, ou seja, 15,23% do total.

Observa-se no Polo Serra da Bodoquena um elevado grau de urbanização (Gráfico 17), onde a população urbana representava 86,05% do total, enquanto que a rural correspondia a apenas 13,95% no ano de 2010. A densidade demográfica média destes municípios é de 6,07 hab./km², sendo este valor alavancado por Jardim com 11,06 hab./km², bem superior a Bonito e Bodoquena com, respectivamente, 3,97 e 3,18.

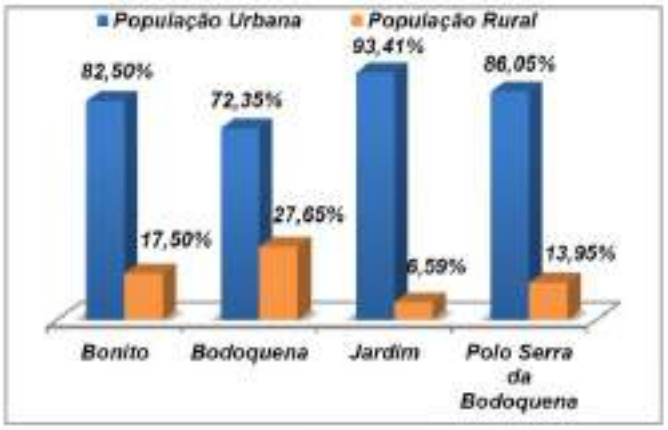


Gráfico 17 – Comparação das populações urbana e rural no ano de 2010.
Fonte: Dados do IBGE (2010).

4.4.4.2. Educação

São encontradas no Polo Serra da Bodoquena 51 escolas (Gráfico 18), das quais a maioria se encontra em Jardim (23), seguido de Bonito (18) e por fim Bodoquena (10). A rede municipal engloba a maioria das unidades, com 34 escolas. Cabe destacar que apenas o Município de Bodoquena não possui escolas particulares.

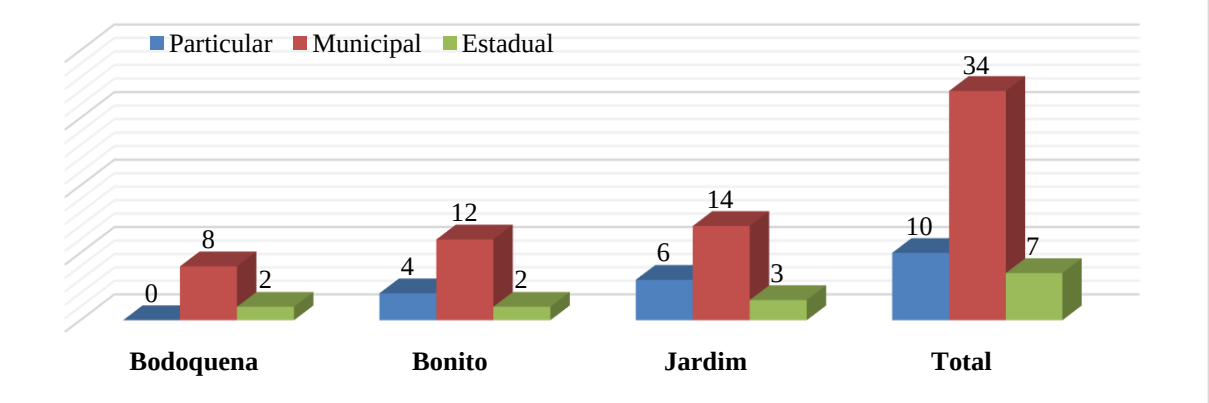


Gráfico 18 – Números de escolas encontradas na Região do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (2011)

O corpo docente dessa região é composto por aproximadamente 832 profissionais divididos em professores do ensino pré-escolar, fundamental e médio, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Corpo docente do Polo Serra da Bodoquena separado por categoria de ensino.

Município	Fundamental	Pré-Escola	Médio
Bodoquena	90	13	37
Bonito	206	22	70
Jardim	259	44	91

Fonte: IBGE (2009).

Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (2011) foram matriculados no ano de 2011 um total de 14.069 alunos em escolas da região do Polo em estudo (Gráfico 19). O Município de Jardim, com 6.487, concentrou o maior número de matrículas, seguido de Bonito com 5.340 alunos e Bodoquena, 2.242 alunos.

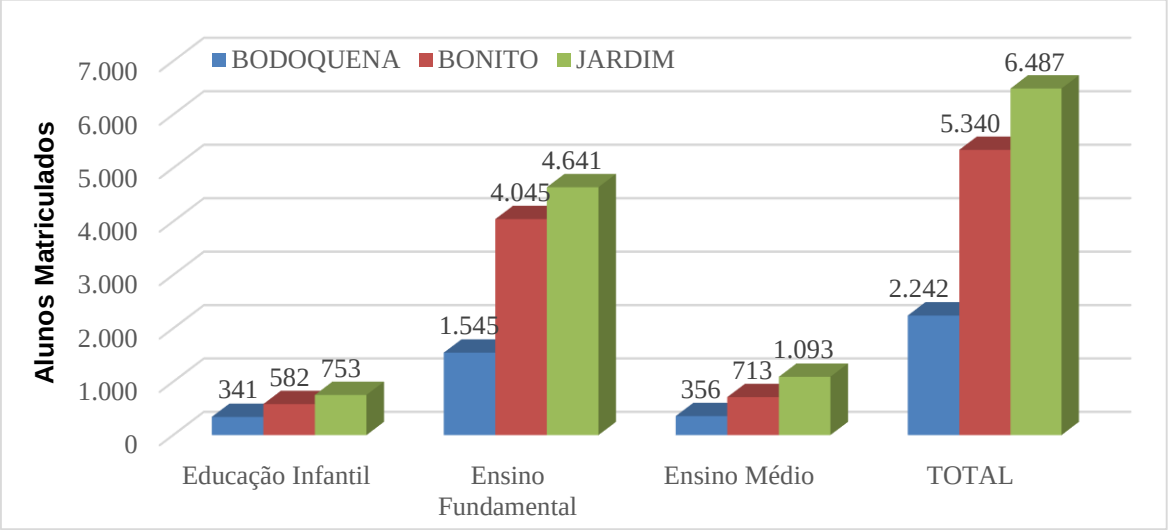


Gráfico 19 – Alunos matriculados em escolas no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (2011)

Analisando o Gráfico 19 pode-se observar que grande parte dos alunos está matriculada no ensino fundamental (76,34%).

No que diz respeito à formação de profissionais, buscou-se elencar as Instituições de Ensino e Pesquisa que oferecem cursos de graduação e pós-graduação à mão de obra especializada.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) oferece o Mestrado em Desenvolvimento Local com duas linhas de pesquisa nas quais atendem os profissionais da área de Turismo e de Sistemas Produtivos.

No portal do MEC (e-MEC) consta uma lista com 15 Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados ofertantes de Curso de Turismo, Graduação e Tecnológico, nas modalidades presenciais e a distância. Das instituições listadas, duas oferecem o Bacharelado a distância, o Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior (COC) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). A Faculdade de Campo Grande (FCG) oferece Bacharel em Turismo; Tecnológico em Eventos e em Turismo Receptivo. O Instituto de Ensino Superior São Paulo, unidade de Selviria/MS consta para Tecnólogo. Como ofertante de Bacharelado Presencial em Turismo; a Faculdade Estácio de Sá

(FESCG), a Universidade Anhanguera (UNIDERP/Anhaguera), a Universidade Católica Dom Bosco, o Centro Universitário Anhanguera, Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), Instituto de Ensino Superior da FUNLEC (IESF) unidades de Campo Grande e de Bonito/MS, a Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST) em Corumbá/MS, as Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC) Cassilândia/MS e de Três Lagoas (AEMS) (BRASIL, 2012b).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) oferta o Bacharelado em Turismo nas unidades de Campo Grande, com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas iniciado em 2011 e, em Dourados, com Ênfase em Ambientes Naturais. Na unidade de Jardim, a UFMS oferece este curso com Ênfase em Ambientes Naturais, porém, aceita a última turma em 2012.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) oferta no Campus de Aquidauana a Graduação em Turismo e no Campus de Bonito oferece o curso de Turismo e Meio Ambiente; porém, devido à falta de procura, o curso está sendo encerrado, com turma única de 24 acadêmicos.

No Campus de Bonito (UFMS) foi lançado em 2012 o Curso Técnico de Guia de Turismo, com 42 vagas e duração de 24 meses. Conta com o apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) sendo ofertado nas dependências da própria Universidade.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) ofereceu em 2012 a Pós-graduação em Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo na unidade de Dourados.

O Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima (CEPEF), escola do Governo de Mato Grosso do Sul desde 2006 oferece vários cursos profissionalizantes na área, a citar o de Técnico em Turismo e Hotelaria.

Desde 2008 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem oferecido cursos a distância para atender o Programa de Qualificação para o Desenvolvimento do Turismo, dentre eles o Cursos de Regionalização; Segmentação; Formatação e Gerenciamento de Projetos, Produtos, Serviços e Roteiros na Cadeia Produtiva; Formação de Gestores das Políticas Públicas do Turismo, além do Curso Bem Receber no Turismo Acessível.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) possui a Escola de Turismo e Hotelaria na sua Sede da Administração Regional em Mato Grosso do Sul. No segundo semestre de 2012, o SENAC disponibilizou em Campo Grande e Três Lagoas diversos cursos para a área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, tais como: capacitação em *barman*, cozinheiro, recepcionista de hotel, técnico em guia de turismo, higiene e manipulação de alimentos, consultoria e técnicas de comercialização para agentes, além de cursos que visam à geração de renda como salgados diversos, bombons e trufas, tortas finas e tantos outros, com carga horária variando de 10 a 452 horas/aula,. Dos cursos ofertados pelo SENAC à distância, existem as Especializações em Gestão da Segurança de Alimentos, e em Educação Ambiental.

O Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) oferecem educação profissional por meio do Programa de Formação Especializada em

Transporte, tais como, Transporte de Cargas, de Passageiros, de Produtos Perigosos e de Taxistas. No curso para transporte de passageiros, existe um específico para ônibus de turismo, com carga horária de 162 a 222 horas/aulas. No curso para taxista, consta na ementa inclusive inglês e espanhol instrumental para o turismo, com carga horária que pode alcançar 128 horas/aulas.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) mantem em sua estrutura vários cursos que potencializam o desenvolvimento econômico na área rural – artesanato com palha de milho, bananeira, taboa e outros; processamento e produção de alimentos – embutidos, derivados do leite, conservas de frutas e hortaliças, doces, salgados, pães; bem como organização e gestão de associações de agricultores familiares. Considerando a vocação dos municípios, estas iniciativas podem colaborar para alavancar o turismo local.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pela Lei nº 12.513 (26/10/2011) objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população. Neste sentido surgiu o PRONATEC Copa e Idiomas, uma parceria entre o Ministério do Turismo e da Educação, buscando qualificar os profissionais para a Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) de 2014, sendo este considerado um dos principais eventos mundiais. Assim o governo federal pretende com este programa preparar seus trabalhadores, oferecendo um serviço de qualidade, suprindo com competência a todos os visitantes, fortalecendo a imagem do Brasil como País com destino turístico que acolhe todos os públicos (BRASIL, 2012c).

O PRONATEC – Copa e Idiomas – oferecerá, segundo o Ministério do Turismo (2012), cerca de 40 mil vagas por semestre, que vai capacitar trabalhadores envolvidos no ramo de turismo e também quem pretende se profissionalizar no setor. Serão 29 atividades ligadas ao receptivo turístico, além dos cursos de inglês, espanhol e libras. Os participantes também receberão auxílio estudantil, entre alimentação e transporte (BRASIL, 2012c).

Até o final de 2012 serão ofertadas 24 mil vagas, através do Sistema "S" (SENAC, SESC, SESI e SENAI) juntamente com instituições federais de educação profissional nas 12 cidades-sede da Copa e do seu entorno e nos destinos turísticos de maior visibilidade internacional.

No Estado do Mato Grosso do Sul, o Município de Bonito está entre os que serão atendidos pelo PRONATEC Copa, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2012. Os cursos de recepcionista em meios de hospedagem, camareira e garçom, com vagas limitada, possuem carga horária de 160 horas. Para fevereiro de 2013 estão previstos os cursos de cozinheiro, idiomas e monitor ambiental (ATRATUR, 2012).

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios (PROLOCAL) é um projeto do Sebrae que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio do empreendedorismo legal, propondo diversas ações voltadas ao crescimento das micro e pequenas empresas, possibilitando que estas aumentem e desenvolvam uma maior participação no concorrido mercado de hoje (SEBRAE, 2012).

Este Projeto abre os horizontes dos pequenos empreendedores, levando ao conhecimento dos mesmos a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), oferecendo-lhes chances de readequarem suas atividades de acordo com a legislação, o que poderá gerar uma maior comercialização dos produtos e serviços oferecidos, expandindo seus negócios, gerando mais renda e empregos, desta forma contribuindo para o desenvolvimento do seu município, e consequentemente melhorando a qualidade de vida da população. Procurando-se assim obter uma melhor preparação destas empresas, garantindo seu desenvolvimento e expansão, o que resultará no desenvolvimento do mercado onde se localiza e assim de toda a cadeia produtiva consequentemente (SEBRAE, 2012).

Dos 21 municípios de Mato Grosso do Sul participantes do PROLOCAL, destaca-se, entre outros, o Município de Bodoquena, do qual foram levantadas diversas informações tais como: economia, logística, meio ambiente, investimento, análise técnica, demografia, infraestrutura, cultura, lazer e ambiente legal, entre outras (SEBRAE, 2012).

Dos resultados do PROLOCAL, as informações disponíveis nos estudos, materiais (cadernos) de Sustentabilidade - cidades sustentáveis em ambientes de fronteira, biomas Cerrado e Pantanal, e de Gestão de Resíduos, os quais buscam orientar e apoiar a transição do modelo econômico em direção a uma economia verde, inclusiva e incentivadora de empreendimentos locais, sobre a gestão de resíduos sólidos de acordo com a nova legislação (SEBRAE, 2012).

Desta forma, o Polo da Serra da Bodoquena está contemplado por cursos de qualificação de mão de obra à cursos de pós-graduação voltados para o turismo.

Assim, entende-se que a manutenção e a abertura de novos cursos relacionados ao segmento do turismo e proteção ao meio ambiente requer atenção e seriedade por parte dos atores envolvidos (universidades, empresas, demais instituições, empresários e governos), pois além de propiciar um avanço nas pesquisas, tem o poder de promover especialmente o desenvolvimento e capacitação de novos profissionais que poderão ocupar cargos na linha de frente nas mais diversas atividades do *trade* turístico da região.

Corroborando a esta ação, sugere-se a participação do governo, bem como a articulação deste com o setor privado no processo educacional, inserindo a educação para o turismo como ferramenta de conservação do meio ambiente.

4.4.4.3. Saúde

Os municípios do Polo Serra da Bodoquena possuem uma estrutura para o atendimento à saúde pequena e pouco especializada (Gráfico 20), fato este que evidencia a probabilidade de sobrecarga nos equipamentos urbanos de saúde em época de alta temporada, prejudicando tanto a população local, que passa a ter que dividir o atendimento médico insuficiente, quanto aos turistas que precisarem fazer o uso da rede de saúde local durante sua estadia.

Os municípios possuem unidades móveis de atendimento e os pacientes em estado mais grave ou necessitando de especialistas são encaminhados à capital.

Dentre estes, o Município de Jardim é considerado o mais bem servido com 20 estabelecimentos de prestação de serviços de saúde pública, recebendo assim pacientes das outras cidades do Polo, de Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho.

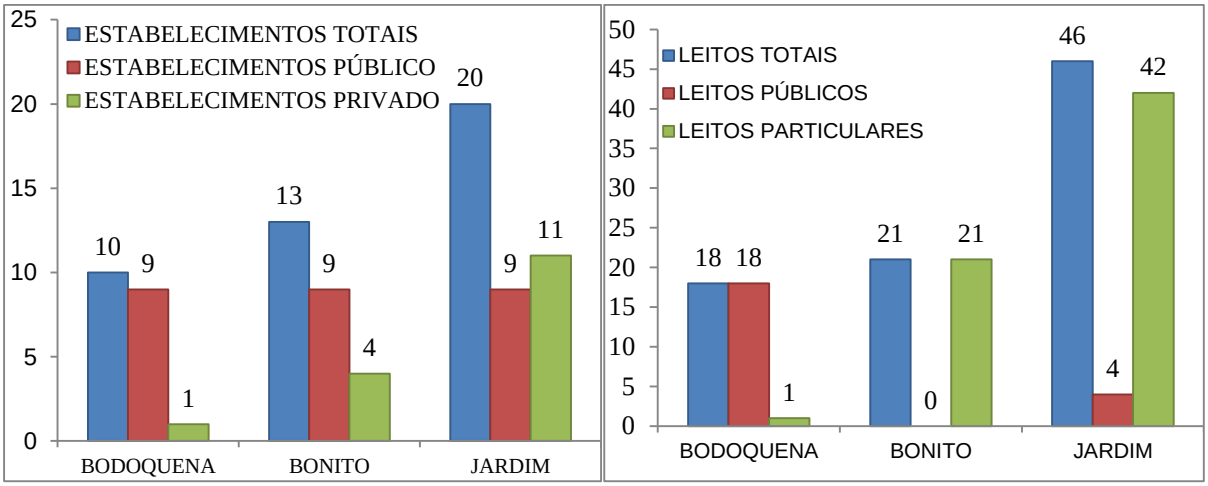


Gráfico 20 – Estabelecimentos de saúde e leitos presentes no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: IBGE (2009).

Jardim conta com sete Equipes de Saúde da Família (ESF), um Centro de Saúde e um hospital de caráter privado, sem fins lucrativos e com financiamento do SUS, atendendo aos municípios da microrregião.

O Hospital Marechal Rondon, em Jardim, possui 43 leitos de internação e oferece atendimento de emergência clínica, cirúrgica e traumato-ortopédica. Entretanto, apresenta deficiência na diversidade de especialidades oferecidas, sendo os casos mais graves ou complexos encaminhados para Campo Grande. A necessidade de equipar o hospital é latente, bem como a demanda por maior número de médicos (BRASIL, 2011).

4.4.4.4. Segurança

O Polo Serra da Bodoquena é contemplado com a presença da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Militar Ambiental (PMA) e com o Corpo de Bombeiros Militar para garantir a segurança pública nos municípios.

Segundo o PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), o Município de Bodoquena possui uma sede do Destacamento de Polícia Militar, contando com um efetivo de dez policiais, para oferecer segurança à população e aos turistas.

A 1ª Companhia Independente de Polícia Militar é responsável pela preservação da ordem pública e segurança da população e do turista na cidade de Bonito. Para isto, realiza um policiamento preventivo de guarda e de trânsito utilizando um efetivo de 23 policiais militares. Encontra-se instalada em prédio próprio com capacidade máxima de 80 policiais.

Jardim conta com um efetivo policial de 56 militares, que servem no 11º Batalhão da Polícia Militar. Segundo o PDITS - Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), devido à deficiência de estrutura física e institucional, tanto a população quanto os turistas não são bem assistidos.

O 8º Subagrupamento do Corpo de Bombeiros Militar, com sede em Jardim, é responsável por atender o Município que está sediado e Bonito. Bodoquena é atendida pelo 7º Subagrupamento de Corpo de Bombeiros Militar, sediado em Aquidauana.

Evidencia-se a necessidade de infraestrutura para a fiscalização ambiental por parte da Polícia Militar Ambiental, de forma a evitar e punir aqueles que desrespeitarem as legislações.

4.4.4.5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) busca aferir o avanço da população levando em consideração, além dos aspectos econômicos, características sociais, culturais e políticas públicas que influenciam na qualidade de vida humana.

Neste sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) descreve que este índice além de considerar o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* corrigido pelo poder de compra dos países, o IDH também relaciona a longevidade e a educação.

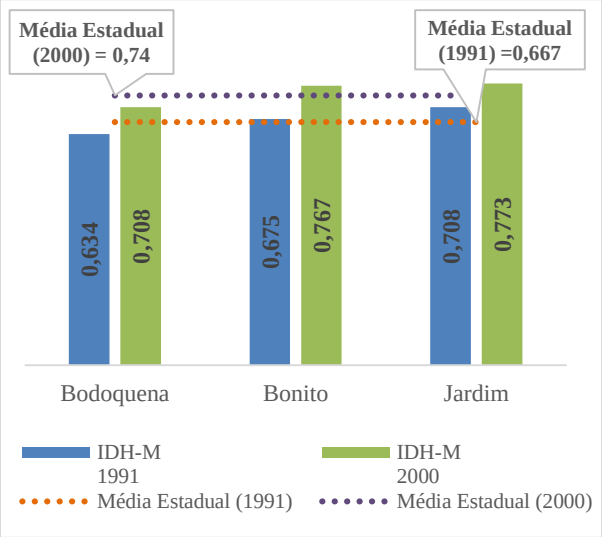


Gráfico 21 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).
Fonte: Elaborado a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010)

O PNUD apresenta valores de IDH-M para os anos de 1991 e 2000 (Gráfico 21). Analisando estes dados observa-se que a apenas o Município de Bodoquena apresentou valores abaixo da média estadual.

Cabe ressaltar que embora o IDH-M apresente-se como um importante indicador da qualidade de vida, os dados disponíveis possuem uma defasagem de 12 anos, visto que o último levantamento foi realizado em 2000.

Compilando-se o IDH-M dos municípios do Estado pode-se elaborar um ranking deste índice e verificar a colocação dos municípios do Polo Serra da Bodoquena (Figura 29). Assim, Jardim, o Município com o maior valor de IDH-M em 1991 e 2000 do Polo, estava posicionado em 12º lugar, entretanto, no ano de 2000, apesar da elevar o indicador caiu uma posição no ranking estadual. Considerando o Polo, Bodoquena possui a pior posição em 1991 (66º lugar) e em 2000 (68º). Bonito apresentou uma evolução significativa no período saindo do 30º lugar em 1991 para a 18º em 2000.

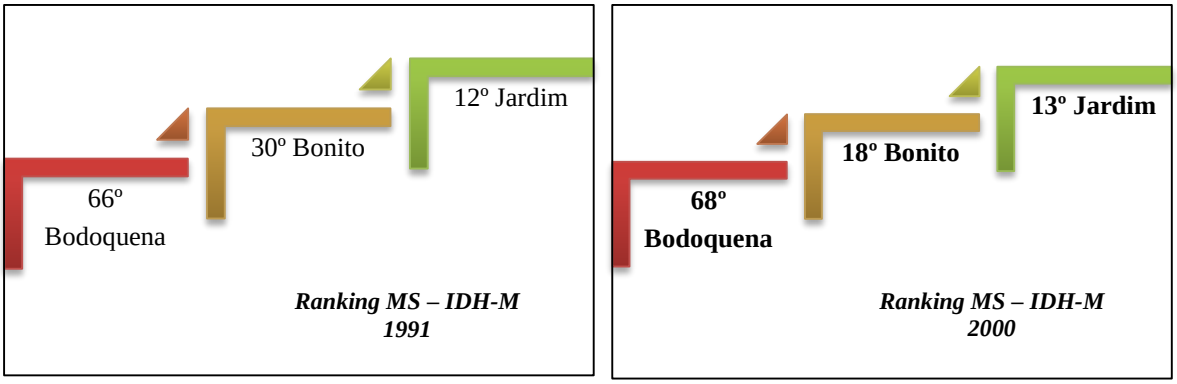


Figura 29 – Posição dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena no ranking do IDH-M de Mato Grosso do Sul
Fonte: Elaborado a partir de dados do Programa das Nações Unidade para o Desenvolvimento (PNUD)

4.4.5. Aspectos Institucionais

Desde o desmembramento do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1979, constam em sua estrutura administrativa instituições responsáveis pela gestão do turismo. A Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL) criada pelo Decreto-Lei nº 9/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 132, do mesmo ano, foi a primeira.

Em 2001 foi criada a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), Lei nº 2.307 regulamentada pelo Decreto nº 10.552/2001, órgão responsável pelo apoio, fomento, incentivo e promoção de serviços e atividades voltados para a identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos em turismo, a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e a indução ao desenvolvimento e implantação de serviços de infraestrutura de interesse turístico, seguido de várias alterações.

O Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul, conforme Lei nº 2.652/2003, regulamentado pelo Decreto nº 11.340/2003, foi criado tendo como finalidade apoiar ações da FUNDTUR, fomentar, estimular e divulgar o turismo do Estado, selecionar e identificar oportunidades de investimentos turísticos, equipar, estruturar e capacitar o setor, promover a pesquisa, o controle de qualidade, a participação em eventos e manter banco de dados do produto turístico do Estado.

A atual estrutura administrativa responsável pelo turismo, através da viabilização da exploração econômica dos seus recursos, promoção e divulgação do destino no Estado é a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR).

O PRODETUR Nacional é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperada e descentralizada, avançando rumo a um modelo de

desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil.

No Estado de Mato Grosso do Sul o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/Nacional-MS), criado pela Lei nº 3.582/2008, autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), regulamentado pelo Decreto nº 12.995/2010. O PRODETUR/Nacional-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste Estado, sendo coordenado pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) vinculada à SEPROTUR.

No âmbito do Governo do Estado, através da Fundação de Turismo de MS (FUNDTUR), foram elaborados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período de 2008/2020 compreendendo dez Regiões Turísticas do Estado, como já mencionado: Bonito – Serra da Bodoquena, Caminho dos Ipês, Costa Leste, Caminhos da Fronteira, Pantanal, Grande Dourados, Vale das Águas, Rota Norte, Vale do Aporé e Cone Sul. Os Planos Estratégicos preveem a realização das ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo e no Plano Estratégico de Turismo (PETUR), da FUNDTUR. Existe também o Fórum Estadual de Turismo que promove a articulação entre todas as regiões turísticas do Estado. Essas estruturas têm como objetivo principal promover, desenvolver, descentralizar e incentivar o turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

No Estado, hoje, o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas é a Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), em parceria com as Prefeituras Municipais. O órgão estadual responsável por fiscalizar as questões ambientais é o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL), que regulamenta sobre a implantação de atrativos turísticos.

Desta forma e com o objetivo de garantir maior celeridade aos processos de licenciamento ambiental, o Estado de Mato Grosso do Sul estabeleceu uma política de municipalização da gestão ambiental, delegando aos municípios o licenciamento de algumas atividades. Dentre os municípios que já municipalizaram o seu licenciamento não constam os municípios do Polo Serra da Bodoquena, sendo eles: Amambai, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Itaquirai, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia e Três Lagoas. Os demais municípios do Estado ainda precisam se adequar aos requisitos institucionais definidos pelo programa para poderem exercerem a atividade de licenciamento. Evidencia-se que a municipalização do processo de licenciamento facilita a fiscalização e a análise dos processos, apoiando assim o órgão estadual.

O Decreto nº 11.113/2003 criou o Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena (CONTURB), atualmente não atuante, definindo no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL–MS, hoje denominado PRODETUR Nacional, as ações a serem desenvolvidas.

Os municípios do Polo Serra da Bodoquena diferenciam-se no que se refere à administração política correlacionada ao turismo e meio ambiente, sendo assim cada município possui uma metodologia de administração política distinta.

O Município de Bonito possui a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Meio Ambiente (criada em 2004), o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), além de várias associações que trabalham em conjunto para o desenvolvimento do turismo sustentável, que vem sendo um modelo de administração para outros centros turísticos nacionais e internacionais.

O turismo em Bonito ainda conta com um Plano de Desenvolvimento do Turismo, Fundo Municipal de Turismo e com o *Voucher* Único, uma metodologia de gestão adotada pelo Município, além de leis municipais voltadas para o turismo que instituem por exemplo, a obrigatoriedade de guias de turismo nos passeios realizados.

Em 2010 o sistema de *Voucher* passou a ser digital, sendo inclusive premiado pelo Ministério do Turismo na categoria de melhores práticas de políticas públicas das não capitais.

Ainda existe em Bonito a participação do poder executivo, em uma parceria do Ministério Público Estadual e os produtores rurais, através do Programa de Conservação do Solo e Água. Este realiza atividades para desenvolver medidas de conservação do solo, juntamente com o COMDEMA, órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, com intuito de promover ações e programas públicos municipais.

Outra responsabilidade atribuída ao COMDEMA, no que tange a atuação administrativa correlacionada ao turismo e aos aspectos ambientais, consiste na determinação da frequência de visitação e demais ações de preservação e conservação dos recursos naturais, sendo um conselho atuante e de referência estadual, principalmente na gestão dos recursos do ICMS Ecológico[8], que será melhor detalhado no próximo item.

Em Jardim, o Núcleo de Turismo da Gerência de Desenvolvimento Econômico é o órgão municipal responsável pelo turismo, tendo o intuito de assessorar e dar apoio direto e imediato ao Prefeito Municipal, diferentemente de Bonito que possui secretaria própria para o setor, responsável pelas políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo, além de um plano diretor em elaboração.

No que se refere a gestão pública ambiental, Jardim possui o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), criado em 2003, para tratar da Política Municipal de Meio Ambiente, e o Núcleo de Meio Ambiente da Gerência de Desenvolvimento Econômico, atuando em parceria com a Polícia Militar Ambiental, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e com o Ministério Público Estadual.

[8] O ICMS Ecológico é um mecanismo que possibilita aos municípios acessarem recursos financeiros arrecadados pelos Estados do ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, como forma de pagamento por um serviço ambiental prestado, a partir da definição, em leis estaduais, de critérios ambientais para a partilha de parte da "quota-parte" que os municípios têm direito de receber como transferências constitucionais.

No Município de Bodoquena a gestão dos assuntos relacionados ao meio ambiente e turismo concentraram-se na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

No que concerne ao turismo, existe a Lei Municipal n.º 313/99 que normatiza a atividade turística dos guias de turismo e a proibição de caça e pesca em áreas turísticas, em consonância com o Decreto Estadual nº 10.633/2002 que restringe a pesca e navegação do córrego Azul e no rio Salobra. Entre as ações ambientais executadas pela Secretaria, destacam-se a recuperação de áreas degradadas, o desassoreamento de córregos, a recuperação da vegetação ciliar e a implantação de aterro sanitário.

Todos os municípios do Polo Serra da Bodoquena possuem Conselhos Municipais de Turismo e Meio Ambiente, entretanto em diferentes níveis de operacionalização, conforme levantamentos *in loco*. Os conselhos de meio ambiente estão operantes em todos os municípios, porém, o Conselho de turismo de Jardim está inativo desde 2011.

Cabe destacar a importância de fortalecer a integração de políticas voltadas para o turismo entre as cidades do Polo, bem como dos órgãos institucionais que fomentam as atividades voltadas ao turismo e meio ambiente. Importante também a criação dos planos de *marketing* visando não só a promoção do turismo como a integração dos municípios no sentido de estimular um circuito entre os municípios e não vê-los como concorrentes.

4.4.6. Aspectos Econômicos

Segundo o IBGE (2009), a região do Polo Serra da Bodoquena é responsável por um PIB total de R$ 559.858.363,00, sendo Jardim o Município com a maior arrecadação, R$ 217.905.640,00 seguido por Bonito com R$ 214.122.738,00 e Bodoquena com, apenas, R$ 127.829.985,00 (Gráfico 22).

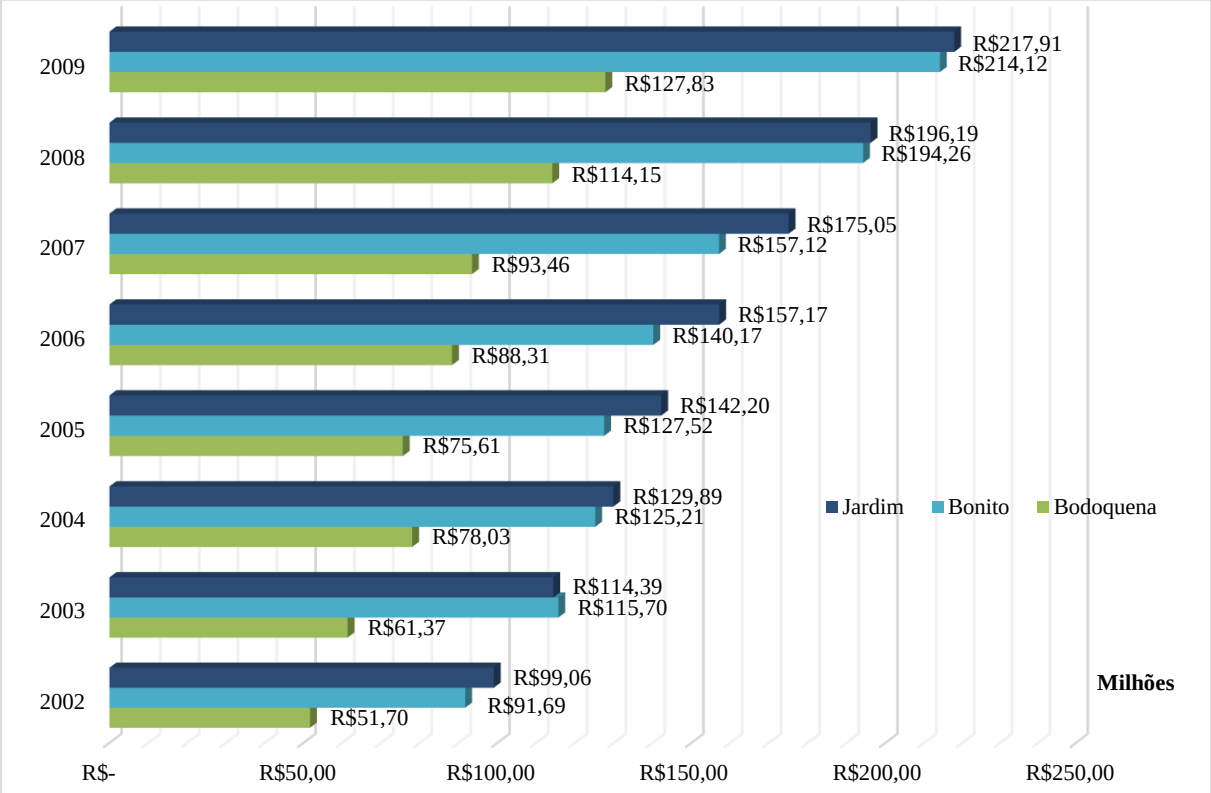
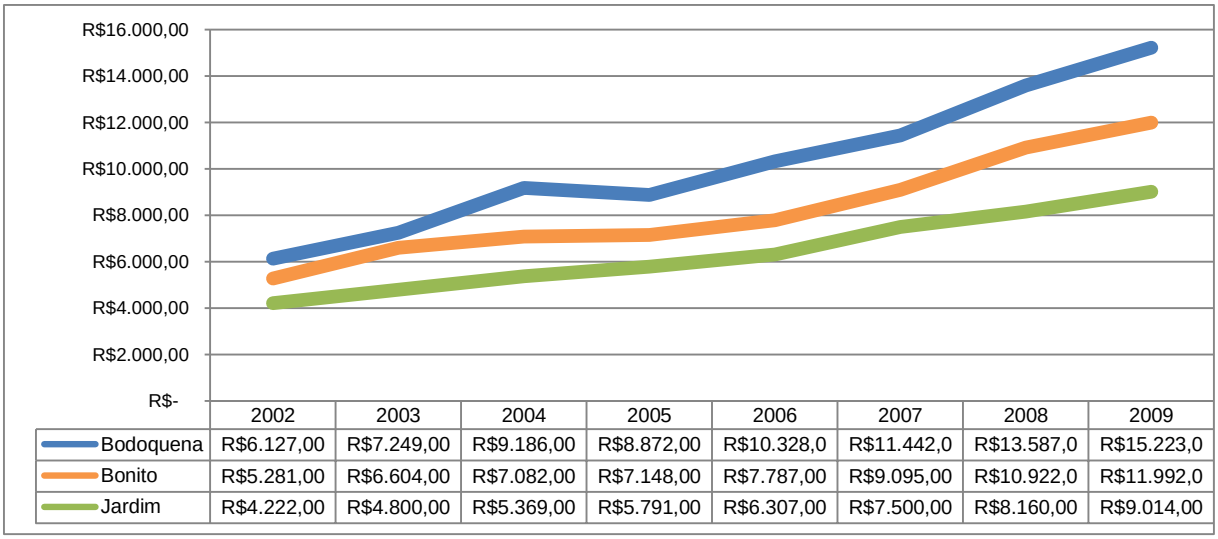


Gráfico 22 – Evolução do Produto Interno Bruto dos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena em milhões.
Fonte: IBGE (2009)

Analisando o gráfico anterior observa-se que em todos os municípios houve um crescimento significativo do PIB no período de 2002 a 2009. Neste sentido, Bodoquena obteve o maior crescimento 147,24% seguido por Bonito com 133,54%. Jardim apresentou o menor crescimento com 119,97%.

De acordo com o PIB *per capita*, os municípios do Polo Serra da Bodoquena seguiram a tendência de crescimento do PIB total (Gráfico 23), sendo assim, em 2009, Bodoquena apresentou o maior valor com R$ 15.223,00, seguido por Bonito, R$ 11.992,00 e R$ 9.014,00 de Jardim. A elevação do PIB tem como consequência direta o maior desenvolvimento das cidades, bem como o incremento das ações voltadas para o turismo.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bodoquena	R$6.127,00	R$7.249,00	R$9.186,00	R$8.872,00	R$10.328,0	R$11.442,0	R$13.587,0	R$15.223,0
Bonito	R$5.281,00	R$6.604,00	R$7.082,00	R$7.148,00	R$7.787,00	R$9.095,00	R$10.922,0	R$11.992,0
Jardim	R$4.222,00	R$4.800,00	R$5.369,00	R$5.791,00	R$6.307,00	R$7.500,00	R$8.160,00	R$9.014,00

Gráfico 23 – Evolução histórica do PIB *per capita* nos municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: IBGE (2009)

O Polo Serra da Bodoquena possui uma receita de R$ 93.401.571,00 e uma despesa total de R$ 77.184.999,00. Assim como o PIB, Jardim tem os maiores valores, seguido de Bonito e Bodoquena (Gráfico 24).

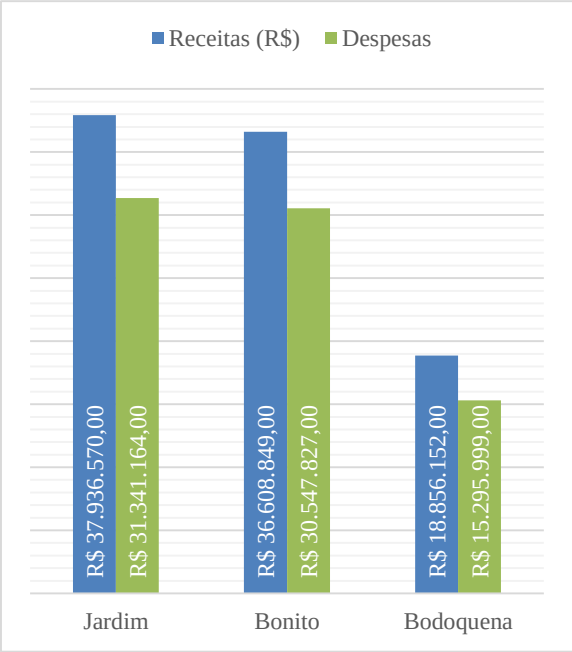


Gráfico 24 – Receitas e despesas dos Municípios do Polo Serra da Bodoquena (IBGE, 2009).
Fonte: IBGE (2009).

Observa-se que a questão da qualificação da mão de obra voltada para o turismo e para os demais serviços relacionados a este, tornou-se para as cidades turísticas um grande gargalo a ser trabalhado. Este consiste em um objetivo a ser perseguido e requer esforços não apenas por parte da esfera governamental, mas também da esfera privada.

Assim, visando minimizar a questão da baixa qualificação e garantir uma melhor remuneração aos trabalhadores, faz-se necessário um planejamento econômico que distribua investimentos em três segmentos essenciais:

- **Educação:** com treinamentos objetivando um avanço na formação em todas as esferas de mão de obra;
- **Tecnologia:** utilização de ferramentas tecnológicas voltadas para o aprimoramento da mão de obra e que alavanquem o desenvolvimento do turismo;
- **Meio ambiente:** através do auxílio dos novos desdobramentos científicos que propiciem melhoria na qualidade de vida e no bem estar social.

Em dezembro de 1994, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou a Lei Complementar nº 077, introduzindo o conceito de ICMS Ecológico e determinando o repasse de 5% do ICMS Estadual para rateio entre os municípios que tivessem parte de seu território integrando Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas

Os municípios que compõem o Polo Serra da Bodoquena são grandes beneficiados pelo ICMS Ecológico, principalmente, por contemplar grande parte do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado em 2000. Devido a isto, em 2011, o Polo recebeu 0,8195% dos 5% do ICMS Estadual destinados aos municípios beneficiados, o que corresponde a um valor líquido anual de R$ 8.394.331,92 (Tabela 3). Contabilizando todos os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, Bodoquena foi o terceiro que mais recebeu o repasse do ICMS Ecológico, enquanto que Bonito ficou em quinto e Jardim em décimo quinto.

Tabela 3 – Valor total de repasse de ICMS Ecológico, em 2011, para os municípios do Polo Serra da Bodoquena.

Município	Índice 2011 (%)	Valor anual (R$)
Bodoquena	0,3919	4.011.251,22
Bonito	0,3181	3.258.373,39
Jardim	0,1098	1.124.707,31
Polo	0,8195	8.394.331,92

Fonte: IMASUL/GUC (2012)

Além do ICMS Ecológico, o turismo indutor serve como um excelente gerador de renda para os municípios do Polo, tendo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local, como estímulos sobre o setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação e geração de novos empregos.

Dos três municípios pertencentes ao Polo, o único que oferece incentivo fiscal para empreendimentos turísticos é o Município de Bodoquena, no qual ocorre a isenção total de impostos para o turismo.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), foi elaborado o Gráfico 25 com as classes de rendimento nominal mensal para a população acima de 10 anos ou mais de idade. Os valores estão representados em porcentagem do total de pessoas enquadradas em cada uma das classes de rendimentos, as quais contabilizam em quantidade de Salário Mínimo (SM).

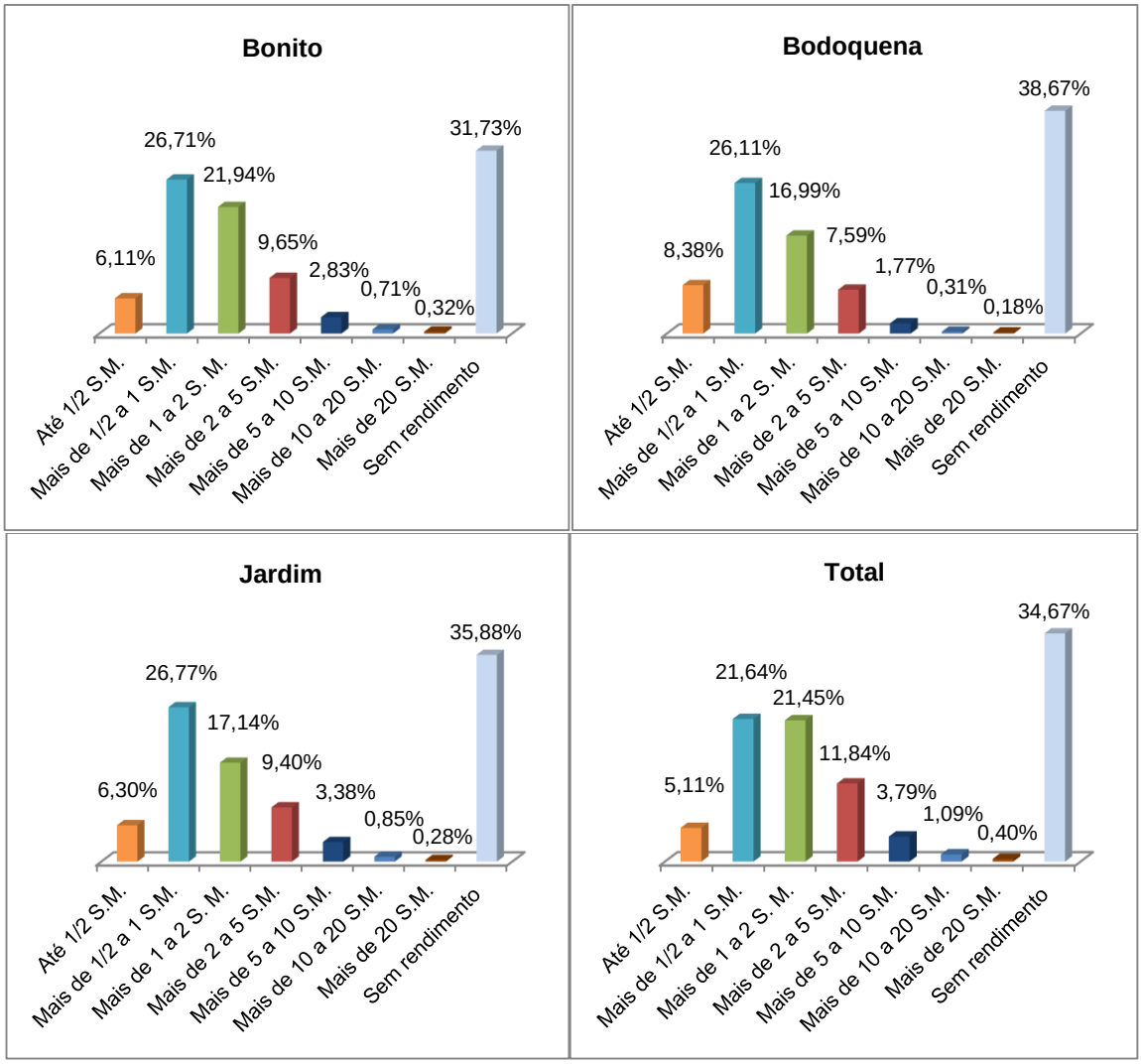


Gráfico 25 – Classes de rendimento nominal mensal para pessoas de 10 anos ou mais de idade para os municípios do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010).

Observa-se a mesma característica dos rendimentos das populações por classes nominais mensais nos três municípios do Polo, sendo a classe predominante a dos sem rendimentos, umas vez que envolve a população de 10 anos de idade em diante. Dos rendimentos existentes, o mais representativo foi a classe de mais de ½ a 1 salário mínimo e a menos representativa foi a de mais de 20 salários mínimos.

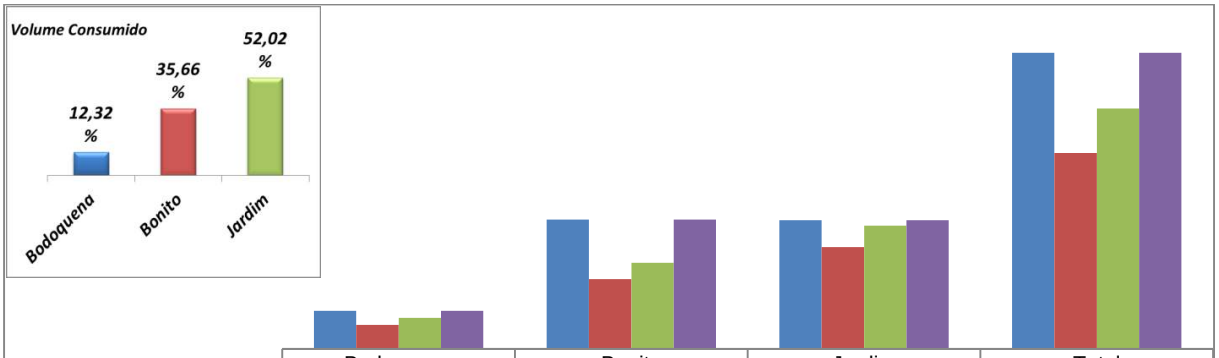
4.4.7. Infraestrutura Urbana e Serviços Gerais

4.4.7.1. Abastecimento de água

O abastecimento de água no Polo Serra da Bodoquena é de responsabilidade da Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul (SANESUL), atendendo grande parte da população urbana (97%), sendo o restante abastecido por poços artesianos. Segundo o PDITS Serra da Bodoquena

(BRASIL, 2011) e as informações passadas pelas Secretarias dos municípios a totalidade dos habitantes das cidades na região em estudo possui acesso à água tratada e/ou de boa qualidade.

Em 2009, o volume de água consumido no Polo atingiu o valor de 1.990.193 m³ enquanto que o volume tratado foi de 3.010.579 m³ (Gráfico 26), ou seja, houve uma perda de 34%, sendo este valor abaixo dos 40% considerando-se a média nacional. O município com maior consumo é o de Jardim com um pouco mais da metade do total do Polo.



	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
Volume produzido por ano(m3)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579
Volume consumido por ano(m3)	245.266	709.629	1.035.298	1.990.193
Volume faturado por ano(m3)	314.535	875.166	1.252.595	2.442.296
Volume tratado por ano(m3)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579

Gráfico 26 – Informações sobre os volumes anuais em metro cúbicos contabilizados no sistema de abastecimento de água.
Fonte: SEMAC/BDE (2012)

Utilizando-se das informações de volume consumido por ano (m³) apresentadas anteriormente, foi possível obter o consumo *per capita* para o Polo, sendo este de 38,31 m³ por habitante ao ano. O Município com maior índice foi Jardim com 42,49 m³/hab.ano.

No que concerne à extensão da rede de água o Polo conta com, aproximadamente, 279 km, sendo destes 160 km no Município de Jardim (Tabela 4). Jardim possui também os maiores números de ligações e economias reais com valores próximos a 50% do total.

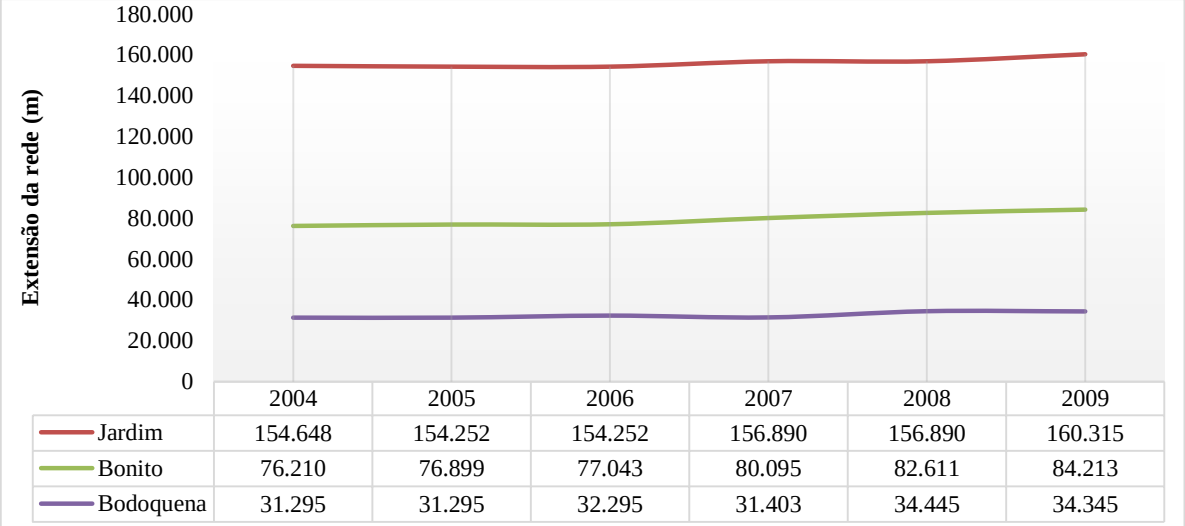
Tabela 4 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena, em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
Número de ligações reais	2.343	5.555	7.751	15.649
Número de economias reais	2.044	5.352	7.553	14.949
Extensão da rede (m)	34.535,00	84.213,00	160.315,00	279.063

Fonte: PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011).

Analisando a extensão da rede de água entre 2004 a 2009 (Gráfico 27) pode-se observar um crescimento de 5,95% no total do Polo, sendo que Bonito obteve o maior valor, com 10,50%, bem

próximo de Bodoquena com 9,75%, enquanto que em Jardim o crescimento foi menor, com apenas 3,66% de crescimento no período.



	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	154.648	154.252	154.252	156.890	156.890	160.315
Bonito	76.210	76.899	77.043	80.095	82.611	84.213
Bodoquena	31.295	31.295	32.295	31.403	34.445	34.345

Gráfico 27 – Extensão da rede de abastecimento de água em metros no período de 2004 a 2009.
Fonte: SEMAC/BDE (2012)

Segundo informações de fontes secundárias advindas de pesquisa junto à população do Polo, raramente ocorrem falhas no abastecimento de água**.**

Em Jardim, existe um sistema de reservação elevado e dois reservatórios apoiados que atendem quase a totalidade da população, sendo a captação realizada no rio Miranda, na área rural. Para realizar o tratamento da água captada no rio Miranda são utilizadas duas Estações de Tratamento de Água (ETAs), a ETA-01 e a ETA-02, situadas na zona alta da cidade e com capacidade total de 344 m³/h.

A ETA-01, com capacidade de 144 m³/h (40l/s), é construída em concreto armado, possuindo medição de vazão e mistura rápida por meio de calha *Parshall*, floculação mecanizada em duas câmaras, decantação laminar efetuada por uma célula e três filtros rápidos, autolaváveis. A dosagem química é efetuada por bombas dosadoras de diafragmas, abrigadas na mesma edificação (PDITS-SERRA DA BODOQUENA, 2011).

A ETA-02, com capacidade nominal de 200 m³/h, é também do tipo convencional, metálica aberta (55 l/s). A formação de flocos é processada por misturadores hidráulicos (dispersor), passando daí à floculação, que é feita em duas câmaras com 35 m³ de volume cada. A decantação é do tipo laminar, e os filtros rápidos, em números de quatro unidades, sendo autolaváveis (BRASIL, 2011).

A síntese do sistema de abastecimento de água de Jardim, meramente ilustrativa, é apresentada na Figura 30.

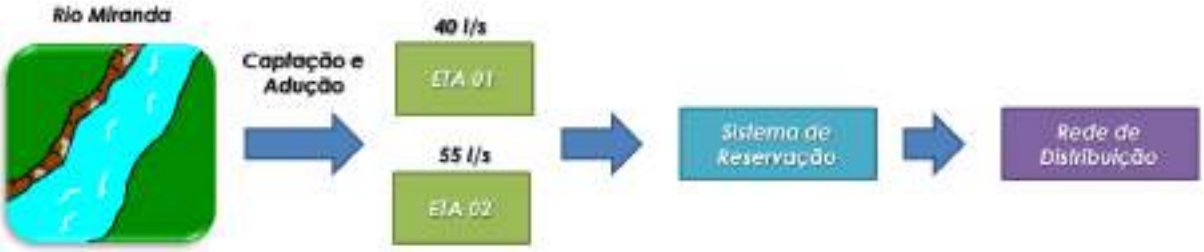


Figura 30 – Síntese do sistema de abastecimento de água de Jardim.
Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012).

A cidade de Bonito possui sistema de abastecimento de água a partir da captação subterrânea, sendo utilizados três poços profundos. A água é aduzida até um reservatório por meio de duas bombas que alternam o funcionamento. O volume de água captado é recalcado para reservatórios alternados. As redes de distribuição são malhadas e ramificadas, interligadas aos respectivos reservatórios que as alimentam.

O tratamento da água é realizado com a adição de hipoclorito de sódio para desinfecção, sendo este procedimento realizado na tubulação de entrada de cada reservatório.

No ano de 2009, foram realizadas obras de reabilitação dos seis reservatórios de fibra de vidro, com investimento da SANESUL de R$ 94,7 mil. Este montante foi utilizado para promover o isolamento sanitário dos reservatórios e garantir a qualidade do produto e a distribuição de água.

Bodoquena, que possui a menor demanda de água do Polo, realiza o abastecimento de água por meio da captação subterrânea. São utilizados dois poços tubulares profundos para a captação e, em seguida, a água é recalcada até uma ETA e, posteriormente, através de uma adutora, direcionada até uma estação elevatória.

O sistema de tratamento da água é composto por uma estação de tratamento do tipo convencional (dois módulos), cloração e fluoretação e um reservatório apoiado com capacidade de 150 m³, em fibra de vidro, que atende a área central e a região baixa. Existe ainda um reservatório elevado metálico do tipo taça com capacidade de 60m³ que atende a região elevada da cidade.

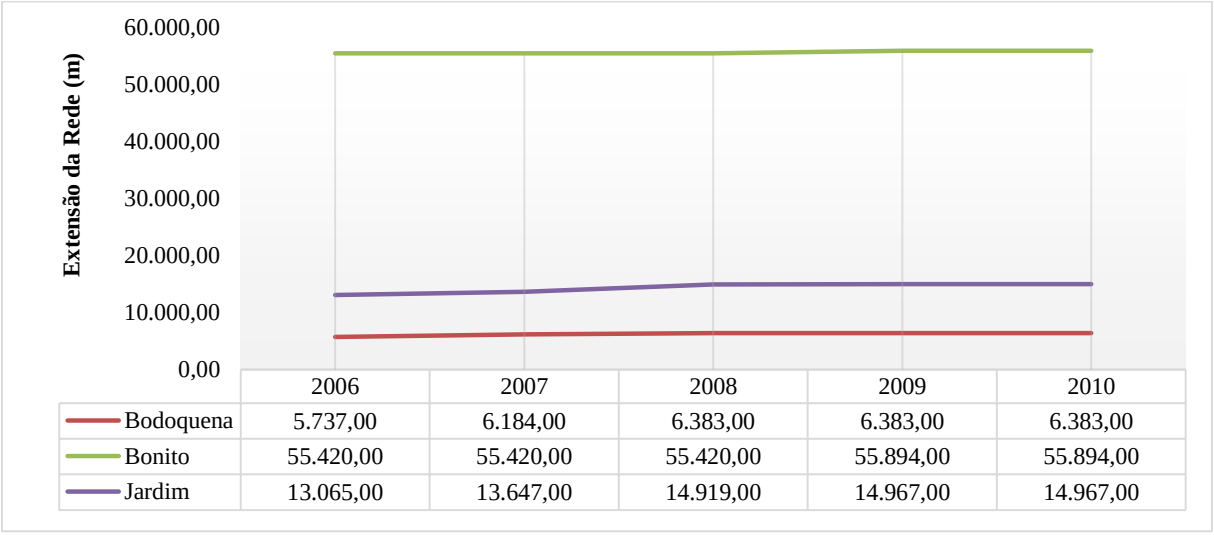
A partir da avaliação deste diagnóstico, pode-se concluir que a concessionária vem estendendo a cobertura do sistema à medida que cresce a demanda, inclusive com redução de perdas e aumento da reservação, garantindo portanto, o atendimento mesmo com um possível pico de consumo em alta temporada, assim como com o crescimento gradativo do consumo frente a demanda turística.

4.4.7.2. Esgotamento sanitário

No Polo Serra da Bodoquena a responsabilidade pelo sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário é da SANESUL, assim como o de abastecimento de água. Entretanto, este sistema não possui um índice satisfatório de abrangência no Polo, principalmente, nos Municípios de Jardim e Bodoquena.

Em Bonito o sistema de esgotamento sanitário, conforme informações da Secretaria de Meio Ambiente, encontra-se em situação mais desenvolvida, atendendo 100% da população urbana do Município com rede coletora, de forma que todo esgoto coletado é tratado.

No que concerne à extensão da rede de esgotamento sanitário, o Polo possuía, em 2010, aproximadamente 79 km, sendo que destes 70,52% correspondem ao Município de Bonito. Enquanto que, em 2006, a extensão apresentava um pouco mais de 76 km (Gráfico 28).



	2006	2007	2008	2009	2010
Bodoquena	5.737,00	6.184,00	6.383,00	6.383,00	6.383,00
Bonito	55.420,00	55.420,00	55.420,00	55.894,00	55.894,00
Jardim	13.065,00	13.647,00	14.919,00	14.967,00	14.967,00

Gráfico 28 – Histórico da extensão da rede de esgotamento nos municípios do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMAC/BDE (2012).

Considerando o período de 2006 até 2010, este fator apresentou um crescimento de 4%, sendo que o Município de Bodoquena obteve a maior evolução, 14,56%, enquanto que em Bonito o percentual é pequeno mas a abrangência é a melhor (Gráfico 29).

Ainda, no período supracitado, o número de ligações apresentou um crescimento significativo, 97,33%. No ano de 2006 haviam, apenas, 3.329 ligações, já em 2010 o número era de 6.569 (Gráfico 30).

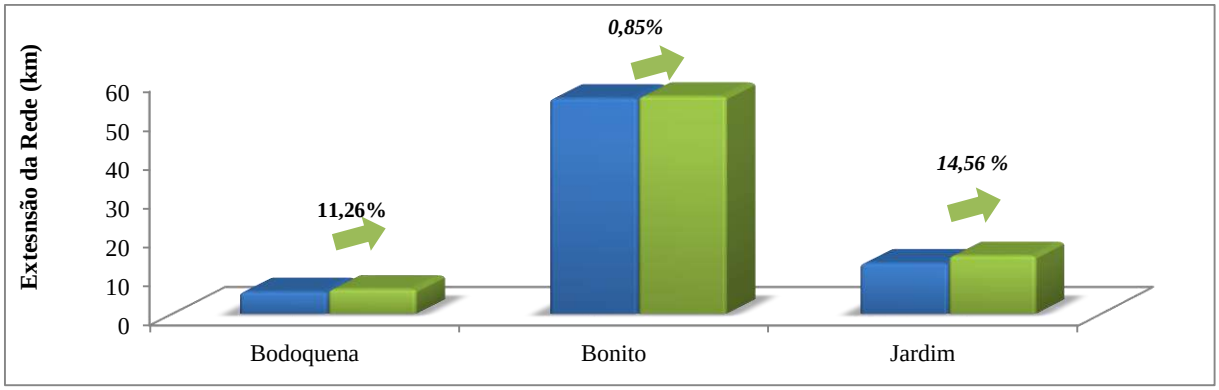
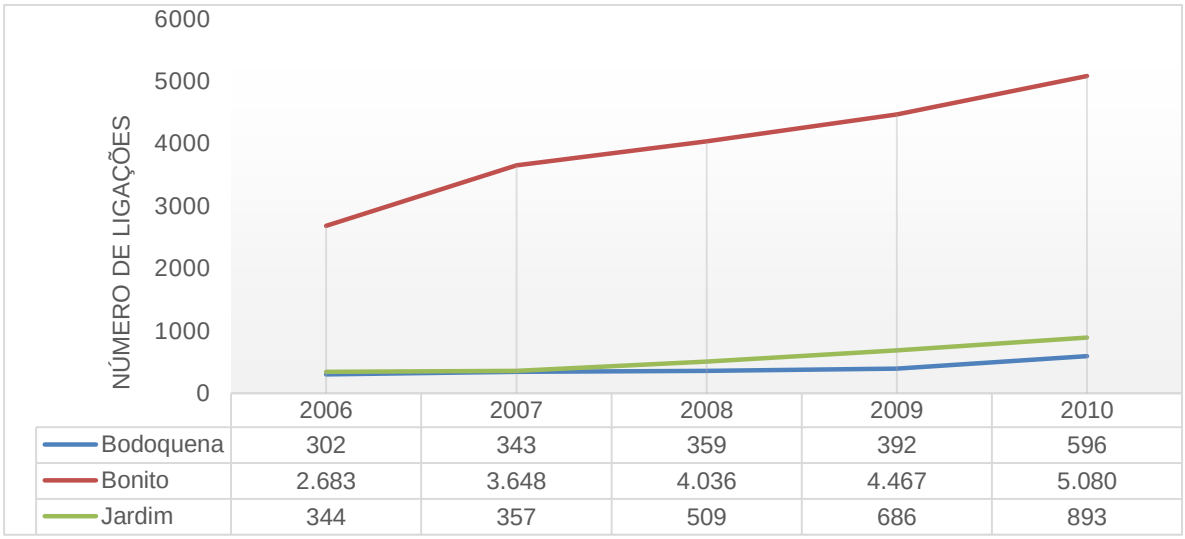


Gráfico 29 – Crescimento da rede entre 2006 e 2010 no Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMAC/BDE (2012).

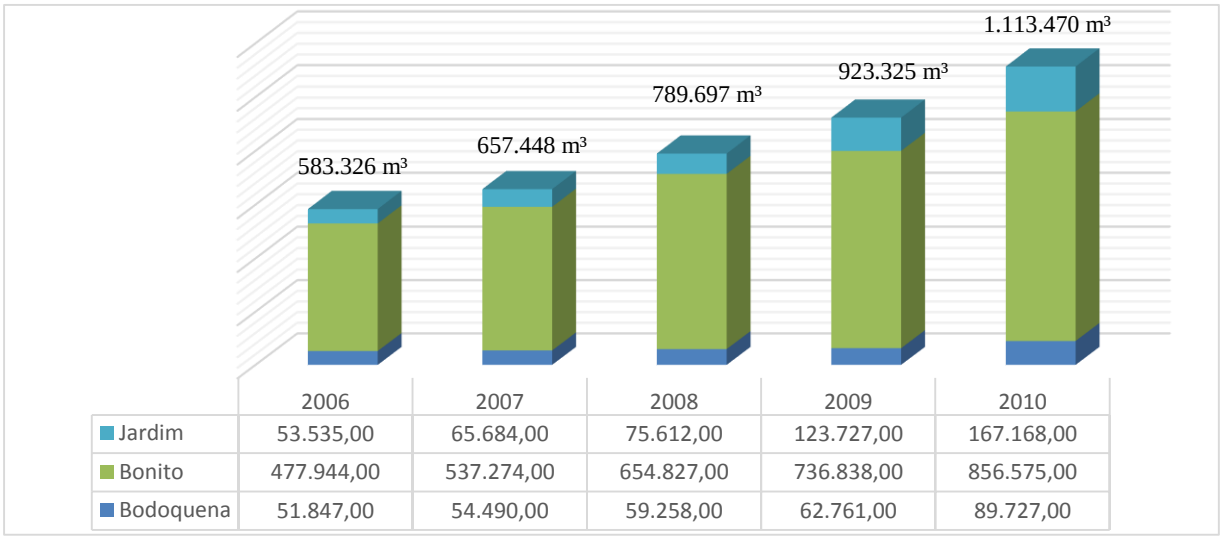


	2006	2007	2008	2009	2010
Bodoquena	302	343	359	392	596
Bonito	2.683	3.648	4.036	4.467	5.080
Jardim	344	357	509	686	893

Gráfico 30 – Número de ligações de esgoto no Polo Serra da Bodoquena entre 2006 a 2010.
Fonte: SEMAC/BDE (2012)

Realizando uma análise do Gráfico 30, observa-se que todos os municípios apresentaram um crescimento elevado, sendo que Jardim foi o que demonstrou maior crescimento com 159,59%, enquanto que, Bonito e Bodoquena apresentaram 89,34% e 97,32%, respectivamente.

Em 2010, o volume faturado de esgoto no Polo atingiu o valor de 1.113.470,00 m³ (Gráfico 31), sendo Bonito o Município com maior volume 856.575 m³ em decorrência da maior abrangência de coleta do esgotamento sanitário como supracitado.



	2006	2007	2008	2009	2010
Jardim	53.535,00	65.684,00	75.612,00	123.727,00	167.168,00
Bonito	477.944,00	537.274,00	654.827,00	736.838,00	856.575,00
Bodoquena	51.847,00	54.490,00	59.258,00	62.761,00	89.727,00

Gráfico 31 – Volume faturado de esgoto no Polo Serra da Bodoquena no período de 2006 a 2010.
Fonte: SEMAC/BDE (2012)

Um fator importante apontado no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) para os três municípios é que um número expressivo de residências possuí a rede coletora disponível, no entanto, seus proprietários não efetuaram a ligação, por falta de legislação municipal que discipline a questão e oriente legalmente o cidadão que não queira arcar com os custos envolvidos na adesão ao sistema de coleta de esgoto.

Esta situação pode contribuir para a contaminação do solo e do lençol freático por efluentes dispostos em fossas sem manutenção, bem como no aparecimento de problemas sociais e econômicos, uma vez que o governo investiu recursos em uma rede que está sendo subutilizada. Em Bonito, segundo informações levantadas *in loco* junto a Secretaria de Meio Ambiente (2012), foram realizadas 617 ligações de caráter social objetivando atingir a totalidade das residências.

Outro problema decorrente do sistema fossa/sumidouros é que na região da Serra da Bodoquena, existem afloramentos de rochas que impedem a infiltração dos efluentes pelos sumidouros, prejudicando o tratamento instalado.

São frequentes os casos de entupimento da rede de esgoto devido a uso inadequado por parte da população, que descarta objetos grandes e indevidos na rede.

Para o tratamento dos efluentes coletados todos os municípios possuem Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), enquanto que as residências não integrantes da rede de esgoto utilizam sistemas individuais como fossas sépticas com sumidouros, fossas negras ou o descarte diretamente nos corpos d'água.

Em Bonito o tratamento de esgoto é realizado na ETE Petrobrás, localizada na margem direita do córrego Bonito, confluência com o córrego Marambaia (21º07'28,41"S/56º27'64"W). Esta é considerada uma das mais modernas unidades de tratamento, e, portanto, modelo para o Brasil, sendo visitada constantemente por estudiosos. O tratamento é realizado por reator UASB (*Upflow Anaerobic Sludge Blanket* - Fluxo Ascendente de Manta de Lodo Anaeróbio), físico, químico e desinfecção, resultando, em uma eficiência de 75% a 90% de projeto para carga orgânica.

A ETE Petrobrás opera em alguns momentos com certa ociosidade e em alta temporada com maior capacidade. As informações obtidas dos gestores locais apontam para uma boa eficiência do sistema, desde sua ampliação.

O Município de Jardim conta com duas ETEs, a Jardim localizada na Rua dos Heróis, no Bairro Dom Bosco, antiga área do matadouro municipal, onde o lançamento é realizado no rio Miranda, e a ETE Cachoerinha sendo seu efluente lançado no córrego Cachoerinha.

A ETE Jardim foi implantada em 2003 com capacidade de 20 L/s, sendo dotada das seguintes unidades: tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 20 L/s (tipo RALF); dois leitos de secagem; portaria; emissário final de 350 mm para lançamento do efluente tratado no rio Miranda e laboratório.

A ETE Cachoeirinha é dotada das seguintes unidades: tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; estação elevatória final de poço úmido dotada de duas bombas submersíveis; um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 10 L/s (tipo RALF); dois leitos de secagem; dois leitos de areia; emissário final para lançamento do efluente tratado no córrego Cachoeirinha, afluente da margem esquerda do rio Miranda e laboratório.

Bodoquena possui duas ETE, sendo estas localizadas na rodovia MS 339 s/nº - Rodovia do Calcário, saída para Miranda (20º31'48,767"S/56º39'55,435"W), cujos sistemas aplicados são

diferentes. A primeira utiliza um sistema de lagoas de estabilização com eficiência de projeto de 75 a 85% para carga orgânica e a segunda emprega um reator UASB com eficiência de 60 a 75%. Os corpos d'água receptores do esgoto tratado são os córregos João Augusto e Acampamento.

Segundo informações da Secretaria de Bodoquena (2012), o Município possui 78% das ligações de esgoto já efetuadas e uma das ETE em funcionamento. Para o sistema o município obteve financiamento com recursos do PRODETUR NACIONAL.

A partir das informações diagnosticadas, pode-se concluir que a concessionária vem ampliando a rede coletora de esgoto, bem como ampliando o sistema de tratamento. Desta forma, para garantir o atendimento, mesmo com um possível pico na geração de esgoto em alta temporada, devido ao desenvolvimento do turismo e crescimento populacional, o sistema deverá estar em constante crescimento e monitoramento, garantindo a qualidade e eficiência do serviço prestado.

4.4.7.3. Drenagem pluvial

O sistema de drenagem pluvial urbana nos municípios da Serra da Bodoquena é incipiente. Esta deficiência corrobora para a deterioração dos pavimentos das vias e contaminação de cursos d'água, porém não apresenta riscos de morte diretos à população por enchentes e alagamentos.

Neste sentido, a deterioração dos pavimentos das vias prejudica a imagem do Polo perante aos turistas e a ausência da rede de drenagem contribui para a contaminação e assoreamento dos corpos hídricos em decorrência do carreamento de sedimentos, assim causando degradação da paisagem natural que constitui-se no principal produto do ecoturismo.

Um grave problema ambiental observado nestes municípios é o despejo dos efluentes domésticos brutos (esgoto) através de ligações irregulares na rede de drenagem, fato este que pode gerar danos ao ecossistema local e, consequentemente, à atividade turística.

Ainda, proveniente do escoamento superficial das águas de chuva, os cursos d'água locais, sobretudo os córregos urbanos dos três municípios, recebem sedimentos oriundo de processos erosivos, contaminação pela disposição inadequada de lixo e efluentes das ETEs, com significativos níveis de matéria orgânica, prejudicando a qualidade de água.

O PDITS/2004 apresentava como ação prevista a elaboração de projetos de drenagem nos três municípios, entretanto o Município de Bodoquena, região mais crítica, bem como Jardim elaboraram seus projetos, entretanto ainda não foram implantados. Através de convênio entre as Prefeituras Municipais, Ministério das Cidades, Caixa Econômica e entre a o Governo Estadual foram executadas, em 2009, obras de drenagem e pavimentação nos municípios sem um projeto orientador.

Em Jardim, apenas uma pequena parte da área urbana é contemplada pelo sistema de drenagem pluvial, sendo que em 2009, o PRODETUR Nacional financiou a elaboração de um projeto de expansão do sistema. Apesar da baixa cobertura, são raros os casos de alagamentos.

A área urbana de Jardim possui quatro bacias hidrográficas que drenam as precipitações, sendo os rio Miranda e o córrego Cachoeirinha os corpos receptores destas águas superficiais.

Bodoquena possui apenas depressões transversais como sistemas de drenagem pluvial, sendo estruturas insuficientes para evitar alagamentos. Devido a este fato, muitas residências despejam as águas pluviais na rede de esgotamento sanitário causando o comprometimento deste sistema. A região central é a mais afetada por receber todo o volume de água.

A rede de drenagem de Bonito é composta por duas bacias hidrográficas e suas sub-bacias, sendo que esta está sendo ampliada com a construção de 560 metros de galerias pluviais, e trecho asfaltado, entre a creche municipal até a Pousada Guarani. A água captada é encaminhada para dois corpos d'água, o córrego Restinga e o Bonito.

Deve-se ressaltar a necessidade urgente de investimentos em projetos e obras de drenagem no Polo, para garantir a preservação ambiental de modo a contribuir com a principal atividade econômica da região, atendendo as estratégias elencadas no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), em específico a estratégia de melhoria da infraestrutura turística e dos serviços básicos.

4.4.7.4. Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos

Os serviços de gestão de resíduos sólidos, coleta de lixo, limpeza das vias públicas e dos bueiros das galerias de águas pluviais são de responsabilidade das Prefeituras Municipais.

A coleta abrange 100% da área urbana dos municípios do Polo, entretanto não é possível garantir que a totalidade dos resíduos domiciliares são coletados, considerando que alguns moradores preferem descartar erroneamente os resíduos em terrenos baldios.

Em Bodoquena, a coleta dos resíduos domiciliares é do tipo convencional, sendo realizada com caminhão caçamba basculante e nas seguintes frequências:

- diária: nas três ruas principais do centro da cidade;
- 2 vezes na semana: bairros;
- 1 vez na semana: balneários próximos.

São coletados, aproximadamente, 8 toneladas de resíduos sólidos domiciliares diariamente, sendo estes destinados ao Lixão Municipal.

O lixão de Bodoquena, com área de 4 hectares está localizado a aproximadamente 5 km do núcleo urbano, em área de preservação permanente (APP), ou seja, encontra-se em desacordo com o estabelecido na Lei Federal nº 4.771/65, art., 2º, alínea e, citada a seguir:

> Art. 2° Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
> (...)
> e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

A área possui cercamento precário feito de palanques de madeira e arame, não possui portão ou qualquer mecanismo para controlar a entrada de pessoas e animais no local e está a, aproximadamente, 3 km do curso d'água mais próximo.

O lixão opera sem licença ambiental para a atividade, sendo realizada no local a disposição dos resíduos sólidos com recobrimento periódico com terra, que ficam expostos por longos períodos. Este fato, além de causar um impacto visual negativo, promove a proliferação de vetores, a possível contaminação do lençol freático e cursos d'água, além da presença de animais e pessoas.

O Município conta com uma Unidade de Triagem de Resíduos (UTR) em implantação, sendo que parte do reaproveitamento dos materiais recicláveis é realizada por catadores dentro do lixão, que possuem barracos no local utilizados como abrigo.

Por iniciativa do Município está em andamento o "Projeto Piloto *Lavosie* – Moeda Verde" que incentiva a coleta seletiva a partir da troca dos recicláveis por hortaliças produzidas na horta municipal.

Quanto aos pneus, o Município não possui um sistema de coleta diferenciado, ou seja, não existe segregação destes, nem recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras que são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

Os resíduos de serviço de saúde (RSS) são coletados semanalmente utilizando o mesmo veículo responsável pela coleta dos resíduos domiciliares. Anteriormente, os RSS eram queimados no hospital, entretanto, atualmente, são depositados, de modo inadequado, em uma área do lixão.

Em Jardim, a coleta dos resíduos sólidos domiciliares é realizada com a utilização de caminhões e tratores. Na região central a coleta é realizada diariamente e nas demais regiões da sede duas vezes na semana. O Distrito de Boqueirão é contemplado com a coleta a cada 15 dias.

O lixão de Jardim recebe, em média, duas toneladas de resíduos sólidos diariamente, sendo que deste montante parte é segregada (garrafas PET, papelão, plásticos e pneus) por catadores no local.

Segundo informações do Núcleo de Meio Ambiente (2012), existem 12 pessoas trabalhando na separação do resíduo sólido reciclável e organizadas em associação que atualmente ocupa a UTR localizada no mesmo local do lixão.

Recentemente, a administração municipal de Jardim adquiriu uma área de 361.532,00 m² localizada na rodovia BR 267 no km 08 para a construção de um aterro sanitário intermunicipal com outras cinco cidades: Bela Vista, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, que participam do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (CIDEMA), e também apoia a recém-formada Associação de Catadores de Jardim, que executa, com sucesso, um programa de coleta seletiva. O Município apoiou a instalação de uma usina de compostagem, entretanto, no momento está desativada, conforme levantamentos *in loco.*

Em Bonito, a coleta é realizada diariamente no centro da cidade e nas outras localidades de duas a três vezes na semana. Nos locais mais distantes a coleta é realizada semanalmente, sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente na área urbana. Na área rural a responsabilidade é da

Secretaria de Produção e Desenvolvimento Rural. A Prefeitura Municipal subsidia a coleta seletiva em pontos como: hotéis, escolas e a própria Prefeitura, assim como em eventos ou atendendo solicitações dos munícipes. A coleta seletiva porta a porta não existe, entretanto, Bonito conta com um Programa de Coleta Seletiva chamado "Programa esta Casa Recicla", onde foram distribuídos 1.600 tambores de 100 litros para a população dispor somente os resíduos recicláveis a serem coletados em dias pré-definidos.

A Secretaria Municipal de Bonito possui um aterro controlado e uma UTR. São destinados à UTR os resíduos recicláveis que são dispostos em uma esteira onde é realizada a segregação por tipologia (plástico, papel, papelão, etc.) pelos catadores. Quinzenalmente são comercializadas, em média, 15 toneladas de material reciclável.

O aterro controlado de Bonito está localizado a 500 metros do córrego Marambaia. No local existem placas para a identificação das diferentes valas, um trator para realizar a cobertura e compactação dos resíduos e um guarda para evitar o acesso de pessoas.

Após a conclusão da obra do aterro sanitário em Jardim, todos os resíduos sólidos de Bonito serão transportados para este aterro que está sendo construído com recursos do Ministério das Cidades, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Ministério da Saúde.

Com base nas informações diagnosticadas, pode-se concluir que para os municípios atenderem as exigências legais deverão implantar seus aterros sanitários, já em planejamento, de forma a atender a demanda atual e futura, com base no crescimento populacional e o desenvolvimento do turismo. Além da disposição final dos rejeitos nos aterros sanitários, deverão ser implantados ou intensificados os programas de coleta seletiva dos resíduos recicláveis, com a inclusão social de catadores.

4.4.7.5. Energia elétrica

Bodoquena é atendido por uma linha de transmissão, proveniente de Miranda, de 34,5 kV, possuindo uma subestação de mesma tensão elétrica, para linha de 13,8 kV, com potência de 3.000 kVa. Por se tratar de um trecho final de linha, esporadicamente acontecem quedas no fornecimento de energia.

Dentre os municípios do Polo, Bodoquena é o que apresenta maior consumo de energia elétrica com um consumo total de 73.440 MWh, em 2009, sendo que, aproximadamente, 88% são do consumo industrial livre (Gráfico 32), provenientes das indústrias de mineração (calcário) e de cimento.

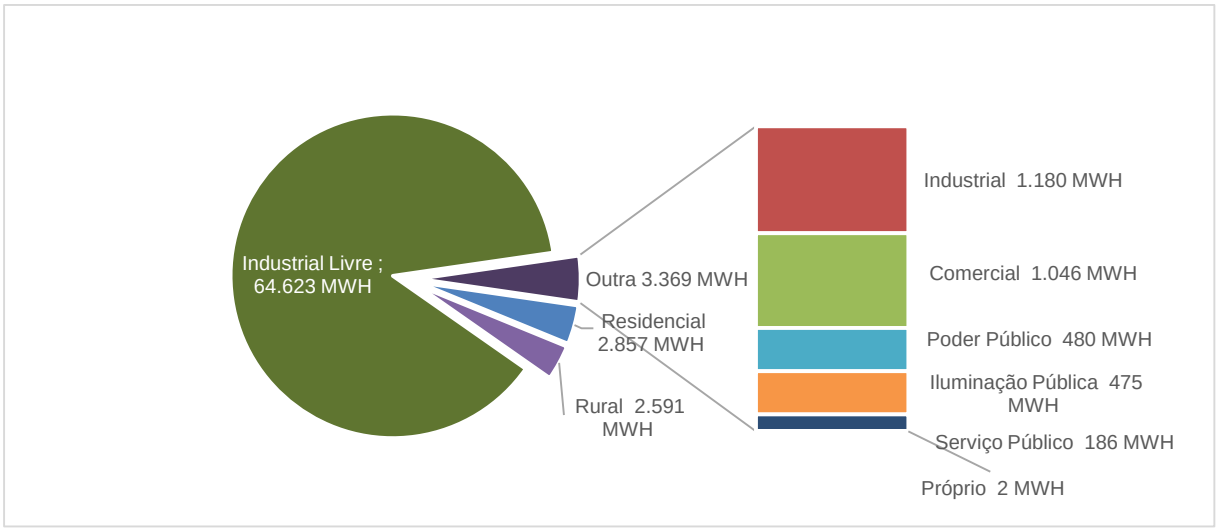


Gráfico 32 – Consumo de energia em MWH no município de Bodoquena em 2009
Fonte: SEMAC/BDE, 2012.

O Município de Bonito é atendido por uma linha de transmissão de 69 kV, proveniente de Aquidauana, possuindo uma subestação de distribuição de 69 kV, para 34,5/13,8 kV, com um transformador 69-13,8 kV, com 12.500 kVa de capacidade, e um transformador 69-34,5 kV, com 5.000 kVa de capacidade.

Em 2009, o consumo total de energia elétrica em Bonito foi de 25.764 MWh, sendo o residencial e comercial os que demandaram maiores quantidades, totalizando 68,55% do consumo total (Gráfico 33).

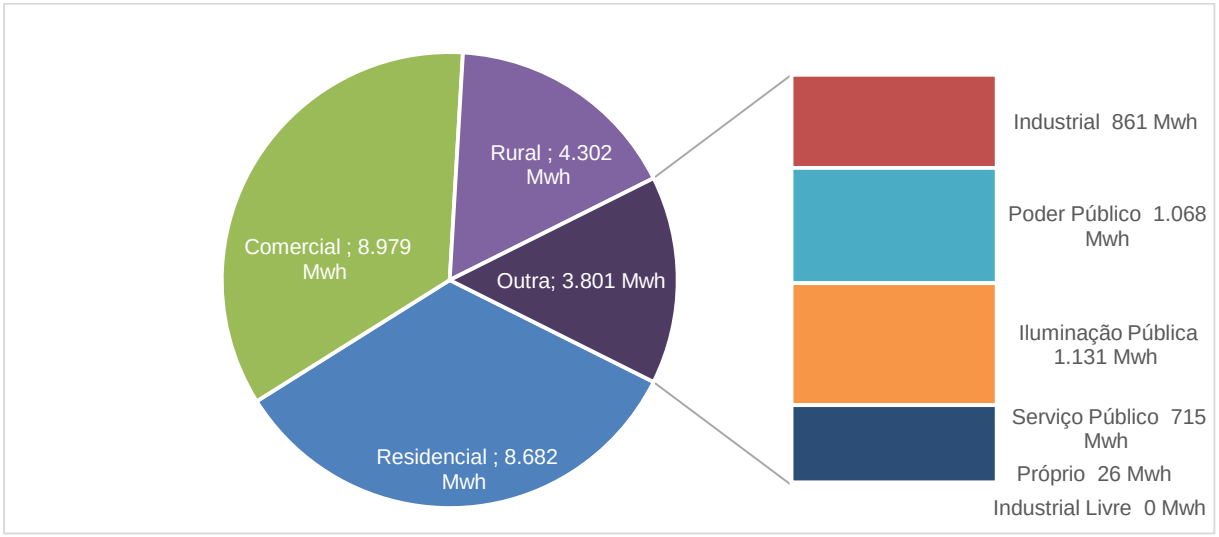


Gráfico 33 – Consumo de energia em Mwh no Município de Bonito em 2009.
Fonte: SEMAC/BDE, 2009.

Jardim é atendido por uma linha de 138 kV, proveniente de Maracaju, possuindo uma subestação de distribuição de 138 kV, para 13,8 kV, com 25.000 kVa de capacidade.

O Município de Jardim, assim como Bonito, possui como maiores consumidores os setores residencial e comercial (Gráfico 34), que atingiu o consumo total de 26.953 MWh para o ano de 2009.

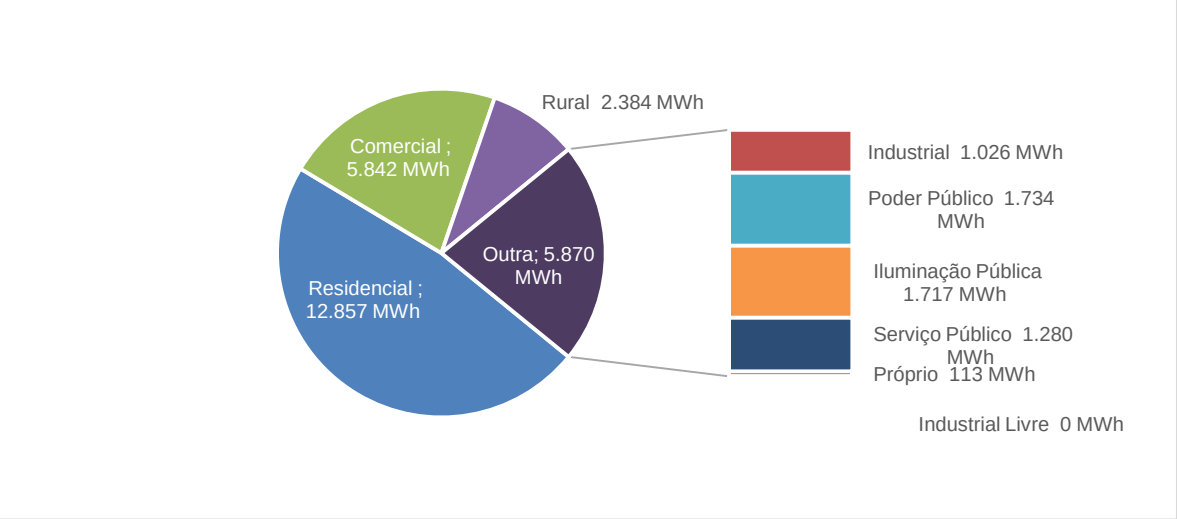
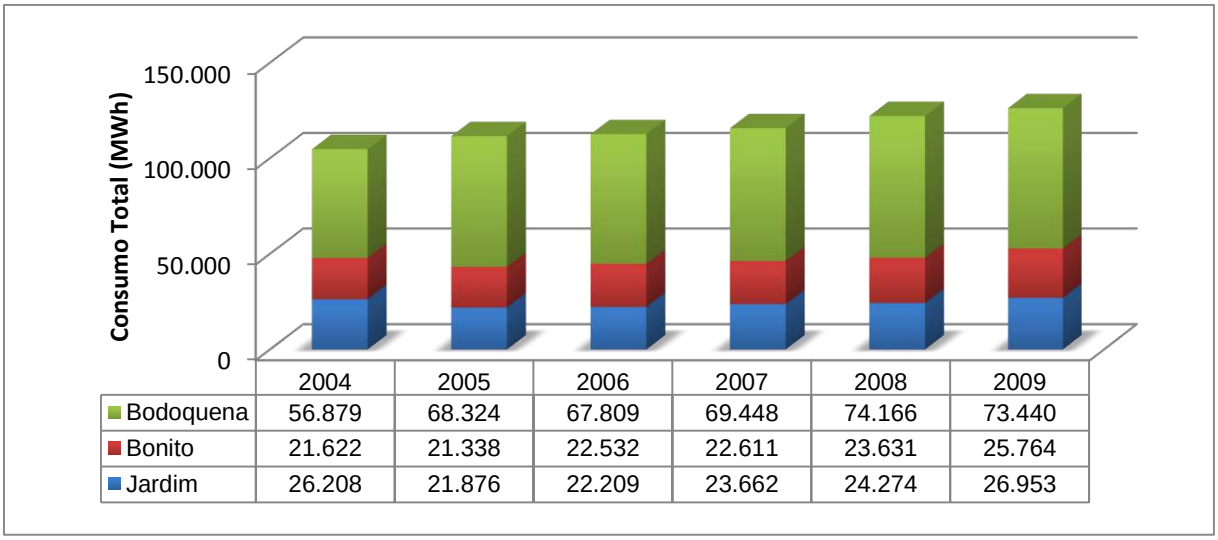


Gráfico 34 – Consumo de energia em MWh no Município de Bonito em 2009.
Fonte:SEMAC/BDE, 2012

Analisando o período de 2004 a 2009 (Gráfico 35), observa-se que houve um crescimento expressivo em todo o Polo no consumo total de energia elétrica atingindo, aproximadamente, 20,5%. Dentre os municípios inseridos, Bodoquena apresentou o maior crescimento com 29,12%, seguido por Bonito com 19,16%, enquanto que Jardim obteve o menor crescimento com, apenas, 2,84%.



	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bodoquena	56.879	68.324	67.809	69.448	74.166	73.440
Bonito	21.622	21.338	22.532	22.611	23.631	25.764
Jardim	26.208	21.876	22.209	23.662	24.274	26.953

Gráfico 35 – Consumo total de energia elétrica (MWh) no Polo Serra da Bodoquena no período de 2004 a 2009.
Fonte: SEMAC/BDE (2012)

De modo geral, o sistema elétrico de atendimento regional, localizado próximo ao sistema de 230 kV que compõe o sistema integrado brasileiro, possui uma boa disponibilidade para expansão, em virtude do crescimento populacional e também do desenvolvimento do turismo.

4.4.7.6. Comunicação

Os municípios do Polo possuem rede telefônica com telefones fixos públicos (orelhões) e individuais, sendo considerado de boa qualidade nas sedes, entretanto, precário nos distritos, onde

existem os telefones públicos, frequentemente quebrados e poucos moradores possuem telefones individuais.

As três cidades integrantes do Polo são atendidas pelos serviços de telefonia fixa-(STFC)[9]– e móvel. Segundo o PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), Jardim conta com 5.027 unidades de telefonia fixa, correspondendo a 22,30% da população do Município; Bonito, com 3.147, correspondendo a 18,56%, e Bodoquena, com 922, ou seja, 11,20% da população possuem unidades instaladas de telefonia fixa.

Todos os municípios do Polo possuem agências de Correios. A Tabela 5 apresenta a estrutura deste serviço.

Tabela 5 – Estrutura do Serviço de Correios no Polo Serra da Bodoquena

Município	Agência de Correios	Agências de Correio Comunitária	Correios - Posto de Venda de Produtos	Agência de Correios Franqueadas
Bodoquena	1	2		
Bonito	1		1	
Jardim	1	1		1

Fonte: SEMAC/BDE (2012)

Existem canais de televisão por meio de torre de retransmissão de sinais e de antenas parabólicas, jornais e emissoras de rádio. Existem provedores de internet em Bonito e Jardim, e atualmente em algumas pousadas de Bodoquena.

Os serviços de comunicação auxiliam os municípios no desenvolvimento da atividade turística, garantindo o acesso e a circulação de informações, divulgações e contato entre os visitantes e os prestadores de serviços da região, atendendo a demanda atual e ao desenvolvimento do turismo na região.

4.4.7.7. Sistema de transporte urbano

O transporte público urbano é disponibilizado para a população apenas na cidade de Jardim, enquanto que Bonito e Bodoquena possuem apenas transporte escolar diário para atender a área rural. No Município de Jardim o transporte urbano está disponível apenas para a sede municipal e é feito por uma empresa particular de ônibus. Existem nos Municípios do Polo os serviços de moto táxi e táxi que atendem a zona urbana e também a zona rural.

Pelas características das sedes dos municípios, com reduzida extensão e relevo relativamente plano, um meio de transporte com vasta utilização são as bicicletas, que inclusive servem de opção para locomoção até os atrativos turísticos. O restante do transporte é feito por veículos particulares, agências receptivas e locadoras de veículos.

[9] Serviço Telefônico Fixo Comutado, ou STFC, é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento do turismo os sistemas de transporte urbano nos municípios deverão ser planejados de forma a garantir uma mobilidade urbana satisfatória aos habitantes e aos turistas.

4.5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA BASE LEGAL ESTADUAL E MUNICIPAL AMBIENTAL E TURÍSTICA, BEM COMO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO USO DO SOLO (ASPECTOS LEGAIS RELEVANTES)

4.5.1. Base Legal Turística

4.5.1.1. Federal

A Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo (PNT) foi um grande marco para a legislação turística. A partir da sua promulgação as empresas atuantes na área turística são obrigadas a se cadastrar junto ao Ministério do Turismo, deste modo havendo um incremento no Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) no Estado através da FUNDTUR. Entretanto, ainda existem poucos prestadores de serviços inscritos no CADASTUR. Outra importante determinação da Lei nº 11.771/2008 é a regulamentação do funcionamento da atividade turística, unificando a legislação turística nacional. No Quadro 7 pode ser observada a legislação federal referente ao setor do turismo:

Quadro 7 - Legislação Federal referente ao Turismo

Legislação Federal referente ao Turismo	
Lei nº 11.637/2007	Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.
Lei nº 11.771/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a EMBRATUR e dá outras providências.
Portaria nº 160/2009	Regulamenta as competências a serem observadas pelo Ministério do Turismo - MTur e pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua forma de atuação nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres.
Decreto nº 7.381/2010	O Decreto nº 7.381, regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.
Portaria nº 126/2011	Dispõe sobre a criação do Centro de Informações Turísticas 2014- CIT-14 e dá outras providências
Portaria nº 127/ 2011	Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Portaria nº 128/2011	Instituir o Comitê Interministerial de Facilitação Turística - CIFat, criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e designar seus membros titulares e suplentes.
Portaria nº 130/2011	Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, o Comitê Consultivo do CADASTUR - CCCad e dá outras providências.
Portaria nº 162/2011	Cria o Programa Turismo de Fronteiras - Frontur e dá outras providências.

Fonte: MTur (2012)

Verifica-se a existência da Lei nº 11.637/2007 que define as diretrizes para a qualificação dos serviços turísticos e do selo de qualidade nacional de turismo, garantindo assim o suporte legal para o desenvolvimento de um turismo de qualidade, com a possibilidade de certificação e uma maior visibilidade.

Analisando as Portarias Federais apresentadas, observa-se a existência de regulamentações quanto aos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse entre o MTur e a Caixa Econômica Federal, direcionando as ações relacionadas ao turismo e os respectivos processos econômicos e financeiros.

As atribuições do Governo Federal quanto ao planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico estão descritas no Decreto nº 7.381/2010, deixando claro a atuação institucional no direcionamento e no crescimento sustentável do setor no Brasil.

O cadastramento dos prestadores de serviços está embasado legalmente nas Portarias nº 127/2011, com a delegação das competências pelo processo de cadastramento, classificação e fiscalização, e a Portaria nº130/2011, com a instituição do sistema CADASTUR para o cadastro dos prestadores de serviços turísticos e a criação de seu comitê consultivo. Este cadastramento é uma importante ferramenta de controle e monitoramento da atividade, proporcionando uma base de dados para o planejamento e desenvolvimento da atividade.

Desta forma, verifica-se a existência de uma Base Legal Turística Federal bem desenvolvida, tendo como instrumento norteador a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008).

4.5.1.2. Estadual

No Estado, o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas é a Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), em parceria com as Prefeituras Municipais. O órgão estadual responsável por fiscalizar as questões ambientais é o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Um dos maiores entraves sofridos pelo Turismo é a falta de articulação entre as instituições do turismo, meio ambiente e infraestrutura, principalmente no que se refere às inter-relações de suas legislações. No Quadro 8 observam-se algumas das leis vigentes em Mato Grosso do Sul para o setor do turismo.

Quadro 8 - Legislação Estadual referente ao Turismo.

Legislação Estadual referente ao Turismo	
Decreto-Lei nº 9/1979	Cria a primeira instituição responsável pelo turismo após a divisão do Estado - Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL), regulamentada pelo Decreto nº 132/1979.
Lei nº 1.557/1994	Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo do Brasil, Subseção Corumbá.
Lei nº 2.135/2000	Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo no Estado de Mato Grosso do Sul.
Decreto nº 10.055/2000	Cria o Conselho Estadual de Gestão das Políticas de Desenvolvimento Sustentável, modificado pelo Decreto nº 10.170/2000.
Decreto nº 10.081/2000	Dispõe sobre a regulamentação das atividades de Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora, no qual considera Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora, os profissionais que, devidamente credenciados pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, exerçam as atividades de acompanhamento, orientação e disseminação de informações a pessoas ou a grupos, em visita aos atrativos turísticos do Estado, na qualidade de auxiliar de guia de turismo. Alterado pelos Decretos nº 10.602/2001 e 10.798/2002.
Decreto nº 10.097/2000	Cria a Secretaria de Estado da Produção e do Turismo e Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, alterada pelo Decreto nº 11.664/2004.
Decreto nº 10.199/2001	Define as atribuições da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACT, órgão integrante do grupo responsável pela função de indução ao desenvolvimento, tem como atribuição básica estudos e proposição de política públicas objetivando orientar os agentes públicos e privados em suas atividades de desenvolvimento sustentável do Estado. b) Superintendência de Políticas de Turismo, alterada pelo Decreto nº 10.663/ 2002 renomeando como Superintendência de Articulação de Políticas de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.
Decreto nº 10.328/2001	Estabelece normas e procedimentos sobre a organização e o funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura, Programa Fazendo Cultura, alterado pelo Decreto nº 10.398/2001.
Decreto nº 10.545/2001	Dispõe sobre o cadastro e o certificado de habilitação para "vans" de turismo e dá outras providências, alterado pelo Decreto nº 10.644/2002.
Lei nº 2.307/2001	Autoriza a criação da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, regulamentada pelo Decreto nº 10.552/2001, com a finalidade de fomentar, incentivar e promover serviços e atividades voltados para a identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos em turismo, a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e a indução ao desenvolvimento e implantação de serviços de infraestrutura de interesse turístico. Altera o Estatuto pelos Decretos nº 11.221/2003 e 11.717/2004.
Lei nº 2.405/2002	Dispõe sobre a atividade turística no território do Estado de Mato Grosso do Sul disciplinando sobre a obrigatoriedade de Guia de Turismo Local, com formação especifica, para acompanhar grupos e excursões durante a visitação no Estado.
Decreto nº 10.680/2002	Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região do Estado de Mato Grosso do Sul – PRODETUR/SUL – MS; estabelece esquema para seu gerenciamento e dá outras providências. Revogado pelos Decretos nº 12.346/ 2007 e 12.995/2010.
Decreto nº 10.719/2002	Institui o "Selo Turismo" alterando o Decreto nº 7.121/1993. O Decreto nº 12.395/2007 altera o nome para "Selo Pesca Turismo" a nova denominação.
Decreto Nº 11.113/2003	Cria o Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena (CONTURB) definindo no âmbito do Programa a prática das ações Desenvolvimento do Turismo no Estado do Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL–MS.
Lei nº 2.752/2003	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico e turístico.
Lei nº 2.652/2003	Cria o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul. Regulamentado pelo Decreto nº 11.340/2003.

Quadro 8 - Legislação Estadual referente ao Turismo. (Continuação)

Legislação Estadual referente ao Turismo	
Decreto nº 11.417/2003	Institui o "Prêmio Tuiuiú" de turismo, a ser conferido às pessoas físicas e jurídicas que contribuam para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, visa a contemplar pessoas físicas, empresas, organizações não governamentais e órgãos da imprensa que contribuam decisivamente para o desenvolvimento do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, como forma de reconhecimento público.
Decreto nº 11.460/2003	Constitui Grupo de Trabalho para o detalhamento da implantação do Projeto Trem do Pantanal.
Decreto nº 11.536/2004	Disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Decreto nº 11.680/2004	Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Fica transferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário a competência conferida à Secretaria de Estado da Produção e do Turismo no inciso XVII do art. 16 da Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, na redação dada pelo art. 5o da Lei nº 2.598, de 26 de dezembro de 2002.
Decreto nº 11.715/2004	Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo - SEPROTUR, e dá outras providências.
Lei nº 2.794/2004	Institui o Projeto Turismo Educativo com a finalidade de possibilitar o acesso de alunos das escolas da rede pública estadual ao acervo cultural, artístico e turístico do Estado. Bem como a Lei nº 1.352/1992 assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos culturais, esportivos e de lazer.
Lei nº 2.793/2004	Dispõe sobre as normas sanitárias e estabelece tratamento simplificado e diferenciado para a produção e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal em Mato Grosso do Sul.
Lei nº 3.375/2007	Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo de Bonito, com sede e foro no Município de Bonito-MS.
Lei nº 3.391/2007	Cria o Selo de Qualidade Artesanal, e dá outras providências.
Lei nº 3.402/2007	Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.
Lei nº 3.403/2007	Institui o "Selo Qualidade Turismo", no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Lei nº 3.609/2008	Institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado de Mato Grosso do Sul.
Lei nº 3.596/2008	Cria a "Semana de Valorização da Cultura Pantaneira" e dá outras providências.
LeI nº 3.593/2008	Institui o Sistema de Certificação de produtos industrializados no Estado de Mato Grosso do Sul e dá providências correlatas.
Decreto nº 12.936/2010	Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) alterando o Decreto nº 12.342/2007.
Decreto nº 12.995/2010	Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (PRODETUR/NACIONAL-MS), conforme Lei nº 3.582/2008 que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PRODETUR/NACIONAL-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste Estado. Revogando os Decretos nº 10.680/ 200, 11.215/2003, 11.113/2003 e 11.436/2003.
Decreto nº 13.412/ 2012	Altera dispositivo do Decreto nº 9.938, de 5 de junho de 2000, que institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada-Parque.

Fonte: Legislação Estadual (MATO GROSSO DO SUL, 2012)

A base legal estadual referente a atividade turística, conforme demonstrado no Quadro 8, conta com uma série de Leis e Decretos que orientam e definem quais as exigências e ações institucionais e operacionais do setor turístico no Estado de Mato Grosso do Sul.

Dentre as Leis descritas, observam-se as Leis de criação da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo (SEPROTUR) e também a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), responsáveis pela viabilização da exploração econômica dos seus recursos, promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre as finalidades da FUNDTUR estão o fomento, incentivo e promoção da exploração do turismo no Estado; identificação de oportunidades de investimentos turísticos no território estadual; viabilização da exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos; indução ao desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico; e a assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

Como forma de orientar a atividade foi criada a Lei nº 2.405/2002 que disciplina a atividade turística, bem como o fundo para o desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul (Lei nº 2.652/2003), os quais direcionam tecnicamente e economicamente as ações a serem desenvolvidas nas regiões turísticas do Estado.

Visando proporcionar um maior controle da atividade, bem como possibilitar o seu planejamento de crescimento e melhorias nos serviços prestados aos turistas, foi criado o Decreto nº 11.536/2004 que disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, com o objetivo de certificar a qualidade do trabalho, foi criado o Selo Qualidade Turismo (Lei nº 3.403/2007), divulgando as ações desenvolvidas e valorizando as regiões certificadas.

A Lei nº 12.995/2010 dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (PRODETUR/NACIONAL-MS), conforme Lei nº 3.582/2008 que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PRODETUR/NACIONAL-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos dos patrimônios físico-natural e cultural deste.

Portanto, verifica-se a existência de uma série de leis e decretos demonstrando que o Estado possui um base legal turística que vem atendendo a demanda atual e em constantes aperfeiçoamentos, revisões e novas criações, buscando atender todos os envolvidos na atividade de forma correta e integrada com o desenvolvimento do Estado.

4.5.1.3. Municipal

Os municípios do Polo Serra da Bodoquena ainda não possuem estrutura legal suficiente, sendo necessária a criação de instrumentos legais para fomentar, regular e fiscalizar o setor de turismo, o que agilizaria os processos de licenciamento.

Em Bodoquena as atividades turísticas, dos guias de turismo e a restrição à caça e pesca são normatizadas pela Lei Municipal nº 313/1999 e regulamentadas pelo Decreto nº 993/1999, que em conformidade com o Decreto Estadual nº 10.633/2002, o qual restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra, e com a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008) apresenta a junção de várias matérias em seus artigos que disciplinam ações, dentre elas:

- todos os atrativos ficam obrigados a se cadastrarem na Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em um prazo de até 60 dias;
- regulamenta as atividades de Guia de Turismo e Monitor, e que se farão sempre presentes na visita de turistas no município;
- as atividades de caça e pesca são proibidas em áreas naturais, como nas grotas, cavidades, nascentes e entorno das águas, pequenos mananciais, rios e seus afluentes;
- a infração para desrespeito a essa Lei cabe multa e recolhimento de tributos devidos, de acordo com o Código Tributário Municipal.

Destaca-se que as matérias abordadas na lei supracitada não foram devidamente conceituadas, assim com uma definição inexata pode-se criar um amparo legal a brechas no seu entendimento. Por exemplo, a substituição de um guia de turismo por um monitor.

Existem normas que disciplinam tais matérias e que podem servir de referencial, inclusive para o alinhamento das normatizações municipais às diretrizes federais e estaduais.

Hoje em Bodoquena são oito monitores credenciados, e um guia de turismo. Entretanto os guias de turismo credenciados nos municípios do Polo da Serra da Bodoquena eventualmente atendem outros municípios.

Deste modo, é importante que seja realizada uma revisão sobre vários aspectos do conjunto de leis que as municipalidades dispõem para o setor de turismo. Percebe-se que são muito frágeis, tanto na questão de abrangência, de consistência, da clareza e precisão do texto, quanto da forma de apresentação; e os diplomas legais devem ser concatenados com base na elaboração de uma política de turismo que fundamente as ações de planejamento, normatização, regulação e de fiscalização do município.

Segundo o PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), no município de Jardim, os instrumentos legais instituídos, tendo em vista a regulação do turismo, são restritos e esparsos, existindo somente a Lei que cria o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo.

Em Bonito, a Resolução Normativa nº 01/1995 regulamentou a instituição do sistema *Voucher* Único, sendo este o principal instrumento de ordenamento da atividade turística no município e sendo considerado referência nacional.

Outra importante Lei Municipal é a nº 689/1995 que tornou obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais.

Deste modo, conclui-se que a legislação ambiental e turística local é incipiente, deixando muitas lacunas a serem preenchidas nestes setores, sendo necessária a criação de instrumentos legais para fomentar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente.

No Quadro 9 podem ser verificadas as leis municipais referentes ao turismo.

Quadro 9 - Legislação municipal referente ao turismo.

Município	Legislação	Enunciado
Bodoquena	Lei nº 313/1999	Regulamentadas pelo Decreto nº 993/1999 que disciplina quanto as atividades turísticas, dos guias de turismo e a restrição à caça e pesca.
	Lei nº 271/1997	Lei que cria o Conselho Municipal de Turismo
Bonito	Lei nº 689/1995	Tornou obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais.
	Resolução Normativa nº 01/1995	Regulamentou a instituição do sistema voucher único, sendo este o principal instrumento de ordenamento da atividade turística no município e sendo considerado referência nacional.
Jardim	Lei nº 895/1997	Lei que cria o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo, e dá outras providências.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012), a partir de informações dos órgãos gestores dos municípios.

4.5.2. Base Legal Ambiental

O desenvolvimento sustentável do turismo no Polo representa a adoção de estratégias pautadas em ações que não agridam o meio ambiente. Em virtude da importância e fragilidade dos recursos naturais da região é fundamental a adequação aos aparatos legais. A base legal que disciplina o uso dos recursos naturais de modo a garantir a sustentabilidade é constituída por leis federais, estaduais e municipais, além de decretos e portarias.

4.5.2.1. Federal

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais completas do mundo, entretanto, para que seja garantida a preservação ambiental nela estabelecida deve-se ser fielmente cumprida e observada.

Algumas das principais leis que compõem a Legislação Ambiental Brasileira são citadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Legislação ambiental federal.

Legislação Ambiental Federal	
Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.
Lei nº 4.771/1965	Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude.
Lei nº 5.197/1967	Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA.
Lei nº 6.766/1979	Prescreve regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.
Lei nº 6.803/1980	Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.
Lei nº 6.902/1981	Criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, dispondo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos; instituiu também as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), áreas que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.
Lei nº 6.938/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente; é a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa; criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
Lei nº 7.347/1985	Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.
Constituição Federal de 1988	Formulada no sentido de garantir os direitos a cidadania para o povo brasileiro.
Lei nº 7.802/1989	Regulamenta a pesquisa, fabricação, comercialização, aplicação, controle, fiscalização e destino da embalagem de agrotóxicos.
Lei nº **7.735/1989**	Criou o IBAMA, incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha.
Lei nº 8.171/1991	Dispõe sobre a política agrícola. Coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos e define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros.
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos); prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
Lei nº 9.605/1998	Institui a Lei de Crimes Ambientais, reordenando a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições.

Quadro 10 – Legislação ambiental federal. (Continuação)

Legislação Ambiental Federal	
Lei nº 9.795/1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
Decreto nº 4.281/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1997, que estabeleceu Política Nacional de Educação Ambiental.
Decreto nº 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências.
Lei nº 11.455/2007	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico.
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos.

Fonte: MMA (2012)

Um importante órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) instituído pela Lei nº 6.938/81, sendo atos do CONAMA:

- resoluções, quando se tratar de deliberação vinculada a diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos ambientais;
- moções, quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental;
- recomendações, quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental, inclusive sobre os termos de parceria de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- proposições, quando se tratar de matéria ambiental a ser encaminhada ao Conselho de Governo ou às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;
- decisões, quando se tratar de multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA, em última instância administrativa e grau de recurso, por meio de deliberação da Câmara Especial Recursal - CER.

As Resoluções do CONAMA abrangem diversos temas ambientais, tais como: áreas protegidas; biomas; gestão de fauna e flora; qualidade de água; controle da poluição sonora e do ar; gestão de resíduos e produtos perigosos; licenciamento ambiental, e outros.

A partir das leis e decretos apresentados no Quadro 10, verifica-se que o Brasil possui um acervo de instrumentos legais que envolvem diferentes áreas de atuação na busca por um desenvolvimento de forma equilibrada, sem comprometer o meio ambiente, fiscalizando e punindo aqueles que descumprem os padrões e procedimentos estabelecidos em lei.

Desta forma, a base legal ambiental federal vem instrumentando-se ao longo dos anos e possui hoje um grande acervo de leis e decretos, ao mesmo tempo que são realizadas constantes revisões,

adequações e criação de novas, conforme a demanda, sendo aplicadas pelos órgãos gestores nos estados e municípios brasileiros.

4.5.2.2. Estadual

Os empreendimentos turísticos e/ou recreativos que se instalarem no Polo Serra da Bodoquena deverão se regularizar através do Licenciamento Ambiental, regulamentados pelo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), através da Resolução Semades nº 331, de 1º de abril de 1998. O artigo 1º desta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental e, este é transcrito a seguir.

> Art. 1° Ficam sujeitos ao licenciamento ambiental a ser fornecido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADES, os empreendimentos turísticos e/ou recreativos a seguir especificados:I – aqueles situados e/ou praticados na zona rural, nas áreas de proteção de mananciais, nas unidades de conservação e no entorno destas, inclusive, tais como:
> a) hotéis;
> b) ranchos pesqueiros;
> c) balneários;
> d) campings;
> e) embarcações de turismo pesqueiro;
> f) passeios ecológicos em áreas de fragilidade ambiental;
> g) pousadas;
> h) clubes; e
> i) similares, assim considerados pela SEMADES:
> I –parques temáticos;
> II –autódromo;
> III –kartódromo;
> IV –pista de motocross.

Recentemente, foi instituída pelo Estado a obrigatoriedade de cada atrativo possuir um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida a licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

Algumas das principais leis que compõem a Legislação Ambiental do Estado do Mato Grosso do Sul são citadas no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11 – Legislação ambiental estadual.

Lei nº 1.067/1990	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), alterado pela Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001.
Lei n° 2.193/2000	Regulamentou o ICMS Ecológico, que dispõe sobre o rateio do índice de 5% (cinco por cento) previsto no art. 1º, III, "f", da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei Complementar nº 77, de 7 de dezembro de 1994, e dá outras providências.
Decreto nº 10.394/2001	Cria o Monumento Natural das Grutas do Lago Azul, objetivando preservar o patrimônio espeleológico e a manutenção dos ecossistemas que o compõem, bem como a qualidade do lençol freático da região. A área foi desapropriada pelo Decreto nº 10.393/ 2001.

Quadro 11 – Legislação ambiental estadual. (Continuação)

Lei nº 2.257/2001	Dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais, e dá outras providências.
Lei nº 2.406/2002	Instituiu a Política Estadual dos Recursos Hídricos (PERH) e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providencias.
Decreto nº 10.633/2002	Estabelece regime especial para pesca e navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul.
Decreto nº 11.036/2002	Altera dispositivos do Decreto nº 10.707, de 22 de março de 2002, que institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul
Decreto nº 11.453/2003	Cria o Monumento Natural do Rio Formoso, com o objetivo de preservar sítios com características bióticas e abióticas naturais excepcionais, favorecer a pesquisa científica e a educação ambiental, proteger belezas cênicas e propiciar turismo ecológico e recreação compatíveis com a conservação da área. O Decreto nº 11.690/2004 amplia os limites do Monumento Natural do Rio Formoso.
Decreto nº 11.612/2004	Institui Grupo de Trabalho para elaborar estudos sobre a viabilidade e operacionalização do Corredor Bioceânico nos limites do Estado de Mato Grosso do Sul.
Resolução CERH nº 002/2005	Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, o primeiro do Estado de Mato Grosso do Sul.
Lei nº 3.593/2008	Institui o Sistema de Certificação de produtos industrializados no Estado de Mato Grosso do Sul e dá providências correlatas
Lei nº 3.550/2008	Cria o Parque Estadual do Prosa com o objetivo de preservar amostra representativa do ecossistema do Cerrado, espécies da flora e fauna nele associados, a manutenção da qualidade de vida, da bacia hidrográfica e do patrimônio cultural e paisagístico de Campo Grande, proporcionando sua utilização para fins de pesquisa científica, educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. Alterando o Decreto nº 10.783/ 2002. O Decreto nº 11.550/2004 institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Prosa.
Decreto nº 12.897/2009	Criou o Geopark Bodoquena-Pantanal, alterado pelo Decreto nº 13.220, de 17 de junho de 2011, que institui o Conselho Gestor.
Decreto nº 12.528/2008	Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Alterado pelos Decretos nº 13.391/2012.
Lei nº 3.839/2009	Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências
Decreto nº 13.303/2011	Institui o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul.
Resolução SEMAC nº 008/2011	Estabelece o manual de licenciamento ambiental do Estado

Fonte: SEMAC (2012)

As Leis, Decretos e Resoluções ambientais existentes no Estado de Mato Grosso do Sul instrumentalizam legalmente as ações do seu desenvolvimento frente as possíveis interferências nos ambientes naturais, através da criação do sistema e manual de licenciamento, formação das comissões, comitês e grupos de trabalho, bem como a regulamentação do ICMS ecológico, a criação de unidades de conservação, a instituição do Programa de Gestão Territorial e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado.

Verifica-se que o Estado vem desenvolvendo e criando seus instrumentos legais, de forma a envolver, de forma sustentável, todas as atividades e regiões, visando o crescimento em equilíbrio com o meio ambiente. A base legal ambiental do Estado vem sendo construída, passando por revisões e, conforme a demanda, são criados novas Leis, Decretos e Resoluções.

4.5.2.3. Municipal

Para a regularização ambiental dos empreendimentos é necessário à apresentação de diversos documentos para o órgão ambiental estadual, sendo que, dentre estes, é solicitado a certidão da Prefeitura Municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso e ocupação do solo.

No município de Jardim, a Lei Municipal nº 1.168/2003, retrata a Política Municipal de Meio Ambiente e trata: da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; do Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental; da coleta, transporte e destinação final dos lixos hospitalares; das áreas de uso regulamentado e Unidades de Conservação; dá diretrizes para a educação ambiental, como um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de proteção ambiental; define datas comemorativas (Semana de Meio Ambiente, Dia da Água, Dia da Terra, Dia da Árvore e Dia da Ave); define penalidades e valores de multas para infrações ambientais, entre outros (BRASIL, 2011).

O Município de Bonito possui a Secretaria de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, além de várias associações que trabalham em conjunto para o desenvolvimento do turismo sustentável, que vem sendo um modelo de administração para outros centros turísticos nacionais e internacionais.

Ainda, existe em Bonito a participação do Poder Executivo, em uma parceria do Ministério Público Estadual e os produtores rurais, através do Programa de Conservação do Solo e Água. Este realiza atividades para desenvolver medidas de conservação do solo, juntamente com o COMDEMA, órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, com intuito de promover as ações e programas públicos municipais.

Verificou-se *in loco* a realização de estudos rigorosos por parte da Secretaria de Meio Ambiente quanto às análises e certidões de viabilidade para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

Bodoquena possui a Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e também o Conselho Municipal de Turismo. Identificou-se em vistoria a campo que a estrutura humana desta Secretaria não comportará a demanda futura, devendo ser reorganizada.

No Quadro 12 podem ser verificadas as leis ambientais referentes aos municípios do Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 12 – Legislação ambiental municipal.

Município	Legislação	Enunciado
Bodoquena	Lei nº 178/92	Lei que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente
Bonito	Lei nº 899/01	Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.
	Lei nº 989/03	Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito-MS.
Bonito	Lei nº 1.149/08	Autoriza o poder executivo municipal a participar do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa, a abrir crédito especial e dá outras providências.
Jardim	Lei nº 1.168/03	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e trata da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012) a partir de informações dos órgãos gestores dos municípios.

Observa-se que os municípios do Polo possuem uma base legal, devendo ser incorporada novas Leis, Decretos e Resoluções conforme a demanda e a estruturação dos órgãos ambientais de cada município.

4.5.3. Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município, sendo sua principal finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar melhores condições de vida para a população.

O Município de Bodoquena possui um Plano Diretor com mais de 10 anos e segundo informações repassadas pela Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, o mesmo se encontra desatualizado, necessitando de uma revisão e adequação a realidade atual. O Município possui ainda o Código de Posturas e a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Jardim está com o Plano Diretor em processo final de elaboração, através do PRODETUR. O Município de Bonito elaborou e aprovou no ano de 2009 o Plano Diretor Participativo dentro do que preconiza o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, que estabeleceu diretrizes gerais da política urbana. Plano Diretor composto por seis Projetos de Lei, onde três deles são Leis Complementares, sendo os projetos:

- PLC 001/2010 – Plano Diretor;
- PLC 002/2010 – Código de Obras;
- PLC 003/2010 – Código de Posturas;
- PL 10/2010 – Perímetro Urbano;
- PL 11/2010 – Uso e Ocupação do Solo Urbano; e
- PL 12/2010 – Parcelamento do Solo Urbano.

A presença destes planos e normas municipais certamente contribuirá para uma legislação urbanística mais completa e eficiente, sendo estes importantes instrumentos para a gestão pública, servindo como mecanismo orientador para a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, e na oferta dos serviços públicos essenciais.

4.6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIAIS ATUANTES NO TURISMO DA REGIÃO

O modelo de turismo desenvolvido no Município de Bonito vem sendo referência em todo o Brasil como consequência da gestão atual, ganhando diversos prêmios como o melhor destino de ecoturismo do país, dando credibilidade e demonstrando a qualidade do produto turístico local. Todos os municípios do Polo valorizam a atividade turística como uma atividade econômica de satisfatória rentabilidade, principalmente o município de Bonito, já devidamente estruturado e consolidado.

Uma das características do modelo de gestão do Polo é a política descentralizada, onde se tem a participação ativa na gestão pública municipal de empresários, ONGs e outros cidadãos, destacando o município de Bonito que juntamente com o COMTUR, o Conselho Regional de Turismo e o poder executivo criou um ambiente favorável para essa boa gestão turística.

Observa-se nos Municípios de Bonito e Jardim uma gestão positiva no âmbito ambiental, onde os conselhos municipais, munidos de recursos do próprio fundo do Meio Ambiente promovem uma gestão voltada para a realidade local, onde se tem a participação de instituições de ensino, empresários, ONGs e organizações civis.

Esse modelo de administração tende a ser implantado no Município de Bodoquena, onde estas interações de gestão são menos intensas, ação que vem sendo apoiada pela Política Nacional do Meio Ambiente e do Turismo.

Ao contrário dos demais polo turísticos do Estado, o Polo Serra da Bodoquena tem, principalmente no Município de Bonito, uma intensa atuação dos órgãos públicos, associações civis e trabalhistas, terceiro setor, instituições de ensino e do Sistema S, que visam o desenvolvimento sustentável local, logo, quanto mais fortalecida essas instituições, maior será o crescimento do turismo local desses municípios.

Em nível estadual, a FUNDTUR realiza um trabalho importante no Polo, fomentando e incentivando a exploração turística da região, identificando oportunidades de investimentos, viabilizando a sua exploração turística e possibilitando a assistência técnica aos empreendimentos. Outro importante órgão estadual é a SEPROTUR, que tem como um dos objetivos o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, qualificando o setor de forma a integrar e capacitar os agentes de forma a ampliar a oferta turística no Polo. O PRODETUR Nacional no MS também vem apoiando o

desenvolvimento da região através de processos de planejamento e propostas de intervenções públicas a serem implantadas visando o crescimento econômico do Polo.

Todas as ações dos órgãos, entidades e organizações tem como finalidade o desenvolvimento sustentável do turismo na região, no entanto, é de fundamental importância a integração entre os seus planejamentos, reunindo esforços e garantindo um produto de qualidade e com garantias de implantação e operacionalização.

É importante registrar que no território dos municípios do Polo Serra da Bodoquena não existem terras indígenas; entretanto, no limite do Município de Bodoquena com Porto Murtinho está localizada a maior reserva indígena do Estado de Mato Grosso do Sul – a Kadiwéu. A reserva fica a aproximadamente 60 km da área urbana de Bodoquena, enquanto que sua distância para acessar a sede do Município de Porto Murtinho é de mais de 300 km. Com isso, a população Kadiwéu tem preferencialmente utilizado os serviços de Bodoquena, bem como a principal via de acesso.

Visando identificar as principais instituições atuantes no Polo Serra da Bodoquena é apresentado, no Apêndice B, uma lista com algumas das instituições educacionais, municipais, estaduais e federais, hotéis, pousadas, agências de turismo, meio de comunicação e ONGs atuantes.

Verifica-se entre os municípios do Polo Serra da Bodoquena uma disparidade de gestão, com o Município de Bonito destoando dos demais, com infraestrutura técnica para atuar na questão do turismo e meio ambiente. Porém, observou-se uma falta de interação entre os municípios no intuito do desenvolvimento conjunto da região e capacidade de governança, necessitando um fortalecimento para a gestão do turismo no Polo.

4.6.1. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente Relevantes Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR Nacional no Estado

Um importante instrumento de planejamento do turismo no Polo Serra da Bodoquena é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. Portanto, é o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico. Este estudo propõe objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade de vida das populações residentes no Polo, definindo estratégias e ações.

Outro importante Plano é o de *Marketing* do Polo Turístico de Mato Grosso do Sul, composto pelos municípios integrantes do Polo, sendo elaborado por uma empresa contratada e até o presente momento não se encontra finalizado.

O Plano de *Marketing* é um instrumento que define os objetivos ligados ao mercado e aos meios de comunicação a serem utilizados para promover os produtos, além das estratégias e ações para atingi-los. É portanto, um guia para orientar as ações de marketing das áreas turísticas prioritárias, permitindo a otimização dessas ações, fazendo um melhor uso de seus recursos. O plano em questão engloba o desenvolvimento de cinco grandes atividades: análise e diagnóstico da situação e do mercado potencial; definição de objetivos e estratégias; plano de ações; proposta para gestão e organização da ação de marketing; plano de financiamento.

Um importante instrumento de planejamento territorial para o Estado e consequentemente do Polo Serra da Bodoquena é o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul (ZEE-MS), sendo este responsável pela racionalização da ocupação de espaços e redirecionamento das atividades. O ZEE tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais. Os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena estão inseridos na Zona Serra da Bodoquena (ZSB) e Zona Depressão do Miranda (ZDM), conforme apresentado na Figura 31.

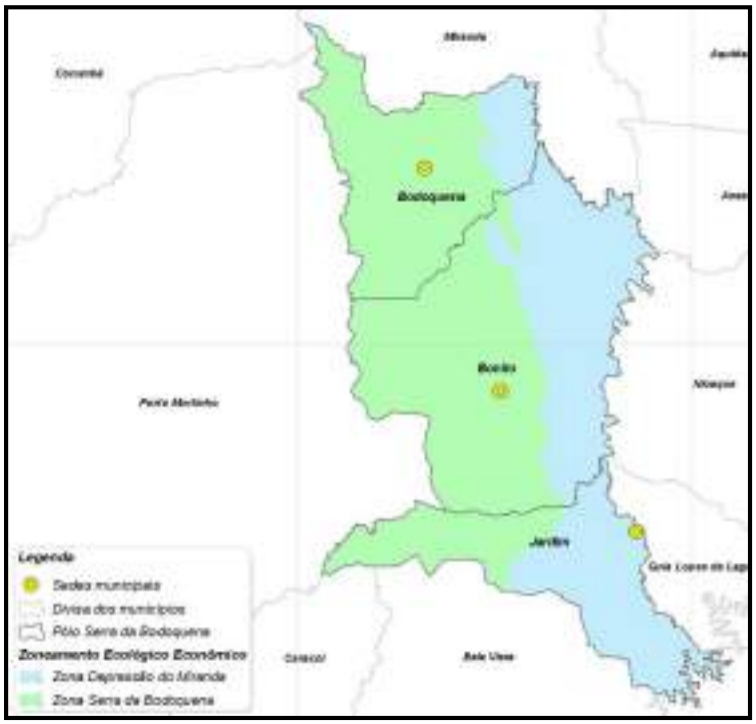


Figura 31 - Zoneamento Ecológico Econômico do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: Dados do ZEE/MS (2008).

Visando elencar as atividades recomendadas e não recomendadas para as zonas supracitadas foram elaboradas a Figura 32 e Figura 33.

Recomendadas

- Fortalecimento da atividade de pecuária extensiva e semiextensiva com aprimoramento tecnológico capaz de sustentar a prática de recria e engorda.
- Silvicultura direcionada para a produção de biocombustíveis utilizando plantas nativas, especialmente ao longo da fronteira.
- Incentivo à implantação ou fortalecimento de atividades produtivas alternativas, de âmbito local ou regional, tais como criação de pequenos animais, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, artesanato e similares para geração de renda de pequenos e médios produtores.
- Projetos de utilização do turismo ecológico, rural, histórico e de compras consorciado à condição fronteiriça de Bela Vista.
- Considerando a região de fronteira, como zona de alta vigilância para o controle de zoonose, recomenda-se a utilização destas terras para silvicultura de plantas nativas.

Recomendadas sob Manejo Especial

- Silvicultura direcionada a produção de móveis, construção civil e energia.
- Implantação de empreendimentos agroindustriais voltados à produção de biocombustíveis a partir do aproveitamento, preferencialmente, da matéria prima nativa.
- Expansão da agricultura intensiva nas áreas lindeiras da Zona da Planície Pantaneira.
- Aproveitamento de fauna e flora nativa com valor econômico.
- Produção de carvão de madeira nativa para uso industrial

Não Recomendadas

- Pecuária extensiva na Zona de Alta Vigilância sanitária ao longo da fronteira.

Figura 32 – Atividades recomendadas e não recomendadas para a ZDM, conforme o ZEE-MS.
Fonte: Dados do ZEE-MS (2008)

Recomendadas

- Implantação de empreendimentos e atividades voltados ao ecoturismo aproveitando o potencial dos municípios de Bodoquena e Jardim para essa atividade, consolidando como roteiro turístico mais consistente.
- Fortalecer o município de Bonito como Destino Nacional Indutor, em conformidade com o enquadramento feito pelo Ministério do Turismo, incluindo, de forma ativa, as comunidades locais em sua cadeia produtiva.
- Aprimoramento tecnológico da pecuária com melhoria do rebanho, em consórcio com outras atividades produtivas de base tecnológica mais avançada.

Recomendadas sob Manejo Especial

- Implantação de empreendimentos agroindustriais para produção de biocombustíveis com a utilização de espécies vegetais nativas.
- Implantação de projetos e empreendimentos de aquicultura, conforme normas a serem discutidos pelos respectivos Comitês de Bacias e aprovados pelos organismos ambientais, compatibilizando com as atividades de turismo ecológico.
- Produção de carvão de madeira nativa para uso industrial.
- Aproveitamento de fauna e flora nativa com valor econômico.
- Exploração sustentável das jazidas de mármore, calcário e fosfato, compatibilizando-a com a atividade turística e com a preservação dos complexos de cavernas existentes.

Não Recomendadas

- Novos assentamentos para a reforma agrária.
- Pecuária extensiva na zona de alta vigilância sanitária ao longo da fronteira.

Figura 33 – Atividades recomendadas e não recomendadas para a ZSB, conforme o ZEE-MS.
Fonte: Dados do ZEE-MS (2008)

O "Projeto Formoso Vivo" coordena uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais onde se desenhou um plano de conservação voltado para a adequação das propriedades rurais pertencentes à bacia hidrográfica do rio Formoso, principal rio de Bonito/MS.

O projeto objetivou o levantamento da situação de conservação da mata ciliar do rio Formoso, identificando locais em desacordo com o regime-jurídico ambiental do município de Bonito e assim, construindo um plano de adequação ambiental das propriedades rurais de modo a contribuir para a conservação dos recursos naturais da região da Serra da Bodoquena, por meio de estratégias de implementação de áreas florestais contínuas protegidas.

Ao todo foram levantadas 75 propriedades às margens do Formoso, desde sua nascente até a sua foz. Foram encontradas algumas estruturas em Áreas de Preservação Permanente (APP) como decks e/ou trilhas, edificações e outras estruturas em 60,00% das propriedades (Gráfico 36).

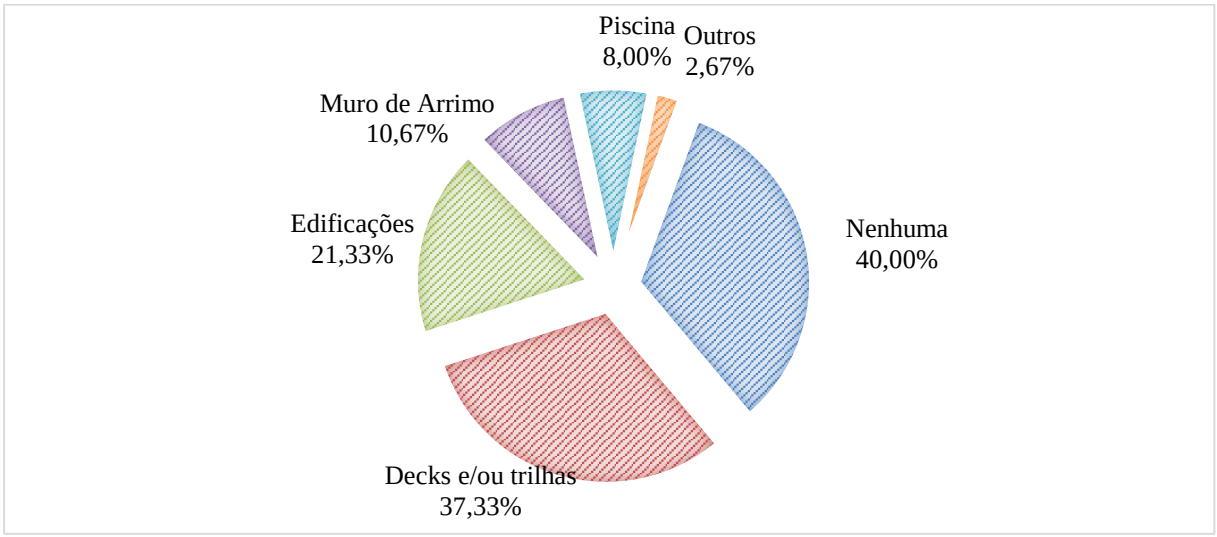


Gráfico 36 – Porcentagem de ocorrência de estruturas encontradas na faixa de APP do rio Formoso
Fonte: Projeto Formoso Vivo (2010)

No que concerne às Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), foi constatado neste estudo que 1.031,39 hectares inseridos nas propriedades que margeiam o rio formoso necessitam de recuperação, dos quais referem-se a áreas para recomposição de RL e de APP (Gráfico 37).

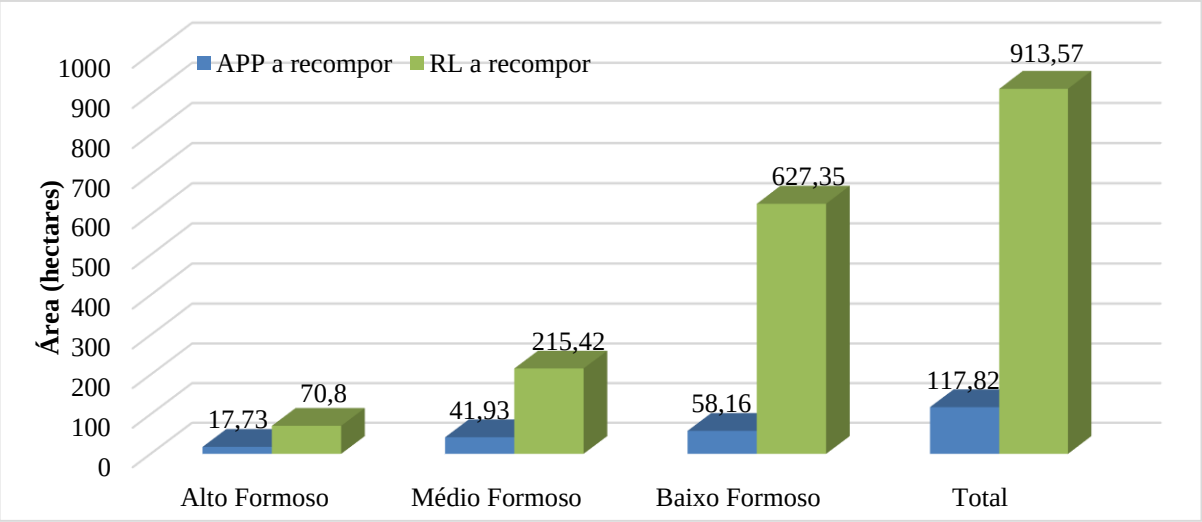


Gráfico 37 – Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso.
Fonte: Projeto Formoso Vivo (2010)

Das 75 propriedades, 61 apresentaram problemas quanto a conservação da faixa de APP com predomínio de perturbações pontuais, de diferentes intensidades de degradação. Para um melhor entendimento foi elaborada uma classificação contendo cinco categorias do estado de conservação das APPs no rio Formoso. As categorias são: conservada, área moderadamente degradada, área degradada, áreas altamente degradada e extensa área degradada (Gráfico 38).

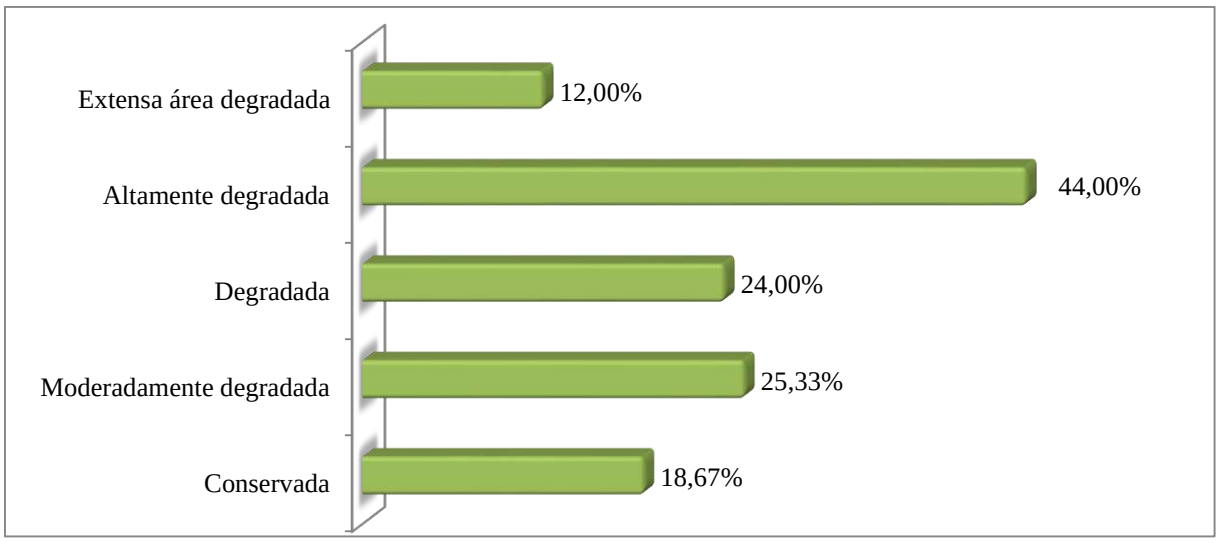


Gráfico 38 – Estado de conservação da vegetação nas APPs do rio Formoso.
Fonte: Projeto Formoso Vivo (2010)

De acordo com o Ministério Público Estadual, em dezembro de 2010, o Projeto apresentava os seguintes resultados:

- Reativação do viveiro de mudas de espécies nativas (com recursos de ICMS Ecológico aplicados pela Prefeitura Municipal e indenizações ambientais destinadas pela Promotoria de Justiça).
- Diagnóstico ambiental das 75 propriedades localizadas às margens do rio Formoso.

- Demarcação da Área de Preservação Permanente de mais de 60 propriedades às margens do Rio Formoso.
- Definição de alocação da Reserva Legal de mais de 60 propriedades as margens do Rio Formoso.
- Assinatura de 50 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), com recuperação de aproximadamente 60% das áreas de preservação permanente que estavam degradadas.

Devido à região da Serra da Bodoquena apresentar uma riqueza de biodiversidade e grande potencial turístico, existe a necessidade de implantação de projetos e programas de sustentabilidade socioambiental, principalmente em Bonito, onde se concentra a sede ou representação de instituições não governamentais, e diversas iniciativas públicas, privadas e do terceiro setor. A seguir no Quadro 13 serão apresentados os principais programas e projetos executados na região do Polo Serra da Bodoquena, sendo que estes possuem interface direta com o desenvolvimento do turismo e, consequentemente, estão em paralelo com as ações do PRODETUR Nacional.

Quadro 13 – Projetos de meio ambiente desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena por Organizações Não Governamentais (ONGs).

Tema	Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Pé-da-Serra e Frutificando**	Projetos que tiveram como objetivo diminuir os impactos sobre os recursos naturais da região do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apoiando alternativas de geração de renda e promovendo a organização comunitária e a melhoria da qualidade de vida e organização social nos assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia. Os produtores rurais foram capacitados com cursos de práticas agroflorestais e agroecológicas, produção de conservas, doces e salgadas, geleias e sucos, produção caseira de derivados de mandioca, artesanato em palha de milho.	Fundação Neotrópica do Brasil	Finalizado	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo - viabilidade para implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes.
Meio Ambiente	**Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena**	Com o objetivo de reduzir as ameaças externas ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, de fortalecer as políticas públicas de conservação da natureza e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, o projeto abrange os Municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho. Promoveu a capacitação de técnicos, empresários de turismo e proprietários rurais para a prática do ecoturismo, da agroecologia e agroflorestal, além de incentivar a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).	Fundação Neotrópica do Brasil	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística - proteção ambiental dos recursos naturais e programa de apoio às RPPNS.
Meio Ambiente	**Projeto Mimoso Vivo**	Articulação da Fundação Neotrópica do Brasil com parceiros locais e proprietários rurais visando a adequação ambiental de imóveis rurais na Microbacia hidrográfica do Rio Mimoso, no Município de Bonito-MS.	Fundação Neotrópica	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística - proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo.
Meio Ambiente	**Projeto Corredor de biodiversidade Miranda Serra da Bodoquena**	Os Corredores de Biodiversidade são grandes unidades de planejamento que têm como principal objetivo compatibilizar a conservação da natureza com um desenvolvimento econômico ambientalmente responsável e mais adequado às características sociais da região. Além disso, nesses espaços, as atividades humanas devem ser desenvolvidas visando manter ou restaurar a ligação entre as áreas naturais, garantindo a sobrevivência do maior número de espécies e o equilíbrio dos ecossistemas em longo prazo.	Fundação Neotrópica	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística - proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo.

Quadro 13 – Projetos de meio ambiente desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena por Organizações Não Governamentais (ONGs). (Continuação)

Tema	Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Projeto de proteção e recuperação das nascentes e corpos d'água da microbacia do rio Anhumas na região da Serra da Bodoquena, Bonito, MS**	A articulação da Fundação Neotrópica do Brasil com autoridades locais e proprietários rurais para a proteção e recuperação das nascentes e das matas ciliares micro-bacia do rio Anhumas, visando a efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Fundação Neotrópica	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda**	Trata da utilização dos sistemas agroflorestais como forma alternativa de recuperação de matas ciliares, visando à diminuição da pressão sobre os remanescentes de florestas nativas e a diversificação das fontes de renda para os produtores rurais. Está sendo realizado em caráter de demonstração em uma propriedade no rio Mimoso (Bonito/MS). Com isso, pretende-se disseminar uma atividade potencialmente geradora de renda para evitar o desmatamento de novas áreas para plantio.	IASB	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Matas Ciliares**	Por causa da situação encontrada no rio Mimoso e em diversos outros cursos d'água do município de Bonito, MS, e, considerando a falta de recursos financeiros da maioria dos produtores rurais, principalmente os pequenos, o projeto se propôs a pesquisar alternativas de recuperação de áreas degradadas. Por meio do projeto, o IASB ofereceu ainda assistência técnica a convite dos produtores rurais, interessados em iniciar a recuperação de matas ciliares em suas propriedades. Assim, diversas outras áreas estão testando uma das metodologias pesquisadas.	IASB	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Programa de Educação Ambiental Bonito Para Sempre - Fase I, II e III**	Tem a finalidade de sensibilizar a população bonitense, sobre questões ambientais, tais como manejo do lixo, desperdício de água, importância das matas ciliares, por meio de atividades realizadas com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, professores e moradores vizinhos das escolas participantes.	IASB	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais com ação de educação ambiental.

Quadro 13 – Projetos de meio ambiente desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena por Organizações Não Governamentais (ONGs). (Continuação)

Tema	Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Serra da Bodoquena**	Visa a otimizar a produção de mudas nativas por meio da implementação e melhoria do funcionamento do Viveiro Municipal de Bonito, MS, por meio do aumento da produção e da qualidade das mudas, aquisição de equipamentos e materiais necessários para coleta de sementes, manutenção e capacitação dos funcionários envolvidos, aumentando a atuação no processo de recomposição das áreas de proteção permanente, no enriquecimento da variabilidade genética das espécies, no fomento de atividade de manejo sustentável, no paisagismo urbano.	IASB	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Programa Família legal**	O programa Família Legal atende 80 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 14 anos, selecionados a partir de um criterioso processo de avaliação de pobreza e risco social, pertencentes a 40 famílias residentes na área urbana do município de Bonito, MS, os quais participam de atividades sociais.	Instituto Família Legal Ministério Público	Em desenvolvimento	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Projeto Fibra Viva**	O projeto tem como objetivo gerar renda para 50 jovens e mulheres carentes, priorizando aqueles já atendidos pelo Instituto, com ações de reuso e reciclagem de materiais, por meio de capacitação para a produção e comercialização de artesanato, a partir de materiais descartados (roupas de *neoprene*, malotes dos Correios, retalhos de *jeans* e outros).	Instituto Família Legal Petrobrás	Finalizado	Melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.

Quadro 13 – Projetos de meio ambiente desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena por Organizações Não Governamentais (ONGs). (Continuação)

Tema	Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Projeto Inclusão Verde**	O projeto ofereceu um programa anual de educação ambiental transformadora, visando o estabelecimento de uma nova relação com a natureza, envolvendo dois públicos distintos: (a) crianças do ensino fundamental e (b) jovens saídos do ensino médio em idade de qualificação profissional. As crianças tiveram aulas semanais sobre a natureza local, ecologia e a importância da conservação ambiental, utilizando como instrumento de sensibilização a observação de aves, com conteúdo majoritariamente prático. Nas aulas foi estimulada a reaproximação das crianças, que vivem no meio urbano, com o ambiente natural. Os jovens receberam formação para atuarem como "monitores ambientais" em atrativos ecoturísticos da região, com conteúdo focado em noções sobre meio ambiente, natureza local, estratégias de conservação da natureza e ecoturismo.	Instituto Família Legal Fundação Neotrópica do Brasil OI Futuro	Finalizado	Fortalecimento do segmento de ecoturismo, gestão pública e privada, além da melhoria da qualidade ambiental da área turística – proteção ambiental dos recursos naturais.
Meio Ambiente	**Mãos do Cerrado**	Projeto de geração de renda com cestaria elaborada a partir de materiais plásticos descartados, implantado em 2004, que atende mulheres e homens que se encontram fora do mercado de trabalho ou que complementam sua renda com essa atividade.	Instituto Família Legal	Em desenvolvimento	

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012) a partir de dados PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011)

O Governo de Mato Grosso do Sul tem empreendido várias iniciativas e parcerias para a estruturação de uma base científica, qualificada, que corroboram para o fortalecimento institucional do turismo e meio ambiente.

O projeto Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários Cadeia Produtiva do Turismo (IEESTUR) nas Regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá via FAPEC, com recursos do FINEP (Chamada Pública MCT/MTUR/FINEP – 01/2008), é uma realização conjunta entre quatro universidades de MS: UEMS, UFGD, UFMS e UCDB. É um projeto que busca fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários nos territórios turísticos de Bonito e Serra da Bodoquena/Bonito e Pantanal/Corumbá, por meio da identificação e criação de oportunidades de negócios e inovação, nas perspectivas do desenvolvimento local, das políticas públicas, da economia solidária e inovação (FUNDECT, 2012).

O programa "Parada Legal", coordenado pela FUNDTUR, objetiva melhorar e qualificar gratuitamente os serviços em estabelecimentos que oferecem alimentação ao longo das rodovias do Estado, e está sendo desenvolvido nos pontos de paradas nas rodovias dos três destinos indutores: Campo Grande, Corumbá e Bonito.

Em 2011 foi instituído o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (Decreto nº 13.303/2011), objetivando a construção de fundamentos de integração que envolvam o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico e socioambiental, bem como da educação, da ciência, da tecnologia e inovação, do turismo, da cultura, da saúde, da infraestrutura e logística e da segurança das comunidades e respectivas áreas. Sob coordenação da SEMAC e SEPROTUR, o Núcleo tem como finalidade, de coordenar ações e propor medidas que visem ao desenvolvimento de iniciativas e à implementação de políticas públicas prioritárias para a região fronteiriça (MATO GROSSO DO SUL, 2011a).

O Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Biodiversidade do Mato Grosso do Sul (Biota/MS) tem como objetivo implantar e acompanhar um Sistema de Gestão da Informação integrado entre as instituições atuantes em biodiversidade do Estado. Espera-se que, com o desenvolvimento do Programa, pesquisadores consigam sistematizar a coleta de modo a organizar e disseminar informações, a fim de efetivar a conservação das espécies, dar suporte técnico científico às novas pesquisas e garantir seu uso econômico sustentável.

Destaca-se ainda, o intuito de construir uma base integrada de conhecimento científico, tecnológico e de inovação tendo como foco a biodiversidade de Mato Grosso do Sul, visando ao seu uso sustentável e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado.

Participam do Comitê Gestor do Biota-MS pesquisadores de diversas universidades e instituições de pesquisa. Pode se integrar ao programa toda instituição, seja ela pública, privada ou do 3º setor (UFMS, UEMS, UFGD, Embrapa, Uniderp, UCDB, dentre outras). O Programa está contemplado no PPA-2008/2011 e no Orçamento do Governo de Mato Grosso do Sul, originalmente, como subprojeto integrante do Projeto "Bioeconomia – novo paradigma de desenvolvimento para Mato

Grosso do Sul", aprovado no Edital MCT/Finep/Ação Transversal nº 12/2007. No entanto, dada sua importância este ganhou dimensão de Programa Estadual de C,T&I, o qual tem coordenado o trabalho em rede das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), ampliando assim os resultados do sistema de C,T&I de MS, além de orientar novos investimentos no sistema (CAPITAL DO PANTANAL, 2012).

Durante o diagnóstico da AAE junto aos gestores municipais e estadual de Turismo e Meio Ambiente, além da consulta de dados secundários do PDITS Serra da Bodoquena (2011), foram identificados os planos, programas e projetos sobre turismo, meio ambiente e infraestrutura. Desta forma elaborou-se o Quadro 14 com o tema, descrição, entidade responsável, situação e as implicações das ações para o PRODETUR Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 14 – Projetos referentes ao turismo, meio ambiente e infraestruturas desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena.

Tema	Planos Programas ou Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**	Objetiva orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. É um instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.	SEPROTUR/MS	Finalizado	Base para o planejamento quanto à melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, da qualidade ambiental para a diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão do turismo e de meio ambiente.
Turismo	**Avaliação Ambiental Estratégica do Polo da Serra da Bodoquena**	Levantar a situação atual do polo Turísticos Serra da Bodoquena e Campo Grande e Região e sua completa caracterização visando consolidar o diagnóstico estratégico do polo, considerando os aspectos turísticos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais.	SEPROTUR/MS e IMASUL	Em desenvolvimento	Resposta às estratégias e ações propostas pelo PDITS quanto à melhoria da qualidade ambiental da área turística e modernização a estrutura administrativa do Polo.
Turismo	**Plano de Marketing da Serra da Bodoquena**	É um instrumento que define os objetivos ligados ao mercado e aos meios de comunicação a serem utilizados para promover os produtos, além das estratégias e ações para atingi-los. Sendo um guia para orientar as ações de marketing das áreas turísticas prioritárias, permitindo a otimização da ação do marketing fazendo um melhor uso de seus recursos.	FUNDTUR/MS	Em desenvolvimento	Resposta às ações propostas pelo PDITS quanto à gestão pública e privada do turismo para o desenvolvimento de estratégia de marketing.
Turismo	**Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Lago Azul**	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) onde identificaram os impactos advindos da visitação turística e da implantação da infraestrutura necessária	IBAMA, IPHAN e Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Finalizado	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.

Quadro 14 – Projetos referentes ao turismo, meio ambiente e infraestruturas desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos Programas ou Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Fórum Estadual de Dirigentes de Turismo**	Colegiado formado pelos Secretários de Estado de Turismo e/ou presidentes de Órgãos Estaduais de Turismo que se reúnem para deliberar sobre os temas relevantes do turismo nacional, incorporando as demandas estaduais, regionais e nacionais, expressando o pensamento e a ação do executivo estadual na gestão do turismo, constituindo um bloco de expressão técnica e política. Conta com a representação do Estado e de Jardim.	FUNDTUR/MS	Em desenvolvimento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão do turismo e de meio ambiente.
Turismo	**Fórum Regional de Bonito Serra da Bodoquena**	Colegiado que organiza conjuntamente as ações regionais em busca de um desenvolvimento articulado desse setor, contando com apoio da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e do Ministério do Turismo.	FUNDTUR/MS	Em desenvolvimento	Fortalecimento do segmento de ecoturismo, gestão pública e privada, e proteção dos recursos naturais.
Turismo	**Geopark Estadual Bodoquena-Pantanal**	Instituído pelo Decreto Estadual nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009. Sendo um potencial quanto à visitação em sítios geológico-paleontológicos, abrangendo a Serra da Bodoquena e entorno imediato, bem como áreas do Pantanal do Jacadigo-Nabileque e da região de Corumbá.	SEMAC e SEPROTUR	Em planejamento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.
Turismo	**Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários Cadeia Produtiva do Turismo (IEESTUR)**	O projeto busca fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários nos territórios turísticos de Bonito e Serra da Bodoquena/Bonito e Pantanal/Corumbá, por meio da identificação e criação de oportunidades de negócios e inovação, nas perspectivas do desenvolvimento local, das políticas públicas, da economia solidária e inovação.	MCT, MTUR, FINEP, FUNDTUR, FUNDECT, UEMS, UFGD, UFMS e UCDB	Em desenvolvimento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.

Quadro 14 – Projetos referentes ao turismo, meio ambiente e infraestruturas desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos Programas ou Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Programa "Parada Legal"**	O programa objetiva melhorar e qualificar gratuitamente os serviços em estabelecimentos que oferecem alimentação ao longo das rodovias do Estado, e está sendo desenvolvido nos pontos de paradas nas rodovias dos três destinos indutores: Campo Grande, Corumbá e Bonito.	MTur e FUNDTUR/MS	Em desenvolvimento	Modernização da estrutura administrativa, diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.
Meio Ambiente	**Plano Municipal da Mata Atlântica**	Jardim é o único município de Mato Grosso do Sul que está recebendo apoio para elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), este é um pré-requisito para que os municípios possam acessar recursos do Fundo Nacional da Mata Atlântica, do Governo Federal, além disso, é um instrumento que direciona a aplicação de recursos captados, prioriza ações e indica as áreas de Mata Atlântica mais importante para serem protegidas e recuperadas no município.	Fundação Neotrópica do Brasil, Núcleo de Meio Ambiente Jardim e Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Jardim.	Em desenvolvimento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.
Meio Ambiente	**Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul**	O Núcleo tem como objetivo a construção de fundamentos de integração que envolva o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico e socioambiental, bem como da educação, da ciência, da tecnologia e inovação, do turismo, da cultura, da saúde, da infraestrutura e logística e da segurança das comunidades e respectivas áreas.	SEMAC e SEPROTUR	Em fase de planejamento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão do turismo e de meio ambiente.
Meio Ambiente	**Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Biodiversidade do Mato Grosso do Sul (Biota/MS)**	O Biota/MS tem como o objetivo implantar e acompanhar um sistema de gestão da informação integrado entre as instituições atuantes em biodiversidade do estado espera-se que com o programa pesquisadores consigam sistematizar a coleta de modo a organizar e disseminar informações, a fim de efetivar a conservação das espécies, dar suporte técnico científico às novas pesquisas e garantir seu uso econômico sustentável.	MCT/FINEP, SEMAC, UFMS, UEMS, UFGD, EMBRAPA, UNIDERP	Em desenvolvimento	Diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão do turismo e de meio ambiente, com foco a biodiversidade de Mato Grosso do Sul.

Quadro 14 – Projetos referentes ao turismo, meio ambiente e infraestruturas desenvolvidos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos Programas ou Projeto	Descrição	Entidade Responsável	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul (ZEE-MS)**	Instrumento de planejamento territorial do Estado e consequentemente do Polo Serra da Bodoquena é o responsável pela racionalização da ocupação de espaços e redirecionamento das atividades. O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.	Secretaria de Extrativismo e Gestão Territorial do MMA e Governo de Mato Grosso do Sul	Finalizado	Modernização da estrutura administrativa, diversificação da oferta, promoção e divulgação, além do fortalecimento da gestão, pública e privada, do turismo e de meio ambiente.
Meio Ambiente	**Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos do CIDEMA**	O plano atende as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos contemplando os municípios de Bodoquena e Bonito (Polo da Serra da Bodoquena) e outros sete do entorno Anastácio, Caracol, Corguinho, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Miranda, Porto Murtinho.	CIDEMA e Prefeituras	Em desenvolvimento	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Meio Ambiente	**Plano Municipal de Saneamento Básico**	O plano atende as exigências quanto infraestruturas e instalações dos setores de saneamento básico - abastecimento de água, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário limpeza urbana, manejo e destinação final de resíduos sólidos.	Ministério da Saúde, FUNASA, Prefeitura de Jardim	Em desenvolvimento	
Infraestrutura	**Aterro Sanitário Consorciado**	A implantação do aterro consorciado que atenderá as cidades de Bonito, Jardim, Guia Lopes, Nioaque e Bela Vista, será implantado no município de Jardim a 8 km do núcleo urbano, na rodovia que liga os municípios de Jardim e Porto Murtinho. A criação de consórcios também é uma boa alternativa, pois garante menor custo de implantação dos aterros, além de ser uma medida mais eficiente.	Ministério da Saúde, FUNASA, CIDEMA e Prefeituras	Em desenvolvimento	
Infraestrutura	**Aterro Sanitário de Bodoquena**	O atual aterro sanitário de Bodoquena encontra-se na encosta de morros, área de preservação permanente, distante 3 km do rio Betione e encontra-se em processo de desativação com a possibilidade de consórcio com o município de Miranda.	Ministério da Saúde, FUNASA, Prefeitura de Bodoquena	Em desenvolvimento	

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do PDITS Serra da Bodoquena (2011), gestores municipais e estadual de Turismo e Meio Ambiente.

O Governo do Estado em parceria com o Governo Federal tem investido no turismo em Mato Grosso do Sul, uma vez que são reconhecidos três destinos indutores de grande potencial no Estado: Polo Serra da Bodoquena, Polo de Campo Grande e Região e Polo do Pantanal. Neste sentido, especificamente para o Polo Serra da Bodoquena, foram identificados diversos planos, programas e projetos, sendo que muitas das ações planejadas, em execução ou finalizadas vão ao encontro do Plano de Ação do PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011).

Das estratégias e ações propostas no PDITS quanto à diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do ecoturismo destacam-se: a proposta de estruturação do Geopark, aguardando a chancela da Unesco; a criação do Parque da Biodiversidade da região Serra da Bodoquena; o Programa Biota/MS cujo base de dados encontra-se em elaboração; a atuação de instituições governamentais e não governamentais que desenvolvem projetos e ações socioambientais de capacitação de mão de obra e geração de renda; a pavimentação da MS-178, fundamental para a consolidação do turismo no Polo e adjacências; e o apoio ao segmento de eventos, a exemplo do Festival de Inverno de Bonito.

A estratégia de fortalecimento do segmento do ecoturismo, por meio da proteção ambiental dos recursos naturais e gestão pública e privada do turismo é possível destacar o empenho dos órgãos gestores para efetivar o cadastramento, controle e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos e de suas empresas, empreendimentos e equipamentos. Entretanto, com um número elevado de empreendimentos sem licenciamento ambiental.

Para a promoção e divulgação do destino turístico é fundamental o desenvolvimento de uma estratégia de *marketing*, buscando um posicionamento mercadológico e uma gestão pública e privada do turismo. Uma das estratégias adotada pelo governo consiste na elaboração do plano de marketing turístico para a Serra da Bodoquena com apoio e realização de ações promocionais para a divulgação em eventos nacionais e internacionais, produção de material de promoção e divulgação, a exemplo do Guia Gastronômico das dez Regiões Turísticas do Estado.

A modernização da estrutura administrativa do Polo para o fortalecimento da gestão do turismo, com o apoio aos municípios no processo de elaboração e implantação dos Planos Diretores, visando à organização, crescimento e desenvolvimento local de forma sustentável e participativa, promove a integração entre os setores públicos e privados.

A elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional no Mato Grosso do Sul, é a principal ação em desenvolvimento elencada na estratégia de melhoria da qualidade ambiental da área turística para a proteção ambiental dos recursos naturais. É possível destacar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CIDEMA em andamento, o qual estão inseridos os municípios de Bodoquena e Bonito, bem como outros planos não listados nas ações do PDITS, tais como o Plano Municipal da Mata Atlântica em Jardim.

Essas são algumas ações que estão sendo realizadas no Estado com investimentos e subsídios dos governos municipais, estadual e federal, que mesmo indiretamente contribuem para o fortalecimento

do turismo no Polo e do Estado. Os investimentos diretos no setor do turismo e sua divulgação nacional e internacional, obras de saneamento básico, pavimentação e organização das estruturas básicas de serviços proporcionam a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população do Polo.

Junto ao Portal da Transparência (BRASIL, 2012) foram obtidas informações referentes aos diversos investimentos executados por instituições públicas, privadas e não governamentais, que influenciam ou atendem as estratégias e ações descritas no PDITS Serra da Bodoquena, Quadro 15.

Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Elaborar um catálogo para cada Região Turística de Mato Grosso do Sul - Dez modelos**	MTUR FUNDTUR/MS	300.000,00	30/12/2011	Em Execução	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Imprimir Guia Gastronômico das dez Regiões Turísticas de Mato Grosso do Sul**	MTUR FUNDTUR/MS	120.000,00	30/12/2011	Em Execução	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Promover a comercialização dos destinos turísticos de Mato Grosso do Sul no cenário do turismo internacional**	EMBRATUR FUNDTUR/MS	648.148,15	28/12/2011	Em Execução	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Elaborar material promocional do destino turístico Mato Grosso do Sul**	MTUR FUNDTUR/MS	219.256,02	20/12/2011	Em Execução	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Realizar campanha promocional do destino turístico Mato Grosso do Sul no 25º Salão do Automóvel, a ser realizado no município de São Paulo.**	MTUR FUNDTUR/MS	598.500,00	02/07/2010	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Realizar campanha promocional do destino turístico Mato Grosso do Sul no 16º PHOTOIMAGEBRAZIL.**	MTUR FUNDTUR/MS	315.000,00	02/07/2010	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Realizar campanha promocional do destino turístico Mato Grosso do Sul no 5º Salão Imobiliário de São Paulo.**	MTUR FUNDTUR/MS	315.000,00	02/07/2010	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.

Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Confecção de material promocional do Destino Turístico Mato Grosso do Sul para o mercado internacional.**	EMBRATUR FUNDTUR/MS	374.868,80	30/06/2010	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Realização de Ações de Promoção e Divulgação de Mato Grosso do Sul**	MTUR FUNDTUR/MS	344.030,02	30/06/2010	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Estruturar órgão gestor de turismo para cadastramento, controle e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos e de suas empresas, empreendimentos e equipamentos.**	MTUR FUNDTUR/MS	100.000,00	31/12/2009	Em Execução	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Turismo	**Produção de material de promoção e divulgação de Mato Grosso do Sul**	MTUR FUNDTUR/MS	340.942,27	30/12/2009	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Fortalecimento institucional visando aquisições de equipamentos de informática, áudio vídeo e foto, mobiliários, equipamentos eletrônicos, sistemas gerenciais de intranet e implementação de infraestrutura para rede.**	MTUR FUNDTUR/MS	521.100,00	14/09/2009	Prestação de Contas enviada para Análise	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Turismo	**Implantar o Programa Parada Legal-Qualificação, Conforto e Segurança na Estrada, nos pontos de parada nas rodovias que integram os três destinos indutores Campo Grande Corumbá e Bonito.**	MTUR FUNDTUR/MS	1.217.300,00	31/12/2009	Em Execução	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo.

Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional no Mato Grosso do Sul**	MTUR Imasul	100.878,73	29/12/2009	Em Execução	Resposta as estratégia e ações propostas pelo PDITS quanto à melhoria da qualidade ambiental da área turística e modernização a estrutura administrativa do Polo.
Turismo	**Elaboração de um Plano de *Marketing* do destino turístico Bonito- Serra da Bodoquena conforme preconiza a estratégia de comercialização do PRODETUR Nacional.**	MTUR FUNDTUR/MS	132.513,16	22/12/2009	Em Execução	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Realização de ações promocionais para a divulgação da Feira Internacional e II Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul.**	MTUR FUNDTUR/MS	283.544,39	05/02/2009	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos e equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, mobiliário e veículos, visando fortalecer UCE/PRODETUR/MS.**	MTUR SEPROTUR	179.535,60	31/12/2008	Prestação de Contas enviada para Análise	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Turismo	**Produção de Material de promoção e divulgação de Mato Grosso do Sul**	MTUR FUNDTUR/MS	479.842,98	31/12/2008	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Readequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul.**	MTUR SEPROTUR	190.021,04	29/12/2008	Aguardando Prestação de Contas	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Turismo	**Realização de ações promocionais durante a Feira Internacional e II Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul - Fantour, Presstrip e impressão de material de divulgação.**	EMBRATUR FUNDTUR/MS	359.394,04	29/12/2008	Prestação de Contas Aprovada	Desenvolvimento de estratégia de marketing turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.

Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Apoio a realização do Fórum Nacional do Mercado de Ecoturismo.**	MTUR FUNDTUR/MS	80.000,00	05/12/2008	Prestação de Contas enviada para Análise	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo, gestão pública e privada do turismo e fortalecimento do segmento de ecoturismo.
Turismo	**Participação e realização de eventos nacionais.**	MTUR FUNDTUR/MS	80.000,80	07/11/2008	Prestação de Contas enviada para Análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Frontur 2008 - V Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras.**	MTUR SEBRAE/MS	110.000,00	15/07/2008	Adimplente	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo.
Turismo	**A execução das ações previstas no Plano Aquarela-*Marketing* turístico internacional do Brasil, para o Estado de Mato Grosso do Sul.**	EMBRATUR FUNDTUR/MS	224.868,80	19/12/2007	Concluído	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Aquisição de equipamentos de informática**	MTUR FUNDTUR/MS	6.048,00	14/12/2007	Concluído	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Turismo	**A promoção e *marketing* do Mato Grosso do Sul dentro do contexto do Brasil Central como intuito de otimizar a comercialização dos destinos turísticos dessa região no Mercado Internacional**	EMBRATUR Gopan – Grupo de Operadores de Turismo do MS	150.000,00	18/12/2007	Adimplente	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Apoiar o projeto "Festival de Inverno de Bonito".**	MTUR FUNDTUR/MS	150.000,00	27/07/2007	Concluído	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, fortalecendo o turismo de evento.

Quadro 15 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Meio Ambiente	**Sistema de Tratamento e disposição Final dos Resíduos Sólidos provenientes dos serviços de saúde da cidade de Jardim-MS, para a implantação do aterro sanitário consorciado - Bonito, Jardim, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque.**	MS/FUNASA/DF CIDEMA	450.000,00 999.996,45	31/12/2010 31/12/2007	Aguardando Prestação de Contas Adimplente	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Meio Ambiente	**Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Mato Grosso do Sul**	MMA Governo do Estado	1.500.200,00	30/12/2011	Em Execução	Modernização da estrutura administrativa, melhoria da infraestrutura turística e dos serviços, e da qualidade ambiental.
Infraestrutura	**Pavimentação e melhorias da rodovia MS-178, trecho: Bonito/MS - Bodoquena/MS, subtrecho: Estaca 2125+0,00 a estaca 3026+0,00, numa extensão de 18,020 km (lote ii - b), 3a (terceira) etapa. Bonito-Bodoquena, sub-trecho: Bonito - Km 20 ao Km 42,5, com extensão de 22,5 Km (estaca 1000 + 00,00 a estaca 2125 + 00,00) Bonito - Bodoquena, subtrecho: Bonito - Km 20.**	MTUR Governo do Estado	18.852.541,03 23.491.566,43 17.000.000,00	23/06/2010 28/12/2009 15/12/2008	Em Execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos para o gerenciamento dos resíduos sólidos.
Infraestrutura	**Execução de sistema de esgotamento sanitário para atender ao município de Jardim/MS.**	MS-FUNASA/DF Sanesul	1.000.000,00	31/12/2007	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Infraestrutura	**Drenagem e pavimentação asfáltica no município de Bonito**	CEF/MTur FUNDTUR/MS	4.875.000,00	31/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos para a drenagem e pavimentação.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2012).

Os municípios do Polo Serra da Bodoquena estão contemplados com os serviços de saneamento básico, os quais fazem parte das estratégias estabelecidas para melhoria da infraestrutura básica e dos serviços básicos do Polo conforme o Plano de Ação - PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), principalmente com as ações de:

- implantação do projeto de drenagem nos Municípios de Jardim e Bodoquena, elaboração do programa de monitoramento de rede de esgotamento sanitário e de projetos para redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo, entre outras;
- execução do sistema de esgoto sanitário em Bodoquena e a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Jardim, ambos tendo como órgão concedente a FUNASA, além do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios do Polo;
- serviço de pavimentação, que hoje está presente no Polo e faz parte das estratégias citadas acima, como a elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende o município de Jardim-Bonito, pavimentação da MS-178 no trecho Bonito-Bodoquena, etc.;

Tais serviços são essenciais para garantir a qualidade de vida da população local e dos turistas, já que esta é umas das regiões mais promissoras do Estado, inclusive para o desenvolvimento econômico a partir da consolidação do turismo.

Para os investimentos do Governo Federal realizados diretamente com as administrações municipais foram elaborados o Quadro 16, Quadro 17 e Quadro 19, apresentados a seguir.

4.6.1.1. Bodoquena

O Município de Bodoquena recebeu investimentos do Ministério do Turismo para a construção e revitalização de praças, do terminal rodoviário e parque de múltiplo uso, entretanto, não estão dentre as ações listadas no PDITS Serra da Bodoquena. Com recursos da FUNASA desenvolveu ações no setor de saneamento básico – esgotamento sanitário e destinação final dos resíduos sólidos. No Quadro 16 pode ser verificado os investimentos realizados no Município de Bodoquena.

Quadro 16 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no município de Bodoquena.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	**Construção do Parque Municipal de Bodoquena/MS**	CEF/MTur	764.400,00	31/12/2011	Em execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Infraestrutura	**Construção da Praça Publica do Trevo da Rodoviária de Bodoquena/MS**	CEF/MTur	446.793,75	30/12/2011	Em execução	
Infraestrutura	**Execução de sistema de esgotamento sanitário - PAC/2009**	MS-FUNASA/DF	2.200.000,00	31/12/2009	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Infraestrutura	**Revitalização de Praça**	CEF/MTur	97.500,00	30/12/2008	Adimplente	
Infraestrutura	**Complementação da Obra do Parque de Múltiplo Uso de Bodoquena/MS**	CEF/MTur	390.000,00	26/12/2011	Em execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Infraestrutura	**Construção do Parque de Múltiplo Uso da Cidade de Bodoquena – MS**	CEF/MTur	780.000,00	31/12/2009	Em execução	
Infraestrutura	**Construção do Terminal Rodoviário da Cidade de Bodoquena – MS**	CEF/MTur	390.000,00	31/12/2009	Em execução	Investimentos na melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Turismo	**Construção do Balneário Municipal de Bodoquena**	CEF/MTur	780.000,00	31/12/2009	Adimplente	
Turismo	**Elaboração de projetos aos acessos dos produtos turísticos do município de Bodoquena/MS.**	MTur	242.500,00	26/06/2007	Inadimplência suspensa	Modernizar a estrutura administrativa, fortalecimento da gestão do turismo com a promoção e integração entre os setores públicos e privados.
Meio Ambiente	**Implantação de sistema de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, aquisição de veículos e equipamentos.**	MS/FUNASA/DF	800.000,00	30/12/2011	Em execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (2012).

4.6.1.2. Bonito

Conforme informações disponíveis no Portal da Transparência, o Ministério do Turismo realizou diversos investimentos em Bonito, como na construção de praças, pavimentação e recapeamento viário, colaborando para a melhoria da infraestrutura de turismo e serviços não previstos como ações do PDITS, bem como a implantação de sinalização, drenagem, e divulgação dos atrativos turísticos do Polo, estes comtemplados no Plano. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) colaborou com a promoção de eventos no Município.

No Quadro 17 pode ser verificado os investimentos realizados no Município de Bonito.

Quadro 17 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Município de Bonito.

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Turismo	**Implantação de sinalização turística**	CEF/MTur	195.000,00	24/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos do Polo atendendo a demanda quanto a sinalização.
Turismo	**Promoção do evento The 49th International Meeting of the Association for Tropical Biology and Conservation (ATBC) | Bonito-MS, Brazil, 2012 - de 12 a 16 de Junho de 2011, em Arusha-Tanzania.**	EMBRATUR/MTur	26.910,00	03/06/2011	Prestação de contas enviada para análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, buscando um posicionamento mercadológico, gestão pública e privada do turismo.
Turismo	**Apoiar a realização da 2ª EXPOBONITO 2010 Bonito/ MS, no período de 02/08/2010 á 08/08/2010.**	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperati/MAPA	80.000,00	02/08/2010	Prestação de contas em complementação	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo, fortalecendo o turismo de eventos.
Turismo	**Apoio à comercialização do destino Bonito/Serra da Bodoquena**	MTur	97.798,50	08/12/2009	Prestação de contas enviada para análise	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico.
Turismo	**Apoiar a realização da EXPOBONITO 2009 - Bonito/ MS, no período de 01/08/2009 á 09/08/2009.**	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperati/MAPA	96.460,42	31/07/2009	Aguardando prestação de contas	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo, fortalecendo o turismo de eventos.
Infraestrutura	**Implantação de caixa de retenção de águas pluviais na área da ETE Rio Formoso**	CEF/MTur	146.250,00	24/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos do Polo quanto a drenagem.
Infraestrutura	**Construção de pista as margens da rodovia que liga Bonito ao Balneário Municipal Rio Formoso**	CEF/MTur	487.500,00	24/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos do Polo colaborando com o acesso aos atrativos.
Infraestrutura	**Construção da Praça de Eventos, no Município de Bonito/MS.**	CEF/MTur	585.000,00	30/12/2011	Em execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.

Quadro 17 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no Município de Bonito. (Continuação)

Tema	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	**Recapeamento asfáltico nas ruas Coronel Pilad Rebua e adjacências**	CEF/MTur	195.000,00	24/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Infraestrutura	**Pavimentação asfáltica das ruas Coronel Pilad Rebua e Nossa Senhora Aparecida**	CEF/MTur	243.750,00	24/12/2008	Adimplente	
Infraestrutura	**Construção de Praça na Vila da Marambaia**	CEF/MTur	243.750,00	31/12/2007	Concluído	
Infraestrutura	**Revitalização da rua Pillad Rebua**	CEF/MTur	975.000,00	28/12/2007	Concluído	

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2012).

Outros importantes estudos elaborados na área são o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Lago Azul (2007), onde identificaram-se os impactos advindos da visitação turística e da implantação de infraestrutura necessária, sendo estes apresentados no Quadro 18.

Quadro 18 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul.

Tipo de Intervenção	Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Visitação turística	Aumento da temperatura e alteração da umidade pelo corpo dos visitantes, com risco de deterioração irreversível dos espeleotemas.	A ser avaliado com o monitoramento, o qual já indicou apresentar variação significativa naturalmente, sem a visitação.
	Perturbação da fauna.	Orientação aos visitantes para se comportarem em harmonia com o ambiente.
	Poluição microfloral.	Proibição de entrada com alimentos: visitação restrita ao caminhamento.
Abastecimento de água por meio de poços tubulares para o Centro de Apoio da Gruta do Lago Azul e para o Centro de Visitante será perfurado novo poço.	Rebaixamento do nível freático com risco de subsidência cárstica.	Monitoramento e bombeamento controlado. Uso de caixas d'água com volume superior ao necessário para evitar bombeamento excessivo. Uso de água de chuva para descargas sanitárias e limpeza dos banheiros.
Sanitários	Poluição pelo esgoto.	Uso de fossas sépticas.
Geração de resíduos sólidos	Resíduos.	Coleta seletiva e destino apropriado fora da área do monumento natural.
Traslado dos turistas da cidade às grutas	Aumento do tráfego nas estradas de acesso com aumento da poeira e perturbação do gado de fazendas vizinhas; possibilidade de atropelamento de animais silvestres.	Controle da velocidade e sinalização para orientação aos motoristas.
Estacionamento	Contaminação do solo por vazamento de óleo.	Controle e uso de recipientes apropriados no caso da constatação do veículo sem a manutenção.

Fonte: EIA-RIMA/2007 (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

4.6.1.3. Jardim

O Município de Jardim recebeu investimentos do Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Saúde, via Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) e do Ministério da Integração Nacional atendendo às estratégias previstas no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) para a melhoria da infraestrutura de turismo e serviços básicos, modernização da estrutura administrativa e de desenvolvimento de estratégia de marketing.

No Quadro 19 podem ser verificados os investimentos realizados no município de Jardim.

Quadro 19 – Investimentos em Planos, Programas e Projetos no município de Jardim.

Temas	Planos, Programas ou Projetos	Órgão Concedente	Valor Convênio (R$)	Início Vigência	Situação	Implicações para o PRODETUR no Estado
Infraestrutura	**Aquisição de equipamentos para operacionalização do aterro sanitário e veículos.**	MS/FUNASA/DF	1.117.000,00	30/12/2011	Em Execução	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos para o gerenciamento dos resíduos sólidos.
Meio Ambiente	**Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico**	MS/FUNASA/DF	270.000,00	30/12/2010	Em Execução	Modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando o fortalecimento do turismo.
Meio Ambiente	**Revisão e complementação do Plano Diretor participativo do município de Jardim/MS.**	MTUR	135.858,11	21/12/2009	Em Execução	Modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando o fortalecimento do turismo.
Meio Ambiente	**Aquisição de um caminhão equipado com carroceria coletor compactador de lixo**	MS/FUNASA/DF	234.000,00	31/12/2009	Aguardando Prestação de Contas	Modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando o fortalecimento do turismo.
Turismo	**Apoiar a realização da 7a Exposição Agropecuária de Jardim - EXPOJARDIM, no período 21 à 25/04/2010**	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuario e Cooperati/MAPA	90.000,00	15/04/2010	Prestação de Contas Aprovada	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo.
Turismo	**Construção e aquisição de equipamentos para o Centro de Fabricação e Comercialização do Artesanato em osso**	SCO/MI	250.000,00	14/01/2009	Aguardando Prestação de Contas	Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo.
Turismo	**Infraestrutura no Balneário Rio da Prata**	CEF/MTur	146.250,00	30/12/2008	Adimplente	Melhoria da infraestrutura turística e serviços básicos.
Turismo	**Difundir e desenvolver a atividade agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul, através da realização da 4ª Exposição Agropecuária d e Jardim - EXPOJARDIM, no período de 09 a 13 de maio de 2007**	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperati/MAPA	20.094,49	02/05/2007	Concluído	Desenvolvimento de estratégia de *marketing* turístico, fortalecendo o turismo de eventos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2012). Elaborado a partir de dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2012).

4.7. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS INICIATIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Apesar de o Polo Serra da Bodoquena ser referência de atividade turística no Estado e no Brasil, necessita-se de uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional, criando assim algumas bases de desenvolvimento sustentável para a região.

Pesquisas realizadas na região determinaram que o perfil dos turistas que frequentam o Polo Serra da Bodoquena predominantemente são de homens acima de 30 anos, do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, que utilizam veículo próprio como meio de acesso ao Polo e encontram-se acompanhados. A partir destas informações, deve-se promover atividades turísticas que atendam a este público, promovendo a satisfação dos visitantes e proporcionando o interesse para aqueles que ainda não conhecem.

Existem inúmeras atividades com potencial de incrementar as já existentes, dentre elas o turismo de negócios, eventos e o geoturismo, que caso implementados, corroboram para o crescimento sustentável do Polo turístico, dentre elas:

- envolvimento da população local: sensibilização da população local da importância do turismo para o crescimento socioeconômico do município;
- infraestrutura básica e turística: destacando a Saúde e Segurança Pública;
- qualidade na prestação de serviços turísticos;
- fortalecimento institucional;
- estruturação da oferta turística;
- incentivo a investimentos privados em infraestrutura turística;
- desenvolvimento de produtos turísticos diversificados;
- gestão socioambiental;

Para o Polo Serra da Bodoquena, além de investimentos na área do turismo, existem outras setores que merecem destaque e que têm sido fomentados pelos governos federal, estadual e municipal, com a elaboração e execução de planos na área socioambiental: recursos hídricos; saneamento; resíduos sólidos; mudança climática; zoneamento ecológico econômico; desenvolvimento territorial rural e agrário; habitação; dentre outros, os quais direta ou indiretamente influenciam na implementação do PRODETUR Nacional em Mato Grosso do Sul. Na área da indústria, comércio e serviços, ao atenderem as legislações ambientais pertinentes, minimizam as pressões e impactos aos recursos naturais, recursos esses que são fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo e outros segmentos existentes no Polo.

Os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena participam, desde a criação em 1998, do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (CIDEMA), que tem por finalidade maximizar esforços para o desenvolvimento de ações regionais.

O CIDEMA hoje está executando o projeto de implantação do Aterro Sanitário Consorciado que atenderá Bonito e Jardim, além de Guia Lopes da Laguna, Bela Vista e Nioaque, além de elaborar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contemplando Bonito e Bodoquena.

Dos municípios do Polo Serra da Bodoquena, Bonito se destaca na gestão ambiental, sobretudo pela participação de instituições públicas, privadas e não governamentais atuantes na proposição e execução de ações, a exemplo do Ministério Público Estadual, do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMBio), sediado em Bonito, responsável pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena, além do estabelecimento de parcerias com diversas instituições de ensino e pesquisa que atuam na região.

Segundo o Plano Estratégico Estadual de Turismo (PETUR) elaborado pela FUNDTUR/MS, atendendo as premissas do PDITS, seguem no Quadro 20 alguns aspectos e suas respectivas estratégias.

Quadro 20 – Objetivos estratégicos estabelecidos pela FUNDTUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

Governança e Gestão Pública	Estratégias
Fortalecimento dos órgãos de turismo dos municípios	• Articulações entre as diversas pastas administrativas.
	• Captação de recursos nos ministérios para melhoria das infraestruturas turísticas e de apoio ao turista.
	• Fomento à iniciativa privada.
Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil	• Implementar as ações dos conselhos locais e regionais de turismo.
	• Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística.
	• Expandir a atividade turística em toda a região.
Implantação de sistemas de informações	• Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na região.
	• Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambientais.
Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização	**Estratégias**
Ampliação e diversificação da oferta turística	• Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.
	• Estruturar roteiros turísticos integrados.
	• Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.

Quadro 20 – Objetivos estratégicos estabelecidos pela FUNDTUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Infraestrutura Turística e de Apoio	Estratégias
Melhoria na infraestrutura de informação e logística	• Melhorar a infraestrutura de acesso à região e aos atrativos - rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário.
	• Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias.
	• Melhorar a infraestrutura dos atrativos e unidades de conservação.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos turísticos	• Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade.
Qualificação da Atividade Turística	**Estratégias**
Qualificação dos equipamentos e serviços	• Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo.
	• Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do turismo.
	• Estimular a adoção de boas práticas, por meio de mecanismo de certificação.
Marketing	**Estratégias**
Posicionamento da região como destino turístico	• Implementação de políticas regionais de comercialização.
	• Participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.
	• Fomentar o turismo interno.
	• Dar visibilidade aos atrativos da região.

Fonte: PDITS (BRASIL, 2011).

4.8. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO

No Polo Serra da Bodoquena a atividade de turismo ganhou projeção nacional e internacional nos últimos anos, importante para o desenvolvimento econômico vinculado, principalmente, aos belíssimos corpos d'água da região. As atividades econômicas predominantes são a pecuária e agricultura, sendo que estas exigem a exploração e descaracterização de uma vasta área de Cerrado. Ainda, cita-se a exploração de mármore e calcário como matéria prima para a construção civil. A exploração destes minérios implica na abertura de clareiras na vegetação, desestruturando a vegetação e necessitando da execução de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas.

É necessário um controle destas atividades econômicas para que não haja uma ampliação desordenada (desde o aumento das áreas de pastagem e agricultura ao número excessivo de turistas nos atrativos), o que acarretaria em maiores impactos negativos. Entretanto, existem parcerias entre os órgãos gestores e executores das políticas públicas municipais e estadual, juntamente com Ministério Público Estadual e organizações não governamentais, os quais têm efetivado ações de fiscalização e controle no Polo Serra da Bodoquena.

O PDITS/2004 apresenta análises sobre problemas ambientais da região do Polo Serra da Bodoquena, sendo estes sintetizados no PDITS Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011) e apresentados a seguir:

> Há indícios de impactos ambientais nos ecossistemas aquáticos decorrentes do processo de visitação turística, podendo ser ocasionados pelo número excessivo de visitação turística e/ou pelo perfil e comportamento dos turistas, que têm levado à perda de biodiversidade e mudança de hábitos de peixes nestes ambientes.
> - Ambientes sensíveis, como os de nascentes, são os que mais requerem cuidados na exploração turística e deve ser revista sua capacidade de visitação diária, perante a constatação de perda de biodiversidade existente.
> - De maneira geral, os balneários exibem os maiores níveis de impacto em todos os produtos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciada.
> - Existem impactos estabelecidos na Serra da Bodoquena de outras atividades econômicas, principalmente agricultura e pecuária, que são anteriores ao fenômeno turístico, que levam à perda de biodiversidade e de cobertura florestal, que impactam diretamente a conservação dos rios da região.
> - Existe perda significativa da cobertura florestal nos três municípios. Jardim e Bodoquena já perderam entre 40 e 60% de sua vegetação original, enquanto Bonito, já perdeu entre 60 e 80% (HARRIS *et al*., 2005).
> - Existem supressão e ocupação irregular de áreas de APP e RL, tanto de atividades de turismo como de outras atividades econômicas, como a agropecuária, nos principais rios turísticos da região (Formoso, Mimoso, Betione e Prata), apesar de não existir uma quantificação para todas essas sub-bacias.
> - O atual sistema de Monitoramento da Qualidade da Água presta uma valiosa contribuição como fonte de informações para avaliação de vários processos estabelecidos na região da Serra da Bodoquena, mas estudos sugerem que, para o controle efetivo dos impactos da visitação turística, devam ser definidos outros parâmetros e indicadores, que permitam uma análise mais adequada dos impactos advindos desta atividade nos ecossistemas aquáticos, tais como:
> (1) o Índice de Alteração da Estrutura Física de Ecossistemas (IAEFE), sugerido por Medina Junior, (2007), em sua tese de doutorado "Avaliação dos Impactos da Visitação Pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: Subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais", e;
> (2) Em estudo elaborado por SABINO & ANDRADE, (2002), inclui no monitoramento de um atrativo em área de nascente além de variáveis físicas e químicas, o emprego de organismos aquáticos na avaliação dos impactos da visitação pública naquele ecossistema, destacando a presença de organismos-chave (topo de cadeia), o comportamento de espécies residentes e a estrutura da comunidade íctica como indicadores da manutenção das condições ambientais dentro de limites.
> - O Licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão ambiental. Portanto, todos os municípios do Polo devem buscar ajustar os produtos turísticos operando sem a devida licença, e incentivar que as novas implantações iniciem de forma regular (BRASIL, 2011).

Outra ação impactante com grande número de registros na região são as queimadas e incêndios florestais em função de atividades agropecuárias desenvolvidas nos municípios do Polo, sendo que, no período de 2009 a 2010, foram registrados 210 focos de calor na região da Serra da Bodoquena (Gráfico 39).

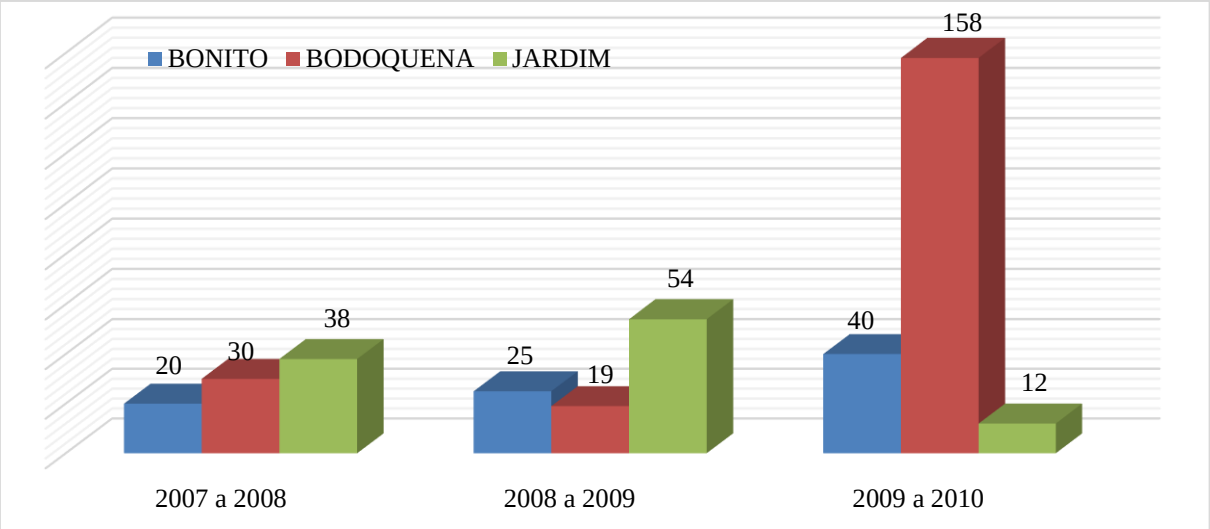


Gráfico 39 – Focos de Calor nos municípios do Polo Serra da Bodoquena.
Fonte: MCT e MMA – 2010

O Cerrado, feição dominante em todo o Polo, é palco de tensões e potenciais conflitos entre as diversas atividades e o turismo na região, influenciados pelos diferentes tipos de uso e ocupação do território, conforme mostra o Quadro 21.

Quadro 21 – Descrição das principais tensões e potenciais conflitos.

Atividade	Descrição das principais tensões e potenciais conflitos
Agropecuária	É, tradicionalmente, a principal atividade econômica local e para seu desenvolvimento tem sido realizada a substituição da vegetação por pastagens e plantações. Isto acarreta no prejuízo à fauna e flora local, bem como prejuízos na manutenção do ciclo hidrológico e no microclima (tendência ao aumento na temperatura).
Mineração	São atividades que causam impactos localizados, entretanto deve ser gerida no sentido de recuperação do passivo ambiental e da paisagem, por se tratar de área calcária, a mineração pode causar significativos impactos, considerando o subsolo, grutas e recarga de aquíferos.
Crescimento Urbano	Os resíduos sólidos e efluentes provenientes do aumento da população urbana, sem a devida infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final pode vir a causar a degradação dos recursos hídricos, solo e ar, prejudicando os recursos naturais a serem visitados pelos turistas.

Na questão institucional o Polo Serra da Bodoquena apresenta uma certa tensão quanto ao desenvolvimento do turismo de forma integrada entre os municípios. Esta falta de interação do modelo de gestão das secretarias de meio ambiente e turismo, principalmente do município de Bonito, o mais desenvolvido e apontado como um destino indutor, frente aos demais, não apoiará o desenvolvimento do Polo. Da mesma forma, a descontinuidade administrativa dos gestores públicos acarreta em um atraso no desenvolvimento da região.

Portanto, através da linha de base, foram identificadas as características do Polo Serra da Bodoquena que demonstraram a situação do Polo, e serão utilizadas para a avaliação dos impactos relacionados as ações inseridas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - Serra da Bodoquena e financiáveis pelo PRODETUR.

RIO DA PRATA
Jardim/MS
Foto: Daniel Grenvile

5. DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Baseado nos dados disponíveis no PDITS Serra da Bodoquena, além de outros materiais bibliográficos consultados e das visitas aos órgão gestores de turismo e meio ambiente dos municípios, a etapa de diagnóstico foi elaborada a partir das informações presentes na Linha de Base, identificando os fatores críticos e elementos centrais a serem considerados nas recomendações da AAE frente às ações propostas no PDITS.

A estrutura deste diagnóstico contemplará: a situação geral do Polo, identificando e caracterizando as condições e implicações ambientais, sociais e econômicas para o desenvolvimento do turismo nas regiões; a questão institucional, de governança e os principais planos e programas; os fatores críticos internos e externos ao Polo e as oportunidades estratégicas de desenvolvimento; as considerações e conclusões finais.

Além da identificação das condições socioambientais dos programas, a participação dos atores sociais se torna relevante, contribuindo no debate e na construção da AAE.

As avaliações das informações levantadas e dos impactos potenciais envolvidos nas propostas do PDITS e sua correlação são analisadas no Capítulo 6, sob as perspectivas ambientais, sociais e econômicas.

Portanto, este diagnóstico visa subsidiar as avaliações seguintes, apresentando informações e considerações que contribuirão com a formulação das recomendações frente às propostas de ações do PDITS.

5.1. SITUAÇÃO GERAL DO POLO

O Polo Turístico Serra da Bodoquena abrange os Municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim, ocupando uma área total de 9.643,29 km².

O Polo da Serra da Bodoquena é constituído, basicamente, de dois relevos: Planalto da Bodoquena e Depressão do Miranda. Os municípios integrantes do Polo estão localizados na Bacia Hidrográfica do Paraguai e são pertencentes a duas Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPGs) definidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos (2010), sendo que 94,88% da área está inserida na UPG do Miranda e o restante na UPG do Apa.

Os municípios integrantes do Polo encontram-se predominantemente inseridos no bioma Cerrado, remanescentes da Mata Atlântica e uma pequena parte ao norte com Bioma Pantanal. Dado a importância dos remanescentes da Mata Atlântica foi criada em 2000 uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

O principal portão de entrada no Estado é a capital, Campo Grande, de onde o turista se destina ao Polo através dos meios rodoviários (vans, ônibus e carros) e aéreo.

A região tem destaque para o ecoturismo, turismo de aventura e de natureza. Apresenta características físicas que despertam o interesse turístico, com rios de águas cristalinas, cachoeiras, grutas, fauna e flora exuberante, entre outras. Conforme estas características, o Polo é considerado o principal destino de ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul recebendo, no ano de 2011, aproximadamente 102 mil turistas, de acordo com a estimativa do PDITS feita sobre o sistema de *Voucher* Único, onde cada turista visita em média três atrativos e de informações repassadas pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, podendo ultrapassar este valor.

O Polo apresenta ainda potencial para a expansão das modalidades de turismo já consolidadas e a adesão de novas práticas, como os eventos, negócios, geoturismo e inserção da visitação em Unidades de Conservação, diversificando o modelo de desenvolvimento turístico da região. Com relação ao fluxo turístico, o Polo recebe principalmente turistas do Brasil (94,69%), com destaque para os Estados de Mato Grosso e São Paulo como os principais emissores, existindo também a procedência de turistas estrangeiros.

Verifica-se a necessidade de reforçar, principalmente nos Município de Jardim e Bodoquena o planejamento estratégico, tático e operacional para a região, buscando explorar o potencial existente, diversificar a oferta turística, agregar valor e criar novas oportunidades de inclusão social e geração de renda. As atividades turísticas nestes dois municípios do Polo necessitam de um maior controle com relação ao uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, aliado a uma maior exploração turística com a instalação de novos empreendimentos e captação de novos públicos, buscando o desenvolvimento sustentável dos municípios e consequentemente da região. Bonito é uma referência de gestão para o Polo, porém, como destino indutor, deve interagir e integrar junto aos demais municípios visando o desenvolvimento conjunto do Polo Serra da Bodoquena.

Para um maior desenvolvimento do turismo de maneira global e sustentável devem ser aplicadas ao Polo Serra da Bodoquena políticas de investimentos públicos e/ou privados para todos os municípios, explorando as potencialidades regionais e locais. Uma importância estratégica para o desenvolvimento do turismo no Polo é a interação entre os produtos e vocações turísticas, possibilitando e incentivando a complementaridade ao principal produto, que são o turismo de aventura, ecoturismo e de natureza, aos demais atrativos culturais, agronegócios, eventos, geoturismo, dentre outros, fortalecidos com a implantação e gestão de Unidades de Conservação, levando o desenvolvimento turístico às cidades de Bodoquena e Jardim e reforçando ainda mais o desenvolvimento em Bonito.

5.2. INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA DO TURISMO

O segmento turístico, devido a sua capacidade de gestão para canalizar investimentos e fomentar a mobilização de uma cadeia produtiva, tem sido apontado como uma atividade geradora de desenvolvimento sustentável, gestão esta que permite incrementar a economia de um país, região ou localidade que possua vocação turística. De forma a garantir a sua implementação de maneira

sustentável, o planejamento aparece como um instrumento necessário e que deve ser realizado de forma eficiente e aplicável em todos os municípios do Polo.

Aliados aos instrumentos de planejamento e desenvolvimento do turismo estão os planos de ordenamento urbanos e ambientais. Também se encontra em elaboração pela Secretaria Estadual de Habitação e Cidades, um Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, que envolve os setores de uso do solo, transporte coletivo, habitação e saneamento básico.

O Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano servirá principalmente para aqueles municípios que não possuem plano diretor. Os municípios do Polo Serra da Bodoquena diferem-se no que se refere à administração política correlacionada ao turismo e meio ambiente, uma vez que cada município possui uma metodologia de administração política distinta.

Os três municípios do Polo Serra da Bodoquena têm instituído o Código de Postura e o Parcelamento do Solo Urbano. Também têm seus Planos Diretores elaborados, salientando-se que o Plano Diretor de Jardim, em 2012, se encontrava em fase de revisão e complementação. A presença destas normas municipais certamente contribuirá para uma legislação urbanística mais completa e eficiente. Cabe ressaltar que os Planos Diretores de Bonito e Jardim foram e estão sendo desenvolvidos conforme as diretrizes do Prodetur Nacional e o Ministério das Cidades. Bodoquena possui um Plano Diretor desatualizado e está analisando a possibilidade de readequação seguindo as mesmas diretrizes.

O Município de Bonito possui a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), além de várias associações que trabalham em conjunto para o desenvolvimento do turismo sustentável, que vem sendo um modelo de administração para outros centros turísticos nacionais e internacionais.

O turismo de Bonito conta ainda com um Plano de Desenvolvimento do Turismo, com o Fundo Municipal de Turismo e com o sistema de "*Voucher*" Único informatizado, implantado em 2010 como uma metodologia de gestão dos atrativos turísticos, além de leis municipais voltadas para o turismo como a obrigatoriedade de guias de turismo nos passeios realizados.

Ainda, existe em Bonito a participação do Poder Executivo, em uma parceria do Ministério Público e os produtores rurais, através do Programa de Conservação do Solo e Água. Este realiza atividades para desenvolver medidas de conservação do solo, juntamente com o COMDEMA, órgão responsável pelo gerenciamento dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, com intuito de promover as ações e programas públicos municipais.

Em Jardim, a Secretaria de Meio Ambiente e o Núcleo de Turismo são os órgãos municipais responsáveis pelo turismo, tendo o intuito de assessorar e dar apoio direto e imediato ao Prefeito Municipal, ao contrário de Bonito que possui secretaria própria para o turismo. O município conta com políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo, além de um Plano Diretor Participativo em fase de finalização.

No que diz respeito à gestão pública ambiental, Jardim possui o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), criado em 2003, para tratar da Política Municipal de Meio Ambiente, e o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), órgãos responsáveis pela gestão ambiental que atuam em parceria com a Polícia Militar Ambiental, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e com o Ministério Público Estadual.

No Município de Bodoquena a gestão dos assuntos correlacionados ao meio ambiente e ao turismo se concentraram em uma única secretaria, a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Esta secretaria é controversa, pois um único órgão realiza atividades fiscalizadoras conflitantes, envolvendo, por exemplo, as ações voltadas para o meio ambiente e ações exploratórias dos recursos naturais pelo turismo e desenvolvimento econômico, que pode influenciar nas decisões administrativas de ambos os lados.

Observa-se que em todos os municípios pertencentes ao Polo Serra da Bodoquena o setor público tem sido atuante no sentido de buscar melhorias para sua gestão e dos seus respectivos setores. Uma das características desses municípios que evidenciam tal empenho dos gestores refere-se à elaboração conjunta do planejamento estratégico municipal pelas instituições estatais, formalização de parcerias institucionais e ONGs, como o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB) e a Fundação Neotrópica do Brasil, que vem realizando importantes atividades para o ecoturismo para a região da Serra da Bodoquena.

Tem-se hoje um consenso que para ocorrer a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais depende-se de ações conjuntas de instituições governamentais e não governamentais. Dentre as ONGs de maior destaque no favorecimento do desenvolvimento na região do Polo da Serra da Bodoquena temos a Fundação Neotrópicado Brasil e Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB) além do Projeto Jibóia, Instituto Família Legal. Além disso, o Projeto GEF Rio Formoso e a Associação Amigos do Brasil Bonito também tiveram papel relevante no território.

É sabido que o turismo bem planejado pode contribuir para a preservação do patrimônio ambiental e fortalecer a identidade cultural de um povo e uma região, através de uma política pública que garanta o desenvolvimento sustentável das localidades. Entretanto, se mal gerido, poderá provocar sérios impactos ao meio ambiente e comprometer o modo de vida das populações envolvidas. Assim, a institucionalidade da política de turismo deve ser interpretada quanto à gestão do turismo, do meio ambiente e a interface entre suas visões.

Entretanto, a gestão do turismo no Estado vem sendo marcada pela multiplicidade de iniciativas e de diretrizes para o seu desenvolvimento tanto a nível federal como estadual e, em alguns casos, municipal. A cada programa ou projeto estão associadas ações de naturezas diversas, muitas vezes complementares, porém desarticuladas. O Estado de Mato Grosso do Sul possui um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (PEDTUR), porém este não consegue mensurar as reais necessidades de investimentos no setor dificultando, o desenvolvimento da estrutura turística. No entanto o Plano de

Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável é o atual instrumento para a região e traz as necessidades do Polo.

No que se refere ao desenvolvimento ambiental do Polo Serra da Bodoquena, existe o Plano de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), que foi criado através da Lei 6.938/81, considerado uma ferramenta essencial para a ocupação do território sul mato-grossense de forma ecológica e sustentável.

O ZEE estabeleceu a divisão do Estado em 10 zonas, dos quais os municípios integrantes do Polo Serra da Bodoquena estão inseridos na Zona Serra da Bodoquena (ZSB) e Zona Depressão do Miranda (ZDM). Esses planos recomendam quais atividades tem potencial e podem ser realizadas em cada município de acordo com a zona que ele se encontra, conforme detalhado na linha de base.

Dos três municípios pertencentes ao Polo da Serra da Bodoquena o único que oferece incentivo fiscal para empreendimentos turísticos é o Município de Bodoquena, onde existe a isenção total de impostos para o turismo.

Existe também a Lei Estadual[10] nº 3.609/08, de Incentivo ao Turismo Rural que deve ser comprometido com o turismo ambientalmente sustentável, valorização da atividade rural, diversificação dos negócios, preservação das raízes, hábitos e costumes da cultura local, além dos financiamentos com taxas atrativas, sendo na parte do turismo o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o qual pode ser acessado pelo Banco do Brasil. Outro atrativo financeiro é o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) para fomentar e prover recursos para o financiamento de obras e serviços em empreendimentos considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

Ressalta-se o desconhecimento por parte dos empresários do Polo Turístico em relação aos financiamentos existentes e sua resistência em buscar esse tipo de capital em decorrência da documentação e garantias exigidas.

O poder público municipal e estadual, em vista de um desenvolvimento sustentável, necessita implementar um grande esforço visando articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional.

O Governo Federal, na tentativa de incentivar e normatizar a atuação do setor, elaborou o Plano Nacional de Turismo (PNT) para o período 2007/2010, como um instrumento de planejamento e gestão que garanta tornar o turismo um indutor de desenvolvimento, por meio da geração de emprego e renda no País, porém, de forma descentralizada, contando com um trabalho integrado e de cooperação de diversos setores do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Cabe ressaltar que foi atualizado o Plano Nacional de Turismo para o período de 2011/2014.

Nesse sentido, o PNT conta com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) que é uma Linha de Crédito Condicional (CCLIP) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como

[10] Lei Estadual nº 3.609, de 19 de dezembro de 2008, que "institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no Estado de Mato Grosso do Sul".

consolidar a gestão turística cooperada e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil.

No Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/Nacional-MS) foi criado pela Lei nº 3.582/2008, que autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), regulamentado pelo Decreto nº 12.995/2010. O PRODETUR/Nacional-MS tem como objetivo ou meta dinamizar os processos de consolidação e de conservação dos atrativos turísticos, dos patrimônios físico-natural e cultural deste Estado, sendo coordenado pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), a qual está vinculada a SEPROTUR.

A gestão da política do turismo também pode ser avaliada a partir dos investimentos aplicados nos planos, programas e projetos apoiados pelo setor público. No Polo Serra da Bodoquena foram desenvolvidos projetos com a perspectiva atual e futura do turismo. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) busca orientar e propor os objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, gerando economia aos municípios, oportunidades de trabalho e ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nos municípios integrantes do Polo.

Na área ambiental existem leis que direcionam para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. Em regiões onde os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais, protegidos pela legislação ambiental, a inexistência de uma ação articulada pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

5.3. FATORES CRÍTICOS INTERNOS E EXTERNOS QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO

O Polo Serra da Bodoquena é uma região consolidada, com instâncias de governanças organizadas, com ícones turísticos atuando de maneira satisfatória, e com todos os atributos já citados nos capítulos anteriores. A oferta turística do Polo é rica, organizada e estruturada, de forma que possibilite o acesso do turista a toda a sua diversidade (BRASIL, 2011).

Entretanto, as informações da linha de base possibilitaram identificar fatores críticos internos e externos capazes de influir significativamente no desenvolvimento do turismo do Polo.

Define-se como fatores críticos aqueles aspectos identificados como determinantes no diagnóstico realizado, conforme o comportamento esperado/projetado de seus critérios, ou seja, as condicionantes do desenvolvimento do turismo no Polo. A elucidação dos fatores críticos é essencial para a elaboração do Capítulo 7, que se refere aos cenários de desenvolvimento após sua análise no próximo Capítulo 6. Tais fatores podem ser externos (ou exógenos) ou internos (ou endógenos).

As condições sobre as quais o setor de turismo exerce pouca ou nenhuma influência configuram os fatores críticos externos, enquanto que as condições que podem ser controladas de maneira a ajustá-las e adequá-las à realidade da região, relacionam-se com os fatores internos, os quais possibilitam obter melhores resultados no processo de implementação e expansão das atividades turísticas, no sentido da sustentabilidade das diversas alternativas de turismo, incluindo os objetivos ambientais.

Estes fatores críticos condicionam a atividade turística da forma como está vem se desenvolvendo e no momento estão impedindo ou dificultando o desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena. Portanto, seu entendimento é fundamental não só para a compreensão das tendências do desenvolvimento atual do turismo no Polo, como também orientam as ações propostas pelo PRODETUR para o alcance dos objetivos e metas pretendidos para o desenvolvimento futuro das atividades turísticas.

Ou seja, a elucidação desses fatores críticos externos e internos é essencial para a compreensão dos cenários futuros esperados de desenvolvimento considerando-se tanto as tendências atuais de desenvolvimento do turismo no Polo quanto com a implantação das ações propostas.

Para a identificação dos fatores críticos, foram considerados os seguintes critérios:

- separação em fatores externos e internos;
- inclusão das ameaças conforme sua incidência sobre todas as dimensões: ambiental, social, econômica, cultural e institucional.

A consideração desses critérios resultou na identificação de nove fatores críticos, sendo quatro externos e cinco internos.

Na esfera econômica, os fatores críticos externos identificados estão vinculados, fundamentalmente, à sensibilização plena dos órgãos do Poder Executivo e também do legislativo, sobre a importância do turismo para dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda, ao mercado turístico e de transporte aéreo doméstico e internacional questões estas que se relacionam ao nível de competitividade dos destinos. Nesse sentido, destaca-se o nível de exigência do turista internacional quanto à qualidade de serviços e equipamentos, o que demanda serviços de saneamento, segurança, saúde e outros.

Em geral, os efeitos da competição nacional e internacional no Estado, resultam na elevação dos valores fundiários, levando a uma perda em competitividade e favorecendo uma forte pressão sobre os recursos naturais, além dos efeitos da crise econômica mundial, que tenderá a diminuir os investimentos privados em novos projetos. A concorrência externa leva ao fechamento daquelas empresas pouco capitalizadas.

É importante destacar os fatores críticos externos de ordem político institucional que podem ameaçar o desenvolvimento das ações propostas, os quais estão basicamente ligados às transições governamentais e consequente descontinuidade administrativa. São agravantes a prevalência das

decisões políticas sobre as estruturas técnicas e a reduzida capacidade de execução de ações programadas.

Embora as prefeituras do Polo possuam estruturas próprias de apoio ao turismo, as descontinuidades da execução das políticas públicas e a insuficiência de estrutura, que afetam os órgãos e instâncias de governança existentes, poderão reduzir as possibilidades de otimização dos recursos destinados às ações programadas e de monitoramento do programa PRODETUR, apesar das ações previstas de superação dessas dificuldades.

Os fatores críticos internos capazes de trazer ameaças à consecução dos objetivos e metas das ações propostas estão relacionados às diversas dimensões da sustentabilidade.

No tocante à esfera ambiental, fatores críticos internos importantes tendo em vista de ser indispensável para a competitividade e a atração de determinados segmentos no mercado turístico, são constituídos pela qualidade ambiental do destino, o atendimento às normas ambientais vigentes e a capacidade de fiscalização dos órgãos ambientais.

Do ponto de vista econômico, são fatores críticos importantes internamente o conflito com outras atividades econômicas, o nível de interesse de proprietários de produtos em investir no próprio negócio e a articulação entre os componentes do *trade*. Importantes são os eventuais conflitos entre os elos da cadeia turística - atrativos turísticos, agentes de viagens, agências de turismo, hotéis, linhas aéreas.

No que se refere à dimensão social, ressaltam-se a participação social e a possibilidade de inclusão social no desenvolvimento do turismo. Em termos culturais, é importante o nível de conhecimento e sensibilização dos proprietários dos atrativos sobre as possibilidades do turismo.

Um problema importante para o desenvolvimento das ações do PRODETUR diz respeito à organização político-institucional da atividade turística no Polo Serra da Bodoquena. Importam principalmente a articulação dos setores de gestão municipal com o turismo e a estrutura nos municípios para implementar e monitorar o Programa.

As prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo; no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existentes possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais.

É necessário verificar a capacidade dos gestores públicos para propor regulamentações estaduais e locais, assim como para construção e implementação dos instrumentos de planejamento. A fragilidade na gestão do setor, com carências de capacitação e de articulação institucional nos níveis federal, estadual e municipal, fragiliza o desenvolvimento de uma política para um turismo sustentável e para o contexto geral de governança.

Assim, um importante fator de criticidade é a capacidade de ação continuada, incluindo a estrutura e a suficiência de pessoal que atua na área trabalhando nos órgãos de promoção do turismo nas prefeituras.

Os municípios de Jardim e Bodoquena têm seus planos de gestão pública muito bem elaborados, onde eles indicam as diretrizes propondo a melhoria em todo o sistema de organização e coordenação do processo de planejamento turístico.

A seguir, nos Quadro 22 e Quadro 23, apresentam-se os fatores críticos externos e internos e respectivos indicadores.

Quadro 22– Fatores críticos externos e respectivos indicadores no Polo Serra da Bodoquena.

FATORES CRÍTICOS EXTERNOS	INDICADORES
Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal	Falta de conhecimento das possibilidades do turismo e do perfil quantitativo e qualitativo dos turistas.
	Insuficiência de incentivos fiscais e benefícios específicos para a implantação de empreendimentos turísticos.
	Insuficiente integração entre instituições responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, segurança e de infraestrutura viária e de saneamento básico.
	Baixo nível de organização dos colegiados e de articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos.
	Desigualdade entre os órgãos e instâncias de governança existentes nos municípios de Jardim e Bodoquena com relação a Bonito (normalização insuficiente).
	Insuficiente capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) para licenciar e fiscalizar os empreendimentos.
Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico	Descontinuidade da execução de programas, projetos e planos ambientais e turísticos (políticas públicas).
Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável	Falta de conhecimento das possibilidades do turismo e do perfil quantitativo e qualitativo dos turistas.
	Insuficiência de incentivos fiscais e benefícios específicos para a implantação de empreendimentos turísticos.
	Descumprimento da legislação ambiental existente (degradação de atrativos).
	Falta de planejamento de comercialização e promoção dos atrativos (comercialização empírica).
Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional	Precariedade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos;
	Precariedade da capacitação de recursos humanos.
	Precariedade da infraestrutura viária de acesso, de segurança, de saúde e saneamento e dos equipamentos urbanos.

Quadro 23– Fatores críticos internos e respectivos indicadores no Polo Serra da Bodoquena.

FATORES CRÍTICOS INTERNOS	INDICADORES
Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas	Desarticulação do turismo com as políticas socioeconômicas
	Baixo nível de organização e de integração entre os setores administrativos.
	Insuficiência de recursos humanos qualificados para a gestão pública do turismo.
	Baixo nível de organização dos colegiados e de articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos.
	Insuficiente normalização ambiental e baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais).
Desarticulação entre os componentes do trade turístico	Baixo grau de integração entre os empreendimentos do setor e presença de conflitos entre elos isolados da cadeia.
	Alta sazonalidade do fluxo turístico pela ausência de controle integrado de visitação nos atrativos.
	Falta de estratégia de *marketing* coletivo e marginalização de pequenos empresários.
	Baixo desenvolvimento de roteiros regionais integrados e inexistência de calendário único de eventos.
Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas	Precariedade da infraestrutura viária de acesso, de segurança e saneamento e dos equipamentos urbanos.
	Inadequação técnica na definição da capacidade de carga dos atrativos.
	Ocupação irregular do entorno e das áreas de preservação permanente de atividades turísticas.
	Falta de elaboração e/ou implantação de planos de manejo de Unidades de Conservação.
Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes	Baixo aproveitamento da potencialidade de exploração do patrimônio natural e cultural (baixa diversificação de tipologias de atrativos)
	Estruturação deficiente dos atrativos e serviços turísticos (precariedade de equipamentos e da capacitação dos recursos humanos).
	Existência de estoque de atrativos ainda não comercializados adequadamente.
	Concentração do fluxo turístico em Bonito e na bacia do rio Formoso.
Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo	Insuficiente organização e articulação entre as instituições da sociedade civil e os agentes políticos (órgãos colegiados).
	Insuficientes mecanismos de estímulo ao envolvimento e participação da sociedade.
	Baixo incentivo a práticas ecologicamente corretas e insuficientes projetos de educação ambiental.
	Envolvimento insuficiente de empresários, instituições políticas e população com as questões ambientais e sociais relacionadas ao turismo.

6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Este capítulo da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) consiste na identificação e avaliação dos potenciais impactos resultantes da implementação do conjunto de intervenções propostas pelo PRODETUR Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul.

A identificação, avaliação e classificação dos impactos abordaram os impactos diretos (positivos e negativos), os impactos indiretos ou estratégicos (positivos e negativos), os impactos cumulativos ou sinérgicos (positivos e negativos) e os fatores críticos internos e externos das ações do programa, sob as óticas ambientais, sociais, econômicas, culturais e institucionais. Na sequência, foram descritas medidas para evitar, mitigar ou compensar os impactos do PRODETUR Nacional no MS e também medidas para potencializar os impactos positivos.

6.1. IMPACTOS POTENCIAIS E MEDIDAS POTENCIALIZADORAS /MITIGADORAS

Os resultados dos impactos ambientais das ações do PDITS Serra da Bodoquena foram identificados pela inter-relação dos componentes: estratégia de produto turístico, estratégia de comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura e serviços básicos e gestão ambiental, considerando as dimensões de sustentabilidade ambiental, social, econômica, cultural e institucional.

Dentro das dimensões de sustentabilidade foram elencados os impactos positivos e negativos diretos, indiretos, cumulativos/sinérgicos (aqui considerados impactos estratégicos) e os fatores críticos internos e externos. Cada impacto foi também avaliado quanto ao seu Grau de Importância.

Também são identificadas e apresentadas as medidas para evitar/mitigar ou compensar os impactos envolvidos e quais as medidas para potencializar os impactos positivos do PRODETUR Nacional no Mato Grosso do Sul. A síntese dos resultados é apresentada na forma de matriz de interação ao final da apresentação de todos os componentes.

6.1.1. Componente 1 – Estratégia do Produto Turístico

De acordo com o PDITS Polo Serra da Bodoquena, o Componente 1 - Estratégia de Produto Turístico *"agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a exploração da diversidade turística da região, a formatação de novos produtos e a capacitação profissional"*.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 24.

Quadro 24 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico.

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Singularidade e diversidade. • Riqueza da fauna e flora. • Possibilidade de visitação permanente. • Existência de roteiros integrados de visitação nos municípios. • Existência de estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente.	• Grande quantidade de produtos similares; • Concentração de produtos em Bonito; • Concentração no rio Formoso; • Concentração do fluxo em alguns produtos de Bonito; • Grande parte dos produtos ainda não está bem estruturada; • Empresários urbanos e rurais ainda não conscientes da importância do turismo como atividade econômica; • Turismo massificado nos balneários públicos e privados; • Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foram definidas duas estratégias, para as quais foram indicadas 13 ações.

Estratégia 1 (E.1) - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do ecoturismo. Contempla 11 ações distribuídas nos grupos de 1 a 5, com o seguinte objetivo:

- aproveitar as diferentes formas de turismo já identificadas e consideradas com potencial de desenvolvimento econômico na região da Serra da Bodoquena, com o intuito de ofertar novos nichos de mercado à comunidade científica mundial e à visitação turística, com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas.

Estratégia 2 (E.2) - Fortalecimento do segmento de ecoturismo. Contempla 2 ações distribuídas no grupo 6, com os seguintes objetivos:

- promover a qualidade da oferta turística do Polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos;
- referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.

Estas 13 ações, de acordo com o agrupamento apresentado no PDITS (BRASIL, 2011, p. 374-385) e devido a sua similaridade de impactos, foram segmentadas em 6 grupos de ações, financiáveis pelo PRODETUR Nacional no Mato Grosso do Sul, e descritas a seguir.

E.1 - Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do ecoturismo:

GRUPO 1:

Ações 1 e 2 - Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark;

Ações 3 e 4 - Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.

GRUPO 2

Ação 1 – Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.

GRUPO 3

Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.

GRUPO 4

Ações 1 e 2 – Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.

GRUPO 5

Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.

E.2 - Fortalecimento do segmento de ecoturismo

GRUPO 6

Ações 1 e 2 – Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.

Os impactos potenciais oriundos dessas diferentes ações foram analisados segundo sua distribuição entre as diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica, cultural e institucional, o que é feito a seguir.

6.1.1.1 Dimensões

6.1.1.1.1 Dimensão ambiental

A principal motivação do grande número de turistas que visitam a região é o lazer e a recreação nos atrativos que oferecem contemplação das matas, animais silvestres, exploração de cachoeiras, cavernas e grutas, bem como mergulhos nas águas dos rios, passeios de botes e a prática de esportes como o rapel e arvorismo, além de observação da rotina de fazendas da região. É assim expressiva a potencialidade de recursos naturais para exploração turística no Polo Serra da Bodoquena, que atualmente já é valorizado internacionalmente.

Ressalta-se ainda, em especial para a comunidade científica nacional e internacional, a criação do Geopark pelo Governo do Estado (Decreto nº 12.897/2009) e englobando 11 municípios, e da proposta do Parque da Biodiversidade, que representam mais do que um valor econômico, o reconhecimento da necessidade de proteção dos sítios geológicos e dos importantes ecossistemas da região.

As demais ações previstas visando ao desenvolvimento e diversificação dos produtos turísticos também apresentam, do ponto de vista ambiental, aspectos positivos relevantes principalmente por propiciarem maior proteção ao complexo de grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, tanto pelo ordenamento da visitação quanto por propiciar o desenvolvimento de ações educativas e de orientação dos visitantes.

Destaca-se que o trecho da MS-178, que se pretende utilizar como projeto-piloto na implementação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, atravessa no trecho que liga Bonito a Bodoquena, uma área de alto valor ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável do Estado, tendo em vista que liga o Pantanal e o Planalto da Bodoquena, além de contornar à distância os limites orientais do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. O processo de licenciamento ambiental da pavimentação desse trecho de rodovia visa a aplicação dos princípios de sustentabilidade e de conservação dos ecossistemas ao longo dessa rodovia.

Não se pode também deixar de incluir as ações destinadas à capacitação profissional para o turismo, envolvendo os setores público e privado, pois os recursos humanos são agentes primordiais aos atrativos e aos turistas, em especial os guias de turismo, por sua importância para a conservação ambiental.

Entretanto, estas atividades também são potencialmente geradoras de ameaças, tanto na implantação quando na operação dos atrativos. Especialmente nos feriados prolongados e nas temporadas de férias, há principalmente ameaças representadas pelo aumento do fluxo turístico e a correspondente massificação da visitação dos atrativos e comportamentos inadequados dos visitantes, provenientes da precariedade de infraestrutura básica, da desconsideração da sensibilidade da formação calcária predominante na região, da ocupação irregular das áreas de preservação permanente, do

conhecimento insuficiente capaz de orientar a implantação e o funcionamento dos novos pontos de atração como o Geopark e o Parque da Biodiversidade e a construção/pavimentação da rodovia.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas relativamente à Dimensão Ambiental dos Impactos, estes são elencado nos Quadro 25 e Quadro 26.

Quadro 25 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark. • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Proteção da geodiversidade pelo aumento do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas e capacitação;
2	• Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Aumento da proteção do entorno das Grutas; ✓ Estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Redução da degradação da paisagem e poluição ambiental ao longo da rodovia;
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Proteção da biodiversidade;
5	• Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	✓ Oportunização de divulgação e estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis;
6	• Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	✓ Proteção do patrimônio natural e cultural pelo comportamento adequado de turistas melhor orientados;

Quadro 26 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação;
2	• Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e implantação do Plano;
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação;

6.1.1.1.2 Dimensão social

Nas ações propostas para o Componente Estratégia do Produto Turístico a dimensão social é fundamental, pois a inclusão social está inserida na própria conceituação do turismo sustentável.

As novas modalidades de turismo ofertadas e os novos nichos de mercado a serem explorados, deverão oportunizar emprego e renda resultantes da exploração turística destes novos empreendimentos, beneficiando certamente as comunidades locais. Para estas, também é importante a construção/pavimentação de trechos da MS 178, em vista da eliminação do ponto de estrangulamento na interligação das regiões turísticas que compõem a Rota Pantanal-Bonito, ou seja, Campo Grande, Pantanal e Serra da Bodoquena, melhorando a comunicação entre os municípios. Os transeuntes desfrutarão ainda de uma paisagem de rara beleza.

Destaca-se entre os aspectos sociais relevantes, o turismo de base comunitária em assentamentos rurais e distritos, como os assentamentos Campina, Sumatra e Canaã, tradicionais produtores de abóbora cabotiã, em Bodoquena; o distrito de Águas do Miranda, tradicional destino de pesca, e o assentamento Santa Lúcia, os dois em Bonito, onde existem duas unidades de produção dos doces e compotas do projeto “Pé da Serra”.

O artesanato típico produzido na área turística corrobora com o potencial turismo de base comunitária, sendo produzidas peças em couro, osso, madeira, cerâmica, fibras vegetais, entre outras,

que refletem a cultura e origem da comunidade local, sendo institucionalmente apoiado pelos núcleos municipais de artesanato existentes nos três municípios do Polo.

Do ponto de vista dessa dimensão, destaca-se ainda a capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, pela inclusão social que esta ação deverá proporcionar, em especial de pessoas com necessidades especiais. Esta capacitação é indispensável para a qualidade do atendimento ao turista, ao proporcionar segurança e influir diretamente em sua experiência.

As principais ameaças capazes de gerar impactos negativos ou reduzir o alcance dos impactos positivos provenientes das ações propostas nesta Dimensão são representadas pela continuidade da concentração dos atrativos em Bonito, o que pode gerar desequilíbrios na distribuição dos benefícios sociais do turismo, a incapacidade de controlar a ocupação das áreas de entorno dos atrativos, a desarticulação detectada nos estudos diagnósticos entre as instituições das sociedades civis e o pouco envolvimento da classe empresarial e política com as questões sociais. Mais diretamente, as regras impostas no planejamento das rodovias orientadas por objetivos ecológicos, certamente estabelecerão restrições para usos que poderão ser importantes para determinados grupos das comunidades.

Os impactos das ações incidentes sobre a Dimensão Social são elencados no Quadro 27 e Quadro 28.

Quadro 27 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark. • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Geração de emprego e renda;
2	• Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Geração de emprego e renda;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes; ✓ Geração de emprego e renda para as comunidades situadas as margens da MS-178;
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Geração de emprego e renda;

Quadro 27 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
5	• Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	✓ Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes;
6	• Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	✓ Inclusão social de pessoas com deficiência física; ✓ Geração de emprego e renda pela melhoria das condições sociais com a qualificação de fornecedores de produtos de interesse turístico;

Quadro 28 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Restrição do uso das estradas para determinados usos e períodos.

6.1.1.1.3 Dimensão econômica

Nesta dimensão incluem-se expressivos impactos potenciais positivos no Componente Estratégia do Produto Turístico, acarretados pela dinamização das atividades turísticas, em vista da maior competitividade e o empreendedorismo dos produtos turísticos do Polo Serra da Bodoquena.

Observa-se que a infraestrutura turística, que vem sendo implantada na região nos últimos anos, experimenta um crescimento contínuo da demanda e instalação de novos empreendimentos, tais como pousadas e outros estabelecimentos de serviços.

As ações previstas proporcionarão, com a construção/pavimentação da MS 178, a consolidação de novos produtos turísticos de uma forma sustentável. São novas modalidades de turismo ofertadas e novos nichos de mercado a serem explorados, oportunizando emprego/negócios na exploração turística destes novos empreendimentos.

No que se refere aos recursos humanos, são essenciais para a exploração dos produtos e serviços turísticos. Sua capacitação, além de otimizar os aspectos econômicos com as demais dimensões, permitirá acompanhar o volume expressivo de entradas nos meios de hospedagem nos municípios, sob pena de comprometer a prestação de serviços e a oferta de produtos turísticos pela falta de pessoal

adequadamente qualificado, orientado pela percepção de mercado e posicionamento competitivo que se deseja para a região.

Há ameaças, entretanto, que importam ser registradas pelo seu potencial de se transformarem em impactos negativos, decorrentes entre outras causas, da continuidade da concentração dos atrativos em Bonito, gerando desequilíbrios econômicos com relação aos demais municípios do Polo, a concorrência entre os atrativos semelhantes e a ocupação descontrolada do entorno dos atrativos por atividades comerciais e de serviços.

Especificamente o Plano Estadual de Estradas Turísticas poderá restringir determinadas atividades econômicas devido às regras impostas no planejamento das rodovias tendo por base princípios e objetivos ecológicos.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas relativamente à Dimensão Econômica dos Impactos, estes são elencados no Quadro 29 e Quadro 30.

Quadro 29 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Geração de emprego e renda;
2	• Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Valorização do patrimônio geológico e espeleológico, oportunizando novos negócios e nichos de mercado e aumentando a competitividade do produto turístico; ✓ Geração de emprego e renda;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, integração dos roteiros turísticos, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico; ✓ Geração de emprego e renda para as comunidades situadas as margens da MS-178; ✓ Integração dos roteiros turísticos dos municípios de Bodoquena e Bonito e do Polo Serra da Bodoquena e Pantanal.
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Valorização do patrimônio da biodiversidade, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, oportunizando novos negócios e nichos de mercado e aumentando a competitividade do produto turístico; ✓ Geração de emprego e renda;

Quadro 29 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
5	• Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	✓ Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico;
6	• Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	✓ Valorização dos produtos turísticos, pela agregação de valor decorrente da satisfação do turista e do aumento da competitividade; ✓ Geração de emprego e renda pela melhoria das condições sociais com a qualificação de fornecedores de produtos de interesse turístico;

Quadro 30 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Restrição do uso das estradas para determinados usos e períodos;

6.1.1.1.4 Dimensão cultural

Na dimensão Cultural no Componente Estratégia do Produto Turístico, relacionam-se importantes aspectos positivos. Entre estes, destacam-se os culturais e científicos, pela grande potencialidade de exploração apresentada pela região.

Nesse contexto, ressaltam-se os esforços anteriormente empreendidos pelo IPHAN/MS e da FUNDTUR junto aos municípios, visando ao desenvolvimento de parte da área do Geopark Bodoquena-Pantanal, com a criação de um Roteiro Turístico Geocultural, em geossítios selecionados, capacitação dos guias de turismo já atuantes na região, visando a um público formado por estudantes e universitários. Destaca-se ainda a construção de Centro de Referência em Geohistória, em Bonito, como equipamento-chave para a articulação de ações, guarda de acervos geológicos e paleontológicos da região, e unidade de cursos, seminários e capacitações. Atualmente, os trabalhos de estruturação do Geopark Bodoquena-Pantanal vêm sendo conduzidos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS).

A Retirada da Laguna, um desses fatos históricos marcantes ocorrido em 1867, episódio da Guerra do Paraguai, a mais famosa e trágica retirada do exército brasileiro tem uma extraordinária importância tanto nacional quanto para os povos de países vizinhos. Nesse contexto, destaca-se entre as centenas de sítios arqueológicos, o Cemitério dos Heróis, localizado no município de Jardim e onde se encontram encerrados heróis nacionais como o coronel Carlos de Morais Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e o José Francisco Lopes, o Guia Lopes.

Trata-se assim do resgate do patrimônio histórico que valorizará a memória nacional, demandando que seja estruturado um produto turístico que possa atraí-los, com roteiros estruturados e guias de turismo capacitados com conhecimento para contarem essa história.

Corroborando a importância da criação do Geopark Bodoquena Pantanal não só para as comunidades locais, observa-se que mesmo se encontra em processo de reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, se ocorrer, passará a integrar a rede global de Geoparks.

Outra ação que deverá ser considerada do ponto de vista cultural é a incorporação do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, espontaneamente hierarquizada pela população por ter iniciado a movimentação turística ainda na década de 1960. Além disso, o receptivo proporcionará condições para o desenvolvimento de ações educativas e de orientação do turista.

É essencial ainda entre as ações propostas no Componente 1, a capacitação dos recursos humanos envolvidos nos diversos produtos e serviços turísticos, tendo em vista sua importância para a satisfação do turista as informações abalizadas sobre aspectos não só ambientais mas também históricos e culturais. Não menos importante é o fato de que a superação do amadorismo no trato com o turista ajuda na compreensão de valores, costumes e hábitos diferentes daqueles praticados pela população local, auxiliando assim, de modo profissional, na prevenção de conflitos oriundos de identidades culturais diversas.

Na Dimensão Cultural, é importante registrar ameaças representadas pela continuidade da massificação do turismo no município de Bonito e nos balneários públicos e privados, que se pode constituir em fonte de interferências nos hábitos e costumes da população. Também é importante mencionar a possibilidade de que haja pouco estímulo ao desenvolvimento de atrativos baseados em bens culturais.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos Impactos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 1 e apresentados no Quadro 31 e Quadro 32.

Quadro 31 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Aumento do conhecimento relacionado à geodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação; ✓ Sensibilização da sociedade quanto ao patrimônio geológico e histórico;
2	• Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Disponibilização de estrutura para programas educativos;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Oportunização de divulgação de práticas ambientalmente sustentáveis;
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Aumento do conhecimento relacionado à biodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação;
5	• Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	✓ Oportunização de divulgação e estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis;
6	• Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	✓ Aumento do conhecimento dos atrativos pela população e turistas pela identificação dos produtos e serviços oferecidos, inclusive para clientes internacionais; ✓ Aumento do conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural;

Quadro 32 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Deterioração de sítios históricos devido ao uso inadequado do Geopark e do Centro de Referência em Geohistória;

6.1.1.1.5 Dimensão institucional

Finalmente, sob o foco da Dimensão Institucional, as ações geram importantes impactos positivos.

O Geopark Bodoquena-Pantanal tem unido esforços de instituições como o IPHAN/MS e a FUNDTUR na estruturação do Roteiro Turístico Geocultural e na criação do Centro de Referência em Geohistória, que se constituirá em instrumento facilitador da articulação de ações, guarda de acervos geológicos e paleontológicos da região, e unidade de cursos, seminários e capacitações.

As ações previstas também são desencadeadoras de estímulo à integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística e oportunizarão ferramentas de apoio para a gestão do patrimônio geo-histórico.

Quanto às ações referentes à construção e do receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, ressalta-se que, juntamente com o Balneário Municipal, são fontes de recursos para o FUMTUR de Bonito. Além disso, o receptivo proporcionará condições para melhor orientação do visitante.

Finalmente, são evidentes os impactos positivos com relação à Dimensão Institucional representados pelas ações visando à qualificação profissional e à capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.

Considerando as condições potenciais da atividade turística nos atrativos, é necessária a formação de novos guias de turismo, capacitação e aperfeiçoamento dos colaboradores que atuam nos atrativos, a fim de melhorar o nível de segurança observado e dos instrumentos de controle de desempenho, gestão voltada a resultados, estudos de *feedback* da demanda turística local, meios de planejamento estratégicos e outros recursos gerenciais. Com planejamento integrado de qualificação, evolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região, os setores público e privado estarão dotados de uma gestão mais dinâmica, resultando na ampliação da competitividade de seus empreendimentos.

Não se pode deixar de considerar, porém, na Dimensão Institucional, as ameaças representadas pela descontinuidade das ações públicas de gestão, ainda muito desarticuladas com a sociedade civil, e as lacunas ainda existentes nas políticas relacionadas ao turismo.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas relativamente à Dimensão Institucional dos Impactos, estes são elencados no Quadro 33 e Quadro 34.

Quadro 33 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Estímulo à integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística; ✓ Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geo-histórico de maneira integrada entre os municípios do Polo; ✓ Aumento da arrecadação de impostos;
2	• Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	✓ Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geológico e de estrutura para programas educativos; ✓ Aumento da arrecadação;
3	• Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	✓ Favorecimento das ações de controle e fiscalização governamental;
4	• Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	✓ Aumento das arrecadações municipais;
5	• Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	✓ Apoio ao gerenciamento das atividades turísticas;
6	• Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	✓ Melhoria da capacidade de controle e fiscalização pelo Estado e Municípios pela maior disponibilidade de mão de obra qualificada;

Quadro 34 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	• Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; • Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	✓ Aumento da demanda por infraestrutura básica e serviços públicos nos municípios;

6.1.1.2 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas às medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos, incluindo aquelas propostas no PDITS (p. 374-385) e acrescentando-se outras cuja inclusão resultou das avaliações. Estas medidas referentes ao Componente 1 são elencadas no Quadro 35 e Quadro 36, de acordo com os diversos grupos de ações considerados.

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1, 2, 3 E 4 **Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark** **Elaboração de projeto** **Implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.**	Proteção da geodiversidade pelo aumento do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	Promover a divulgação científica das pesquisas realizadas;
	Aumento do conhecimento relacionado à geodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	Promover ampla divulgação e participação comunitária no processo de implantação do Geopark;
	Estímulo à integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística.	Apoiar o comitê gestor do Geopark Bodoquena-Pantanal no planejamento e execução das ações de implantação do Roteiro Turístico Geocultural; Incentivar roteiros turísticos integrados;
	Sensibilização da sociedade quanto ao patrimônio geológico e histórico.	Promover ampla divulgação e participação comunitária no processo de implantação do Geopark e do Centro de Referência em Geohistória; Estimular a prática de espeleologia na região da Serra da Bodoquena, levando em consideração o potencial da atividade para desenvolver práticas ambientalmente sustentáveis;
	Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geo-histórico de maneira integrada entre os municípios do Polo.	Apoiar o comitê gestor do Geopark Bodoquena-Pantanal no planejamento e execução das ações de implantação do Roteiro Turístico Geocultural; Incentivar roteiros turísticos integrados;
	Geração de emprego e renda.	Criar políticas públicas que garantam oportunidades profissionais para diferentes especialidades na gestão do Geopark; Priorização de mão de obra local, quando possível;
	Aumento da arrecadação de impostos.	Orientar os empreendedores do turismo quanto à origem e destinação das taxas e impostos cobrados;

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÃO 1 **Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.**	Valorização do patrimônio geológico e espeleológico, oportunizando novos negócios e nichos de mercado e aumentando a competitividade do produto turístico.	Desenvolver instrumentos de promoção e divulgação do atrativo; Capacitar os funcionários do receptivo; Promover ações de sensibilização ambiental junto aos visitantes;
	Aumento da proteção do entorno das Grutas.	Capacitar os funcionários do receptivo; Promover ações de sensibilização ambiental junto aos visitantes;
	Estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis.	Capacitar os funcionários do receptivo Promover ações de sensibilização ambiental junto aos visitantes;
	Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geológico e de estrutura para programas educativos.	Capacitar os funcionários do receptivo; Promover ações de sensibilização ambiental junto aos visitantes;
	Disponibilização de estrutura para programas educativos.	Capacitar os funcionários do receptivo;
	Geração de emprego e renda.	Estimular a criação de leis de incentivos fiscais para empreendedores turísticos;
	Aumento da arrecadação.	Orientar os empreendedores do turismo quanto à origem e destinação das taxas e impostos cobrados;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.**	Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico.	Manter e sinalizar a estrada; Estimular programas e/ou projetos de sequestro e neutralização de carbono;

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.**	Favorecimento das ações de controle e fiscalização governamental.	Desenvolver programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes às margens da estrada; Desenvolver programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso; Desenvolver programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres; Promover ações visando à sensibilização quanto a construções à margem da estrada; Proporcionar o gerenciamento dos resíduos sólidos e o tratamento dos efluentes gerados na etapa de implantação do plano;
	Integração dos roteiros turísticos dos municípios de Bodoquena e Bonito e do Polo Serra da Bodoquena e Pantanal.	Manter e sinalizar a estrada;
	Redução da degradação da paisagem e poluição ambiental ao longo da rodovia.	Desenvolver programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; Desenvolver programas emergenciais para atendimento a acidentes; Desenvolver programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres; Proporcionar o gerenciamento dos resíduos sólidos e o tratamento dos efluentes gerados na etapa de implantação do plano;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.**	Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes.	Manter e sinalizar a estrada; Desenvolver programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; Desenvolver programas emergenciais para atendimento a acidentes; Desenvolver programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso; Promover ações visando à sensibilização quanto a construções à margem da estrada;

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.**	Oportunização de divulgação de práticas ambientalmente sustentáveis.	Manter e sinalizar a estrada; Desenvolver programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; Desenvolver programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres;
	Geração de emprego e renda para as comunidades situadas as margens da MS-178.	Promover ações visando à sensibilização quanto à construções na beira da estrada;
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena** **Implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.**	Proteção da biodiversidade.	Capacitar os colaboradores do Parque para abordar adequadamente conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental; Desenvolver no Parque atrativos específicos para a educação ambiental como um observatório, por exemplo;
	Valorização do patrimônio da biodiversidade, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, integração dos roteiros turísticos e aumentando a competitividade do produto turístico.	Elaborar plano estratégico de marketing do empreendimento para otimizar as visitações; Priorizar na política de recursos humanos da empresa a contratação de mão de obra local; Criar área de compras de produtos típicos da região; Inserir no projeto executivo da obra do Parque a priorização por materiais e sistemas ecoeficientes que causem menores impactos ambientais e demandem menos os serviços de saneamento (reuso de águas, cinzas, reciclagem de materiais, compostagem, aproveitamento de águas das chuvas entre outros); Desenvolver parcerias com empreendimentos locais através de passeios conjuntos, inserção de lojas/quiosques no Parque de empreendimentos tradicionais da região;

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena** **Implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.**	Aumento do conhecimento relacionado à biodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	Criar área de compras de produtos típicos da região; Desenvolver no Parque atrativos específicos para a educação ambiental como um observatório, por exemplo;
	Geração de emprego e renda.	Priorizar na política de recursos humanos da emprensa a contratação de mão de obra local; Desenvolver parcerias públicas-privadas para a capacitação específica da mão de obra local para atender a demanda do empreendimento; Desenvolver linhas de passeios específicas para terceira idade, crianças etc.; Priorizar no projeto executivo do parque a acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
	Aumento da arrecadação.	Orientar os empreendedores do turismo quanto à origem e destinação das taxas e impostos cobrados;
GRUPO 5: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.**	Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico.	Promover a capacitação profissional da população local para aumento das oportunidades de emprego no setor turístico; Priorizar a mão de obra local, quando possível;
	Oportunização de divulgação e estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis.	Promover campanhas de sensibilização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local, a fim de reconhecerem e preservarem a sinalização; Orientar e fiscalizar as paradas implantadas ao longo das rodovias;
	Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes.	Promover a capacitação profissional da população local para aumento das oportunidades de emprego no setor turístico; Orientar e fiscalizar as paradas implantadas ao longo das rodovias; Priorizar a mão de obra local, quando possível;
	Apoio ao gerenciamento das atividades turísticas.	Promover a capacitação profissional da população local para aumento das oportunidades de emprego no setor turístico;

Quadro 35 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 6: AÇÕES 1 E 2 **Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais;** **Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.**	Aumento do conhecimento dos atrativos pela população e turistas pela identificação dos produtos e serviços oferecidos, inclusive para clientes internacionais.	Realização de convênios com instituições de ensino superior e outras instituições de capacitação; Estimular a capacitação de profissionais locais;
	Proteção do patrimônio natural e cultural pelo comportamento adequado de turistas melhor orientados.	Instituir pesquisas sistemáticas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas, para direcionar as necessidades de capacitação do Polo;
	Melhoria da capacidade de controle e fiscalização pelo Estado e Municípios pela maior disponibilidade de mão de obra qualificada.	Estimular a capacitação de profissionais locais; Prever oportunidades para capacitação profissional de acordo com o mercado do turismo da região e considerar os diferentes níveis de aprendizagem e diferentes conteúdos;
	Valorização dos produtos turísticos, pela agregação de valor decorrente da satisfação do turista e do aumento da competitividade.	Proporcionar a sensibilização ambiental e a importância dos profissionais como agentes multiplicadores;
	Aumento do conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural.	Inserir a conservação ambiental entre as temáticas incluídas nos programas;
	Inclusão social de pessoas com deficiência física.	Priorizar a mão de obra local, quando possível; Levantar sistematicamente por técnicos especializados em pesquisas a demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo, de maneira integrada com os demais setores;
	Geração de emprego e renda pela melhoria das condições sociais com a qualificação de fornecedores de produtos de interesse turístico.	Priorizar a mão de obra local, quando possível; Levantar sistematicamente por técnicos especializados em pesquisas a demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo, de maneira integrada com os demais setores;

Quadro 36 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1, 2, 3 E 4 **Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark;** **Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.**	Aumento da demanda por infraestrutura básica e serviços públicos nos municípios.	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura básica do Polo.
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	Requerer estudos de impacto ambiental adequados; Exigir estudo de impacto na zona de amortecimento do Geopark; Providenciar o licenciamento ambiental de trilhas e visitações em cavernas entre outras possíveis atividades; Incluir as ações no plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena já que as ações nele interferem; Executar projetos de educação ambiental/capacitação; Sinalizar as estradas de acesso ao Geopark para orientação e educação ambiental; Sinalizar as trilhas internas do Geopark para orientação e educação ambiental; Instalar os sistemas de manejo de resíduos sólidos e tratamento dos efluentes gerados nas instalações do Geopark;
	Deterioração de sítios históricos devido ao uso inadequado do Geopark e do Centro de Referência em Geohistória;	Orientar a visitação e controlar sistematicamente os impactos ambientais;
GRUPO 2: AÇÃO 1 **Construir e equipar o receptivo par as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.**	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	Controlar sistematicamente os impactos ambientais e reavaliar frequentemente a capacidade de carga do recurso; Capacitar a mão de obra do recurso; Requerer estudos de impacto ambiental adequados; Providenciar o licenciamento ambiental do receptivo; Executar projetos de educação ambiental/capacitação; Promover o correto manejo dos resíduos e efluentes gerados nas etapas de construção e operação do receptivo;

Quadro 36 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.**	Restrição do uso das estradas para determinados usos e períodos.	Implementar programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada;
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e implantação do Plano.	Elaborar estudos de impacto ambiental adequados; Providenciar o licenciamento ambiental pertinente às obras; Executar projetos de educação ambiental/capacitação; Sinalizar as estradas com mensagens de orientação e educação ambiental; Instalar os sistemas de manejo de resíduos sólidos e tratamento dos efluentes gerados na implementação do Plano;
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.**	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	Inserir no projeto executivo da obra do Parque a priorização por materiais e sistemas ecoeficientes que causem menores impactos ambientais e demandem menos os serviços de saneamento (reuso de águas, cinzas, reciclagem de materiais, compostagem, aproveitamento de águas das chuvas entre outros);
GRUPO 6: AÇÕES 1 E 2 **Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais;** **Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.**	Capacitação inadequada com relação à questão cultural.	Inserir na grade curricular a abordagem de temas relacionados às manifestações culturais locais, à sua importância para o desenvolvimento do turismo e à necessidade de respeitar os usos e costumes das comunidades.

6.1.2. Componente 2 – Estratégia de Comercialização

De acordo com o PDITS Polo Serra da Bodoquena, o Componente "Estratégia de Comercialização" agrupa as iniciativas necessárias para organizar o processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 37.

Quadro 37 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico.

FORÇAS	FRAQUEZAS
✓ Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade. ✓ Singularidade em relação a outros atrativos. ✓ Abundância de atrativos turísticos na região. ✓ Conselhos municipais organizados. ✓ Existência de secretaria de turismo em Bonito e em Bodoquena e assessoria em Jardim. Existência de *Voucher* único, em Bonito. ✓ Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. ✓ Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados.	✓ Marginalização dos pequenos empresários no material promocional. ✓ Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos. ✓ Falta de estratégia de *marketing* em todos os níveis. ✓ Ausência de informações consistentes sobre fluxo, perfil, e demanda turística. ✓ Qualificação de pessoal deficiente.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia o desenvolvimento do marketing turístico, para as quais foram indicadas 8 ações financiáveis pelo PRODETUR Nacional no MS. Estas, de acordo com o PDITS e com as similaridades de impactos, foram distribuídas em 5 grupos (BRASIL, 2011, p. 386-389) detalhado a seguir, tendo como objetivos:

- analisar o potencial do mercado, o produto e os possíveis clientes, estimando a demanda turística e propondo formas eficazes de comunicação com o mercado, detectando as preferências do público e oferecendo informações que estimulem e despertem no turista o desejo de conhecer a região;
- estabelecer diretrizes, estratégias e ações que viabilizem a melhoria das condições de competitividade do município perante o mercado regional e nacional, como intuito de aumentar o fluxo turístico;

- promover a satisfação do turista e a obtenção dos lucros desejados pela localidade, respeitados os princípios do desenvolvimento sustentável, além de gerar a entrada de divisas estrangeiras no país e a injeção de capital e de dinheiro na economia local;
- atrair turistas dos países vizinhos latino-americanos.

GRUPO 1

Ações 1 e 2 - Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.

GRUPO 2

Ação 1 – Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização

GRUPO 3

Ações 1 e 2 – Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.

GRUPO 4

Ação 1 – Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.

GRUPO 5

Ação 1 - Realização de *famtours* e *presstrips*, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.

6.1.1.3 Dimensões

6.1.1.3.1 Dimensão ambiental

O turismo é uma atividade que pode causar impactos no meio ambiente, por isso faz-se necessário adotar ações saneadoras, mitigadoras e de proteção ambiental, para que esta atividade se desenvolva sem prejuízos irreversíveis à natureza.

Nesse sentido, embora os objetivos de aumento do fluxo turístico possam significar maior pressão sobre os recursos naturais da região, a promoção e comercialização do turismo na Serra de Bodoquena de maneira planejada e coordenada, levando em conta as características, potencialidades e limitações do Polo, poderá servir como uma estratégia de desenvolvimento de turismo sustentável. Um plano de *marketing* responsável e políticas de comercialização baseadas no conhecimento das características dos produtos e dos limites e possibilidades dos recursos naturais, propiciarão um crescimento gradativo e equilibrado.

A possibilidade destas ações não ocorrerem é a principal ameaça na Dimensão Ambiental é a levando à priorização apenas da atração dos turistas, levando à massificação do fluxo turístico, sem informações consistentes sobre fluxo, perfil e demanda turística, sem a formação adequada de pessoal e

sem a necessária articulação das estratégias de comercialização com as demais dimensões da sustentabilidade, relacionadas à capacidade de suporte para a receptividade ampliada de visitantes.

No Quadro 38 são elencados os impactos positivos e no Quadro 39 os negativos esperados com a implementação das ações propostas sobre a Dimensão Ambiental.

Quadro 38 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de controle dos impactos ambientais do fluxo turístico do Polo.
3	Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais.
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Estímulo à melhoria dos serviços e infraestrutura de saneamento básico.

Quadro 39 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas;
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas;

6.1.1.3.2 Dimensão social

O desenvolvimento turístico buscado pela promoção e comercialização do turismo, ao aumentar a integração de regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista, possibilitará maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e emprego.

A intensificação da captação de eventos, os estudos do perfil da demanda, o monitoramento da participação em eventos e o Plano de *Marketing* proposto contribuem para aumentar a capacidade de governança na gestão da atividade turística, ao oferecer instrumentos de planejamento e controle do crescimento desejável da demanda turística. Trata-se de impactos positivos na dimensão social da região, na medida em que há um processo contínuo de planejamento com controle social.

São, porém, instrumentos que devem ser bem administrados, sob pena de ocorrerem efeitos não desejáveis, tais como a sazonalidade do crescimento da população, principalmente nas temporadas, com as decorrentes consequências sobre a infraestrutura e serviços urbanos, que certamente afetarão negativamente a população local.

Nesse sentido, registram-se as ameaças decorrentes da sazonalidade do turismo, quando ocorre um aumento populacional em determinadas períodos do ano causando implicações diversas nos destinos, incluindo, exploração maciça dos atrativos, a excessiva circulação de veículos nas vias públicas e a superutilização da infraestrutura básica, provocando transtornos para as populações autóctones.

Entre as ameaças que também podem se tornar em fontes de impactos negativos nesta Dimensão Social, vale destacar que, na busca pelas oportunidades geradas pelo turismo, muitos trabalhadores abandonam seus modos de vida no meio rural para tentar um emprego nos centros urbanos mais próximos. No entanto, essa mão de obra, sem a devida formação e qualificação profissional e mal sucedidos em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho, acabam às margens do desenvolvimento turístico, formando bolsões de pobreza na periferia dos destinos.

No Quadro 40 são relacionados os impactos positivos e no Quadro 41 os negativos das ações previstas no Componente Estratégia de Comercialização, relacionados à Dimensão Social.

Quadro 40 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Geração de emprego e renda;
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização	Estímulo ao envolvimento da comunidade local nas decisões;
3	Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos culturais;
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Geração de emprego e renda pelo estímulo a novas oportunidades comerciais;

Quadro 41 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana; Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região;

6.1.1.3.3 Dimensão econômica

As ações previstas no PDITS Serra da Bodoquena relativas ao Componente Comercialização concentram investimentos, basicamente, na elaboração e implantação do Plano de *Marketing* e no fomento ao turismo interno, fortalecendo os mecanismos de comercialização e divulgação dos produtos e destinos do Polo, gerando, do ponto vista econômico, impactos positivos representados pelo acesso a informação sobre tais produtos e destinos, o que favorece o aumento da competitividade e empreendedorismo, uma vez que incluem estudos de mercado (perfil da demanda e monitoramento da participação em eventos), de forma integrada às outras atividades econômicas que caracterizam a economia da região.

Verifica-se atualmente que há forte diferenciação no volume de fluxo de turistas nos diversos atrativos, pois enquanto alguns se encontram próximos de sua capacidade de carga, outros são ainda pouco procurados. O Plano de *Marketing* proposto será uma alternativa de melhora nos resultados de movimentação turística nos três municípios, possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no Polo.

Com a divulgação da imagem-identidade da região da Serra da Bodoquena, espera-se aumentar o conhecimento do mercado potencial sobre o destino, facilitando a decisão de compra e, em consequência, o aumento do fluxo turístico e a melhoria das condições de competitividade dos municípios perante o mercado regional e nacional. Dessa forma, o Polo alcançará um posicionamento no mercado consistente com as estratégias de desenvolvimento turístico. O aumento do fluxo turístico trará aumento de geração de emprego e renda. Todo o trade turístico será beneficiado.

Ressalta-se o elevado potencial do turismo regional da América Latina, potencial que se propõe que seja explorado.

Ressaltam-se, porém, algumas ameaças que poderão se constituir em fontes de geração de impactos negativos ou de ineficiência das ações propostas para o alcance dos objetivos almejados, tais como, o aumento desordenado do fluxo de turistas, a continuidade da marginalização de segmentos empresariais e a desarticulação entre os componentes do trade.

No Quadro 42 são relacionados os impactos positivos e no Quadro 43 os negativos decorrentes das ações propostas sobre a Dimensão Econômica.

Quadro 42 - Impactos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada, divulgação nacional e internacional, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região; Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos; Geração de emprego e renda;
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização	Posicionamento da região como destino turístico e fortalecimento de produtos comercializados localmente;
3	Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais e culturais; Promoção da atividade turística pela maior visibilidade, credibilidade e reconhecimento das potencialidades naturais e culturais e da diversificação da oferta;
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Geração de emprego e renda pelo estímulo a novas oportunidades comerciais; Valorização dos recursos turísticos do Polo pelo fortalecimento e divulgação nacional e internacional, em especial na América Latina;
5	Realização de *famtours* e *presstrips*, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo;	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e divulgação nacional e internacional do destino, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região;

Quadro 43 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização	Oportunização de conflitos de interesses entre os diversos usuários de recursos turísticos;

6.1.1.3.4 Dimensão cultural

Aspecto importante do ponto de vista cultural é o reforço inserido no Plano de *Marketing* referente à marca Serra da Bodoquena, ou seja, a identidade turística dos três municípios que integram a Rota Pantanal-Bonito, o principal produto turístico do Estado. Nessa marca, estarão inseridos atrativos culturais como as edificações históricas, o artesanato, a gastronomia, as festas religiosas e manifestações populares de modo geral, e, em última instância fortalecer o planejamento contínuo da atividade turística baseada em bens culturais.

Entretanto, vislumbram-se impactos negativos decorrentes da exploração maciça dos atrativos culturais, o que poderá acarretar o comprometimento das estruturas dos bens históricos com ações depredatórias dos turistas e o fenômeno da arrogância cultural, provocando transtornos para as populações autóctones.

Corre-se o risco de os benefícios gerados pela atividade não atenderem às comunidades receptoras, acentuando mudança de valores e formas de comportamentos tradicionais da população local, influenciadas pelo modo de vida dos visitantes.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos Impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 2 e apresentado no Quadro 44. No Quadro 45 são elencados os impactos negativos.

Quadro 44 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Fortalecimento da identidade regional;
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Reconhecimento do valor dos recursos turísticos e fortalecimento da identidade cultural pela sociedade local; Estímulo a políticas de intercâmbio cultural;
5	Realização de *famtours* e *presstrips*, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	Valorização da identidade regional;

Quadro 45 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;
3	Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;

6.1.1.3.5 Dimensão institucional

A comercialização dos atrativos que é atualmente realizada predominantemente pelas agências de turismo, por meio basicamente do *Voucher* Único que controla a visitação, terá com as ações propostas, também a participação da FUNDTUR, de maneira a integrar os recursos do estado e os de iniciativa do *trade* local e municípios.

A estratégia de *marketing* para a comercialização dos produtos e serviços turísticos por meio das ações propostas no Componente em análise propiciará uma importante ferramenta na gestão do turismo, fortalecendo o planejamento e disponibilizando informação atualizada sobre a dinâmica de comercialização e, assim, maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e *marketing*.

Nesse contexto, por meio dos esforços de promoção e comercialização do turismo de maneira coordenada entre os diferentes atores dos setores, público e privado, ao fortalecerem a imagem dos destinos turísticos e garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização - geram sobre a dimensão institucional impactos positivos, disponibilizando para o setor os instrumentos de planejamento e gestão necessários ao ordenamento da atividade turística.

Um sistema de informações turísticas que sirva de suporte a consolidação das políticas públicas voltadas ao crescimento da atividade turística, bem como a elaboração de um Plano de *Marketing* que possa espelhar as potencialidades da região serão outros impactos positivos que se espera.

Poderão ser negativos à medida que o aparato institucional não tenha capacidade para acompanhar e avaliar as informações providas por estas ferramentas. Também porque o incremento da comercialização e divulgação tende a concentrar investimentos no Polo, acentuando o movimento migratório em direção aos principais destinos, reduzindo oportunidades no meio rural e nos municípios do entorno, que não se beneficiam diretamente do turismo, uma vez que não há integração da cadeia produtiva. No médio prazo pode ser aumentada a demanda de serviços sociais nos destinos mais desenvolvidos, agravados pela deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação na implementação das ações do componente.

A promoção dos destinos turísticos de uma maneira planejada disponibiliza mecanismos que fortalecem a ação de governança que se volta para a informação, divulgação e comercialização do produto turístico de forma competitiva.

A principal ameaça nesta Dimensão é a eventual incapacidade do poder público em acompanhar com adequada estrutura e capacitação técnica o aumento esperado de fluxo de visitantes.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Institucional dos Impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 2 e apresentados no Quadro 46 e Quadro 47.

Quadro 46 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Fortalecimento institucional pela disponibilização de um instrumento de planejamento estratégico de gestão e desenvolvimento do turismo na região, e de um instrumento de apoio ao sistema de informação do Polo;
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.	Fortalecimento institucional pela disponibilização de instrumentos de apoio à gestão do turismo e inserção de diretrizes e princípios voltados para a conservação dos recursos naturais e culturais na legislação e nos planejamentos estratégicos;
3	Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.	Disponibilização de instrumento de apoio para a uniformização das informações e otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística;
4	Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos atrativos do Polo;
5	Realização de famtours e presstrips, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento de intercâmbios e eventos (cultural, social, ambiental, institucional, empresarial);

Quadro 47 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Pressão sobre a infraestrutura urbana decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas;
2	Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.	Oportunização de conflitos de interesses entre os diversos usuários de recursos turísticos;
5	Realização de *famtours* e *presstrips*, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	Pressão para implantação de infraestrutura para eventos;

6.1.1.4 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas as medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos, incluindo aquelas propostas no PDITS (BRASIL, 2011, p. 386-389) e acrescentando-se outras cuja inclusão resultou das avaliações. Estas medidas referentes ao Componente 2 são elencadas no Quadro 48 e Quadro 49, de acordo com os diversos grupos de ações considerados.

Quadro 48 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do Plano de *Marketing* turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.**	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada, divulgação nacional e internacional, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região.	Realizar a ação com consonância com o plano regional de comercialização, a ser elaborado; Estabelecimento de uma estratégia de divulgação, buscando objetividade na atração do público-alvo, dentro de uma política de associar a divulgação institucional (feita pelo poder público) à divulgação comercial (feita pela iniciativa privada); Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico;
	Fortalecimento institucional pela disponibilização de um instrumento de planejamento estratégico de gestão e desenvolvimento do turismo na região, e de um instrumento de apoio ao sistema de informação do Polo.	Promover o acesso de todos os produtos e serviços no planejamento do *marketing*;

Quadro 48 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.**	Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos.	Elaborar um calendário de promoções e eventos que possam potencializar a publicidade e estruturar o *marketing*, atuando com estratégias específicas em cada época do ano;
	Maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de controle dos impactos ambientais do fluxo turístico do Polo.	Realizar a ação com consonância com o plano regional de comercialização, a ser elaborado;
	Geração de emprego e renda.	Priorizar a mão de obra local, quando possível; Promover a capacitação e qualificação profissional;
	Fortalecimento da identidade regional.	Divulgar as características dos recursos turísticos, capacitar os profissionais para atendimento ao turista e promover o acesso a todos os produtos e serviços à população local;
GRUPO 2: AÇÃO 1 **Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.**	Fortalecimento institucional pela disponibilização de instrumentos de apoio à gestão do turismo e inserção de diretrizes e princípios voltados para a preservação dos recursos naturais e culturais na legislação e nos planejamentos estratégicos.	Padronização contemplando a vertente ecológica;
	Posicionamento da região como destino turístico e fortalecimento de produtos comercializados localmente.	Integrar os diferentes atores envolvidos na atividade turística; Criar um Selo de Turismo visando conferir credibilidade nacional e internacional aos roteiros oferecidos;
	Estímulo ao envolvimento da comunidade local nas decisões.	Demonstrar à sociedade os benefícios da participação; Incluir a população local na implantação do Plano de *Marketing*;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.**	Disponibilização de instrumento de apoio para a uniformização das informações e otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística.	Equipar as instituições e capacitar os técnicos para alimentar o banco de dados; Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas; Utilizar as informações como base para planejamentos estratégicos;

Quadro 48 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.**	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais e culturais.	Elaborar e revisar normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico;
	Promoção da atividade turística pela maior visibilidade, credibilidade e reconhecimento das potencialidades naturais e culturais e da diversificação da oferta.	Maximizar os investimentos em infraestrutura, equipamentos e divulgação de atrativos;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.**	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais e culturais;	Trabalhar continuamente a informação como ferramenta estratégica que, além de pesquisar a estruturação dos destinos na ótica da oferta e da demanda, constitua um sistema que possibilite a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais da atividade turística e auxilie na tomada de decisões, criando condições para o fortalecimento da sustentabilidade do setor.
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.**	Geração de emprego e renda pelo estímulo a novas oportunidades comerciais.	Projetos de educação ambiental/capacitação; Estruturar os receptivos para atender as necessidades dos turistas estrangeiros; Estimular aos prestadores de serviço o conhecimento do idioma espanhol para atender os turistas latino-americanos; Priorizar a mão de obra local;
	Reconhecimento do valor dos recursos turísticos e fortalecimento da identidade cultural pela sociedade local.	Incluir na pesquisa as características dos recursos naturais e bens culturais, capacitando os profissionais envolvidos sobre essas temáticas e promovendo a participação dos segmentos da população;
	Valorização dos recursos turísticos do Polo pelo fortalecimento e divulgação nacional e internacional, em especial na América Latina.	Desenvolver estratégias de comercialização visando explorar o potencial de mercado latino-americano;

Quadro 48 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.**	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos atrativos do Polo.	Maximizar os investimentos em infraestrutura, equipamentos e divulgação de atrativos;
	Estímulo a políticas de intercâmbio cultural.	Promover campanhas promocionais de intercâmbio;
	Estímulo à melhoria dos serviços e infraestrutura de saneamento básico	Promover o desenvolvimento de projetos de implantação e melhoria dos serviços públicos e de saneamento básico.
GRUPO 5: AÇÃO 1 **Realização de *famtours e presstrips*, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.**	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e divulgação nacional e internacional do destino, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região.	Identificar possíveis mercados consumidores; Demonstrar o grande potencial e os diferenciais do Polo para a sua divulgação; Integração entre os prestadores de serviço para fomentar o potencial do Polo;
	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento de intercâmbios e eventos (cultural, social, ambiental, institucional, empresarial).	Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares, visando ao aumento do fluxo turístico;
	Valorização da identidade regional.	Divulgar as características dos recursos turísticos, capacitar os profissionais para atendimento ao turista e promover o acesso a todos os produtos e serviços à população local;

Quadro 49 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do plano de marketing turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.**	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	Implantação gradativa do plano; Ações de sensibilização ambiental aliado ao *marketing*;
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	Assegurar a inserção no plano de aspectos ligados às manifestações culturais e dos usos e costumes locais;
	Pressão sobre infraestrutura urbana proveniente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura básica e promover a revisão sistêmica e frequente das projeções de demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos do Polo.
GRUPO 2: AÇÃO 1 **Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.**	Oportunização de conflitos de interesses entre os diversos usuários de recursos turísticos.	Inclusão da maior quantidade de atrativos e/ou produtos de todos os municípios da região focada; Fortalecer os grupos ou associações de classe; Promover campanhas para facilitar a todos os prestadores de serviços turísticos o acesso aos canais de divulgação de seus produtos;
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a inserção nas políticas de comercialização de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.**	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	Assegurar a inserção no sistema de informações turísticas de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.**	Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana.	Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura básica e promover a revisão sistêmica e frequente das projeções de demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos do Polo.
	Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região.	Implementar a manutenção e sinalização da estrada e implementar programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada;

Quadro 49 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 2 – Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 4: AÇÃO 1 **Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.**	Pressão sobre a identidade cultural das comunidades receptoras;	Assegurar a inserção nas ações de fomento ao turismo regional de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais, mostrando as similaridades com a cultura latino-americana;
	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	Promover gradativamente a atração dos turistas; Promover ações de sensibilização ambiental aliadas ao *marketing*;
GRUPO 5: AÇÃO 1 **Realização de famtours e presstrips, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.**	Pressão para implantação de infraestrutura para eventos.	Buscar recursos ou investidores para projetar e implantar locais para a realização de eventos;

6.1.3. Componente 3 – Fortalecimento Institucional

De acordo com o PDITS Serra da Bodoquena, o Componente Fortalecimento Institucional garante que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município. As estratégias envolvem iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; monitoramento da atividade turística. Envolvem também iniciativas de fortalecimentos das relações público-privadas, instigando o amadurecimento destas relações.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 50.

Quadro 50 – Forças e fraquezas do componente fortalecimento institucional.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Conselhos municipais organizados. Existência de secretaria de turismo em Bonito e em Bodoquena, e assessoria em Jardim. Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados.	Plano Diretor de Bodoquena elaborado somente para a área urbana. Ocupação desordenada da área de entorno dos atrativos turísticos.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL, 2011, p. 314).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definida como estratégia modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando ao fortalecimento dos mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo, por meio da coordenação das ações de políticas públicas e articulação de forma convergente dos investimentos públicos e privados e da promoção da qualificação profissional e da capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do trade, para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística (BRASIL, 2011, p. 315).

Foram indicadas 9 ações financiáveis pelo PRODETUR Nacional no MS. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, foram distribuídas em 3 grupos de ações (BRASIL, 2011, p. 394), com o seguinte objetivo:

- apoiar as administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.

GRUPO 1:

Ações 1 a 5 – Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.

GRUPO 2:

Ações 1 e 2 - Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.

GRUPO 3:

Ações 1 e 2 - Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.

6.1.1.5 Dimensões

6.1.1.5.1 Dimensão ambiental

De acordo com os estudos diagnósticos, há nos municípios do Polo falta de recursos humanos e materiais satisfatórios para a execução de suas atribuições formais e a relação institucional é frágil, desprovida de informação e sem planejamento integrado de longo prazo entre as esferas de gestão ambiental e de gestão do turismo. Verifica-se ineficiência do planejamento, na busca do equilíbrio entre a intensidade e tipo das atividades turísticas e a capacidade de suporte e fragilidade do meio ambiente, o que poderá se refletir em danos ao meio ambiente causados pelos projetos turísticos.

Com as ações propostas, ter-se-á: a elaboração de um instrumento de planejamento, ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e de identificação das áreas de fragilidade ambiental; estabelecimento de regras para elaboração de projetos de execução, manutenção e utilização das obras e edificações; e, estabelecimento de diretrizes e parâmetros para a gestão ambiental e o planejamento do uso dos recursos naturais.

Prevalecem assim nesta Dimensão os impactos positivos, tendo em vista que as ações propostas se refletirão na melhoria da qualidade de vida da população local, beneficiando a todos, tanto os visitantes quanto a população local, por favorecer a manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas e no desenvolvimento da atividade turística, a partir dos instrumentos urbanísticos e ambientais previstos.

As ações propostas, ao suprir a deficiência da atual gestão, propiciar a sua modernização e a participação das administrações municipais e da cadeia produtiva do turismo, trarão a recuperação dos destinos consolidados, que se encontram em fase e em risco ou em estágio de degradação, fortalecendo o alcance do turismo sustentável, daí sua importância para esta Dimensão Ambiental, daí sua importância nesta Dimensão.

O Plano Diretor, sendo um instrumento de planejamento, de ordenamento e gestão local em bases sustentáveis, suas proposições irão interferir na Dimensão em análise na medida em que deverá estabelecer estratégias de ordenamento do espaço urbano, para um desenvolvimento integrado e ambientalmente sustentável, fundamentados em uma adequação administrativa e fiscalizadora.

No que se refere à SEMAC/IMASUL, o órgão estadual possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública, preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios do Polo Serra da Bodoquena. Entretanto, o IMASUL deve se preparar para o apoio à crescente descentralização da gestão ambiental, com os municípios assumindo cada vez maior responsabilidade na gestão do meio ambiente, em especial quanto à ferramenta do licenciamento ambiental.

Com o fortalecimento da SEMAC/IMASUL, espera-se o aumento do número de empreendimentos turísticos monitorados com mecanismos legais, objetivando a proteção do meio

ambiente de forma adequada, por meio do apoio aos órgãos oficiais de meio ambiente nos municípios, propiciando-lhes maior autonomia e aumento da capacidade de atendimento às ocorrências locais.

As ameaças existem no caso as ferramentas disponibilizadas serem mal ou subutilizadas, que não incluam adequadamente uma visão de sustentabilidade nas atividades de fortalecimento da gestão local, que não se realize um planejamento integrado entre o desenvolvimento turístico e as condições de uso dos recursos naturais.

Em especial, há a ameaça de implantação do turismo de massa em áreas protegidas como unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, espaços de defesa de populações tradicionais, reservas legais ou florestais, por falta de informações essenciais necessárias previstas em outros componentes, referentes ao potencial turístico do lugar, ou seja, a capacidade de suporte dos recursos naturais ou da infraestrutura em função do crescimento da atividade turística, e, também, referentes à capacitação de pessoal nas instituições públicas.

Observa-se ainda como ameaça ao alcance dos objetivos das ações a falta de participação da sociedade civil no encaminhamento de propostas que contemplem o ordenamento e defesa de áreas de grande fragilidade ecológica.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Ambiental dos Impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 3 e apresentado no Quadro 51.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão ambiental para os grupos de ações do componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 51 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística e meio ambiente;
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	Redução dos impactos ambientais das instalações turísticas pela adoção de regras claras para a implantação de atrativos turísticos;
3	Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.	Redução da degradação ambiental por meio do aumento no controle e fiscalização pelo órgão oficial de meio ambiente;

6.1.1.5.2 Dimensão social

A incorporação de um modelo de gestão do turismo apoiado na participação da sociedade é a principal característica que deverá contribuir com as mudanças nos municípios na busca do turismo sustentável no Polo nesta Dimensão Social.

Nesse sentido, destaca-se a elaboração e adequação dos Planos Diretores, pois estes são instrumentos que, entre outros objetivos, visam ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade, interferindo na vida de todos os cidadãos municipais. Por isso mesmo, propõe-se que sua construção seja realizada de forma coletiva entre técnicos e sociedade civil, de maneira a garantir o envolvimento e a participação dos diversos segmentos distribuídos em todo o território municipal. É a sociedade quem define qual o tipo de destino turístico que ela deseja para seu município no futuro, por meio de iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

É importante observar ainda a ênfase que é dada nas ações propostas neste Componente o estímulo à inovação na organização do trabalho e na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública, e a implantação de uma cultura de educação permanente visando ao desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade, mantendo as equipes capacitadas e qualificadas para a atividade por meio de ações de capacitação profissional.

O planejamento territorial posiciona melhor o governo e a comunidade perante os problemas a serem administrados, pode democratizar as oportunidades e garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal, disponibilizando os recursos de forma democrática e sustentável. Em suma, as ações previstas implicam na garantia de gestão da política de turismo que considere a inclusão social, ordenamento da estrutura urbana receptora dos investimos privados e distribuição equânime da infraestrutura.

Entre as ameaças que poderão potencializar a ocorrência de impactos negativos, representados pela restrição na utilização dos recursos naturais no ordenamento da ocupação e do uso do solo e das diversas atividades, quando segmentos sociais que os utilizam para sua sobrevivência podem ser prejudicados. Outra ameaça é o baixo nível de participação e sensibilização da sociedade com relação ao turismo e à gestão municipal e do órgão ambiental.

Outras ameaças dizem respeito à desconsideração das limitações de infraestrutura e do potencial dos atrativos na elaboração dos diversos planos, assim como a falta de informações qualificadas no campo social e de maneira integrada com outros campos (ambiental, cultural, econômico e institucional) a serem propiciadas em outros componentes. Como consequência, podem ser acentuadas desigualdades na distribuição territorial da população, dos serviços e da infraestrutura.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Social dos Impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 3 e apresentado no Quadro 52.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão social para os grupos de ações do Componente Fortalecimento Institucional.

Quadro 52 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais;
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais, por meio do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos;

6.1.1.5.3 Dimensão econômica

Nos municípios da Serra da Bodoquena não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos. Os recursos orçamentários são insuficientes, face às necessidades de promoção da atividade turística e não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo, e também do legislativo, sobre a importância do turismo, enquanto atividade econômica capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

Nesse sentido, são em sua maioria positivos os impactos incidentes sobre a economia causados pelas ações propostas nesse Componente, tendo em vista que, fortalecendo as instituições públicas para receber os novos investimentos por meio da disponibilização de ferramentas de planejamento, possibilita-se o fomento da atividade turística de maneira qualificada e sustentável, revertendo em valorização dos atrativos e produtos e melhorias dos serviços turísticos, aumento da oferta de emprego e da renda da população.

Destaca-se ainda que os Planos de Fortalecimento Institucional dos Municípios e do órgão gestor estadual previstos concorrerão para incentivar a captação de novos investimentos voltados para a área do turismo, controlar os recursos destinados à viabilização dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo e valorizar a conservação dos atributos naturais e potenciais atrativos turísticos e apoiar o desenvolvimento da atividade. Importa também a melhoria e eficácia no atendimento ao empreendedor.

O órgão estadual melhor estruturado e fortalecido concorrerá ainda para o apoio efetivo aos municípios, reduzindo custos e beneficiando toda a cadeia produtiva local, em vista do licenciamento

ambiental das atividades turísticas locais, que responde à crescente descentralização da gestão ambiental.

Entre as ameaças nesta Dimensão, inclui-se a possibilidade de alteração da potencialidade de atrativos para o turismo, à medida que sejam destinados, nos planos diretores, a outras funções que não compatibilizem com esta.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Econômica dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 3 e apresentados no Quadro 53 e Quadro 54.

Quadro 53 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Agilização do processo de implantação e operação dos empreendimentos turísticos e apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo;
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural;

Quadro 54 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	Limitações de uso do solo para a implantação de novos empreendimentos (turísticos ou não);

6.1.1.5.4 Dimensão cultural

Entre os principais efeitos esperados afetos à Dimensão Cultural advindos das ações previstas neste Componente inclui-se o estímulo à participação da sociedade que oportunizará o fortalecimento da identidade cultural da região, obtendo-se assim a adesão da população aos processos de mudança almejada.

Esta Dimensão também será beneficiada pela adoção e difusão de tecnologias inovadoras, por meio do fornecimento de informação em todos os aspectos, o desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade, a implantação de uma cultura de educação permanente nas organizações, de forma a manter as equipes preparadas e

atualizadas, e a capacitação e qualificação para a atividade. Ressalta-se ainda o estabelecimento de estratégias de ordenamento do espaço urbano para criar uma identidade espacial para os municípios do Polo, fortalecendo a identidade cultural como fator de atração do turista.

Ressalta-se nesta Dimensão a descentralização da gestão ambiental, contando com o apoio do fortalecimento da SEMAC/IMASUL, tendo em vista a possibilidade de consideração mais efetiva dos aspectos da identidade cultural dos municípios do Polo.

Entretanto, há ameaças que precisam ser consideradas, tais como a ocupação desordenada da área de entorno dos atrativos turísticos, o que poderá reduzir os benefícios trazidos pela identidade cultural, refletida nos valores e estilos de vida.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos impactos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 3 e apresentado no Quadro 55 e Quadro 56.

Quadro 55 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Ampliação do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos;
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	Reconhecimento da identidade turística regional;

Quadro 56 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;

6.1.1.5.5 Dimensão institucional

Conforme os estudos diagnósticos verificou-se que, embora as prefeituras possuam estruturas próprias de apoio ao turismo, a organização político-institucional da atividade turística no Polo da Serra da Bodoquena é muito desigual quanto ao nível de estruturação das diferentes instâncias de governança no que se refere ao quadro de pessoal de apoio e à organização de setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, o que dificulta a articulação entre os municípios. Os órgãos do poder executivo e do legislativo não estão sensibilizados na medida necessária sobre a importância do turismo para dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

A estratégia deste componente é preparar os municípios, tanto para o receptivo quanto para a atração turística de forma harmoniosa e hierarquizada, com a valorização das suas características culturais em termos de patrimônio natural e construído. Nesse sentido, os mecanismos urbanísticos territoriais poderão provocar a disponibilidade de instrumentos de gestão da política urbana e participação social e de controle na execução das obras e edificações, bem como da qualificação política para proteger áreas de fragilidade ambiental e orientar quanto às restrições de uso dessas áreas.

O conjunto de ações deste Componente Fortalecimento Institucional deverá tornar-se mais autônoma a estrutura institucional do Polo, melhorar sua articulação em nível regional e melhorar o desempenho da gestão pública e dos conselhos locais e regionais de turismo. Dessa forma, espera-se aprimorar o planejamento e a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo. Como resultado, o poder público municipal deverá administrar de maneira eficiente a atividade turística do município, por meio de estratégias que incluirão a modernização administrativa, a implementação de ferramentas de gestão, a capacitação técnica de equipes, a fiscalização e o monitoramento da atividade turística. Outro resultado é o fortalecimentos das relações público–privadas.

Observa-se assim que é nesta Dimensão Institucional que se manifestarão os principais benefícios das ações propostas.

Entretanto, há também ameaças que podem ser causa de impactos negativos, como o risco de o governo não investir na qualificação e no fortalecimento da participação social, bem como limitar as informações do sistema ao turismo, sem considerar a necessidade de gestão da produção associada a esta atividade, fator importante para sua sustentabilidade.

Mesmo com uma nova estratégia de ordenamento territorial, os municípios ainda poderão ter dificuldade em gerenciar o crescimento desordenado das cidades, pela deficiência da estrutura de gestão e do quadro técnico efetivo, ou seja, a falta de equipe técnica capacitada para implementação e fortalecimento do canal de participação social.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Institucional dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 3 e apresentados no Quadro 57.

Quadro 57 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim; elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, por meio da qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos e continuidade das ações;
2	Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do Município de Jardim.	Disponibilização de instrumento de apoio à capacidade pública de gestão territorial por meio do ordenamento do uso e ocupação do solo urbano e rural nos municípios e aumento da eficácia do controle e fiscalização por meio do estabelecimento de diretrizes e instrumentos legais relativos aos serviços e produtos turísticos e da conduta de munícipes e turistas;
3	Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.	Melhoria da capacidade de gestão pública o órgão ambiental do Estado, por meio da atualização, aprimoramento dos instrumentos de regulação, qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos, e melhoria da interação entre o órgão de meio ambiente estadual e demais órgãos das esfera estadual e municipal;

6.1.1.6 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas as medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos, incluindo aquelas propostas no PDITS (BRASIL,2011, p. 390-391) e acrescentando-se outras cuja inclusão resultou das avaliações. Estas medidas referentes ao Componente 3 são elencadas no Quadro 58 e Quadro 59, de acordo com os diversos grupos de ações considerados.

Quadro 58 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 5 **Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim** **Elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito** **Readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.**	Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, por meio da qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos e continuidade das ações.	Desenvolver competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade, por meio de cursos e intercâmbio de informações e experiências entre os municípios e as pastas administrativas do município; Desenvolver ações conjuntas entre os órgãos públicos municipais; Rever periodicamente o planejamento de ações e metas;
	Agilização do processo de implantação e operação dos empreendimentos turísticos e apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo.	Promover a capacitação e qualificação dos profissionais relacionados a implantação do Plano; Desenvolver competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade, por meio de cursos e intercâmbio de informações e experiências entre os municípios e as pastas administrativas do município;
	Melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística e meio ambiente.	Implantar uma cultura de educação permanente, de forma a manter os municípios e a sociedade preparados e atualizados;
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais.	Promover a interação com a sociedade por meio da disponibilização de informações e busca de parcerias com as organizações sociais;
	Ampliação do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos.	Instrumentalizar a administração pública municipal para o planejamento, execução e avaliação de ações de capacitação profissional;
	Aumento de exigências por parte dos órgãos públicos aos empreendimentos turísticos.	Equipar as instituições e promover cursos, intercâmbio de informações e experiências entre as pastas administrativas dos municípios.

Quadro 58 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena** **Readequação do Plano Diretor do Município de Jardim.**	Redução dos impactos ambientais das instalações turísticas pela adoção de regras claras para a implantação de atrativos turísticos.	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios com base na política e diretrizes para o setor; Aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à gestão do meio ambiente;
	Disponibilização de instrumento de apoio à capacidade pública de gestão territorial por meio do ordenamento do uso e ocupação do solo urbano e rural nos municípios e aumento da eficácia do controle e fiscalização por meio do estabelecimento de diretrizes e instrumentos legais relativos aos serviços e produtos turísticos e da conduta de munícipes e turistas.	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios com base na política e diretrizes para o setor; Aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à gestão do meio ambiente.
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais, por meio do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos.	Implantar uma cultura de educação permanente, de forma a manter os municípios e a sociedade preparados e atualizados;
	Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural.	Modernizar a estrutura administrativa do Polo, visando o fortalecimento da gestão do turismo; Criar programas de capacitação empresarial; Promover a integração entre os setores público e privado;
	Reconhecimento da identidade turística regional.	Promover ações de sensibilização do empresariado e da comunidade para a atividade turística;

Quadro 58 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.**	Melhoria da capacidade de gestão pública o órgão ambiental do Estado, por meio da atualização, aprimoramento dos instrumentos de regulação, qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos, e melhoria da interação entre o órgão de meio ambiente estadual e demais órgãos das esfera estadual e municipal,	Buscar experiências de outros Estados; Levantar o estado da arte sobre a região; Padronizar os dados, transformando e digitalizando os existentes; Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas; Adequar a quantidade de técnicos capacitados a demanda do órgão ambiental; Disponibilizar equipamentos para a realização dos serviços de vistoria e análise de processos, de forma a otimizar a análise dos processos;
	Redução da degradação ambiental por meio do aumento no controle e fiscalização pelo órgão oficial de meio ambiente.	Desenvolver competências dos profissionais da administração estadual, nos melhores padrões de qualidade, por meio de cursos e intercâmbio de informações e experiências entre o Estado e as pastas administrativas da administração estadual e com os órgãos ambientais dos municípios. Promover ações conjuntas entre os órgãos públicos municipais; Rever periodicamente o planejamento de ações e metas; Promover a integração entre os setores público e privado;

Quadro 59 – Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 A 5 **Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim** **Elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bonito** **Readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bodoquena.**	Aumento de exigências por parte dos órgãos públicos aos empreendimentos turísticos.	Equipar as instituições e promover cursos, intercâmbio de informações e experiências entre as pastas administrativas dos municípios.
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	Assegurar a consideração nos planos de fortalecimento institucional de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Readequação do Plano Diretor do Município de Bodoquena** **Readequação do Plano Diretor do Município de Jardim.**	Limitações de uso do solo para a implantação de novos empreendimentos turísticos.	Promover a integração entre os setores público e privado; Contar com equipe multidisciplinar;

6.1.4. Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

De acordo com o PDITS Polo Serra da Bodoquena, o Componente Infraestrutura e Serviços Básicos agrupa iniciativas para garantir segurança e informações necessárias ao turista. O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 60.

Quadro 60 – Forças e fraquezas do componente - estratégia do produto turístico.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Projeto de drenagem de águas pluviais de Bodoquena e Jardim elaborado. Drenagem de Bonito sendo solucionada pelo Ministério das Cidades, "Bonito-Melhor de Viver" e Programa Pró-Municípios. Município de Bonito com 96% de esgotamento sanitário implantado. Estação de tratamento de esgoto de Bonito uma das mais modernas do país, serve como modelo de tratamento de esgotos no Brasil. Estação de tratamento de esgoto de Bodoquena em operação Em Jardim, expectativa de que até 2029, 80% da população seja beneficiada com tratamento de esgoto. Bonito tem UPL. Aterro sanitário de Jardim, em fase de conclusão, vai atender também os municípios de Bonito e Bodoquena. Os municípios do Polo são atendidos por 100% da coleta de resíduos sólidos.	Atualmente, os municípios de Bodoquena e Jardim têm cobertura insuficiente de drenagem. O município de Bodoquena não possui projeto para construção de aterro sanitário. O município de Bonito realiza a disposição final de resíduos em um aterro controlado.

Fonte: Deméter Engenharia Ltda. (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL,2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia melhorar a infraestrutura turística e dos serviços básicos, para a qual foram indicadas 14 ações financiáveis pelo PRODETUR Nacional no MS. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, formaram 5 grupos (BRASIL,2011, p. 393-398) detalhadas a seguir e que têm como objetivos:

- os projetos de drenagem visam a redução de doenças por veiculação hídrica e, acima de tudo, proporcionar qualidade de vida à população, atendimento da demanda no período de alta temporada, gerando conforto e satisfação ao turista;
- adequar o nível de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, monitorar a população atendida, identificar áreas urbanas não atendidas e monitorar o grau de tratamento e pontos de lançamento dos efluentes;
- planejar ampliações e melhorias futuras no sistema de abastecimento de água da região da Serra da Bodoquena, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e atender a necessidade de redução e combate às perdas de água e do seu grau de dureza;
- com o objetivo de preservar a cidade de Bonito dos impactos negativos na estrutura urbana, que será inevitável pelo acréscimo do volume de tráfego pesado, quando da pavimentação da rodovia MS-178.

GRUPO 1:

Ações 1 e 2 – Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.

GRUPO 2:

Ações 1 a 4 – Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.

GRUPO 3:

Ação 1 - Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.

GRUPO 4:

Ações 1 a 6 - Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.

GRUPO 5:

Ação 1 - Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.

6.1.1.7 Dimensões

6.1.1.7.1 Dimensão ambiental

Dentre os serviços públicos municipais básicos, incluem-se a destinação final de resíduos sólidos domiciliares e a drenagem urbana, os quais apresentam situações de fragilidade nos três municípios do Polo, com registros de perda de qualidade das águas dos corpos hídricos e alagamentos frequentes das áreas urbanas.

O conjunto de ações previstas no PDITS do Polo neste componente procurará suprir a deficiência em termos de infraestrutura e serviços básicos que, de maneira geral, caracteriza as condições

dos serviços nos municípios do Polo, esperando-se, assim, contribuir para redução do risco de contaminação e de degradação das áreas de fragilidade ambiental, sendo, por isso, medidas consideradas necessárias e positivas para a região.

Ressalta-se o potencial de ampliação da atividade turística do Polo. Como a produção de água subterrânea está relacionada à recarga dos aquíferos (fraturas), que estão condicionadas às precipitações pluviométricas, os estudos apoiarão o abastecimento de consumo público, delimitando áreas próprias e impróprias para novas perfurações, localizando as regiões poluídas e possíveis fontes poluidoras do recurso subterrâneo, propondo ações regularizadoras; resguardando a recarga e o controle das reservas. Também deverão garantir a qualidade das águas dos corpos hídricos.

Particularmente importante nesta Dimensão, é a construção do posto da Polícia Militar Ambiental, que aumentará a eficácia da fiscalização e do controle ambiental na região.

É necessário considerar como ameaças com relação à Dimensão Ambiental, apenas questões relacionadas ao insuficiente embasamento técnico para a execução das diversas ações do Componente, incluindo as obras civis rodoviárias e de edificações.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Ambiental dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 4 e apresentados no Quadro 61 e Quadro 62.

Quadro 61 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas;
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas; Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário;
3	Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos.
4	Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Redução das emissões dentro do perímetro urbano, melhoria do ambiente e da infraestrutura viária, diminuição do impacto sonoro e da utilização de recursos para a manutenção das vias;
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.	Melhoria da qualidade ambiental;

Quadro 62 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
1	Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;
4	Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;

Quadro 62 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;

6.1.1.7.2 Dimensão social

As demandas crescentes de abastecimento público, frente ao aumento do fluxo de turistas, e as condições deficientes de disposição de resíduos e de drenagem urbana vêm gerando transtornos à qualidade de vida da população.

Assim, as ações propostas trazem diversos impactos positivos na Dimensão Social, ao contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos segmentos sociais beneficiados e contribui também para a preparação do Polo para eventual expansão da atividade turística.

Apesar de os índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível planejar ampliações e melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante). O atendimento à população flutuante, principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável. Daí a importância dos estudos hidrogeológicos.

Também merece registro por sua importância social, a construção de um minianel no entorno de Bonito, por propiciar maior segurança para a população local e para os turistas da região do Polo, retirando o tráfego pesado de dentro do centro urbano, pois, com a pavimentação de MS-178, esse município pode aumentar o fluxo de caminhões para transporte de cargas somado ao fluxo turístico.

Os investimentos do Programa nas ações do componente vêm contribuir para o dinamismo do turismo, e reflexos positivos na dimensão social com a valorização dos espaços urbanizados, incluindo a adequação e melhoria das estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes e a redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico.

Como ameaças existem os transtornos causados ao dia-a-dia da população local no decorrer das obras. Com os novos acessos e infraestrutura, corre-se o risco de aumento sazonal e/ou permanente da

população nas localidades, com risco de saturação da infraestrutura e consequente ocorrência de degradação ambiental.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Social dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 4 e apresentados no Quadro 63 e Quadro 64.

Quadro 63 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Melhoria da qualidade de vida e saúde pública; Geração de emprego e renda na construção das obras;
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no Município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos; Geração de emprego e renda e inclusão social;
3	Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem;
4	Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Melhoria da qualidade de vida da população com o aumento da segurança e facilidade de acesso para a população e turistas, geração de emprego e renda;
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.	Melhoria da qualidade de vida da população local; Geração de emprego e renda;

Quadro 64 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Social das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Aumento no fluxo de veículos de grande porte na região;

6.1.1.7.3 Dimensão econômica

Atualmente, as condições da infraestrutura e serviços básicos da região do Polo são deficientes para atendimento às demandas locais. As ações previstas no componente Infraestrutura e Serviços Básicos provocam impactos econômicos positivos como aumento da competitividade pela valorização ambiental dos destinos turísticos e, ainda, a criação de alternativas econômicas e incentivo ao empreendedorismo com a gestão dos resíduos, contribuindo para a preparação do Polo para eventual expansão da atividade turística.

Também deverão refletir positivamente em termos econômicos a implantação do anel rodoviário e a construção do posto da Polícia Militar Ambiental, não só pela oferta de emprego e renda, mas porque trarão maior eficiência nos acessos aos atrativos turísticos e orientação aos visitantes.

As ameaças decorrem da eventual localização inadequada das áreas de disposição de resíduos.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Econômica dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 4 e apresentados no Quadro 65 e Quadro 66.

Quadro 65 – Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Geração de emprego e renda na construção das obras; Valorização do produto turístico pela agregação de valor e aumento da competitividade;
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no Município de Bodoquena.	Geração de emprego e renda e inclusão social;
3	Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos; Possibilidade de novos empreendimentos a partir da disponibilidade hídrica;

Quadro 65 – Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
4	Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Oportunidade de novos nichos de mercado ao longo da rodovia;
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.	Valorização de regiões e atrativos atendidos pelas redes de coleta e tratamento de esgoto; Geração de emprego e renda;

Quadro 66 – Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
4	Elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Diminuição das oportunidades de negócio no perímetro urbano;
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.	Desvalorização das áreas ao entorno das estações de tratamento de esgoto;

6.1.1.7.4 Dimensão cultural

As ações propostas trazem impactos positivos na dimensão cultural, tais como a agregação de valor ao patrimônio cultural.

As ameaças advêm da eventual descaracterização da identidade cultural, caso a localização das obras não considere as demandas locais e o modo de vida das comunidades do entorno.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 4 e apresentado no Quadro 67.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão cultural para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 67 – Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural das Ações Propostas no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;
3	Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem;

6.1.1.7.5 Dimensão institucional

No turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação. Entretanto, o cumprimento desse papel é dificultado pela falta de estruturas adequadas de saneamento básico em Bonito, Jardim e Bodoquena, a acessos e à orientação e controle das atividades. As ações propostas, mesmo não se vinculando diretamente aos produtos turísticos, trarão impactos significativos na Dimensão Institucional, considerando que é imprescindível contar com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho relacionados ao saneamento e à regulação do tráfego nas vias de acesso, fortalecendo o papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.

Como ameaças, tem-se o risco de ausência de transparência e participação social na discussão e aprovação dos projetos executivos. A falta de capacitação dos segmentos sociais prejudica sua participação qualificada no processo de discussão. Também é importante destacar que os municípios podem não estar plenamente preparados como gestores públicos na condução das ações previstas.

Há também o risco de ser afetada a capacidade financeira e gerencial das administrações públicas para garantir a adequada prestação dos serviços. Tais riscos têm possibilidade de se

concretizarem em impactos com chances de ocorrer caso não seja realizado um planejamento dessas atividades dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Institucional dos impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 4 e apresentado no Quadro 68.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão institucional para os grupos de ações do componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

Quadro 68 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional das Ações Propostas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Aumento da eficiência para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios, prevenindo enchentes e reduzindo custos; Eliminação dos custos com serviços voltados as enchentes e a saúde pública e maior facilidade no trabalho de conservação das cidades;
2	Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais;
3	Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos; Ferramenta para a gestão e o gerenciamento da água subterrânea, incluindo a outorga de uso da água;
4	Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Maior controle e fiscalização nas estradas, evitando prejuízos aos ecossistemas, por meio da disponibilização de ferramenta de apoio;
5	Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais e maior controle na gestão dos serviços de saneamento;

6.1.1.8 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas as medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos, incluindo aquelas propostas no PDITS (BRASIL, 2011, p. 393-398) e acrescentando-se outras cuja inclusão resultou das avaliações. Estas medidas referentes ao Componente 4 são elencadas no Quadro 69 e Quadro 70, de acordo com os diversos grupos de ações considerados.

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.**	Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas	Promover ampla consulta pública para construção das obras; Elaborar o plano diretor de drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.); Promover campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com resíduos sólidos; Fiscalizar visando à verificação de ligações clandestinas de esgoto; Acompanhar e supervisionar as obras; Respeitar os planos diretores municipais; Exigir estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana e de empreendimentos imobiliários;
	Melhoria da qualidade de vida e saúde pública.	Acompanhar e supervisionar as obras; Respeitar os planos diretores municipais; Exigir estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana e de empreendimentos imobiliários;
	Geração de emprego e renda na construção das obras.	Priorização de mão de obra local quando possível;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.**	Valorização do produto turístico pela agregação de valor e aumento da competitividade.	Promover ampla consulta pública para construção das obras; Elaborar Plano Diretor de drenagem urbana; Elaborar o Plano Diretor de drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.); Promover campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com resíduos sólidos; Fiscalizar visando à verificação de ligações clandestinas de esgoto. Acompanhar e supervisionar as obras; Respeitar os planos diretores municipais; Exigir estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana e de empreendimentos imobiliários;
	Aumento da eficiência para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios, prevenindo enchentes e reduzindo custos. Eliminação dos custos com serviços voltados as enchentes e a saúde pública e maior facilidade no trabalho de conservação das cidades;	Elaborar o Plano Diretor de drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.); Acompanhar e supervisionar as obras; Respeitar os planos diretores municipais; Exigir estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana e de empreendimentos imobiliários;
Grupo 2: Ações 1 a 4 **Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena** **Elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.**	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos.	Promover campanhas educativas, para população local e turistas, que visem ao acondicionamento adequado dos resíduos sólidos para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima dos resíduos;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÕES 1 A 4 **Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena** **Elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.**	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas.	Promover campanhas educativas, para população local e turistas, que visem ao acondicionamento adequado dos resíduos sólidos para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima dos resíduos; Analisar a possibilidade de reaproveitamento energético de gases no aterro sanitário;
	Geração de emprego e renda e inclusão social	Priorizar mão de obra local quando possível; Inserir os catadores de materiais recicláveis e pessoas carentes no processo de triagem;
	Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário.	Elaborar estudo de viabilidade econômica do beneficiamento dos materiais recicláveis triados na UPL; Promover campanhas educativas, para população local e turistas, que visem ao acondicionamento adequado dos resíduos sólidos para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima dos resíduos; Analisar a possibilidade de reaproveitamento energético de gases no aterro sanitário;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo. Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais;	Elaborar plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover campanhas educativas, para população local e turistas, que visem ao acondicionamento adequado dos resíduos sólidos para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima dos resíduos; Promover a interação com os planos diretores municipais; Realizar ampla consulta pública para construção das obras; Priorizar mão de obra local quando possível; Elaborar estudo de viabilidade econômica do beneficiamento dos materiais recicláveis triados na UPL; Inserir os catadores de materiais recicláveis e pessoas carentes no processo de triagem;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÕES 1 A 4 **Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena** **Elaboração de projetos e construção de UPL no município de Bodoquena.**	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos.	Observar as disposições legais sobre os resíduos sólidos;
GRUPO 3: AÇÃO 1 **Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.**	Maior controle na utilização dos recursos hídricos na região, por meio do seu mapeamento, resguardando a recarga e o controle das reservas.	Promover o planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água; Observar a consonância com a elaboração dos Planos Diretores municipais e Plano Diretor de turismo; Elaborar e implementar os planos municipais de saneamento básico. Elaborar estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); Realizar o monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais; Exigir estudos ambientais e licenciamento ambiental; Levantar as áreas de recarga e de descarga dos aquíferos visando evitar a sua contaminação;
	Delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos.	Elaborar estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); Realizar o monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais; Exigir estudos ambientais e licenciamento ambiental; Levantar as áreas de recarga e de descarga dos aquíferos visando evitar a sua contaminação;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÃO 1 **Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.**	Possibilidade de novos empreendimentos a partir da disponibilidade hídrica.	Promover o planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água; Identificar a possibilidade do ônus das obras de ampliação ter peso diferente para os empreendedores do setor de turismo e população local residente;
	Maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem.	Divulgar as informações referentes aos estudos realizados; Promover o planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água; Elaborar estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); Realizar o monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais;
	Ferramenta para a gestão e o gerenciamento da água subterrânea, incluindo a outorga de uso da água.	Promover o planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água; Observar a consonância com a elaboração dos planos diretores municipais e plano diretor de turismo; Elaborar e implementar os planos municipais de saneamento básico; Elaborar estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo); Realizar o monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais; Exigir estudos ambientais e licenciamento ambiental; Levantar as áreas de recarga e de descarga dos aquíferos visando evitar a sua contaminação;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 4: AÇÕES 1 A 6 **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo** **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito** **Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito** **Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito** **Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.**	Maior controle e fiscalização nas estradas, evitando prejuízos aos ecossistemas, por meio da disponibilização de ferramenta de apoio.	Campanhas de sensibilização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem os serviços policiais e médicos; Inclusão da população diretamente afetada na fase de implantação dos projetos;
	Redução das emissões dentro do perímetro urbano, melhoria do ambiente e da infraestrutura viária, diminuição do impacto sonoro e da utilização de recursos para a manutenção das vias.	Promover campanhas de sensibilização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem os serviços policiais; Criar um instrumento de denúncia de crimes ambientais e capacitar a população e turistas;
	Melhoria da qualidade de vida da população com o aumento da segurança e facilidade de acesso para a população e turistas, geração de emprego e renda.	Promover campanhas de sensibilização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem os serviços policiais; Criar um instrumento de denúncia de crimes ambientais e capacitar a população e turistas;
	Oportunidade de novos nichos de mercado ao longo da rodovia.	Promover a divulgação das oportunidades oferecidas;
GRUPO 5: AÇÃO 1 **Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.**	Melhoria da qualidade ambiental	Sensibilizar e estimular a comunidade para ligar suas casas à rede de coleta de esgoto; Promover campanhas explicativas quanto ao uso adequado do sistema de esgotamento sanitário; Sensibilizar os empresários para o reuso de águas residuais e outros sistemas ecoeficientes; Promover a capacitação específica de profissionais responsáveis pela rede de monitoramento (amostragem, levantamento de dados, operação de sistema de dados e avaliação de resultados); Impedir ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem;

Quadro 69 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 5: AÇÃO 1 **Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.**	Melhoria da qualidade de vida da população local.	Sensibilizar e estimular a comunidade para ligar suas casas à rede de coleta de esgoto; Promover campanhas explicativas quanto ao uso adequado do sistema de esgotamento sanitário; Impedir ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem;
	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipal e maior controle na gestão dos serviços de saneamento.	Observar a consonância com a elaboração dos Planos Diretores municipais e plano diretor de turismo; Promover campanhas explicativas quanto ao uso adequado do sistema de esgotamento sanitário; Impedir ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem;
	Valorização de regiões e atrativos atendidos pelas redes de coleta e tratamento de esgoto.	Sensibilizar os empresários para o reuso de águas residuais e outros sistemas ecoeficientes; Promover a capacitação específica de profissionais responsáveis pela rede de monitoramento (amostragem, levantamento de dados, operação de sistema de dados e avaliação de resultados); Impedir ligações clandestinas de esgotamento sanitário nas redes de drenagem;
	Geração de emprego e renda.	Priorização de mão de obra local quando possível;

Quadro 70 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.**	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras.	Gerenciar de forma ambientalmente correta todas as obras;

Quadro 70 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 2: AÇÕES 1 A 4 **Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena** **Elaboração de projetos e construção de UPL no Município de Bodoquena.**	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras; Aumento do fluxo de veículos de grande porte na região;	Realizar ampla consulta pública para construção das obras. Gerenciar de forma ambientalmente correta todas as obras. Definir horários estratégicos para o fluxo de caminhões. Implantar corretamente o Programa de Auto Monitoramento do aterro sanitário após a sua vida útil. Acompanhamento e monitoramento contínuo durante e após a vida útil do aterro sanitário visando prevenir impactos ambientais e restringir usos incompatíveis da área.
GRUPO 4: AÇÕES 1 A 6 **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo;** **Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito;** **Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito;** **Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.**	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.; Diminuição das oportunidades de negócio no perímetro urbano;	Providenciar previamente junto ao órgão ambiental as licenças ambientais pertinentes, inclusive relativas aos fornecedores de materiais; Realizar ações preventivas de segurança ambiental e dos trabalhadores; Promover programas de educação ambiental, incluindo temas relacionados à higiene, saúde e segurança do trabalhador; Gerenciar de forma ambientalmente correta todas as obras, acompanhando e supervisionando periodicamente sua execução; Informar a população diretamente afetada sobre as atividades que causem transtornos;

Quadro 70 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
GRUPO 5: AÇÃO 1 **Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim.**	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;	Elaborar e implementar os planos municipais de saneamento básico; Planejar a localização para instalação da ETE de maneira a reduzir a visibilidade e incluir elementos no projeto para reduzir odor; Gerenciar de forma ambientalmente correta todas as obras; Informar a população diretamente afetada sobre as atividades que causem transtornos;
	Desvalorização das áreas ao entorno das estações de tratamento de esgoto.	Planejar a localização para instalação da ETE de maneira a reduzir a visibilidade e incluir elementos no projeto para reduzir odor. Incluir a população diretamente afetada nas discussões sobre a implantação dos projetos;

6.1.5. Componente 5 – Gestão Ambiental

De acordo com o PDITS Polo Serra da Bodoquena o Componente Gestão Ambiental agrupa iniciativas de qualidade ambiental e de estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

O diagnóstico realizado no PDITS, juntamente com a atualização das informações desta Avaliação Ambiental Estratégica, identificou como principais forças e fraquezas relativas a este componente os itens apresentados no Quadro 71.

Quadro 71 – Forças e fraquezas do componente estratégia do produto turístico.

FORÇAS	FRAQUEZAS
Bom estado de conservação dos ambientes explorados. Controle da visitação dos principais produtos turísticos. Existência de unidades de conservação públicas e privadas. Bom nível de consciência do *trade* turístico quanto à importância da conservação dos recursos naturais. Iniciativas públicas e privadas para a conservação dos recursos naturais.	Turismo massificado nos balneários públicos e privados; Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica; Ocupação irregular das áreas de preservação permanente dos empreendimentos/atividades turísticas; Fiscalização e monitoramento insuficientes das atividades turísticas que se utilizam de recursos ambientais;

Fonte: Deméter Engenharia Ltda., (2013). Adaptado do PDITS, (BRASIL,2011).

Considerando tais forças e fraquezas, foi definido como estratégia melhorar a qualidade ambiental da área turística, para a qual foram indicadas 14 ações. Estas, de acordo com o PDITS e com a similaridade dos impactos, foram distribuídas em 8 grupos (BRASIL, 2011, p. 400-408) detalhadas a seguir e com os seguintes objetivos:

- minimizar a crescente ameaça sofrida pelos municípios do Polo, advinda principalmente da descarga de esgotos domésticos, do solo, oriundo da erosão das terras, e da contaminação, resultantes da disposição inadequada de lixo nas proximidades dos pequenos cursos d'água urbanos.
- aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à gestão do meio ambiente nos municípios da Serra da Bodoquena, e fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local;
- atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes municipais para o setor;
- fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental.

GRUPO 1

Ações 1 e 2 - Elaborar e implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo; elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental, das sub-bacias importantes para o turismo.

GRUPO 2

Ações 1 e 2 - Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.

GRUPO 3

Ação 1 - Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação;

GRUPO 4

Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.

GRUPO 5

Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.

GRUPO 6

Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.

GRUPO 7

Ações 1 e 2 - Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.

GRUPO 8

Ações 1 e 2 – Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.

6.1.1.9 Dimensões

6.1.1.9.1 Dimensão ambiental

No Polo Serra da Bodoquena, os recursos hídricos possuem uma significativa função de preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico, etc. Os estudos diagnósticos mostram que existem problemas ambientais nos córregos que têm suas nascentes e/ou cortam a área urbana e periurbana, o que é confirmado pela análise do monitoramento estadual da qualidade da água. Por meio dos parâmetros avaliados, observa-se que esses córregos são receptores de efluentes domésticos in natura clandestinos, possuem muitos sedimentos provenientes de processos erosivos, ou suportam os lançamentos das ETEs, o que compromete a qualidade dos principais rios turísticos da região. Atividades industriais, agropecuárias e turísticas têm representado ameaças à qualidade dos recursos hídricos em geral, superficiais e subterrâneos.

Há ainda as contribuições do próprio ecoturismo, uma modalidade turística embasada em grande parte nos ecossistemas aquáticos da região. Citam-se, como exemplo, os passeios de bote e o pisoteio por parte dos banhistas que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

Assim, é preciso adotar ações de proteção ambiental, para que esta atividade se desenvolva sem prejuízos irreversíveis à natureza. Nesse sentido, as ações propostas pelo Componente constituem importantes ferramentas de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Polo.

Para atender aos diversos usos, a água deve ter uma boa qualidade, e como forma de poder avaliar a qualidade dos recursos hídricos da região e poder monitorar os possíveis impactos decorrentes das atividades antrópicas na região, será ampliada a rede de monitoramento nos rios importantes para o turismo, sendo os seguintes: rio Mimoso, rio da Prata, rio Betione, rio Salobra, rio Chapena.

A fragilidade dos ecossistemas naturais muitas vezes não comporta um número elevado de visitantes e o tráfego excessivo de veículos pesados. O Sistema de Manejo de Visitação é exemplo de ação importante até como condição para a viabilização da atividade turística local.

Observa-se que no contexto das Unidades de Conservação, a região da Serra da Bodoquena abriga dois monumentos naturais, seis RPPNs, além do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a única unidade de conservação pública de proteção integral federal integralmente em território sul-mato-grossense. A gestão e manejo das áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo concorrerão para a conservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram.

O Código Municipal de Meio Ambiente, hoje em vigor nos municípios, de modo geral, apresenta-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão.

A Avaliação Ambiental Estratégica deverá incorporar a dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações-investimentos (políticas, planos e programas), que excede, portanto, a esfera de projetos isolados.

O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. Assim, as iniciativas de educação ambiental aumentarão o comprometimento das comunidades do entorno em relação às questões ambientais, despertando o interesse pela conservação do patrimônio natural e cultural.

O ordenamento legal deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existentes na região e no estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nesses cenários.

Como ameaças à consecução dos objetivos almejados, incluem-se a continuidade da massificação já existente em alguns atrativos, da ocupação irregular das áreas de preservação permanente e do monitoramento insuficientes das atividades turísticas que se utilizam de recursos ambientais. Ressalta-se nesse sentido, que a infraestrutura necessária, caso não atendidas as normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Ambiental dos impactos positivos e negativos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 5 e apresentados no Quadro 72 e Quadro 73.

Quadro 72 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaborar e implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo; elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental, das sub-bacias importantes para o turismo.	Redução dos impactos ambientais e maior proteção dos recursos hídricos através da organização no uso e ocupação das áreas e do zoneamento territorial adequado as sub-bacias;
2	Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Redução dos impactos ambientais negativos resultantes da visitação não planejada;
3	Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação;	Redução dos impactos ambientais negativos resultantes da visitação não planejada;
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Redução e/ou prevenção dos impactos ambientais negativos gerados pela atividade turística no Polo;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Redução e/ou prevenção de impactos ambientais negativos;
6	Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Fomento a práticas sustentáveis e promoção da cidadania ambiental;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Fortalecimento da proteção e preservação ambiental;
8	Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas; Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário;

Quadro 73 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Ambiental das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
8	Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resísuos sólidos, etc.;

6.1.1.9.2 Dimensão social

As ações propostas deverão impactar de maneira positiva na Dimensão social, ao disponibilizarem ferramentas importantes para o ordenamento do uso do solo e recuperação de paisagens ambientalmente frágeis. No Polo Serra da Bodoquena, os recursos hídricos possuem uma significativa função social para o abastecimento humano.

A AAE tem entre suas diretrizes assegurar que os impactos promovidos pelos Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo não comprometam o bem-estar das populações receptoras, no que se referem aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Desse modo, as ações propostas pelo PDITS têm que estar em sintonia com essas orientações institucionais. Ressalta-se que a preocupação social, juntamente com os aspectos ambiental, econômico e institucional, já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.

A iniciativa de educação ambiental aumentará o comprometimento das comunidades do entorno em relação às questões ambientais.

Entre as ameaças nesta Dimensão para que se realizem a contento as ações propostas, há a falta de comprometimento dos municípios para assumirem as novas responsabilidades do planejamento estratégico de promoção da cidadania ambiental.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Social dos impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 5 e apresentado no Quadro 74.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão social para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 74 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Social dos Impactos das Ações Propostas no Componente Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, comunidade e turistas;
3	Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação.	Sensibilização da população através do conhecimento sobre as unidades de conservação e sua importância, aliado ao aumento da satisfação do turista em relação à segurança da preservação/conservação da região e maior interesse dos visitantes pelas questões ambientais da região (incentivo à educação ambiental dos usuários);
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade;
6	Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Criação de novas oportunidades de trabalho e renda;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade;
8	Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Geração de trabalho e renda e inclusão social pelo fomento à indústria da reciclagem; Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos;

6.1.1.9.3 Dimensão econômica

O planejamento municipal tem seguido uma prática de tratamento, na maioria das vezes dependente de tendências de crescimento econômico e pressões do mercado imobiliário, desconsiderando os indicadores urbanísticos e ambientais e os novos instrumentos da política urbana estabelecidos no Estatuto da Cidade, com risco de contribuir para o crescimento da especulação imobiliária e de mudança dos usos tradicionais, além da possibilidade de desconsiderar áreas de grande atratividade para o desenvolvimento do turismo.

Atividades industriais, agropecuárias e turísticas têm representado ameaças à qualidade dos recursos hídricos em geral, superficiais e subterrâneos.

As ações previstas vêm contribuir de forma bastante positiva na Dimensão Econômica, ao estimularem a conservação dos atributos naturais, entre eles os recursos hídricos ganham evidência tais como os recursos geológicos, e a sua atratividade como destino turístico.

No Polo Serra da Bodoquena, os recursos hídricos têm importância econômica significativa, tendo em vista que muitos empreendimentos turísticos dependem desses recursos natural.

A elaboração do sistema de ordenamento ambiental deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existente na região e no estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nestes cenários.

O Sistema de Manejo da Visitação deverá estimular os empreendedores ligados ao turismo a analisar o impacto ambiental de seus produtos e serviços, e tomar medidas de prevenção dos problemas, que podem advir do mau uso do meio ambiente, no que se refere ao monitoramento e capacidade de carga dos seus empreendimentos.

Ressalta-se que a elaboração da AAE em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), constitui-se em requisito de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O principal efeito positivo esperado na Dimensão Econômica proveniente das ações propostas é o desenvolvimento turístico por meio da oferta de produtos com qualidade ambiental, com a melhoria em todos os aspectos relacionados à atividade, e o consequente valor agregado na atividade turística.

Entre as ameaças, nesta Dimensão, ressalta-se o eventual desinteresse dos empresários em se comprometer na avaliação dos impactos ambientais de suas atividades e limitar o número de visitantes, bem como em absorver os custos do cumprimento de novas exigências.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Econômica dos impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 5 e apresentado no Quadro 75.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão econômica para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 75 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Econômica das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do Polo;
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e marketing do Polo;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e marketing do Polo;
6	Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Criação de novas oportunidades de trabalho e renda;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Direcionamento para a atração de investimentos;
8	Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Geração de trabalho e renda e inclusão social pelo fomento à indústria da reciclagem;

6.1.1.9.4 Dimensão cultural

Os impactos positivos nessa dimensão são identificados a partir de que as ações propõem ferramentas importantes para o gerenciamento do patrimônio cultural com potencialidade turística, por meio de diretrizes de planejamento de sua utilização. O ecoturismo deve ser gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

A inclusão de temáticas relacionadas à cultura e à cidadania nas atividades educativas propostas certamente vai proporcionar impactos positivos para a compreensão da Dimensão Cultural do turismo nos municípios do Polo. Entre outros conteúdos, a administração pública e os professores serão capacitados para que absorvam novos conhecimentos e despertem nas crianças e jovens o interesse pela conservação do patrimônio cultural.

As ameaças maiores ao alcance dos objetivos nesta Dimensão Cultural é a eventual resistência de proprietários de atrativos e da administração pública para aderirem às necessárias mudanças de comportamento e atitudes para o êxito das ações.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Cultural dos impactos positivos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 5 e apresentado no Quadro 76.

Cabe ressaltar que não foram apontados impactos negativos sobre a dimensão cultural para os grupos de ações do componente Gestão Ambiental.

Quadro 76 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
2	Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, comunidade e turistas;
3	Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação;	Sensibilização da população e dos turistas por meio do aumento do conhecimento sobre os fatores ambientais e incentivos à educação ambiental;
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;
6	Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;
8	Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Fortalecimento da identidade cultural do Polo;

Quadro 77 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Cultural dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Desconsideração de aspectos culturais do Polo;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Desconsideração de aspectos culturais do Polo;
6	Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Desconsideração de aspectos culturais do Polo;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Desconsideração de aspectos culturais do Polo;

6.1.1.9.5 Dimensão institucional

Os municípios que compõem o Polo, ainda não possuem capacidade institucional instalada para efetivamente desenvolverem seu papel de gestão pública adequada do meio ambiente. A maioria carece de políticas públicas, normas e legislação municipais específicas.

As ações incluídas no Componente, ao propor a ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água, adequações e complementações na legislação ambiental, desenvolver planejamento da gestão ambiental e dos resíduos sólidos de maneira integrada, implementar a Avaliação Ambiental Estratégica dos municípios, constituir-se-ão em importantes ferramentas de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável do patrimônio natural pelo turismo, em especial das áreas já identificadas como frágeis e de risco ambiental elevado, que podem, com estas medidas, aumentar sua relevância como atrativos para a atividade turística.do Polo.

Ao serem propostas ações de educação ambiental para o Polo, será ampliada a compreensão da administração pública e das responsabilidades da cidadania, o que, certamente impactará positivamente na Dimensão Institucional. Isto porque o conhecimento desses aspectos contribuirá para a formação de cidadãos responsáveis, que é o objetivo da educação, fazendo com que se multiplique a consciência da necessidade da participação conjunta da população com o poder público.

São impactos positivos à medida em que os municípios passam a contar com nova ferramenta para a gestão pública do ordenamento do uso do solo, valorização do patrimônio natural e valorização da paisagem.

Há, porém, ameaças que devem ser registradas, principalmente se o aumento de competência do poder público ocorrer sem a devida capacidade institucional. Além disso, existem fatores externos que podem retardar o processo, como as pressões políticas que podem reduzir a implementação e eficácia desses planos, bem como a demora do poder legislativo em acatar eventuais sugestões de mudanças.

Com base nessas considerações e nas avaliações realizadas referentes à Dimensão Institucional dos impactos, estes são identificados conforme as diferentes ações propostas no Componente 5 e apresentados no Quadro 78 e Quadro 79.

Quadro 78 - Impactos positivos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS POSITIVOS
1	Elaborar e implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo; elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental, das sub-bacias importantes para o turismo.	Ferramenta de fortalecimento institucional para o controle e fiscalização dos recursos hídricos, controle dos empreendimentos regulamentados e ferramenta de política pública;
2	Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Adequação do uso e ocupação do solo e diretrizes de desenvolvimento urbano dos municípios aos padrões do SMV. Ferramenta de apoio institucional, possibilitando uma maior fiscalização quanto ao cumprimento da legislação e aumento da eficiência na gestão da atividade turística;
3	Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação;	Disponibilização de instrumento de gestão/controle das unidades de conservação;
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Disponibilização de instrumento de incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela avaliação dos impactos ambientais gerados pelas ações do PRODETUR nacional no Polo; Melhor orientação para a promoção de subsídios para a implantação das ações PRODETUR Nacional no Polo;
5	Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Disponibilização de instrumento de controle e monitoramento da gestão ambiental na região;
7	Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Aprimoramento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios;
8	Elaboração e implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Disponibilização aos municípios de um instrumento técnico estabelecendo as diretrizes, estratégias, ações e metas para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística; Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais; Compartilhamento de responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos;

Quadro 79 - Impactos negativos incidentes sobre a Dimensão Institucional dos Impactos das Ações Propostas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

GRUPO	AÇÕES	IMPACTOS NEGATIVOS
4	Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;

6.1.1.10 Medidas Potencializadoras / Mitigadoras

A seguir, são relacionadas as medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos, incluindo aquelas propostas no PDITS (BRASIL, 2011, p. 397-400) e acrescentando-se outras cuja inclusão resultou das avaliações. Estas medidas referentes ao Componente 5 são elencadas no Quadro 80 e Quadro 81 de acordo com os diversos grupos de ações considerados.

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 1: AÇÕES 1 E 2 **Elaborar e implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo** **Elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental, das sub-bacias importantes para o turismo.**	Redução dos impactos ambientais e maior proteção dos recursos hídricos através da organização no uso e ocupação das áreas e do zoneamento territorial adequado as sub-bacias.	Capacitar os profissionais e disponibilizar equipamentos e infraestrutura de apoio;
	Ferramenta de fortalecimento institucional para o controle e fiscalização dos recursos hídricos, controle dos empreendimentos regulamentados e ferramenta de política pública.	Criar sistema de recebimento de denúncia e divulgar o serviço para comunidades locais e turistas; Capacitar a comunidade local para apoio à fiscalização; Sensibilizar as comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental;
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.**	Redução dos impactos ambientais negativos resultantes da visitação não planejada.	Atualizar periodicamente os instrumentos normativos e de planejamento, visando aprimorar a visitação; Capacitar a comunidade local para apoio à fiscalização;
	Adequação do uso e ocupação do solo e diretrizes de desenvolvimento urbano dos municípios aos padrões do SMV.	Capacitar os profissionais e disponibilizar equipamentos e infraestrutura de apoio;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 2: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.**	Compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do Polo.	Sensibilizar as comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental;
	Ferramenta de apoio institucional, possibilitando uma maior fiscalização quanto ao cumprimento da legislação e aumento da eficiência na gestão da atividade turística.	Sensibilizar sobre a importância do planejamento da visitação turística; Desenvolver parcerias com instituições visando à capacitação técnica dos empreendedores e empregados quanto à realização da gestão ambiental das atividades (turismo, artesanato, eventos e outras); Desenvolver instrumentos de fiscalização adequados;
	Aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, comunidade e turistas.	Desenvolver campanhas de sensibilização das comunidades sobre as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental;
GRUPO 3: AÇÃO 1 **Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação.**	Redução dos impactos ambientais negativos resultantes da visitação não planejada.	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais; Adequar a conservação com as necessidades e realidade do local; Realizar estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes; Elaborar planos de gestão e incentivos financeiros para implantação e eficiente fiscalização das unidades; Criar programas de formação de guias ecológicos; Capacitar a comunidade local para apoio à fiscalização; Incentivar a participação comunitária e das ONGs na fiscalização; Criar instrumentos de denúncia e divulgação do serviço para a comunidade local e turistas; Elaborar planos de gestão e incentivos financeiros para implantação e eficiente fiscalização das unidades;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 3: AÇÃO 1 **Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação.**	Disponibilização de instrumento de gestão/controle das unidades de conservação	Capacitar a comunidade local para apoio à fiscalização; Incentivar a participação comunitária e das ONGs na fiscalização; Criar instrumentos de denúncia e divulgação do serviço para a comunidade local e turistas;
	Sensibilização da população e dos turistas por meio do aumento do conhecimento sobre os fatores ambientais e incentivo à educação ambiental.	
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.**	Disponibilização de instrumento de incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela avaliação dos impactos ambientais gerados pelas ações do PRODETUR nacional no Polo.	Predefinir os métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; Desenvolver a AAE, por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do Polo e da abrangência do programa de desenvolvimento do turismo no local; Articular a AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no Polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental, entre outros; Complementar a AAE com as devidas análises de impactos ambientais dos projetos abrangidos pelo PRODETUR;
	Melhor orientação para a promoção de subsídios para a implantação das ações PRODETUR Nacional no Po lo.	Predefinir os métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; Desenvolver a AAE, por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do Polo e da abrangência;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 4: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.**	Redução e/ou prevenção dos impactos ambientais negativos gerados pela atividade turística no Polo.	Predefinir os métodos e enfoques da AAE, determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; Desenvolver a AAE, por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do Polo e da abrangência do programa de desenvolvimento do turismo no local; Articular a AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no Polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental, entre outros; Complementar a AAE com as devidas análises de impactos ambientais dos projetos abrangidos pelo programa;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	
	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e marketing do Polo.	
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	Articular a AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no Polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental, entre outros;
GRUPO 5: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.**	Disponibilização de instrumento de controle e monitoramento da gestão ambiental na região.	Desenvolver vias de financiamento dos projetos de investimento e adequações ambientais do setor turístico; Promover a capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos;
	Redução e/ou prevenção de impactos ambientais negativos.	Desenvolver vias de financiamento dos projetos de investimento e adequações ambientais do setor turístico; Sensibilizar os empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; Promover a capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos;
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	Sensibilizar os empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; Promover a capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 5: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.**	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e *marketing* do Polo.	Desenvolver vias de financiamento dos projetos de investimento e adequações ambientais do setor turístico; Sensibilizar os empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; Promover a capacitação específica ambiental.
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	Sensibilizar os empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; Promover a capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos;
GRUPO 6: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.**	Fomento a práticas sustentáveis e promoção da cidadania ambiental.	Capacitar educadores e agentes comunitários para disseminar conceitos sustentáveis em toda a comunidade; Desenvolver a capacitação ambiental específica para o setor privado, disseminando conceitos sustentáveis com os clientes/turistas; Alinhar o programa com outros planos e programas nacionais ambientais, educacionais e de turismo; Apoiar e incentivar a implantação de processos sustentáveis em empreendimentos privados;
	Criação de novas oportunidades de trabalho e renda.	Desenvolver material explicativo e promocional atrativos, pautados em enfoque sustentável (não somente ambiental) para turistas e para comunidade; Desenvolver a capacitação ambiental específica para o setor privado, disseminando conceitos sustentáveis com os clientes/turistas;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	Capacitar educadores e agentes comunitários para disseminar conceitos sustentáveis em toda a comunidade; Desenvolver a capacitação ambiental específica para o setor privado, disseminando conceitos sustentáveis com os clientes/turistas;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 7: AÇÕES 1 E 2 **Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.**	Aprimoramento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios.	Observar a consonância com o plano municipal estratégico de gestão ambiental; Criar um Fórum de Agenda 21 Regional; Formar equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível;
	Fortalecimento da proteção e preservação ambiental.	Observar a consonância com o plano municipal estratégico de gestão ambiental; Formar equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível;
	Direcionamento para a atração de investimentos.	Observar a consonância com o plano municipal estratégico de gestão ambiental; Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade para um planejamento participativo; Criar um Fórum de Agenda 21 Regional; Formar equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível; Promover ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional;
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade para um planejamento participativo; Promover ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	Formar equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do meio ambiente, com integrantes locais se possível; Promover ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 8: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.**	Disponibilização aos municípios de um instrumento técnico estabelecendo as diretrizes, estratégias, ações e metas para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística.	Elaborar o plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover interação com os Planos Diretores municipais; Definir todos os procedimentos operacionais e logísticos para a correta gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos;
	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas.	Elaborar o plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover campanhas educativas direcionadas à população local e aos turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; Promover ampla consulta pública para construção das obras;
	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais.	Elaborar o plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover interação com os planos diretores municipais; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana a fim de atender com a coleta convencional e seletiva de resíduos sólidos;
	Geração de trabalho e renda e inclusão social pelo fomento à indústria da reciclagem.	Promover campanhas educativas direcionadas à população local e aos turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; Priorizar mão de obra local quando possível; Realizar estudo de viabilidade social e econômica de uma unidade de processamento de lixo;

Quadro 80 - Medidas potencializadoras dos impactos positivos e mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

Grupo de ações	Impactos positivos indicados	Medidas potencializadoras
GRUPO 8: AÇÕES 1 E 2 **Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.**	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos.	Promover campanhas educativas direcionadas à população local e aos turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; Priorizar mão de obra local quando possível;
	Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário.	Realizar estudo de viabilidade social e econômica de uma unidade de processamento de lixo;
	Compartilhamento de responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos.	Elaborar o plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover interação com os Planos diretores municipais;
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	Elaborar o plano de gestão de resíduos sólidos de forma integrada e participativa; Promover campanhas educativas direcionadas à população local e aos turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo; Promover ampla consulta pública para construção das obras; Promover cursos de capacitação profissional;

Quadro 81 - Medidas mitigadoras dos impactos negativos relativas aos grupos de ações incluídas no Componente 5 - Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Polo Serra da Bodoquena.

Grupo de ações	Impactos negativos indicados	Medidas mitigadoras
Grupo 4: Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a consideração na avaliação ambiental estratégica de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
Grupo 5: Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a consideração no plano estratégico de gestão ambiental de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
Grupo 6: Ações 1 e 2 – Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a consideração no programa de educação ambiental de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
Grupo 7: Ações 1 e 2 - Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a consideração na revisão do arcabouço legal de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;
Grupo 8: Ações 1 e 2 – Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Impactos decorrentes da implantação das obras, decorrentes de eventual supressão de vegetação, desnudamento do solo, geração de resíduos e entulhos, interferências no lençol freático, inundações, movimentação de terra, abertura de valas e outras alterações do ambiente físico, interferência no patrimônio arqueológico, histórico e cultural, interferências nos equipamentos urbanos de utilidade pública, movimentação de máquinas pesadas (ruído, vazamento de substâncias, transtorno no trânsito), emissões atmosféricas de gases e poeiras, geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, etc.;	Definir todos os procedimentos operacionais e logísticos para a correta gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos; Gerenciar de forma ambientalmente correta todas as obras; Acompanhar e supervisionar as obras; Exigir estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental; Controlar e fiscalizar efetivamente a expansão urbana a fim de atender com a coleta convencional e seletiva de resíduos sólidos; Promover cursos de capacitação profissional;
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	Assegurar a consideração plano integrado de gestão de resíduos sólidos de aspectos ligados à identidade e às manifestações culturais e aos usos e costumes locais;

6.2. QUADRO GERAL DE AVALIAÇÃO

Quadro 82 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico.

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO									
Grupo de Ações	**Impactos Indicados**	**Avaliação de Impactos**					**Qualificação dos Impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireto (I)	**Intensidade**	**Área de abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 1: AÇÃO 1 a 4 Elaboração e implantação de projeto para estruturação do Geopark; Elaboração de projeto e implantação do Centro de Referência em Geohistória, em Bonito.	Proteção da geodiversidade pelo aumento do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	I	1	2	3	Médio		Ambiental
	Aumento do conhecimento relacionado à geodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	I	2	2	3	Alto		Cultural
	Estímulo à integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística.	I	2	2	2	Médio		Institucional
	Sensibilização da sociedade quanto ao patrimônio geológico e histórico.	I	1	2	2	Médio		Cultural
	Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geo-histórico de maneira integrada entre os municípios do Polo.	D	3	2	3	Alto		Institucional
	Geração de emprego e renda.	D	1	2	2	Médio		Social/ Econômico
	Aumento da arrecadação de impostos.	D	1	2	2	Médio		Institucional
	Aumento da demanda por infraestrutura básica e serviços públicos nos municípios;	I	2	2	2	Médio		Institucional
	Deterioração de sítios históricos devido ao uso inadequado do Geopark e do Cento de Referência em Geohistória;	D	2	1	3	Médio		Cultural
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	D	1	2	1	Baixo		Ambiental

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO								
Grupo de Ações	**Impactos Indicados**	**Avaliação de Impactos**					**Qualificação dos Impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireto (I)	**Intensidade**	**Área de abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 2: AÇÃO 1 Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao monumento natural da Gruta do Lago Azul.	Valorização do patrimônio geológico e espeleológico, oportunizando novos negócios e nichos de mercado e aumentando a competitividade do produto turístico.	I	2	1	3	Médio		Econômico
	Aumento da proteção do entorno das Grutas.	D	3	1	3	Alto		Ambiental
	Estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis.	I	3	1	3	Alto		Ambiental
	Disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geológico e de estrutura para programas educativos.	D	3	1	3	Alto		Institucional
	Disponibilização de estrutura para programas educativos.	D	2	1	3	Médio		Cultural
	Geração de emprego e renda.	D	1	1	3	Médio		Social/ Econômico
	Aumento da arrecadação.	D	1	1	3	Médio		Institucional
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	D	1	1	3	Médio		Ambiental
GRUPO 3: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico.	I	3	3	3	Alto		Econômico
	Favorecimento das ações de controle e fiscalização governamental.	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Integração dos roteiros turísticos dos municípios de Bodoquena e Bonito e do Polo Serra da Bodoquena e Pantanal.	I	1	2	3	Médio		Econômico
	Redução da degradação da paisagem e poluição ambiental ao longo da rodovia.	D	2	2	3	Alto		Ambiental

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO									
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 3: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação do Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo a MS-178 como projeto-piloto.	Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes.	D	1	2	3	Médio		Social
	Oportunização de divulgação de práticas ambientalmente sustentáveis.	D	1	2	3	Médio		Cultural
	Geração de emprego e renda para as comunidades situadas as margens da MS-178.	I	1	2	3	Médio		Social/ Econômico
	Restrição do uso das estradas para determinados usos e períodos;	D	2	1	2	Médio		Social/ Econômica
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e implantação do Plano.	D	1	2	1	Baixo		Ambiental
GRUPO 4: AÇÃO 1 e 2 Elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena, e implantação do projeto de criação do Parque da Biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	Proteção da biodiversidade.	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Valorização do patrimônio da biodiversidade, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, integração dos roteiros turísticos e aumentando a competitividade do produto turístico.	I	1	2	3	Médio		Econômico
	Aumento do conhecimento relacionado à biodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação.	D	3	2	3	Alto		Cultural
	Geração de emprego e renda.	D	1	2	3	Médio		Social/ Econômico
	Aumento da arrecadação.	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Degradação ambiental decorrente de inadequação na elaboração e execução dos projetos construtivos às peculiaridades naturais da região e a práticas incorretas de visitação.	D	1	2	1	Baixo		Ambiental

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 5: AÇÕES 1 e 2 Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o Polo.	Valorização dos produtos turísticos, pela diversificação e agregação de valor, oportunizando novos negócios e nichos de mercado, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos, e o aumento da competitividade do produto turístico.	D	1	3	3	Alto		Econômico
	Oportunização de divulgação e estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis.	I	1	2	3	Médio		Ambiental/Cultural
	Melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes.	D	1	2	3	Médio		Social
	Apoio ao gerenciamento das atividades turísticas.	I	1	2	3	Médio		Institucional
GRUPO 6: AÇÕES 1 e 2 Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.	Aumento do conhecimento dos atrativos pela população e turistas pela identificação dos produtos e serviços oferecidos, inclusive para clientes internacionais.	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Proteção do patrimônio natural e cultural pelo comportamento adequado de turistas melhor orientados.	I	2	3	3	Alto		Ambiental
	Melhoria da capacidade de controle e fiscalização pelo Estado e Municípios pela maior disponibilidade de mão de obra qualificada.	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Valorização dos produtos turísticos, pela agregação de valor decorrente da satisfação do turista e do aumento da competitividade.	I	1	2	3	Médio		Econômico
	Aumento do conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural.	D	3	2	3	Alto		Cultural
	Inclusão social de pessoas com deficiência física.	D	1	2	3	Médio		Social
	Geração de emprego e renda pela melhoria das condições sociais com a qualificação de fornecedores de produtos de interesse turístico.	I	2	3	3	Alto		Social/Econômico
	Capacitação inadequada com relação à questão cultural na capacitação profissional.	D	1	2	1	Baixo		Cultural

Quadro 83 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 2 – Estratégia de Comercialização.

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO								
Grupo de Ações	**Impactos Indicados**	**Avaliação de Impactos**					**Qualificação dos impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireta (I)	**Intensidade**	**Área de Abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 1: AÇAO 1 e 2 - Elaboração e implantação do Plano de *Marketing* turístico, elaborado para a Serra da Bodoquena.	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada, divulgação nacional e internacional, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região.	D	3	3	2	Alto		Econômica
	Fortalecimento institucional pela disponibilização de um instrumento de planejamento estratégico de gestão e desenvolvimento do turismo na região, e de um instrumento de apoio ao sistema de informação do Polo.	I	2	3	3	Alto		Institucional
	Fortalecimento da competitividade entre os serviços e produtos turísticos.	I	2	2	2	Médio		Econômica
	Maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de controle dos impactos ambientais do fluxo turístico do Polo.	D	2	3	2	Alto		Ambiental
	Geração de emprego e renda.	D	1	2	3	Médio		Social/ Econômica
	Fortalecimento da identidade regional.	I	1	3	3	Alto		Cultural
	Pressão sobre infraestrutura urbana proveniente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	D	2	2	2	Médio		Institucional
	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	I	1	3	2	Médio		Ambiental
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	I	1	2	2	Médio		Cultural

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireta (I)	Intensidade	Área de Abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 2: AÇÃO 1 – Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização.	Fortalecimento institucional pela disponibilização de instrumentos de apoio à gestão do turismo e inserção de diretrizes e princípios voltados para a preservação dos recursos naturais e culturais na legislação e nos planejamentos estratégicos.	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Posicionamento da região como destino turístico e fortalecimento de produtos comercializados localmente.	I	2	3	3	Alto		Econômica
	Estímulo ao envolvimento da comunidade local nas decisões.	I	2	2	3	Alto		Social
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	D	2	3	1	Médio		Cultural
	Oportunização de conflitos de interesses entre os diversos usuários de recursos turísticos.	I	1	3	1	Médio		Econômica/ Institucional
GRUPO 3: AÇÃO 1 e 2 Elaboração de projeto e implantação de um sistema de informações turísticas regional.	Disponibilização de instrumento de apoio para a uniformização das informações e otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais e culturais.	I	2	3	3	Alto		Econômica
	Promoção da atividade turística pela maior visibilidade, credibilidade e reconhecimento das potencialidades naturais e culturais e da diversificação da oferta.	I	1	3	2	Médio		Econômica
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	D	1	3	1	Médio		Cultural

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO								
Grupo de Ações	**Impactos Indicados**	**Avaliação de Impactos**					**Qualificação dos impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireta (I)	**Intensidade**	**Área de Abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 4: AÇÃO 1 – Fomento ao turismo regional, especialmente, a atração de turistas latino-americanos.	Geração de emprego e renda pelo estímulo a novas oportunidades comerciais.	D	2	3	3	Alto		Social/Econômica
	Reconhecimento do valor dos recursos turísticos e fortalecimento da identidade cultural pela sociedade local.	I	1	2	3	Médio		Cultural
	Valorização dos recursos turísticos do Polo pelo fortalecimento e divulgação nacional e internacional, em especial na América Latina.	D	2	3	2	Alto		Econômica
	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos atrativos do Polo.	I	1	3	3	Alto		Institucional
	Estímulo a políticas de intercâmbio cultural.	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana.	D	2	2	2	Médio		Social
	Aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região.	D	1	1	2	Baixo		Social
	Pressão sobre a identidade cultural das comunidades receptoras;	D	2	3	2	Alto		Cultural
	Degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas.	D	1	3	2	Médio		Ambiental
GRUPO 5: AÇÃO 1 - Realização de famtours e presstrips, para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo;	Valorização dos recursos turísticos do Polo pela promoção e divulgação nacional e internacional do destino, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, fortalecendo e consolidando a região.	D	3	3	3	Alto		Econômica
	Estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de fomento de intercâmbios e eventos (cultural, social, ambiental, institucional, empresarial).	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Valorização da identidade regional.	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Pressão para implantação de infraestrutura para eventos.	D	1	2	1	Baixo		Institucional

Quadro 84 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 3 – Fortalecimento Institucional.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL								
Grupo de Ações	**Impactos Indicados**	**Avaliação de impactos**					**Qualificação dos Impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireto (I)	**Intensidade**	**Área de abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 1: AÇÃO 1 a 5 **Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim** **Elaboração e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bonito** **Readequação e implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bodoquena.**	Melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, por meio da qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos e continuidade das ações.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Agilização do processo de implantação e operação dos empreendimentos turísticos e apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo.	I	2	3	3	Alto		Econômico
	Melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística e meio ambiente.	D	1	3	3	Alto		Ambiental
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais.	I	1	3	3	Alto		Social
	Ampliação do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos.	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras;	I	1	3	1	Médio		Cultural
	Aumento de exigências por parte dos órgãos públicos aos empreendimentos turísticos.	D	1	2	3	Médio		Institucional

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 2: AÇÃO 1 e 2 **Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e readequação do Plano Diretor do Município de Jardim.**	Redução dos impactos ambientais das instalações turísticas pela adoção de regras claras para a implantação de atrativos turísticos.	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Disponibilização de instrumento de apoio à capacidade pública de gestão territorial por meio do ordenamento do uso e ocupação do solo urbano e rural nos municípios e aumento da eficácia do controle e fiscalização por meio do estabelecimento de diretrizes e instrumentos legais relativos aos serviços e produtos turísticos e da conduta de munícipes e turistas.	D	3	2	3	Alto		Institucional
	Aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais, por meio do acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos.	I	3	2	3	Alto		Social
	Valorização do patrimônio natural, histórico e cultural.	I	3	2	3	Alto		Econômico
	Reconhecimento da identidade turística regional.	D	3	2	3	Alto		Cultural
	Limitações de uso do solo para a implantação de novos empreendimentos turísticos.	D	1	2	3	Médio		Econômico
GRUPO 3: AÇÃO 1 e 2 **Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.**	Melhoria da capacidade de gestão pública o órgão ambiental do Estado, por meio da atualização, aprimoramento dos instrumentos de regulação, qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos, e melhoria da interação entre o órgão de meio ambiente estadual e demais órgãos das esferas estadual e municipal,	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Redução da degradação ambiental por meio do aumento no controle e fiscalização pelo órgão oficial de meio ambiente.	I	3	3	3	Alto		Ambiental

Quadro 85 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS									
Grupo de Ações	**Impactos indicados**	**Avaliação de Impactos**					**Qualificação dos Impactos**	**Dimensões**
		Direto (D) ou Indireto (I)	**Intensidade**	**Área de abrangência**	**Duração**	**Grau de importância**		
GRUPO 1: AÇÃO 1 e 2 Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena.	Redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Melhoria da qualidade de vida e saúde pública.	I	3	2	3	Alto		Social
	Geração de emprego e renda na construção das obras.	D	3	2	1	Médio		Social/ Econômico
	Valorização do produto turístico pela agregação de valor e aumento da competitividade.	I	1	2	3	Médio		Econômico
	Aumento da eficiência para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios, prevenindo enchentes e reduzindo custos.	D	3	2	3	Alto		Institucional
	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras.	D	1	2	1	Baixo		Ambiental
GRUPO 2: AÇÃO 1 a 4 – Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no Município de Bodoquena.	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos.	D	3	2	3	Alto		Social
	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas.	I	3	2	3	Alto		Ambiental
	Geração de emprego e renda e inclusão social	D	3	2	3	Alto		Social/ Econômico
	Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário.	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	I	2	2	3	Alto		Cultural
	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais.	D	3	2	3	Alto		Institucional
	Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras	D	2	2	1	Médio		Ambiental

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS								
Grupo de Ações	Impactos indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 3: AÇÃO 1 Elaboração do estudo hidrogeológico dos municípios do Polo.	Maior controle na utilização dos recursos hídricos na região, por meio do seu mapeamento, resguardando a recarga e o controle das reservas.	I	1	3	3	Alto		Institucional
	Delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos.	D	3	3	3	Alto		Ambiental /Institucional
	Possibilidade de novos empreendimentos a partir da disponibilidade hídrica.	I	1	3	3	Alto		Econômico
	Maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem.	I	2	3	3	Alto		Social/Cultural
	Ferramenta para a gestão e o gerenciamento da água subterrânea, incluindo a outorga de uso da água.	D	3	3	3	Alto		Institucional
GRUPO 4: AÇÃO 1 a 6 Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS 178, entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Construção do posto da Polícia Militar Ambiental, na MS-178 entre Bonito e Bodoquena, para atender ao Polo; Elaboração de projeto básico e executivo para construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Construção do minianel rodoviário para a cidade de Bonito; Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito; Pavimentação da MS-178, no trecho que compreende os municípios de Jardim e Bonito.	Maior controle e fiscalização nas estradas, evitando prejuízos aos ecossistemas, por meio da disponibilização de ferramenta de apoio.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Redução das emissões dentro do perímetro urbano, melhoria do ambiente e da infraestrutura viária, diminuição do impacto sonoro e da utilização de recursos para a manutenção das vias.	D	1	2	3	Médio		Ambiental
	Melhoria da qualidade de vida da população com o aumento da segurança e facilidade de acesso para a população e turistas, geração de emprego e renda.	I	1	2	3	Médio		Social
	Oportunidade de novos nichos de mercado ao longo da rodovia.	I	1	2	3	Médio		Econômico
	Impactos decorrentes da implantação das obras.	D	2	1	1	Baixo		Ambiental

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS								
Grupo de Ações	Impactos indicados	Avaliação de Impactos					Qualificação dos Impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 5: AÇÃO 1 – Implantar o projeto de esgotamento sanitário do Município de Jardim.	Melhoria da qualidade ambiental	D	2	2	3	Alto		Ambiental
	Melhoria da qualidade de vida da população local.	I	1	2	3	Médio		Social
	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipal e maior controle na gestão dos serviços de saneamento.	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Valorização de regiões e atrativos atendidos pelas redes de coleta e tratamento de esgoto.	I	2	2	1	Médio		Econômico
	Geração de emprego e renda.	D	2	2	1	Médio		Social/ Econômico
	Impactos ambientais negativos decorrentes da implantação das obras.	D	1	2	1	Baixo		Ambiental
	Desvalorização das áreas ao entorno das estações de tratamento de esgoto.	I	2	1	1	Baixo		Econômico

Quadro 86 – Avaliação dos impactos ambientais correspondentes ao Componente 5 – Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de impactos					Qualificação dos impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 1: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo.	Redução dos impactos ambientais e maior proteção dos recursos hídricos através da organização no uso e ocupação das áreas e do zoneamento territorial adequado as sub-bacias.	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Ferramenta de fortalecimento institucional para o controle e fiscalização dos recursos hídricos, controle dos empreendimentos regulamentados e ferramenta de política pública.	D	2	3	3	Alto		Institucional
GRUPO 2: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação de Sistema de Manejo da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	Redução dos impactos ambientais negativos.	D	3	2	3	Alto		Ambiental
	Adequação do uso e ocupação do solo e diretrizes de desenvolvimento urbano dos municípios aos padrões do SMV.	I	1	2	3	Médio		Institucional
	Compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do Polo.	D	1	2	3	Médio		Econômico
	Ferramenta de apoio institucional, possibilitando uma maior fiscalização quanto ao cumprimento da legislação e aumento da eficiência na gestão da atividade turística.	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, comunidade e turistas.	I	2	3	3	Alto		Cultural
GRUPO 3: AÇÃO 1 Elaboração de programa de gestão e manejo de unidades de conservação;	Redução dos impactos ambientais negativos.	D	2	2	3	Alto		Ambiental
	Disponibilização de instrumento de gestão/controle das unidades de conservação	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Sensibilização da população e dos turistas por meio do aumento do conhecimento sobre os fatores ambientais e incentivo à educação ambiental.	I	1	2	3	Médio		Cultural

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de impactos					Qualificação dos impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 4: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE.	Disponibilização de instrumento de incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela avaliação dos impactos ambientais gerados pelas ações do PRODETUR nacional no Polo.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Melhor orientação para a promoção de subsídios para a implantação das ações PRODETUR Nacional no Polo.	I	3	3	3	Alto		Institucional
	Redução e/ou revenção dos impactos ambientais negativos gerados pela atividade turística no Polo.	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	D	3	3	3	Alto		Cultural
	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e *marketing* do Polo.	I	3	3	3	Alto		Econômico
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	I	3	3	3	Alto		Social
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras	2	2	3	2	Alto		Cutural
GRUPO 5: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação do plano regional estratégico de gestão ambiental.	Disponibilização de instrumento de controle e monitoramento da gestão ambiental na região.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Redução e/ou prevenção de impactos ambientais negativos.	I	3	3	3	Alto		Ambiental
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	I	3	3	3	Alto		Social
	Direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e *marketing* do Polo.	I	3	3	3	Alto		Econômico
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	I	3	3	3	Alto		Cultural
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	D	2	2	3	Alto		Cultural

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de impactos					Qualificação dos impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 6: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e implantação de programa de educação ambiental para o Polo.	Fomento a práticas sustentáveis e promoção da cidadania ambiental.	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Criação de novas oportunidades de trabalho e renda.	I	1	3	3	Alto		Social/ Econômico
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	I	2	3	3	Alto		Cultural
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	D	2	2	2	Médio		Cultural
GRUPO 7: AÇÃO 1 e 2 Revisão do arcabouço legal do meio ambiente; elaboração da Agenda 21 Regional.	Aprimoramento dos instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios.	D	3	3	3	Alto		Institucional
	Fortalecimento da proteção e preservação ambiental.	D	3	3	3	Alto		Ambiental
	Direcionamento para a atração de investimentos.	I	3	3	3	Alto		Econômico
	Estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade.	I	3	2	3	Alto		Social
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	D	3	3	3	Alto		Cultural
	Desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras.	D	2	3	2	Alto		Cultural
GRUPO 8: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Disponibilização aos municípios de um instrumento técnico estabelecendo as diretrizes, estratégias, ações e metas para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística.	D	2	3	3	Alto		Institucional
	Melhoria da qualidade ambiental, por meio da redução e prevenção dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas.	D	1	2	3	Médio		Ambiental
	Adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais.	D	1	2	3	Médio		Institucional
	Geração de trabalho e renda e inclusão social pelo fomento à indústria da reciclagem.	D	2	2	3	Alto		Social/ Econômico

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL								
Grupo de Ações	Impactos Indicados	Avaliação de impactos					Qualificação dos impactos	Dimensões
		Direto (D) ou Indireto (I)	Intensidade	Área de abrangência	Duração	Grau de importância		
GRUPO 8: AÇÃO 1 e 2 Elaboração e Implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.	Melhoria da qualidade de vida e redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos.	I	2	2	3	Alto		Social
	Economia de recursos naturais por meio da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário.	D	2	2	3	Alto		Ambiental
	Compartilhamento de responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos.	D	2	2	3	Alto		Institucional
	Fortalecimento da identidade cultural do Polo.	I	1	2	3	Médio		Cultural
	Impactos ambientais negativos decorrentes da implantação das obras.	D	2	1	1	Baixo		Ambiental

6.3. IMPACTOS CUMULATIVOS / SINÉRGICOS

As ações propostas no PRODETUR MS buscam essencialmente: a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa; a organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região; a administração eficiente da atividade turística pelo poder público municipal; a adequação dos serviços urbanos; a qualidade ambiental e estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

Espera-se alcançar esses objetivos com a formatação de novos produtos, priorizando a exploração da diversidade turística e a capacitação profissional, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico, modernizando a administração e implementando ferramentas de gestão, de fiscalização e de monitoramento da atividade turística baseadas em relações público–privadas amadurecidas e fortalecidas, primando pela qualidade dos serviços prestados, com uma eficiente infraestrutura urbana.

Estes diferentes componentes estratégicos foram considerados para a identificação dos impactos cumulativos/sinérgicos causados pelas interações entre os diferentes impactos potenciais das ações propostas, considerando cada dimensão - Ambiental, Social, Econômica, Cultural e Institucional.

O Quadro 87 apresenta os efeitos cumulativos sinérgicos positivos e negativos nessas diversas Dimensões.

Quadro 87 - Efeitos cumulativos/sinérgicos dos impactos das ações previstas nos diversos Componentes Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Bodoquena.

DIMENSÃO	EFEITOS CUMULATIVOS/ SINÉRGICOS	
	POSITIVOS	NEGATIVOS
Ambiental	Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.
Social	Melhoria da qualidade de vida da população.	Alterações danosas no cotidiano da população.
Econômica	Valorização dos produtos e destinos turísticos.	Aumento dos dispêndios financeiros.
Cultural	Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	Pressão sobre a identidade cultural da comunidade local
Institucional	Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	Sobrecarga nos serviços públicos.

Estes efeitos positivos e negativos são analisados a seguir, do Quadro 88 ao Quadro 97

Quadro 88 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 6 grupos de ações previstas no Componente 1 Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/ SINERGISMO
POSITIVOS	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A estruturação, ordenamento, ampliação e diversificação da oferta turística buscados pelas ações deste Componente, contribuirão para a proteção do rico patrimônio natural representado pela bio e geodiversidade do Polo, por meio da orientação e estímulo a práticas ambientalmente sustentáveis por parte dos turistas e das comunidades locais, além da esperada redução da degradação da paisagem e poluição ambiental resultante dessas ações. Estes efeitos decorrerão em especial da estruturação e implantação do Geopark, do Centro de Referência em Geohistória, do Parque da Biodiversidade, do receptivo ao monumento natural da Gruta do Lago Azul, do Plano Estadual de Estradas Turísticas, da sinalização turística e da capacitação profissional dos guias de turismo.
Melhoria da qualidade de vida da população	A estruturação, o ordenamento, a ampliação e a diversificação da oferta turística da região, buscando maior competitividade, inovação e criatividade, por meio da diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo, a partir do potencial do ecoturismo e do fortalecimento do segmento turístico, poderá trazer a melhoria da qualidade de vida da população. Principalmente ocorrerá a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade das estradas para os usuários, devido à maior visibilidade, acessibilidade e segurança para os transeuntes, melhoramento das condições sociais com a qualificação de fornecedores de produtos de interesse turístico, além da inclusão social de pessoas com deficiência física.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	A estruturação, ordenamento, ampliação e diversificação da oferta turística da região, buscando maior competitividade, inovação e criatividade produzirão como um dos efeitos cumulativos/sinérgicos a valorização dos produtos e destinos turísticos, o que se traduzirá na interação dos impactos representados pelo reconhecimento do patrimônio geológico e espeleológico, dos produtos turísticos, do patrimônio da biodiversidade, diversificação da clientela e dos atrativos turísticos e produtos turísticos. Estes impactos acarretarão oportunidades de novos negócios e nichos de mercado, aumento de competitividade do produto turístico, integração dos roteiros turísticos, diversificação e agregação de valor decorrente da satisfação do turista e do aumento da competitividade do produto turístico, integração dos roteiros turísticos e diversificação da clientela e dos atrativos turísticos. Também haverá interação para a produção da valorização dos produtos e destinos turísticos a melhoria das condições sociais advinda da qualificação de fornecedores de produtos de interesse do setor e geração de emprego e renda.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A estruturação, ordenamento, ampliação e diversificação da oferta turística por meio de novas oferta de produtos e serviços turísticos, a partir do potencial do ecoturismo, bem como o fortalecimento deste segmento, contribuirão para o reconhecimento da identidade cultural do Polo porque interagirão impactos como: o aumento do conhecimento relacionado à geo e biodiversidade e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação; a sensibilização da sociedade quanto ao patrimônio geológico e histórico; a disponibilização de estrutura para programas educativos; a oportunização de divulgação de práticas ambientalmente sustentáveis; o aumento do conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural pela população e turistas a partir da identificação dos produtos e serviços oferecidos, inclusive para clientes internacionais.

Quadro 88 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 6 grupos de ações previstas no Componente 1 Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada, efeito cumulativo/sinérgico da maior importância para o Polo, terá a contribuição de praticamente todas as ações propostas neste Componente voltadas à instalação de estruturas e ordenamento da atividade turística e da capacitação profissional, principalmente por meio da cumulatividade/sinergismo dos seguintes impactos: estímulo à integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística; aumento da arrecadação de impostos; disponibilização de ferramenta de apoio para a gestão do patrimônio geo-histórico e de estrutura para programas educativos de maneira integrada entre os municípios do Polo; aumento da arrecadação; favorecimento das ações de controle e fiscalização governamental; aumento das arrecadações municipais; apoio ao gerenciamento das atividades turísticas; melhoria da capacidade de controle e fiscalização pelo Estado e Municípios pela maior disponibilidade de mão de obra qualificada.

Quadro 89 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 6 grupos de ações previstas no Componente 1 Estratégia de Produto Turístico do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

NEGATIVOS	
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Este Componente apresenta ações que se destinam a ampliar e diversificar a oferta turística da região, concorrendo assim para a degradação ambiental decorrente de inadequação eventual na elaboração e execução do Plano Estadual de Estradas Turísticas e dos projetos construtivos às peculiaridades naturais e à fragilidade dos ecossistemas da região, bem como de práticas incorretas de visitação ao Geopark, ao Centro de Referência em Geohistória e ao Parque da Biodiversidade.
Alterações danosas no cotidiano da população.	Neste Componente, merecem destaque o aumento de tráfego nas áreas turísticas e na região em virtude da ampliação e diversificação da oferta turística, e a restrição do uso das estradas para determinados usos e períodos em vista das normas instituídas pelo Plano Estadual de Estradas Turísticas, tendo MS-178 como projeto piloto.
Pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.	O uso inadequado do Geopark e do Cento de Referência em Geohistória pode provocar a deterioração de sítios históricos, assim como a capacitação inadequada com relação à questão cultural na capacitação profissional, podem interagir causando pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.
Sobrecarga nos serviços públicos.	Do aumento da demanda por infraestrutura básica e serviços públicos nos municípios a ser gerado pelas ações inseridas neste Componente, decorrente da ampliação e diversificação da oferta turística da região a partir do fortalecimento do potencial do ecoturismo, pode sobrecarregar os serviços públicos.

Quadro 90 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, embora vá estimular o aumento das visitas e o tempo de estada dos turistas, propiciará maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de controle dos impactos ambientais do fluxo turístico do Polo por meio de um *marketing* planejado e inserção de temáticas ambientais no processo de divulgação e no sistema de informações turísticas regional.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população será um dos resultados da interação dos impactos provenientes das ações desencadeadas por este Componente, principalmente o estímulo ao envolvimento da comunidade local nas decisões e a geração de emprego e renda pelo estímulo a novas oportunidades comerciais, possibilitados pelo estímulo ao aumento das visitas, o tempo de estada e rendimentos do turismo.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	Com as iniciativas inseridas neste Componente, representadas pela promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada, divulgação nacional e internacional, estímulo a novos empreendimentos e investimentos, haverá o reconhecimento dos recursos turísticos do Polo, fortalecendo a competitividade entre os serviços e produtos turísticos, inclusive daqueles comercializados localmente. Ressaltam-se ainda: o aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, devido ao maior embasamento na elaboração de estudos, projetos e programas requeridos aos atrativos turísticos pelos órgãos gestores e à gestão da qualidade de manutenção dos atrativos naturais e culturais; promoção da atividade turística pela maior visibilidade, credibilidade e reconhecimento das potencialidades naturais e culturais e da diversificação da oferta; valorização dos recursos turísticos do Polo pelo fortalecimento e divulgação nacional e internacional, em especial na América Latina; promoção e divulgação nacional e internacional do destino; estímulo a novos empreendimentos e investimentos. Enfim, a região será assim posicionada e consolidada como destino turístico, e as novas oportunidades traduzir-se-ão em geração de emprego e renda.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	As ações previstas neste Componente, ao possibilitarem uma maior visibilidade do destino turístico, promover a integração da região e estimular o aumento das visitas, gerarão impactos que, somados e interagindo entre si, potencializarão a valorização da identidade cultural do Polo, pois farão com que os recursos turísticos sejam reconhecidos como valor próprio do lugar pela sociedade local, além de estimularem políticas de intercâmbio cultural.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	A organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região direcionada a mercados local, regional, estadual nacional e internacional fortalecerá o papel do poder público e da sociedade organizada principalmente pela disponibilização de instrumentos de apoio ao planejamento estratégico de gestão e desenvolvimento do turismo, à uniformização das informações e otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística, à gestão do turismo, à inserção de diretrizes e princípios voltados para a preservação dos recursos naturais e culturais na legislação e nos planejamentos estratégicos. Também se espera o estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos atrativos do Polo e de fomento de intercâmbios e eventos (cultural, social, ambiental, institucional, empresarial).

Quadro 91 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 2 Estratégia de Comercialização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/ SINERGISMO
NEGATIVOS	
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	As ações inseridas na Estratégia de Comercialização poderão causar impactos cuja interação com impactos de ações de outros componentes, poderá levar à degradação ambiental decorrente do aumento desordenado no fluxo de turistas.
Alterações danosas no cotidiano da população.	As ações deste Componente poderão gerar sobrecarga dos serviços e infraestrutura de saneamento básico, hotelaria e mobilidade urbana e aumento do tráfego nas áreas turísticas, decorrentes da integração da região e estímulo do aumento das visitas, do tempo de estada e rendimentos do turismo o que concorrerá para alguns transtornos ao cotidiano da população.
Pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.	A desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras no Plano de *Marketing*, nas políticas regionais de comercialização e no sistema de informações turísticas regional, visando ao fomento do turismo direcionado aos mercados local, regional, estadual, nacional e internacional, podem causar pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.
Sobrecarga nos serviços públicos.	Ao intensificar a comercialização dos produtos turísticos nos mercados local, regional, estadual nacional e internacional e estimular o aumento das visitas e o tempo de estada dos visitantes ao Polo, as ações deste Componente poderão gerar aumento desordenado no fluxo de turistas e oportunizar conflitos de interesses entre os diversos usuários de recursos turísticos, com reflexos sobre a infraestrutura e serviços públicos urbanos.

Quadro 92 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 3 grupos de ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	Ao garantir que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística municipal, principalmente por meio da implementação dos Planos de Fortalecimento Institucional dos Municípios e do IMASUL, e dos Planos Diretores Municipais, o Polo se beneficiará com a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural. Isto ocorrerá com a redução dos impactos ambientais das instalações turísticas devido à adoção de regras claras para a implantação de atrativos turísticos, orientação do desenvolvimento da atividade turística e apoio das administrações municipais na implementação dos seus respectivos planos diretores participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa. Também contribuirá a melhoria das relações e da integração entre o Estado, os municípios e a sociedade civil na gestão ambiental por meio do fortalecimento dos municípios no que concerne às estruturas e atuação dos órgãos oficiais de turismo e à gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.

Quadro 92 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 3 grupos de ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/ SINERGISMO
POSITIVOS	
Melhoria da qualidade de vida da população	As ações deste Componente propiciarão melhoria da qualidade de vida da população pelo aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais, bem como por meio do aumento da sensibilização e controle da sociedade organizada quanto à utilização dos bens naturais e culturais, devido ao acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos. Estas interações serão possíveis com a implementação dos planos previstos que permitirão que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística, de maneira regionalmente articulada e com a participação da população pelo fortalecimento dos conselhos locais.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	A agilização do processo de implantação e operação dos empreendimentos turísticos e apoio à captação e atração de recursos e investimentos em projetos de desenvolvimento do turismo e o reconhecimento do patrimônio natural, histórico e cultural como destinação turística, contribuirão para a valorização dos produtos e destinos turísticos, em vista da implementação de maior eficiência e articulação regional da administração municipal e do estímulo à participação e engajamento da população, propiciados pela implementação dos diversos planos previstos.
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	As ações visando ao fortalecimento institucional do Polo deverão garantir que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município, tornando-o mais autônomo e, ao mesmo tempo, melhor articulado regionalmente. Os impactos contribuirão para a valorização da identidade cultural do Polo, tendo em vista que ampliarão o acesso às informações institucionais sobre os aspectos legais e normas de controle relativos à implantação e gestão dos produtos turísticos e, como consequência, o reconhecimento da identidade turística regional pela população local e pelos visitantes.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	O fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada será sobremaneira beneficiado com a cumulatividade/ sinergismo dos seguintes impactos desencadeados pelas ações previstas neste Componente: melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, por meio da qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos e continuidade das ações; disponibilização de instrumento de apoio à capacidade pública de gestão territorial por meio do ordenamento do uso e ocupação do solo urbano e rural nos municípios e aumento da eficácia do controle e fiscalização por meio do estabelecimento de diretrizes e instrumentos legais relativos aos serviços e produtos turísticos e da conduta de munícipes e turistas; melhoria da capacidade de gestão pública o órgão ambiental do estado, por meio da atualização, aprimoramento dos instrumentos de regulação, qualificação de estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipes de trabalhos, e melhoria da interação entre o órgão de meio ambiente estadual e demais órgãos das esfera estadual e municipal. Estes impactos decorrerão da implementação dos planos de fortalecimento institucional dos municípios e do Imasul, além da readequação do Plano Diretor de Jardim. O fortalecimento do papel do poder público permitirá que a administração municipal se torne mais eficiente e mais articulada, e a sociedade mais engajada nos COMTURs.

Quadro 93 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 3 grupos de ações previstas no Componente 3 - Estratégia de Fortalecimento Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/ SINERGISMO
NEGATIVOS	
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Os efeitos cumulativos/ sinérgicos dos impactos das ações integrantes deste Componente decorrerão basicamente da degradação ambiental produzida pela implantação das obras de infraestrutura e serviços básicos.
Pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.	A desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras nos Planos Diretores de Jardim e Bodoquena e nos Planos de Fortalecimento Institucional deste último Município e de Bonito, e, também do Imasul, contribuirá de maneira cumulativa/sinergística para pressionar negativamente a identidade cultural da região, embora as ações deste Componente busquem estimular a participação e engajamento das comunidades no desenvolvimento do segmento turístico, fortalecendo os conselhos locais e regionais, de maneira a imprimir maior eficiência à administração da atividade turística.

Quadro 94 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	A implantação de aterros sanitários e UPLs, elaboração de estudos hidrogeológicos, pavimentação da rodovia e construção de postos da Polícia Militar Ambiental entre Jardim e Bonito, construção do minianel rodoviário de Bonito e implantação do projeto de esgotamento sanitário de Jardim, além da melhoria da eficiência da infraestrutura pública urbana, como suporte para o desenvolvimento da atividade turística, destas ações decorrerá a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural, decorrentes da redução dos impactos sobre as águas superficiais e subterrâneas, por meio do disciplinamento em relação aos resíduos sólidos, identificação das possíveis fontes poluidoras e redução das emissões atmosféricas e de ruídos no perímetro urbano devido à melhoria da infraestrutura viária.
Melhoria da qualidade de vida da população	A implantação de aterros sanitários e Unidades de Processamento de Lixo, elaboração de estudos hidrogeológicos, pavimentação da rodovia e construção de postos da Polícia Militar Ambiental entre Jardim e Bonito, construção do minianel rodoviário de Bonito e implantação do projeto de esgotamento sanitário de Jardim, terão como resultado a melhoria da qualidade de vida da população em vista da interação entre os impactos positivos sobre a saúde pública pela redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos, o aumento da segurança e facilidade de acesso para a população e turistas e a inclusão social. Contribuirão também a esperada maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	Contribuirão para a valorização dos produtos e destinos turísticos neste Componente a agregação de valor e aumento da competitividade do produto turístico, a redução e controle da poluição dos recursos hídricos subterrâneos pela delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, a possibilidade de novos empreendimentos a partir da disponibilidade hídrica, a oportunidade de novos nichos de mercado e a valorização de regiões e atrativos. São impactos que interagem a partir da implantação de drenagem, de aterros sanitários, de postos policiais, de pavimentação de rodovias, de redes de coleta e tratamento de esgoto, e dos estudos hidrogeológicos.

Quadro 94 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	A melhoria de eficiência da infraestrutura pública urbana concorrerá para a valorização da identidade cultural, a partir do fortalecimento do patrimônio cultural do Polo e a maior sensibilização da população por meio do conhecimento sobre os recursos hídricos do local onde vivem, impactos estes que deverão interagir neste Componente.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	A implantação de infraestrutura e serviços básicos abrangerá basicamente o setor público, em especial do meio urbano, daí esperar que os impactos das ações serão significativos para o fortalecimento do poder público, entre os quais: o aumento da eficiência para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios, prevenindo enchentes e reduzindo custos; eliminação dos custos com serviços voltados as enchentes e a saúde pública e maior facilidade no trabalho de conservação das cidades; o maior controle na utilização dos recursos hídricos na região, por meio do seu mapeamento, resguardando a recarga e o controle das reservas; a delimitação das áreas próprias e impróprias para novas perfurações, diminuindo e controlando a poluição dos recursos hídricos; a localização das regiões poluídas e possíveis fontes poluidoras do recurso subterrâneo; a possibilidade de contar com ferramenta para a gestão e o gerenciamento da água subterrânea, incluindo a outorga de uso da água; o maior controle e fiscalização nas estradas, evitando prejuízos aos ecossistemas, por meio da disponibilização de ferramenta de apoio; a adequação às exigências legais federais, estaduais e municipais e maior controle na gestão dos serviços de saneamento.

Quadro 95 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes dos 4 grupos de ações previstas no Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/ SINERGISMO
NEGATIVOS	
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Os efeitos cumulativos/ sinérgicos dos impactos das ações integrantes deste Componente decorrerão basicamente da degradação ambiental produzida pela implantação das obras de infraestrutura e serviços básicos
Alterações danosas no cotidiano da população.	Embora o objetivo do Componente seja melhorar a eficiência da infraestrutura pública urbana, como suporte para o desenvolvimento da atividade turística, o aumento no fluxo de veículos de grande porte na região poderá trazer transtornos à população

Quadro 96 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes nos 7 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

Efeitos	Cumulatividade/Sinergismo
Positivos	
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural.	Em termos mais abrangentes, as iniciativas inseridas neste Componente, por meio da implantação da Avaliação Ambiental Estratégica, do plano regional estratégico de gestão ambiental, do Sistema de Manejo da Visitação dos atrativos turísticos, do programa de gestão e manejo de unidades de conservação e do plano integrado de gestão de resíduos sólidos, além da revisão da legislação ambiental, contribuirão significativamente para a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural. Propiciarão prevenção e/ou prevenção dos impactos ambientais negativos gerados pela atividade turística no Polo e uma economia de recursos naturais proveniente da recuperação de materiais recicláveis e aumento da vida útil do aterro sanitário. Mais especificamente, as ações previstas incidirão também positivamente na proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos através da organização no uso e ocupação das áreas e do zoneamento territorial, do monitoramento e fiscalização da qualidade da água e do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo. Da maior importância são as iniciativas de estímulo à participação da sociedade na atividade turística e a implementação dos princípios da sustentabilidade implementados pelo programa de educação ambiental e da Agenda 21 Regional. Estas ações fomentarão as práticas sustentáveis e promoverão a cidadania ambiental, fortalecendo sobremaneira a proteção e preservação ambiental.
Melhoria da qualidade de vida da população	A melhoria da qualidade de vida da população promovida pelos impactos gerados pelas ações deste Componente advirá da criação de novas oportunidades de trabalho e renda e inclusão social pelo fomento à indústria da reciclagem, do estímulo à interação entre o desenvolvimento do turismo e a sociedade, da redução da incidência de doenças relacionadas à disposição inadequada dos resíduos sólidos. Particularmente significativo será o aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, da comunidade e dos turistas, por meio do conhecimento sobre as unidades de conservação e sua importância e o maior interesse dos visitantes pelas questões ambientais da região.
Valorização dos produtos e destinos turísticos	Este Componente apresenta ações com impactos significativos cuja interação poderá conduzir à valorização dos produtos e destinos turísticos, entre os quais: a compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do Polo; o direcionamento para atração de investimentos em ações sustentáveis e marketing do Polo; a criação de novas oportunidades de trabalho e renda; o direcionamento para a atração de investimentos. É a contribuição da gestão ambiental para a viabilização econômica em bases sustentáveis, propiciada pelas ações de ordenamento ambiental das sub-bacias mais relacionadas à atividade turística, o manejo da visitação, a gestão das unidades de conservação, o programa do plano regional de gestão e, da maior importância, a implementação da avaliação ambiental estratégica, da Agenda 21 Regional e do programa de educação ambiental.

Quadro 96 - Efeitos cumulativos/sinérgicos positivos resultantes nos 7 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena. (Continuação)

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
POSITIVOS	
Reconhecimento da identidade cultural do Polo.	As iniciativas visando implementar os princípios da sustentabilidade na consolidação do Polo como destino turístico sustentável reconhecido pelo consumidor, incluídas neste Componente, as quais deverão buscar a participação da sociedade, deverão contribuir para valorizar a sua identidade cultural, em especial por meio do aumento da consciência e sensibilização dos empreendedores, comunidade e turistas e a sensibilização da população e dos turistas estimulada pelo aumento do conhecimento sobre os fatores ambientais e incentivos à educação ambiental.
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.	Este é outro Componente cujas ações terão uma participação significativa no fortalecimento do poder público, por meio das interações de diversos impactos, entre os quais: incorporarem a dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela avaliação dos impactos ambientais gerados pelas ações do PRODETUR nacional no Polo; apoiarem as políticas públicas de fiscalização, controle e monitoramento da gestão ambiental dos empreendimentos poluidores quanto ao cumprimento das exigências legais federais, estaduais e municipais, aprimorando os instrumentos de regulação da gestão ambiental; adequarem o uso e ocupação do solo e instituírem diretrizes de desenvolvimento urbano dos municípios; aumentarem a eficiência na gestão da atividade turística; apoiarem a gestão/controle das unidades de conservação; orientarem a promoção de subsídios para a implantação das ações PRODETUR Nacional no Polo; disponibilização aos municípios de um instrumento técnico estabelecendo as diretrizes, estratégias, ações e metas para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística, compartilhando as responsabilidades.

Quadro 97 - Efeitos cumulativos/sinérgicos negativos resultantes nos 7 grupos de ações previstas no Componente 5 – Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo do Polo Serra da Bodoquena.

EFEITOS	CUMULATIVIDADE/SINERGISMO
NEGATIVOS	
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais.	Neste Componente, é importante a cumulatividade/sinergismo dos impactos negativos provenientes da implantação do plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Polo.
Pressão sobre a identidade cultural da comunidade local.	Na eventualidade de desconsideração de aspectos relacionados à identidade cultural das comunidades receptoras na Avaliação Ambiental Estratégica, no Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental, no Programa de Educação Ambiental e nos Códigos Municipais de Turismo e Meio Ambiente, poderá ocorrer uma pressão negativa sobre a identidade cultural do Polo, ainda que o objetivo das ações deste Componente seja estimular a participação das comunidades na atividade turística e implementar os princípios da sustentabilidade, entre os quais se insere as expressões culturais da população local.

6.4. FATORES CRÍTICOS EXTERNOS E INTERNOS QUE INTERFEREM NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PRODETUR

6.4.1. Fatores Críticos Identificados

Foram identificados no diagnóstico 9 fatores críticos, sendo 4 externos e 5 internos, a saber:

- **Externos –** baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal; descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico; falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional.
- **Internos –** baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas; desarticulação entre os componentes do trade turístico; fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas; desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes; baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo.

A seguir, os fatores críticos externos e internos são individualmente apresentados.

6.4.1.1. Fatores críticos externos

São os seguintes os fatores críticos externos identificados:

a) Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal

A Política Nacional de Turismo constitui-se de um conjunto de leis e normas voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, em cujo contexto incluem-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, bem como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). A operacionalização deste é composta por três instâncias, correspondentes às três esferas de Governo: 1) instância nacional: 2) instância estadual: 3) instância municipal.

São também importantes as instâncias estaduais de turismo como elementos de articulação e fomento. Em Mato Grosso do Sul, a Fundação de Turismo do MS (FUNDTUR) é o órgão responsável por fiscalizar as atividades turísticas, em parceria com as prefeituras municipais e, em termos ambientais, com o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL). Com o objetivo de promover, desenvolver e incentivar o turismo no Estado, a FUNDTUR elaborou os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo para o período de 2008/2020. Destaca-se ainda o Fórum Estadual de Turismo que promove a articulação entre as regiões turísticas do Estado.

Em nível municipal, o Plano Nacional de Turismo estabeleceu como etapas: a) criação do Conselho Municipal de Turismo: b) instituição do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); c)

elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo: documento que reúne as diretrizes, estratégias e ações para o município desenvolver o turismo de maneira organizada e planejada.

O município é enfatizado nessas diversas políticas, cenário privilegiado para a implementação das ações e seus efeitos, tornando-se as administrações municipais os agentes condutores do processo de afirmação do município como localidade turística. Assim, o êxito e a sustentabilidade do turismo se constroem com base na sólida participação e integração entre as esferas social, econômica, institucional, cultural e política.

Ao propiciar o compartilhamento de conhecimentos, ações e responsabilidades, a articulação interinstitucional produz uma nova sinergia, potencializando o desempenho das políticas públicas. Tal articulação se efetiva por meio da constituição de fórum nacional e estadual com a presença dos municípios, o estímulo à criação e fortalecimento de instituições e órgãos representativos do turismo e o estabelecimento de convênios, acordos e parcerias interinstitucionais e intersetoriais. As principais ações bem sucedidas no desenvolvimento do turismo estão respaldadas pela criação de associações, conselhos e fóruns municipais, regionais e estaduais (p. ex., o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo).

No Polo Serra da Bodoquena, embora com importantes avanços promovidos nos últimos anos, esta política nacional e estadual não se encontra ainda consolidada, ressalvando-se Bonito, o município melhor estruturado. Os órgãos e instâncias de governança existentes são desiguais entre os municípios quanto ao quadro de pessoal, organização de setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, capacidade orçamentária. Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios.

Nesse sentido, um importante fator de criticidade é a insuficiência de pessoal que atua na área trabalhando nos órgãos de promoção do turismo nas prefeituras, embora as universidades e instituições como o SENAC e o SEBRAE venham formando profissionais no setor, indicando, portanto, que há a ambiência necessária para superação dos problemas existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas.

Finalmente, é pertinente ressaltar também no âmbito da relevância da articulação intermunicipal a conectividade e influência exercida entre os Polos Serra da Bodoquena e Campo Grande e Região, sendo este último a principal via de entrada do turista que busca o primeiro, sobretudo daquele que acessa o destino por via aérea. A conectividade estende-se ao meio rodoferroviário, em especial o Trem do Pantanal.

Assim, a gestão do setor ainda se apresenta carente de capacitação e de articulação institucional nos níveis federal, estadual e municipal, fragilizando assim o desenvolvimento de políticas voltadas para um turismo sustentável e para o contexto geral de governança.

b) Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico

Uma prática recorrente no País a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes é a descontinuidade administrativa que pode atingir a administração pública, em especial nas cidades de médio e pequeno porte, como ocorre no Polo Serra da Bodoquena, principalmente quando o mesmo segmento político-partidário não permanece no poder local. Essa descontinuidade das políticas e ações anteriormente desenvolvidas manifesta-se em mudanças em objetivos e metas de programas e projetos, cortes em orçamentos, remanejamentos e substituições de servidores, entre outras interferências, resultando muitas vezes no comprometimento da continuidade e efetividade das políticas públicas.

O desenvolvimento do turismo pode ser fortemente afetado pelas transições políticas e administrativas nas diversas instâncias governamentais, pois as interferências podem prejudicar desde o planejamento até as interações interinstitucionais e a capacidade regional dos gestores públicos em propor regulamentações estaduais e locais que são demandadas para a execução das diversas ações programadas.

Estas podem ser interrompidas, as prioridades podem mudar radicalmente e planos futuros descartados, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações de ordem técnica ou méritos das ações descontinuadas. Como consequência, recursos públicos são desperdiçados, as instituições perdem o saber que construíram, as equipes perdem o vigor e aumentam a tensão e a animosidade entre servidores estáveis e aqueles que são recrutados como resultado das eleições.

Trata-se de um fator crítico externo em vista das dificuldades de controle dessas interferências, devido à resistência a tentativas de mudança. Ressalta-se sua relação com a insuficiência anteriormente mencionada de políticas públicas municipais e estaduais consolidadas de turismo que acaba determinando a prevalência das decisões políticas sobre as estruturas técnicas. Para evitar essa descontinuidade, a definição de prioridades nos investimentos dos recursos públicos e seu acompanhamento devem ser feitos pela população diretamente envolvida, pois, mesmo mudando os governos não mudariam as prioridades locais, mantendo uma linha de continuidade e, desta forma, evitando o desperdício de obras inacabadas. Percebe-se que, no Polo, quando direcionamentos estão estabelecidos no Plano Diretor estes problemas administrativos tendem a diminuir, independentemente do gestor responsável.

Finalmente, é importante ressaltar que não se trata de preservar a continuidade incondicionalmente. A descontinuidade pode trazer a possibilidade de alternância de poderes e preferências democraticamente definidas, e a continuidade pode ser também prejudicial quando perpetua situações indesejáveis ou conduz à acomodação ou à paralisação.

c) Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável

De maneira geral, os órgãos do poder público não estão suficientemente sensibilizados sobre a importância do turismo em sua capacidade de dinamizar as economias locais enquanto atividade altamente competitiva e em constante crescimento.

No Polo Serra da Bodoquena, o turismo proporciona diversos benefícios diretos efetivos e potenciais, provenientes da renda, emprego, conservação, investimento, infraestruturas, prestígio e ativação de pequenos negócios.

Isto porque a renda é propiciada pela venda de uma variedade de serviços e de bens que podem ocorrer em diferentes momentos e locais, resultando numa série de rendimentos significativos para a economia; o mercado de emprego è estimulado do mais complexo ao mais simples e todas as camadas sociais são envolvidas; a proteção das áreas protegidas é viabilizada e fortalecida por sua inserção de maneira adequada na economia; diversas oportunidades de investimento são criadas para os setores público e privado; são estimulados os investimentos em infraestruturas pela dinâmica do crescimento do setor do turismo aliados aos benefícios econômicos associados; com o reconhecimento internacional, há reflexos comerciais e econômicas positivos para os destinos preferidos; finalmente, são estimulados pequenos negócios e serviços tendo em vista as diversas oportunidades econômicas criadas em setores direta e indiretamente ligados ao turismo (p. ex., transporte, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato).

Trata-se de um setor de trabalho intensivo e abrangente em termos de habilidades e níveis de formação. Está ligado a uma diversidade de setores econômicos, como transporte, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato.

Conforme já mencionado nos estudos diagnósticos, não há uma sensibilização plena dos órgãos do Poder Executivo e também do Legislativo, sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica e social, capaz de dinamizar as economias locais.

d) Baixa capacidade de atendimento do alto nível de exigência do turista internacional

O Polo Serra da Bodoquena faz parte da principal rota promovida pela FUNDTUR, a Rota Pantanal-Bonito, integrando os dois destinos mais procurados no estado pelo turista estrangeiro: o Pantanal e Bonito - Serra da Bodoquena. Isto se deve em grande parte à singularidade dos ecossistemas, que configuram a relevância dos produtos turísticos aí localizados para o visitante de outros países.

Entretanto, os estudos diagnósticos mostraram uma perspectiva de declínio médio na duração das estadas dos turistas estrangeiros, bem como nas despesas, além da própria redução do fluxo de turista internacional. Em parte isto se deve aos ciclos de crise na economia mundial, o que faz redobrar os esforços de atendimento e satisfação desse turista no Polo.

Trata-se de visitantes mais exigentes requerendo serviços e equipamentos qualificados. Há nessa clientela uma expectativa de hospitalidade e de bom atendimento, tanto no que se refere à qualidade dos

serviços e equipamentos, hotéis, pousadas, resorts, campings, meios de transportes, infraestrutura de saneamento básico, entre outros, como aos relacionados aos serviços prestados que proporcionam o bem estar físico e psíquico do visitante.

Ressalta-se, nesse sentido, a necessidade de se observar as mudanças nas exigências dos turistas nos tempos atuais. Trata-se de um público que busca sempre entretenimento, diversão e lazer, procurando novas experiências, mas está atento a questões de atendimento, informação e comodidade, exigindo conhecimento da cultura local e padrões internacionais para todas as funções que envolvem o atendimento ao turista.

A oferta de serviços e produtos com qualidade envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes, que vão desde o planejamento e a organização dos recursos materiais, humanos, naturais e financeiro, boa infraestrutura do destino receptor, o preparo dos profissionais de turismo e sensibilização da população local, envolvendo, portanto, a própria cidade acolhedora e seus habitantes. A hospitalidade inclui a satisfação voltada aos sentimentos e experiências deste turista. Isto só será possível com serviços de boa qualidade, que se tornam um diferencial a partir do momento que os turistas forem recebidos e atendidos para além de suas necessidades, mas com preocupação com o seu bem estar.

Enfim, o turista internacional prefere dizer como gostaria de ser recebido, servido ou como deveriam ser seus pacotes de viagem. Assim, o bem receber no turismo tem que acompanhar este novo modelo e se adaptar, pois não é um modelo do futuro, já faz parte do presente.

Entretanto, o Polo Serra da Bodoquena debate-se com questões básicas de infraestrutura, como a falta de sinalização e de boa conservação das estradas, além de problemas de qualidade ambiental proporcionada pelos serviços públicos, em especial a infraestrutura de saneamento básico.

Merece destaque ainda o fato de que o principal meio de transporte utilizado para acesso aos municípios do Polo, bem como aos atrativos turísticos, é realizado através das rodovias, por automóveis, vans e ônibus. No entanto, as estradas utilizadas não exploram o potencial turístico existente e também não proporcionam uma interação junto aos viajantes, com infraestruturas de apoio e contemplação das paisagens.

6.4.1.2. Fatores críticos internos

A seguir são relacionados e descritos os fatores críticos internos consolidados:

a) Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas

Um importante mecanismo de articulação entre os fóruns regionais das dez regiões turísticas do Estado é proporcionado pelo Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, objetivando promover ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do

turismo estadual. Seu papel é o de articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas.

Entretanto, em nível municipal, ainda é insuficiente a capacidade administrativa de gerenciamento do turismo e de planejamento associada à falta de estrutura para implementar e monitorar programas.

Com o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região, proposta no PRODETUR MS, as carências de infraestrutura e de articulação institucional municipal para promoção da atividade turística envolvem o insuficiente quadro de pessoal que atua na área, de maneira a aproveitar os egressos do ensino universitário e dos cursos profissionalizantes promovidos por instituições vinculadas ao comércio, à indústria e aos serviços (SENAC, SESC, SEBRAE, entre outros).

Ressalta-se nesse sentido, conforme mostraram os estudos diagnósticos, a contribuição das organizações estatais, parceiros institucionais e ONGs, como o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena e a Fundação Neotrópica do Brasil, para a melhoria da gestão e da articulação institucional. Os estudos produzidos pelas entidades têm contribuído para a definição de estratégias e políticas voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo, apoiando o planejamento e as ações locais na medida em que são apontados os pontos críticos ao desenvolvimento e amadurecimento da cadeia produtiva relacionada ao turismo, demonstrando a importância socioeconômica do ecoturismo para a região e ajudando a identificar os principais desafios para o desenvolvimento dele, e propor estratégias para sua superação.

Apesar de a região apresentar potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas visando promover a valorização local e dos recursos naturais da região, podem-se considerar ainda baixas, em especial nos municípios de Jardim e Bodoquena, a gestão e articulação institucional para execução de programas e projetos.

A isto se relaciona a insuficiência de pessoal que atua na área trabalhando nos órgãos de promoção e fiscalização nas prefeituras, embora as universidades instituições como o SENAC e o SEBRAE venham formando profissionais no setor. Há, assim, a ambiência necessária para superação dos problemas existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, no sentido de melhorar a capacidade institucional de gestão e de articulação.

Merece destaque na gestão do turismo do Polo o sistema de *Voucher* Único, que quantifica o número de visitantes por atrativo e controla a capacidade de carga ao gerenciar o limite de visitações diário por atrativo. Entretanto, há atrativos que não adota este instrumento de controle.

b) Desarticulação entre os componentes do trade turístico

Um *trade* turístico é o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico, incluindo os meios de hospedagem, bares e restaurantes, centros de convenções e feiras de

negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de suvenires e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística.

Um importante recurso estratégico é propiciado atualmente pela capacidade de associação das empresas representantes desses diversos elos, entre si e incluindo as estruturas governamentais, com foco na cooperação público-privada e na gestão compartilhada, o que resulta em vantagem competitiva de um determinado destino turístico. São, assim, os próprios atores da região turística desenvolvendo planos resultantes de discussões, parcerias, cooperações e, sobretudo, segundo uma visão compartilhada de futuro.

Entretanto, os estudos diagnósticos revelaram fragilidade na integração dos componentes do trade turístico, até por deficiências das instâncias de governança regional em seu papel de articular a cooperação público-privada, com autonomia, empoderamento e proatividade e, sobretudo, sem a tutela do setor público.

Nesse sentido, ressaltam-se no trade do Polo Serra da Bodoquena, além do atrativo natural como produto principal, a necessidade de articulação com os demais produtos periféricos, que viabilizam a experiência, as agências de viagens que, no Polo, em grande parte receptivas e não simplesmente vendedoras do atrativo, e os guias de turismo, diretamente vinculados às agências de turismo, importantes porque apresentam ao turista não o atrativo, mas sim o destino como um todo.

O *trade* turístico dos municípios componentes do Polo Serra da Bodoquena, Bonito, Jardim e Bodoquena, contando com o apoio técnico dos órgãos governamentais, fortaleceu-se com a criação do COMTUR. Contudo, ainda há uma certa desarticulação do trade reduzindo as possibilidades de sinergia em nível desejável entre os diversos componentes e atividades econômicas, associando-se à segmentação turística desorganizada e mal explorada, sem um sistema organizado de informações gerenciais, com insuficiente controle do fluxo turístico, limitado à movimentação hoteleira.

É pertinente destacar com relação a esse fator crítico interno, ou seja, com maior possibilidade de superação e controle, a baixa exploração do potencial turístico existente em sua totalidade, como por exemplo, os atrativos turísticos propiciados pelas paisagens oferecidas no acesso ao Polo, basicamente feito por rodovias, com a utilização de automóveis, vans e ônibus, com infraestruturas de apoio e contemplação das paisagens.

c) Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas

Um dos mais importantes fatores críticos para o desenvolvimento do turismo são as limitações de uso determinadas pela fragilidade dos ecossistemas e patrimônio cultural, tendo em vista a suscetibilidade desses ambientes aos impactos e efeitos decorrentes da visitação.

Os atrativos naturais, somados à infraestrutura e aos serviços turísticos, à organização e gestão do turismo no local, sobretudo em Bonito, fazem deste um destino consolidado de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, e denota o mesmo potencial para Jardim e Bodoquena.

Observa-se que o Polo Serra da Bodoquena faz parte da principal rota promovida pela FUNDTUR, a Rota Pantanal-Bonito, integrando os dois destinos mais procurados no estado: o Pantanal e Bonito - Serra da Bodoquena. Isto se deve em grande parte à singularidade dos ecossistemas, que configuram a relevância dos produtos turísticos aí localizados.

Os estudos diagnósticos revelaram que a Serra da Bodoquena possui o maior remanescente de florestas do Estado de Mato Grosso do Sul, com formações de Cerrado, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual. Dentre as características ambientais mais relevantes no Polo Serra da Bodoquena inserem-se a qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais, a conservação e/ou preservação das 14 Unidades de Conservação existentes (apresentadas no item 4.4.3.3 deste diagnóstico), além dos Parques Públicos Municipais, das áreas de relevante interesse cultural (áreas urbanas históricas, museus), paisagístico (cachoeiras, cânions, corredeiras d'água) e natural (recursos hídricos, espeleológicos e bióticos).

Os recursos hídricos superficiais são fundamentais tanto para o aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico), como para o aspecto antrópico e social (abastecimento humano, balneabilidade e diluição de efluentes) e turístico, potencializando as atividades de pesca e esportes aquáticos e/ou recreativos.

Entretanto, o ambiente natural pode apresentar fragilidades potenciais ou efetivas em face de suas características físicas e bióticas (geomorfologia, solos, cobertura vegetal/uso da terra e clima), cuja degradação pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística. Destacam-se entre as características e fragilidades ambientais a fauna e flora típicas dos Biomas dos Cerrados, Pantanal e Mata Atlântica, configurando um mosaico de paisagens naturais constituídas por florestas, matas ciliares, matas de galeria, regiões campestres, palmeirais e veredas, formando corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais, com destacada transparência da água, aliada à diversidade de plantas e peixes.

Ressaltam-se em termos de fragilidade as formações que atraem os turistas por sua beleza e oportunização de atividades de contato com a natureza e realização de esportes de aventura, representadas pelos tufos calcários, as grutas úmidas e secas e as galerias subterrâneas.

Estas características naturais conferiram os títulos de prioridade extremamente alta para conservação da região no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira; zona núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, cuja principal função é assegurar a proteção da biodiversidade.

Entretanto, são reconhecidas as ameaças a essa fragilidade dos ecossistemas presentes no Polo Serra da Bodoquena, decorrente das diferentes formas da ação antrópica sobre o meio ambiente, ocorrida, sobretudo, nos últimos anos.

A visitação às grutas demonstra ser uma atividade de grande potencial impactante, pois observa-se ausência de correta infraestrutura para a sua exploração de forma sustentável, além de falta de licenciamento ambiental para exploração turística, apesar dos procedimentos existirem a partir da publicação da Resolução SEMAC 024/2010.

Diversos impactos podem ocorrer em pesqueiros, principalmente a degradação de Áreas de preservação permanente e diminuição da qualidade da água, ao se realizar limpeza indiscriminada de tanques de piscicultura. Nos rios e córregos do Polo, registra a alteração de comportamento e a perda de biodiversidade aquática pelo número excessivo de fluxo turístico em atividades de mergulho, balneabilidade e flutuação, bem como a mudança no hábito alimentar de peixes. Nos balneários municipais, verifica-se compactação do solo, degradação do leito dos rios, provocados por falta de estudos de determinação da capacidade de suporte do recurso natural.

Outro ponto de fragilidade dos ecossistemas que é importante mencionar são as áreas protegidas. No Polo, há diversas regiões de expressiva beleza e capacidade de atrair fluxo turístico e que, contudo, estão constituídas por topos de morros, faixa marginal de cursos d'água, ao redor de nascentes, em faixa marginal a veredas, ou no topo de morros e montanhas, em encostas e escarpas, que sofrem impactos das atividades turísticas nelas desenvolvidas, pela não adoção de técnicas sustentáveis.

O controle e o ordenamento das áreas protegidas incorporadas ao uso turístico apresentam inúmeras dificuldades. Há necessidade de implementar os planos de manejo e proceder a constantes revisões. Os poucos investimentos do setor público também se tornam entraves ao desenvolvimento destas áreas, bem como a capacitação, muitas vezes insuficiente, dos profissionais para atender às necessidades demandadas, além da precariedade ou a ausência de infraestrutura adequada para atender minimamente as necessidades operacionais.

Entretanto, além da atividade turística, destaca-se o tipo de ocupação estabelecido no Polo por outras atividades antrópicas, tais como: extrativismo, pecuária e agricultura, destacando-se a expressiva expansão das lavouras de soja nos três municípios. É frequente a utilização de técnicas inadequadas e que promovem o desmatamento e a fragmentação florestal, além da utilização de pesticidas e captação de água para irrigação de algumas culturas, como a do arroz; manejo inadequado de Áreas de Preservação Permanente (p. ex., o mau uso de nascentes em áreas de propriedade privada); carvoarias; controle insuficiente da atividade turística e o crescimento da rede de estradas de terra desprovidas de caixa de retenção vêm, de forma cumulativa, agravando e ameaçando a sustentabilidade da atividade turística na região.

Outras causas de fragilidade ambiental das áreas turísticas dizem respeito às condições de saneamento, que se constituem em fatores críticos para o desenvolvimento do turismo na região. Maior do que com relação ao abastecimento de água (quase todo de responsabilidade da Sanesul e disponível para a quase totalidade da população), é a ameaça que provém das inadequações do sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário (também de responsabilidade da SANESUL). Não se registra um índice satisfatório de abrangência no Polo, principalmente, nos Municípios de Jardim e Bodoquena, apesar do crescimento acentuado na instalação de redes coletoras e sistemas de tratamento de esgotos nestes municípios através de recursos advindos do PRODETUR. Em Bonito o sistema de esgotamento sanitário encontra-se em uma situação mais desenvolvida (alcançando a quase totalidade da população do Município e de tratamento do esgoto coletado).

Quanto aos serviços de gestão de resíduos sólidos, coleta de lixo, limpeza das vias públicas e dos bueiros das galerias de águas pluviais, de responsabilidade das Prefeituras Municipais, apresentam problemas com relação principalmente à destinação final desses resíduos, que ainda está sendo realizada em lixões e aterro controlado, embora, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, devam ser substituídos por aterros sanitários até o ano de 2014, os três municípios do Polo estejam em fase de elaboração de seus Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e haja um aterro sanitário em projeto que atenderá os municípios de Jardim, Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, a ser instalado dentro dos requisitos legais no Município de Jardim.

Outra situação que ameaça os ecossistemas e, consequentemente, pode prejudicar a atividade turística, diz respeito aos problemas decorrentes da insuficiente implementação dos sistemas de drenagem pluvial (em Jardim abrangendo apenas uma parte pequena da área urbana, em Bodoquena já com os projetos elaborados com recursos do PRODETUR e em Bonito em processo de ampliação), registrando-se em decorrência o despejo dos efluentes domésticos brutos (esgoto) através de ligações irregulares na rede de drenagem, o carreamento de solos e resíduos dispostos em locais inadequados por meio do escoamento natural das águas pluviais.

É comum a ligação direta de residências à rede de drenagem pluvial, despejando esgoto sem tratamento, fato que potencializa a fragilidade do ecossistema local e coloca em risco a atividade turística, visto que esses efluentes são lançados em córregos e outros corpos d'água urbanos, que são afluentes diretos de rios que constituem importantes atrativos turísticos, como é o caso do rio Betione, em Bodoquena. Em Jardim, apenas uma pequena parte da sede é atendida por sistema de drenagem pluvial, embora o PRODETUR SUL tenha financiado a elaboração do projeto de expansão da rede.

Além de descargas de esgoto doméstico, os cursos d'água local, sobretudo os córregos urbanos dos três municípios, ainda recebem solo oriundo de erosão, contaminação pela disposição inadequada de lixo e efluentes das estações de tratamento, com elevados índices de matéria orgânica, prejudicando a qualidade de água.

A desconsideração das fragilidades naturais e culturais, pode comprometer tais ambientes, principalmente com a possibilidade de diversificação e estruturação de novos produtos turísticos, a partir das potencialidades existentes e dos segmentos emergentes. Em especial, destacam-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a única unidade de proteção integral federal implantada em Mato Grosso do Sul, e maior área contínua de Mata Atlântica no Estado, o Geopark Bodoquena-Pantanal, que integra sítios arqueológicos, dos segmentos de turismo étnico, histórico- cultural (como o Cemitério dos Heróis, em Jardim), de natureza e ecoturismo e também os emergentes turismos de eventos e de experiência (projeto do Instituto Marca Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, e do SEBRAE) e dos potenciais geoturismo, turismo histórico-cultural e turismo rural, de base comunitária.

d) Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes

Registram-se no Polo Serra da Bodoquena, conforme os estudos diagnósticos, insuficiente interesse dos integrantes do *trade* turístico em investir no próprio negócio. Este fato é evidenciado pelo desconhecimento da maioria dos proprietários dos atrativos acerca das possibilidades que o turismo oferece como negócio, falta de incentivos para investimentos, falta de interesse em divulgar os atrativos.

Entretanto, embora desconhecidas pelos empresários, há uma grande variedade de iniciativas no âmbito da execução das políticas de desenvolvimento do turismo, promovendo a captação e o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais. As novas linhas de crédito criadas e que contam com melhores condições de financiamento, lastreadas com recursos de fundos e programas oficiais, vem facilitando e tornando mais acessíveis os produtos e serviços financeiros aos prestadores de serviços turísticos, oferecendo recursos para implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos turísticos no País.

Os empresários efetivos ou potenciais do Polo, entretanto, não conhecem muitas vezes estas diversas formas de promoção de investimentos nacionais e internacionais nem os incentivos representados pela oferta atual de instrumentos de crédito e financiamento na área do turismo em nível federal. Há necessidade do incremento das parcerias estabelecidas com os bancos públicos federais, com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito existentes, inclusive estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.

Além da oferta de linhas de crédito, porém, o incentivo para construção e modernização de equipamentos do turismo pode vir da identificação e cadastramento de projetos atrativos nas regiões e nos destinos turísticos, para divulgação a potenciais investidores no Brasil e no exterior.

Em nível estadual, o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR) não incluiu o turismo para concessão de benefícios fiscais.

Embora haja legislação de incentivo ao turismo no município de Bodoquena e Bonito, somente no primeiro há previsão de isenções de impostos. Quanto ao segundo, o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Bonito (PRODES)não se concretizou na prática em ações de fomento à atividade por parte da Prefeitura. Em Jardim, não foi registrado nenhum tipo de incentivo fiscal para as atividades turísticas.

Nem todas as atividades turísticas do Polo estão registradas no CADASTUR. Não há divulgação das diversas opções de turismo existentes no Polo, inviabilizando uma integração entre os atrativos turísticos existentes e potenciais.

Há também muitas reclamações acerca das dificuldades para a regularização das atividades turísticas, inclusive para atendimento das exigências ambientais, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais

custoso, o que pode ser considerado um fato inibidor do interesse não somente de novos proprietários quanto para as melhorias dos negócios existentes.

Apesar da complexidade para a superação deste fator crítico (o que o localizaria entre os externos), sua inclusão entre os internos justifica-se pelas possibilidades de ações de iniciativa municipal que poderão ser desencadeadas por pressões desenvolvidas pelo trade turístico.

e) Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo

A participação das comunidades locais no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo em todas as instâncias de governança pública, tal como para outras áreas econômicas, é fundamental. As localidades que desejam fomentar o turismo como opção de desenvolvimento socioeconômico dependem principalmente da participação e envolvimento crescentes da sociedade.

Esta necessidade ocorre simultaneamente na atualidade com o crescimento também dos diversos grupos sociais por participar, daí a necessidade de se ampliar os mecanismos com essa finalidade. Essa participação da sociedade na proposição de medidas possibilita a elaboração de práticas mais descentralizadas, distributivas e inclusivas. As comunidades passam a dispor de um maior acesso aos meios formais de decisão, e, em decorrência, as ações e decisões respondem de maneira mais adequada às demandas locais. Com essa ampliação do envolvimento da sociedade civil em diversas instâncias, são conquistados importantes espaços de participação democrática em deliberações sobre a condução de políticas públicas de turismo, especialmente em nível local.

Nesse sentido, destaca-se a constituição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Embora com lacunas, destaca-se o modelo de gestão participativa de Bonito (premiado como referência para outros destinos do Brasil), porém nos demais municípios do Polo, Jardim e Bodoquena, a efetiva atuação COMTUR é incipiente e seus impactos sobre a atividade ainda são pouco expressivos, sobretudo em Bodoquena, o mais recente no Polo. O fortalecimento do COMTUR de Bonito e a reestruturação dos de Jardim e Bodoquena, devem-se ao Programa de Regionalização e à ação de descentralização da gestão e fomento à boa governança e à participação da sociedade, promovidos pela FUNDTUR.

Destaca-se ainda o Fórum Regional de Turismo da Serra da Bodoquena, o que permitiu o envolvimento das populações locais, com a participação e discussão de temas relevantes que permeiam os interesses do turismo, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da região.

O Município de Bonito possui o maior grau de participação da sociedade civil dada à efetiva organização desta em associações e ONGs. Essas entidades possuem assento nos conselhos e atuação nos órgãos públicos, instituições internacionais de conservação e fundos nacionais e internacionais de financiamento.

Entretanto, os estudos diagnósticos mostraram que, apesar de o conjunto das estruturas técnicas das organizações estatais, parceiros institucionais e ONGs, como o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB) e a Fundação Neotrópica do Brasil, por exemplo, venha contribuindo positivamente

para o trade turístico e para o desenvolvimento do ecoturismo na região, e de alguma forma venha subsidiando as políticas públicas no sentido de estimular a construção de um ambiente de eficiência coletiva gerador de vantagens competitivas em setores selecionados, pode ser considerada ainda baixa a participação da sociedade nas discussões e envolvimento nos Planos e Programas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas.

6.4.2. Interferências dos Fatores Críticos Sobre os Impactos Ambientais das Ações do PRODETUR

Os fatores críticos externos e internos são essenciais para a compreensão dos cenários futuros esperados de desenvolvimento do turismo no Polo, que considerará as tendências atuais de desenvolvimento do turismo no Polo e também com a implantação das ações propostas.

Tais fatores constituem-se em ameaças aos impactos positivos e potencializadores dos impactos negativos esperados para o Programa.

Interessam particularmente os impactos estratégicos esperados da implementação dessas ações, ou seja, considerando seus efeitos cumulativos/sinérgicos positivos e negativos, conforme anteriormente identificados, ou seja:

- **Positivos** – melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais; melhoria da qualidade de vida da população; valorização dos produtos e destinos turísticos; reconhecimento da identidade cultural do Polo; fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.
- **Negativos** – aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais; alterações danosas no cotidiano da população; maior pressão sobre o patrimônio cultural; sobrecarga dos serviços públicos.

Os fatores críticos interferem no alcance dos resultados ou impactos de praticamente todas as ações previstas nos cinco Componentes Estratégicos. Assim, considerou-se mais pertinente analisar no Capítulo 3 a interferência de cada fator crítico como ameaça ou em sua capacidade de potencializar os efeitos cumulativos/ sinérgicos, ou seja, dos impactos estratégicos, tendo em vista que estes sintetizam o total dos impactos mais abrangentes e importantes das ações programadas pelo PRODETUR-MS.

Com essa finalidade, no Quadro 98 os fatores críticos externos e internos são reapresentados quanto a sua relação com os efeitos cumulativos/ sinérgicos. Embora os fatores críticos interfiram na maioria dos efeitos estratégicos, foram consideradas as interferências diretas.

Quadro 98 - Interferências diretas (D) e indiretas (I) dos fatores críticos externos e internos sobre os impactos estratégicos (efeitos cumulativos/sinérgicos) das ações previstas no PRODETUR-MS.

Fatores Críticos	Interferências nos Impactos Estratégicos								
	Positivos (Ameaçam)					Negativos (Potencializam)			
	Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais	Melhoria da qualidade de vida da população	Valorização dos produtos e destinos turísticos	Reconhecimento da identidade cultural do Polo	Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada	Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais	Alterações danosas no cotidiano da população	Maior pressão sobre o patrimônio cultural	Sobrecarga dos serviços públicos
Externos									
Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal.					D				I
Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico	I	I			D		I		I
Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável	I	I	D	D		I			
Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional			D			I	I	I	
Internos									
Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas	I				D				I
Desarticulação entre os componentes do trade turístico			D	D			I		
Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas	D			D		I		I	I
Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes	D	I	D			I	I		I
Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo	I	I	I	I	D	I	I	I	I

A seguir, são tecidas algumas considerações quanto às ameaças e potencializações produzidas pelos fatores externos e internos sobre os efeitos estratégicos.

a) Fatores externos

- Baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal e estadual e intermunicipal.

A articulação insuficiente das instituições entre os municípios do Polo e destes com os organismos nacionais e do Estado, principalmente em vista das desigualdades quanto à capacidade de pessoal, de infraestrutura organizacional e de apoio para a captação de recursos, traz entraves principalmente ao desejado fortalecimento da representatividade do turismo e da sociedade do Polo como um todo, em especial em instâncias que se referem ao desenvolvimento econômico e ao controle ambiental.

Na instalação de estruturas e ordenamento da atividade turística e da capacitação profissional, na organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos e nas ações visando ao fortalecimento institucional, a desarticulação institucional ameaçará a integração entre os municípios do Polo na exploração da atividade turística e nas ações educativas e de controle e fiscalização governamental, comprometendo a uniformização das informações, a atualização, aprimoramento dos instrumentos de regulação inserindo diretrizes e princípios voltados para a preservação dos recursos naturais e culturais na legislação e no planejamento estratégico de gestão e desenvolvimento do patrimônio turístico natural e cultural, em especial o geo-histórico.

Particularmente poderá ser afetado o esperado fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada no enfrentamento das questões pertinentes à gestão ambiental, tendo em vista que em grande parte esta é pertinente ao Estado e à esfera federal.

Uma interferência negativa também importante do fator crítico objeto deste item certamente será o enfraquecimento das políticas cuja implementação está afeta à esfera federal, tal como as ações relativas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico.

- Descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico

Ao afetar o planejamento futuro e interromper a execução de programas e obras em função de viés político eleitoreiro imediato, característico de muitas gestões públicas, a descontinuidade de ações administrativas ameaçará o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.

Isto porque poderão ser interrompidos bruscamente e/ou desaceleradas pela mudança de prioridades, as ações que disponibilizam ferramenta de apoio para a gestão da atividade turística, a implantação de estruturas para programas educativos e que aprimoram a capacidade de controle e fiscalização governamental, principalmente na área do meio ambiente, e que estimulam a integração entre os municípios na exploração da atividade turística, não esquecendo ainda o aumento da receita pública.

Essa interferência pode significar desperdício de recursos necessários ao fortalecimento das ações do poder público e, indiretamente, isto pode significar a interrupção de investimentos para a melhoria dos produtos e destinos turísticos e da qualidade de vida da população decorrente de tais investimentos.

- Falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável

No Polo Serra da Bodoquena, a incorporação do turismo como responsável por benefícios diretos efetivos e potenciais, provenientes da renda, emprego, conservação, investimento, infraestruturas, prestígio e ativação de pequenos negócios, reflete uma visão estratégica da importância econômica e social das atividades turísticas.

Entretanto, a insuficiência de uma sensibilização geral plena dos órgãos executivos e legislativos, com exceção até certo ponto do Município de Bonito, pode ameaçar os efeitos estratégicos de valorização dos produtos e destinos turísticos e de reconhecimento da identidade cultural do Polo, refletindo-se indiretamente na melhoria da qualidade de vida da população.

Observa-se que esta ameaça sobre a valorização dos produtos e destinos turísticos indiretamente ameaça a efetivação de outros efeitos estratégicos interligados, tais como a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais, e a melhoria da qualidade de vida da população, além de aumentar a pressão sobre as áreas turísticas em vista da falta de sensibilização sobre sua importância.

- Baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional.

Embora haja outros fatores externos que fogem ao controle das instituições e empreendedores nacionais e que influenciam a vinda de turistas estrangeiros, o alto nível de exigência dos turistas estrangeiros constitui-se em balizamento da ameaça desse fator crítico externo sobre a valorização dos produtos e destinos turísticos do Polo Serra da Bodoquena, tendo em vista as deficiências que hoje se verificam com relação ao atendimento das expectativas de hospitalidade dos visitantes.

Observa-se que indiretamente, produtos e destinos desvalorizados significam também indiretamente, qualidade negligenciada desses produtos e destinos e da própria vida da população, em vista de infraestrutura de informação, de transporte e de saneamento básico deficiente.

b) Fatores internos

- Baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas

A insuficiente capacidade da administração pública de planejamento e gestão do turismo nos Municípios de Bodoquena e Jardim, com ressalva para Bonito, fragiliza em especial o papel do poder público e da sociedade organizada do Polo pela ineficiência do controle e fiscalização das atividades turísticas e da disponibilização de mecanismos de estímulo a participação social. Indiretamente, essa

condição acaba interferindo na qualidade dos produtos e destinos turísticos e contribuindo para sobrecarregar os serviços públicos.

- Desarticulação entre os componentes do trade turístico

Pela importância estratégica da capacidade de associação das empresas representantes dos diversos elos ligados direta ou indiretamente à atividade turística, entre si e incluindo as estruturas governamentais, e com o crescente consenso da necessidade da cooperação público-privada e da gestão compartilhada, este é um relevante fator crítico interno, pois, ao lado da visão estratégica e do interesse dos proprietários, pode interferir diretamente na valorização dos produtos e destinos turísticos e no reconhecimento da identidade cultural do Polo.

Trata-se do envolvimento dos próprios atores no processo de desenvolvimento do turismo no Polo, indispensável para o sucesso de qualquer ação. Daí o alcance da fragilidade na integração dos componentes do *trade* turístico e nas instâncias de governança regional em seu papel de articular de maneira não tutelada esse processo de cooperação entre os atores.

- Fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas

Além de limitarem o uso dos recursos turísticos, a fragilidade destes constitui-se em fator crítico da maior importância no Polo Serra da Bodoquena porque interfere diretamente nas condições ecológicas e construções humanas e sociais da área turística, ameaçando a sua própria existência como produto e destino, ou seja, a sua qualidade ambiental e o reconhecimento de sua identidade cultural.

Indiretamente, essas condições potencializam as pressões sobre os ecossistemas e o patrimônio cultural, sobrecarregando o poder público para a manutenção dos fatores básicos para sua preservação.

- Desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes

A melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais e a valorização dos produtos e destinos turísticos são os efeitos estratégicos ameaçados diretamente pelo desinteresse de investimento dos empresários do setor turístico, seja utilizando recursos próprios, seja aproveitando os diversos mecanismos de estímulo creditício para tornar mais atrativos e eficientes seus produtos e serviços ou em sua divulgação.

Indiretamente, é a própria qualidade de vida da população que também é ameaçada, ao lado da potencialização dos efeitos negativos do aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais e sobre o patrimônio cultural pela falta de investimentos, levando o poder público a suplementar os investimentos necessários.

- Baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo

Uma sociedade pouco sensibilizada e participativa certamente interfere negativamente para o fortalecimento do papel do poder público porque as respostas e o nível de desempenho deste dependem das exigências colocadas pelas organizações sociais. Indiretamente, todos os demais efeitos estratégicos positivos podem ser ameaçados, tal a importância e influência desse fator crítico.

7. CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O processo de elaboração da AAE, requisito recomendado no Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental (BRASIL, 2005), contempla a construção de cenários, que correspondem à visão de futuro do turismo e dos objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade na região do Polo Serra da Bodoquena, em função de alternativas adotadas, que incluem, também, a possibilidade de nenhuma intervenção por parte do PRODETUR, o que levaria à concretização das tendências atuais encontradas.

Embora com algumas diferenças de interpretação, registra-se o consenso geral de que os cenários são visões consistentes e plausíveis da realidade futura, as quais são configuradas com base em suposições que consideram a interferência até certo ponto incerta de fatores críticos sobre o resultado almejado e que auxiliam nas tomadas de decisão no processo de planejamento.

Nesta AAE, os cenários são simulações de condições futuras de desenvolvimento ambientalmente sustentável e integrado do turismo no Polo Serra da Bodoquena, as quais são projetadas com base no conhecimento das atuais condições, com a finalidade de avaliar os impactos das intervenções governamentais e não governamentais sobre tais condições e sua evolução tendencial. Dessa forma, obtêm-se decisões fundamentadas na seleção das melhores alternativas para alcançar os objetivos almejados para o futuro.

O turismo é assim avaliado no Polo Serra da Bodoquena do ponto de vista ambiental, social e econômico, focado em uma visão de futuro que se orienta pelos princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável. Com essa finalidade, são comparadas as opções tanto de implementação das ações propostas quanto de não intervenção do PRODETUR, considerando-se, neste caso, a evolução tendencial do turismo como hoje se verifica no Polo. Assim, o PRODETUR pode assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão no Polo Serra da Bodoquena, uma área de expansão e potencial turístico.

Esta Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento Turístico baseou-se no diagnóstico e avaliação dos impactos das ações do PRODETUR, objetos dos produtos antecedentes, e também no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Serra da Bodoquena (BRASIL, 2011), com as adequações e recomendações consideradas pertinentes.

7.1. VISÃO DE FUTURO

Inicialmente, é importante ressaltar a visão de futuro apresentada pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013-2016, ou seja, posicionar o Brasil como uma das três maiores economias turísticas do mundo até 2022, quando o Plano estabelece como meta estratégica que o Brasil venha a ocupar a 3ª posição entre os países do mundo. Para o alcance desta meta concorrem um conjunto de políticas públicas e ações, em um esforço para alavancar e concretizar o enorme potencial turístico do País, bem como: o retorno do crescimento econômico nos países desenvolvidos, a realização dos investimentos

em infraestrutura, a exposição mundial do Brasil nos grandes eventos agendados e uma taxa de câmbio mais favorável ao turismo (BRASIL, 2013b).

Com relação à gestão, o PNT 2013/2016 estabelece como diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, entre outras, a participação e diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e renda, o incentivo à inovação e ao conhecimento e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Em Mato Grosso do Sul, segundo definido no Plano Regional de Desenvolvimento 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009), a visão de futuro diz que até 2030, o Estado consolidará a gestão pública por resultados utilizando o monitoramento e avaliação das ações governamentais por meio de indicadores físicos e financeiros regionalizados, reduzindo as desigualdades no nível de vida entre as regiões do Estado, consolidando a sua inserção nos mercados nacional e internacional, a integração fronteiriça e o aumento da riqueza, com responsabilidade social e ambiental.

Com esta finalidade, visando orientar as ações governamentais e da iniciativa privada, o Plano 2030 integra 15 ações estruturantes, emergenciais e estratégicas, entre as quais inclui: "Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura para Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado", com o objetivo de "Desenvolver, fortalecer, diversificar e implantar estrutura para aproveitamento do potencial e das atividades turísticas no Estado do Mato Grosso do Sul", por meio dos seguintes objetivos específicos:

- atrair e ampliar investimentos privados nos segmentos turísticos já existentes;
- ampliar e diversificar a oferta e serviços voltados para atender as demandas turísticas;
- ampliar as opções de gastos pelo turista;
- incentivar o ecoturismo e o turismo rural no interior;
- desenvolver ações para a valorização do artesanato, da cultura e da gastronomia estadual;
- ampliar as ações de serviços públicos essenciais, implantando o monitoramento e a fiscalização voltados para o cumprimento das legislações e normas vigente.

Espera-se, dessa forma, até 2030 transformar a atividade turística em uma das alternativas de diversificação da economia estadual, gerando empregos, divisas e valorizando a cultura regional.

Trata-se de visão de futuro convergente com o PDITS Serra da Bodoquena, que propõe a consolidação da região como destino turístico por meio de estratégias direcionadas para a ampliação, estruturação e diversificação e qualificação da oferta de produtos turísticos, a melhoria da infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio a proteção dos recursos naturais importantes para o turismo, o fortalecimento dos mecanismos de governança e a gestão pública voltados ao turismo, o amadurecimento nas relações público-privado e a profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. Significa, assim, consolidar o Polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional.

Neste estudo, adota-se como visão de futuro o desenvolvimento do turismo no Polo Serra da Bodoquena estruturado com base em objetivos de sustentabilidade que promovam benefícios sociais e

redução da pobreza com a geração de emprego e renda, a valorização da cultura local e, especialmente, a conservação e a gestão dos ativos ambientais de forma harmônica com as atividades do turismo.

7.2. OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

As diretrizes formuladas pelas Nações Unidas e em outros guias de sustentabilidade do turismo partem do entendimento de que a distribuição dos benefícios econômicos deste setor deve ser equitativa, contribuindo para reduzir as distâncias socioeconômicas, sem que isso se dê às custas da degradação ambiental, inclusive porque a perda de biodiversidade e a contaminação do ambiente resultam, a médio e longo prazo, em perda da qualidade e lucratividade do setor, especialmente no Brasil, onde o turismo depende fundamentalmente dos atrativos naturais. Os objetivos de sustentabilidade aqui apresentados procuram sistematizar como o desenvolvimento local poderá ocorrer em sintonia com o desenvolvimento do turismo no Polo, tendo como vetores de sustentabilidade: redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida; conservação ambiental e a valorização dos recursos turísticos; garantia de qualidade da oferta turística; promoção da estrutura de governança local.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD, 2010) e a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003), os governos, empresas e sociedade civil devem trabalhar em conjunto para o alcance dos objetivos de modo integrado. Destacam, também, o papel chave dos governos, reconhecendo que a iniciativa privada e/ou a sociedade civil sozinhas não lograriam êxito sem o papel do Estado nas suas devidas funções de planejamento, regulação e gestão do território e dos recursos naturais e culturais dos destinos turísticos, incluindo a definição de viabilidade do uso turístico de determinados locais.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007d, p. 16), a sustentabilidade é considerada "o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, tem possibilidade de tornar-se um fator motivador e mobilizador das instituições, regulando padrões de comportamento e valores dominantes". O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo.

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003, p. 24) como aquele que "atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro". Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser

satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluídos o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos.

A *United Nations Environment Programme/ World Tourism Organiza*tion (UNEP/WTO, 2005) recomendam os seguintes princípios norteadores para o planejamento em turismo sustentável:

- a conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço;
- o respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- a garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

O Código Mundial de Ética do Turismo foi criado por membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas, instituições e organismos que se reuniram em Assembleia Geral, em Santiago do Chile, em outubro de 1999 (FUNDATEC, 2000).

O Código cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo mundial no início do novo milênio, levando em conta que as estimativas são de que o turismo internacional quase que triplicará o seu volume nos próximos vinte anos. O texto está inspirado nas diversas declarações e códigos profissionais mundiais e tem como objetivo minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando os benefícios para os residentes, receptores dos destinos turísticos.

Expressa em seu item 3:

> 3. O turismo, fator de desenvolvimento sustentável.
>
> 3.1 É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.
>
> 3.2 Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na mediada do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
>
> 3.3 Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da

> atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.
>
> 3.4 As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. (...).
>
> 3.5 O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, desde que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) – entidade intersetorial do turismo criada em junho de 2002, apta a delimitar uma estratégia única para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade socioambiental adequados à realidade brasileira, por meio de um sistema de certificação independente – elaborou em conjunto com entidades ambientalistas, representantes de movimentos sociais e empresários e especialistas em turismo de todo o País, uma relação de princípios balizadores da atividade turística sustentável. Para tanto, acompanhou a iniciativa internacional e fez adaptações para a realidade brasileira, adotando os seguintes princípios:

- **P1. Respeitar a legislação vigente:** O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país, e as convenções internacionais de que o país é signatário.
- **P2. Garantir os direitos das populações locais:** O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive o respeito e a defesa dos direitos humanos e de uso da terra. E, ainda, manter ou ampliar, em médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.
- **P3. Conservar o ambiente natural e a sua biodiversidade:** Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural. Para tanto deve monitorar e mitigar, efetivamente, os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, além de considerar o contexto social e econômico existente.
- **P4. Considerar o patrimônio cultural e valores locais:** O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado. Para tanto, deve implementar e gerenciar em harmonia às tradições e valores culturais e colaborar para o desenvolvimento dessas regiões.
- **P5. Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos:** O turismo deve contribuir para fortalecer: as economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, o emprego, a renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.
- **P6. Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes:** O turismo deve avaliar e atender às expectativas do turista. Para tanto, deve estabelecer, documentar, divulgar e reconhecer padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento.
- **P7. Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis:** O turismo deve estabelecer procedimentos éticos na gestão de negócios, com vista a engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade. Deve também incrementar o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas com a sustentabilidade dos

destinos e do próprio negócio, desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão, de forma documentada.

Todos estes princípios são considerados nesta AAE como indispensáveis para se alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo.

Em síntese, porém, no que concerne ao turismo no Polo Serra da Bodoquena, espera-se que, de acordo com a visão de futuro desejado, seja estruturado com base nos seguintes objetivos de sustentabilidade:

- a conservação do ambiente natural e sua biodiversidade;
- a consideração do patrimônio cultural e dos valores locais;
- o estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- a garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes;
- o planejamento e a gestão responsáveis do turismo.

Estes princípios são agrupados nesta AAE nas dimensões ambiental, socioeconômica e cultural e político-institucional.

A Dimensão Ambiental (Natural) assegura a compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais. A promoção da dimensão ambiental da sustentabilidade nas atividades turísticas implica gerir riscos de grande complexidade. Considera os seguintes elementos:

- ecossistemas aquáticos e terrestres;
- áreas sensíveis e protegidas (Unidades de Conservação e demais áreas protegidas);
- qualidade ambiental dos atrativos.

Na Dimensão Socioeconômica e Cultural, observa-se a capacidade de gerar ocupação, emprego e renda como potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas, como um elemento complementar e amplificador dos impactos positivos das políticas de desenvolvimento. Na perspectiva cultural, as práticas turísticas, ao possibilitarem o encontro com o outro, propiciam um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos sobre o valor da cultura autóctone e o empenho por sua conservação.

Considera os seguintes elementos:

- identidade sociocultural das comunidades anfitriãs;
- distribuição dos benefícios socioeconômicos entre os atores envolvidos;
- inclusão social;
- direitos das populações locais;
- desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos;
- qualidade dos produtos e serviços

A Dimensão Político Institucional considera o respeito à legislação e a responsabilidade no planejamento e gestão ambiental, abrangendo os mecanismos de formulação e implementação de políticas públicas, as condições de governabilidade e a prática da governança.

É importante na análise da Dimensão Político Institucional a avaliação da qualidade da articulação entre as instituições públicas e privadas e a sociedade, segundo parâmetros de representatividade, participação e coesão, pois a apropriação do projeto pela comunidade é ponto fundamental para sua sustentabilidade. Também incorpora-se nesta Dimensão a infraestrutura urbana para o turismo, incluindo a acessibilidade e o saneamento.

Considera os seguintes elementos:

- formulação e implementação de políticas públicas;
- condições de governabilidade;
- prática da governança.

7.3. CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS

Nesta AAE, a análise considerou um horizonte de tempo de cinco anos, que coincide com o tempo previsto para a implementação das ações propostas pelo PDITS. O método de construção dos Cenários futuros do PRODETUR Nacional no Estado observou as recomendações do Termo de Referência. Assim, contemplou como ponto de partida, a discussão e definição da Visão de Futuro do turismo e dos Objetivos de Sustentabilidade para o turismo na região. Também foram considerados ainda os seguintes aspectos:

a) Eventos e investimentos previstos

Incidentes sobre o Polo Serra da Bodoquena, destacam-se os seguintes eventos e investimentos para o horizonte de estudo da AAE e que poderão repercutir sobre o Polo e, portanto, sobre as ações do PRODETUR, consideradas ações públicas setoriais já identificadas:

- **Voltados ao desenvolvimento do turismo**

o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul do Mato Grosso do Sul (Prodetur MS), no contexto da Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo

Neste Programa, insere-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena, um importante instrumento de planejamento do turismo no Polo. Seu objetivo principal é orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão. Portanto, é o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico. Outro instrumento importante é o Selo de Qualidade do Turismo.

- Programa de Regionalização do Turismo

Está prevista uma série de ações que visam dinamizar as atividades de fomento e promoção do turismo em Mato Grosso do Sul, fomentando as atividades que visem principalmente à estruturação e ao desenvolvimento do setor turístico nos 79 municípios do Estado.

Nesse sentido, novas estratégias de promoção do turismo serão realizadas antes e durante as feiras e eventos nacionais e internacionais em que o Estado participará. A promoção de treinamento e a qualificação durante os eventos serão diretamente ministradas aos empresários. O agendamento de visitas aos empreendimentos locais, também fará parte do trabalho, visando consolidar novas parcerias e ações conjuntas.

- Programa MS na Estrada

Forma de promoção itinerante, dentro do Estado, visando principalmente aprofundar o conhecimento do trade sobre o turismo dos municípios de Mato Grosso do Sul.

- Geopark Bodoquena-Pantanal,

Criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, engloba 11 municípios, dentre eles os três integrantes do Polo turístico Serra da Bodoquena, e atualmente se encontra em fase de preparação da documentação para obtenção do reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), visando integrar a rede global de Geoparks.

Anteriormente, o IPHAN/MS e a FUNDTUR estavam à frente da promoção de esforços junto aos municípios para a implementação de ações visando ao desenvolvimento de parte da área do Geopark Bodoquena-Pantanal, voltados à criação de um Roteiro Turístico Geocultural, em geossítios selecionados, capacitação dos guias de turismo já atuantes na região e a construção de um Centro de Referência em Geohistória em Bonito, como equipamento-chave para a articulação de ações, guarda de acervos geológicos e paleontológicos da região, e como unidade de cursos, seminários e capacitações. Atualmente, a FUNDECT/MS está conduzindo este processo.

- Festival de Inverno em Bonito

O evento cultural dura, em média, dez dias, e engloba: música, festas, teatro, exposições de artes plásticas, de fotografia, cinema voador, vídeo e palestras, e outros.

- Circuito Laço Cumprido, em Bonito.
- Ações para 2014:

Conferência de Ecoturismo e Turismo Sustentável 2014 (ESTC 2014), em abril, na cidade de Bonito, evento que vai reunir especialistas de todo o mundo para discutir questões do ecoturismo e sustentabilidade. Além disso, continuam as ações visando o posicionamento de mercado, fomento

regional, apoio aos *Conventions & Visitors Bureaus* do Estado, manutenção do mercado aberto, comunicação, entre outras

- **Programas de desenvolvimento econômico e social**

o Programa MS Competitivo

Tem por foco prioritário as condições dos fatores produtivos, mais especificamente a infraestrutura, a qualificação da força de trabalho, o conhecimento e a inovação, visando à concentração de ações na captação de novos investimentos da iniciativa privada. Entre seus objetivos, o Programa MS Competitivo busca fortalecer o turismo em Mato Grosso do Sul, com a atração de novos investimentos e desenvolvimento da infraestrutura.

o Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul (PDE/MS).

O PDE/MS busca superar os entraves para o desenvolvimento com relação à integração regional, por meio de rodovias pavimentadas e da complementaridade dos transportes mediante a intermodalidade, resultando na redução dos custos de escoamento da produção e de insumos, contribuindo assim para o incremento da produção estadual.

O investimento em rodovias constitui-se em uma das prioridades do planejamento estratégico governamental em nível federal e estadual, como o atestam, respectivamente, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), ao qual se integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os objetivos e metas inseridos no Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 – 2015, conforme a Lei nº 4.145/2011 (MATO GROSSO DO SUL, 2011b), um instrumento de planejamento instituído pela Constituição Federal de 1988, a ser observado na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Com esse objetivo, a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL) tem implementado um programa permanente de expansão, melhoria e conservação do sistema de transportes do Estado, particularmente das vias vicinais, sem as quais, na maioria das vezes, tornam-se problemáticos o escoamento da produção e a alimentação das vias denominadas corredores rodoviários, ferroviários ou hidroviários.

Com financiamentos obtidos junto a agências internacionais, tais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fonplata, além do Programa para Aceleração do Crescimento (PAC), o programa abrange a pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e Tratamento Superficial Duplo de aproximadamente 500 km e a reabilitação de cerca de 1.300 km de rodovias estaduais.

Nesse contexto, ressalta-se a pavimentação da BR 419 e a construção do contorno rodoviário de Anastácio/Aquidauana, por sua importância para o Eixo de Desenvolvimento do Turismo, situado no sudoeste do Estado, que inclui Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito, Bodoquena, Miranda,

Corumbá e Ladário, incorporando praticamente todas as paisagens importantes do Estado e áreas de valor patrimonial, ambiental, arqueológico e paleontológico.

Importante também é a duplicação com recursos do governo federal da rodovia BR-267/MS na travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, que está em fase de instalação e é uma dos principais acessos para quem sai de Campo Grande com destino aos atrativos do Polo Serra da Bodoquena.

A pavimentação da rodovia MS-178, ligando a região da Serra da Bodoquena ao Pantanal, em fase de conclusão, acaba com o ponto de estrangulamento que existia na interligação das três regiões turísticas, que compõem a Rota Pantanal-Bonito, facilitando a interlocução entre os dois polos.

- Outras ações implementadas de importância para o turismo no Polo:
  - construção do Aeroporto de Bonito - localizado na rodovia MS-178, a 13 km do centro de Bonito, distante 285 km de Campo Grande - MS, 1.170 km de São Paulo, 1.278 km de Brasília, 1.600 km do Rio de Janeiro e 1.050 km de Curitiba;
  - reforma da rodoviária do município de Bonito, com recursos do Ministério do Turismo (mas não proveniente do PRODETUR);
  - obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Bonito, por meio de convênio celebrado em 2004 com a PETROBRAS S.A., constando a SANESUL como órgão executor, tendo como meta atender a 100% da população urbana com coleta e tratamento de esgoto sanitário;
  - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Jardim, com recursos do Ministério das Cidades e tendo a Caixa Econômica Federal como agente repassador dos recursos;
  - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Bodoquena, com a execução de uma estação elevatória de esgoto, linha de recalque e interceptor;
  - obras de drenagem urbana em alguns trechos do município de Bonito, com recursos do Ministério da Integração Nacional;
  - implantação de sinalização turística, com recursos provenientes do Ministério do Turismo;
  - obras de drenagem de Bonito por meio do Programa Bonito-Melhor de Viver e Programa Pró-Municípios, do Ministério das Cidades.

- **Gestão ambiental e territorial**

- Programa de Descentralização das Ações para o Desenvolvimento Regional e Gestão Territorial

Visa implementar ações voltadas ao desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses, criando mecanismos de ajuda às administrações municipais na modernização da gestão pública local, oferecendo apoio técnico para acelerar o encaminhamento das demandas nas esferas estadual e federal.

Entre as medidas que estão sendo colocadas em prática para apoiar o desenvolvimento municipal inclui-se a estruturação, no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades (SEHAC), de mecanismos para atendimento aos municípios, na elaboração dos planos diretores, Agenda 21, planos de desenvolvimento local, bem como dar suporte aos municípios para a elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão de uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo e de política fundiária e habitacional urbana.

- Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado (ZEE-MS)

No que se refere à gestão ambiental, é importante destacar a implementação do instrumento preconizado pela Política Nacional de Meio Ambiente que promove o ordenamento do uso e ocupação do solo, por meio de diretrizes específicas para cada região. A primeira meta definida para elaboração do ZEE-MS é a reorientação do desenvolvimento do estado em bases sustentáveis, com ampliada integração ao mercado internacional, inclusão das comunidades locais nos processos econômicos e conservação ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2010e).

No ZEE, os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena são parte integrante da unidade de planejamento Zona Serra da Bodoquena (ZSB). Nesta, inclui-se entre as atividades recomendadas: implantação de empreendimentos e atividades voltados ao ecoturismo, aproveitando o potencial dos municípios de Bodoquena e Jardim para essa atividade, consolidando roteiros turísticos mais consistentes; e fortalecer o município de Bonito como Destino Nacional Indutor, em conformidade como enquadramento feito pelo Ministério do Turismo, incluindo, de forma ativa, as comunidades locais em sua cadeia produtiva. Além disso, a implantação de projetos e empreendimentos de aquicultura e a exploração sustentável das jazidas de mármore, calcário e fosfato, deverão se compatibilizar com a atividade turística e com a preservação dos complexos de cavernas existentes.

- Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (PERHMS), um dos instrumentos preconizados para dar suporte à gestão das águas.

- Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Miranda, em que se situa o Polo Serra da Bodoquena, atualmente em elaboração.

- Enquadramento dos cursos d'água, que estabelece as classes de uso que os cursos d'água devem manter. Atualmente, vem sendo requerida uma nova análise do enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do estado realizado em 1997, considerando os novos usos existentes, bem como suas próprias peculiaridades.

Na Serra da Bodoquena, somente a bacia do rio Formoso possui este enquadramento. O rio Formoso e seus afluentes até a confluência com o córrego Bonito, na Classe Especial, e os demais trechos, na Classe 2. Na Classe Especial, incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Já os corpos d'água da Classe 2,destinam-se ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (equicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

- Programa MS Sustentável – Saneamento Ambiental, Urbano e Rural (PROSANEAR), que objetiva promover atendimento à população com saneamento básico e coordenar e executar a política de meio ambiente e recursos hídricos em todo o território de Mato Grosso do Sul.

- Programa de Conservação do Solo e Água em Bonito: desenvolvido pela Prefeitura Municipal, em parceria com o Ministério Público Estadual; Plano de Desenvolvimento do Turismo; fase de finalização do Plano de Fortalecimento Institucional.

- Em Jardim - Projeto de recuperação de área degradada e gestão do depósito de lixo da cidade de Jardim; gestão e apoio à Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis Nossa Senhora Aparecida, com orientações sobre as atividades de coleta de resíduos recicláveis em implantação no Município; gestão compartilhada e acompanhamento das atividades da construção do aterro sanitário consorciado da cidade de Jardim; diagnóstico ambiental do Balneário Municipal, visando ao início das obras para requerer, ao Imasul, a licença de operação, e ainda apoio no ordenamento ambiental; adequação do Plano Diretor.

- Em Bodoquena - coordenação e fiscalização do projeto de recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, onde sedimentos da área degradada são carreados para o córrego da Maconha, que atualmente se encontra muito assoreado. São construídas curvas de nível para retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar. O projeto é desenvolvido com recursos do ICMS Ecológico; administração do viveiro municipal de mudas de espécies nativas, que são doadas para recuperação de mata ciliar e arborização urbana; projeto para implantação de aterro sanitário, Unidade de Processamento de Lixo (UPL) e coleta seletiva de lixo, que se encontra em fase de elaboração.

- Avaliações ambientais de empreendimentos:

Conforme as disposições existentes no Estado e nos municípios, a implantação dos empreendimentos requer consulta aos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e territorial competentes, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos. Entre os instrumentos exigidos, fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ou outro estudo de menor complexidade para o licenciamento das atividades.

O órgão responsável pela gestão turística, bem como qualquer outro órgão público envolvido com um determinado empreendimento, poderá solicitar uma cópia do RIMA para manifestação, podendo propor alterações ou sugerir que sejam realizados levantamentos complementares nas audiências públicas que são exigidas para atividades que necessitam de EIA/RIMA.

- **Planos e Programas a cargo de Organizações Não Governamentais (ONGs)**

Além dos investimentos públicos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul que vêm sendo realizados na área objeto de estudo, algumas ONGs também se fazem presentes na região desenvolvendo ações voltadas à conservação ambiental, entre as quais:

- Fundação Neotrópica do Brasil: Projeto Pé-da-Serra e Frutificando; Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena; Projeto Mimoso Vivo; Projeto Corredor de biodiversidade Miranda Serra da Bodoquena; Projeto de proteção e recuperação das nascentes e corpos d'água da microbacia do rio Anhumas na região da Serra da Bodoquena, Bonito, MS;

- Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB): Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda, Matas Ciliares; Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Serra da Bodoquena; Programa de Educação Ambiental Bonito Para Sempre - Fase I, II e III; 1a Feira Ambiental e Social de Bonito: conhecer para preservar.
- Instituto Família Legal: Programa Família Legal; Projeto Fibra Viva; Mãos do Cerrado; Projeto Inclusão Verde.

b) Conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR

As intervenções promovidas pelo PRODETUR buscam alinhar os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado.

Os segmentos que têm dinamizado o Polo Serra da Bodoquena são o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de natureza, que se posicionam no mercado turístico com as com as seguintes modalidades de produtos: cavidades e grutas, flutuação, mergulho, cavalgada, cachoeiras, balneários, camping e circuito aventura (*rapel*, boia *cross*, *bike tour*, arvorismo, bote e quadriciclo). O Polo Serra da Bodoquena (em especial o Município de Bonito) se consolidou como destino de ecoturismo. Os produtos derivados do ecoturismo, o turismo de aventura e turismo de natureza são os que mereceram a atenção do PRODETUR, pois podem contribuir para a definição do posicionamento competitivo da região no mercado turístico nacional e internacional, já que são capazes de criar uma identificação, uma marca da região na mente dos turistas.

Além dos segmentos mencionados, entretanto, encontra-se em processo de consolidação o segmento de negócios e eventos programados, bem como sendo desenvolvidas outras linhas de produto, tais como o patrimônio histórico-cultural e o artesanato, dentre outros. Destacam-se o turismo de experiência e o turismo de base comunitária.

Os principais eventos que vêm ocorrendo são: Festival da Guavira, Festival Gastronômico, Encontro Estadual de Clubes do Laço, Festa do Peão, congressos e congêneres e o Festival de Inverno de Bonito.

A criação do Centro de Convenções de Bonito, com capacidade para 1.700 pessoas, credencia a cidade para receber eventos nacionais e internacionais, como já têm ocorrido.

Com o segmento de negócios e eventos, serão criadas conexões com o Polo Campo Grande e Região, onde esse segmento tem sido mais intensamente promovido. Além disso, a sazonalidade do fluxo de turistas, principalmente na baixa temporada, será reduzida com os atrativos do segmento de negócios e eventos.

Quanto ao turismo de experiência, baseia-se em ativos imateriais, como cultura, lendas, mitos, danças, músicas, gastronomia, artesanato, contos e aromas de uma dada região, dentre outros exemplos. As atividades de estruturação já estão em andamento no Polo e ações estão sendo realizadas pelo Ministério do Turismo e pelo SEBRAE.

Já o turismo de base comunitária é desenvolvido por meio da integração de comunidades locais, como os assentamentos rurais, permitindo, assim, uma melhor integração da população com as atividades turísticas.

Observa-se que as ações promovidas pelo PRODETUR estão relacionadas aos fatores que comprometem sobremaneira os recursos naturais, como as deficiências do saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos e drenagem pluvial), da infraestrutura (transporte, hotéis, segurança, entre outros), da gestão socioambiental das atividades antrópicas e do aumento do número de turistas. A estratégia é diferenciar a região, transformando-a em um destino único, especial, capaz de criar bons sentimentos e emoções para quem a conhece e estimular a vontade visitá-la naqueles que ainda não a conhecem.

Entretanto, há outros produtos potenciais que devem continuar merecendo a atenção das políticas públicas e também do mercado empresarial, como os do segmento geocultural (turismo técnico-científico), que poderão ser explorados com a dinamização das atividades turísticas do Geopark Pantanal-Bonito e do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o turismo de pesca no rio Miranda e o turismo de base comunitária nos assentamentos, pequenas propriedades rurais e comunidades locais.

Uma vez superados os gargalos de infraestrutura existentes para consolidar a rota Pantanal-Bonito, novas potencialidades turísticas serão dinamizadas e criadas novas linhas de produtos para exploração.

Nesse sentido, as intervenções previstas pelo PRODETUR têm a seguinte perspectiva:

- fortalecer os mecanismos de governança e de gestão pública voltados ao turismo, incluindo coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados; promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística;
- ampliar, estruturar e diversificar a oferta turística do Polo Serra da Bodoquena, por meio da diversificação dos segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.
- melhorar a infraestrutura turística e de serviços básicos de apoio, por meio da ampliação e melhoria da oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no Polo;
- consolidar o polo como destino turístico integrado, sustentável e de qualidade internacional, por meio da promoção do aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional e de ações de sustentabilidade econômica e ambiental visando à melhoria da qualidade de vida da população local

Dessa forma, serão alcançados os seguintes resultados:

- a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa, priorizando a exploração da diversidade turística da região à formatação de novos produtos para a região e a capacitação profissional;
- a organização do processo de promoção e comercialização dos produtos turísticos da região, possibilitando uma maior visibilidade do destino turístico;
- a garantia de que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município, incluindo a modernização administrativa, a implementação de ferramentas de gestão, a capacitação técnica de equipes, a fiscalização e a monitoramento da atividade turística, além do fortalecimento das relações público–privadas, instigando o amadurecimento destas relações;
- a promoção de uma eficiente infraestrutura urbana, por meio de serviços urbanos adequados, entre os quais o saneamento básico;
- a promoção da qualidade ambiental e estímulo à participação da sociedade na atividade turística.

No contexto das ações promovidas pelo PRODETUR, destaca-se ainda a consideração de que é fundamental que a população local seja sensibilizada com relação à atividade turística, o que ocorre atualmente apenas em Bonito, visando desenvolver a percepção do turismo como uma atividade econômica alternativa de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, apoiando assim as iniciativas de dinamização do setor.

Das ações previstas no âmbito do PRODETUR entre os projetos de infraestrutura, foram elaborados somente os projetos de drenagem urbana das águas pluviais para os municípios de Bodoquena e Jardim.

No primeiro município, o projeto tem o objetivo de dar condições para que a rede alcance uma quantidade significativa da população, minimizando os efeitos de enchente no córrego João Augusto e empoçamento na área central, região da creche e da Viação.

Em Jardim, o projeto de drenagem identificou a necessidade de atender três regiões na área urbana: a região da Vila Angélica e centro (Bacia Nordeste), a região da Vila Brasil e centro (Bacia Sudeste) e a região da Vila Panorama (Bacia Noroeste).

Foram estabelecidas as premissas para a realização dos projetos de água, esgoto, ambiental e análise econômica e financeira das cidades de Jardim, Bonito e Bodoquena, que foram entregues, em agosto de 2004, ao BID.

Foi também elaborado o projeto de estradas vicinais do Município de Jardim, que ainda se encontra em discussão entre o MTur e o Estado de Mato Grosso do Sul.

O Plano de *Marketing* está sendo elaborado.

Por fim, a pavimentação da MS-178, trecho que liga Bonito a Bodoquena, totalizando 70 km de extensão, para cuja obra foi elaborado o Plano Básico Ambiental (PBA) e o Projeto Executivo, encontrando-se em fase de execução da obra com recursos do PRODETUR Nacional.

Estas ações do PRODETUR, apoiadas nos princípios do planejamento participativo, sustentabilidade, participação popular e fortalecimento institucional, já se refletem na estruturação da atividade turística no Polo, que tem resultado nas premiações dos destinos, aumento do fluxo de turistas, incremento de novos negócios e novos atrativos e melhoria das condições de vida da população local.

c) Propostas do PRODETUR e as áreas protegidas

A seguir são analisadas as propostas contidas no PRODETUR que se situam ou afetam diretamente as Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, existentes e propostas, assim como as situações específicas do principal bioma característico do Polo Serra da Bodoquena e, ainda, a proteção dos recursos hídricos, com foco nas bacias hidrográficas do Polo.

Atualmente há cadastradas na área do Polo 10 Unidades de Conservação, dentre as quais se encontram: duas federais, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (a única UC Federal de proteção integral de Mato Grosso do Sul) e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN América); e oito estaduais, sendo dois Monumentos Naturais, o do Rio Formoso e o da Gruta do Lago Azul, ambos em Bonito, e seis RPPNs, duas em Bonito, três em Jardim e uma em Bodoquena.

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena tem o objetivo específico de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Os Monumentos Naturais estão localizados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, de maneira a configurar um mosaico de terras protegidas que contribui para a efetividade do corredor ecológico Serra da Bodoquena-Pantanal, cuja finalidade é manter um corredor entre os biomas Cerrado e Pantanal.

Ressalta-se ainda que a posição da região da Serra da Bodoquena é estratégica para a conexão dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, o que justifica os títulos de prioridade extremamente alta para conservação no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira; zona núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, cuja principal função é assegurar a proteção da biodiversidade.

Em uma atividade turística onde serão utilizados diretamente recursos naturais, são importantes: a manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs); o respeito aos limites das unidades de conservação e suas respectivas áreas de amortecimento; áreas de solos vulneráveis, como solos arenosos, que possuem baixa resistência mecânica e alta susceptibilidade a processos erosivos; a manutenção da qualidade e quantidade da água; a capacidade de suporte do ambiente, principalmente em áreas frágeis.

Os investimentos oriundos do PRODETUR contribuirão para a preservação dessas áreas protegidas e o fortalecimento das Unidades de Conservação, tanto indiretamente, como diretamente tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental e a elaboração dos planos de manejo.

d) Consolidação dos significados de cada lugar turístico

No Polo Serra da Bodoquena, alguns parâmetros e culturas, comportamentos e condicionantes possuem ou podem possuir expressão na construção do lugar, o que se inscreve nos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo municipais.

O Plano Diretor do Município de Bonito (instituído pela Lei Complementar n° 085/2010) estabeleceu os objetivos e as diretrizes das políticas municipais para o desenvolvimento sustentável e a consolidação urbana do município.

Com relação ao ambiente urbano, busca cumprir os objetivos estratégicos da Política Municipal de Desenvolvimento, por meio da melhoria da qualidade de vida nas macrozonas urbanas, mediante o desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, a preservação ambiental, o fortalecimento da base econômica, a organização do espaço urbano, a melhoria da infraestrutura e dos serviços urbanos, a melhoria da qualidade das habitações e o desenvolvimento social da comunidade.

Na Macrozona Urbana são permitidos: habitações; comércio e serviços; instalações industriais de pequeno e médio porte; equipamentos destinados aos serviços públicos urbanos e comunitários de administração, saúde, educação, cultura, comunicação, esporte e lazer, transporte, saneamento e energia; equipamentos destinados a atividades de conservação ambiental ou à realização de projetos científicos, viveiros e de educação ambiental.

São diretrizes na Macrozona Urbana, entre outras, a consolidação dos bairros já ocupados priorizando a ocupação nas áreas de consolidação, inclusive nos processos de realocação de habitações localizadas em áreas de risco e áreas de preservação permanente; incentivo ao adensamento e diminuição do número de lotes vazios para o adequado aproveitamento da infraestrutura urbana já instalada; ocupação das áreas de expansão urbana apenas quando da consolidação das demais áreas urbanas; monitoramento das áreas de preservação permanente a fim de coibir novas ocupações irregulares e minimizar os impactos ambientais; promoção do paisagismo e arborização das áreas urbanas; compatibilizar os usos e atividades urbanas com a organização e aprimoramento do sistema viário, adequando-o às boas condições de pavimentação e sinalização e garantindo segurança à comunidade; adequação do sistema de circulação às pessoas com deficiência.

Constituem diretrizes da Política Municipal de Turismo de Bonito, entre outras:

- capacitação de empreendedores locais, notadamente no campo do ecoturismo;
- capacitação da população para atividades que se relacionem direta e indiretamente com o setor do turismo, objetivando a diversificação das atividades econômicas e a geração de emprego e renda;
- expansão e fortalecimento do comércio e serviços locais, para atendimento à demanda do turismo e da população, visando melhoria da oferta e qualidade;
- investimento nos atrativos do município, buscando destaque dos demais destinos turísticos por exclusividade, diferenciando-se a partir da qualidade dos serviços oferecidos;
- construção de parcerias intermunicipais, a fim de complementar as atividades turísticas na região;

- ampliação da atuação do município dentro da rota de turismo regional, captando visitantes durante todo o ano;
- realização de estudos de viabilidade e impacto ambiental para empreendimentos turísticos e manutenção dos dispositivos de proteção do meio ambiente dos atrativos em funcionamento;
- desenvolvimento da cultura local como meio de renda e emprego para a comunidade bonitense e incremento do setor do turismo.
- tratamento conjunto com os demais municípios, sempre que possível, dos assuntos relativos aos serviços públicos de interesse regional.

As intervenções do PRODETUR podem tornar a região um centro de referência em geohistória, a qual permitiria estruturar roteiros integrando o ecoturismo, o turismo histórico-cultural e arqueológico. Assim, possibilitam a criação de um roteiro universitário em parceria com as universidades que atuam em Bonito, em que o estudante participará de passeios em atrativos naturais, de eventos programados na universidade (palestras) e de visitas aos atrativos históricos ou geossítios.

Na área do Geopark Bodoquena-Pantanal estão identificados aproximadamente 417 sítios que associam os segmentos de turismo étnico, histórico, cultural, de natureza e ecoturismo. Um destes sítios identificados, o Cemitério dos Heróis (onde se encontram enterrados o coronel Carlos de Morais Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e o José Francisco Lopes, o Guia Lopes), localizado no Município de Jardim, estruturado, pode apresentar interesse e atratividade turística, por ser um dos monumentos relacionados à Retirada da Laguna, em 1867, episódio da Guerra do Paraguai, que constitui a mais famosa e trágica retirada do exército brasileiro.

O Centro de Convenções de Bonito é um espaço para eventos diferenciado. Sua arquitetura é inspirada na cultura indígena da região e se integra à natureza. Além disso, está equipado para receber eventos técnico-científicos, corporativos, culturais e religiosos. O espaço pode receber eventos de até 2.000 pessoas em seus auditórios, pavilhão de exposições, salas multiuso, restaurante, amplo estacionamento e área verde.

Ressalta-se ainda no campo das manifestações culturais da região, o artesanato feito da reciclagem do osso bovino, couro e restos de madeira, que busca alternativas produtivas, focadas na preservação ambiental e na criação de fonte de renda sustentável para a população mais carente da região.

Outra manifestação bem importante na região é a cerâmica confeccionada pelos índios Kadiwéu, conhecida internacionalmente como Cerâmica Kadiwéu. Produzem objetos utilitários e decorativos: potes, panelas, jarros, moringas, placas e animais.

7.3.1. Cenário de Referência (CR)

Para a caracterização do Cenário de Referência (CR), foram considerados os pontos fortes e fracos do desenvolvimento do turismo no Polo (forças e fraquezas), bem como os fatores críticos identificados na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico, de maneira a se obter uma visão do

ambiente projetada tendencialmente, sem a implementação das ações propostas. Considerou-se também: as ações públicas em andamento e previstas em planos e programas setoriais que possam interferir no desenvolvimento do turismo no Polo; as Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente, existentes e propostas; a proteção dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas onde o Polo se insere; os comportamentos e condicionantes culturais significativos para a construção do lugar.

O Polo apresenta potencial não só para a expansão das modalidades de turismo já consolidadas como para a agregação de novos públicos e novas práticas, como os eventos, negócios, geoturismo e inserção da visitação em Unidades de Conservação, diversificando o modelo de desenvolvimento turístico da região.

Sem as ações do PRODETUR, o Polo Serra da Bodoquena continuará sendo uma região destacada para o ecoturismo, turismo de aventura e de natureza, tendo em vista suas características naturais que despertam o interesse turístico e o tornam o principal destino do Estado, onde aparece um importante fluxo de turistas estrangeiros.

Entretanto, em que pese a grande potencialidade de desenvolvimento do turismo, o Polo vem apresentando dificuldades no que se refere ao planejamento estratégico, tático e operacional para a região e que o vem impedindo de explorar plenamente e de maneira sustentável o potencial existente, de maneira a diversificar a oferta turística, agregar valor e criar novas oportunidades de inclusão social e geração de renda.

A situação tendencial no CR é que Bonito continue concentrando a maior parte dos produtos principais estruturados, e, da mesma maneira, apresente maior diversificação de produtos complementares e periféricos, configurando competitividade ao destino, embora Jardim e Bodoquena possuam o mesmo ecossistema e potencialidades turísticas equivalentes proporcionadas pela formação calcária das rochas, presença de nascentes e cursos d'água formando corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais, com destacada transparência da água, além da diversidade de plantas e peixes. Esses atrativos naturais, somados à infraestrutura e aos serviços turísticos, à organização e gestão do turismo no local, sobretudo em Bonito, fazem deste um destino consolidado de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, e denota o mesmo potencial para Jardim e Bodoquena.

Nos próximos anos, complementando os principais segmentos do Polo, já consolidados, há ainda a possibilidade de estruturação de novos produtos, como o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, os turismos de eventos e de experiência, além dos potenciais geoturismo, turismo histórico-cultural e turismo rural, de base comunitária.

Criado em 2000 e ainda não aberto à visitação pública, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apesar da grande potencialidade turística em decorrência da presença dos Cerrados, Pantanal e Mata Atlântica e das nascentes dos rios Salobra e Perdido, não teve ainda o seu plano de manejo implementado, e a maior parte de sua área demanda regularização fundiária.

No que se refere ao turismo de experiência, projeto do Instituto Marca Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE),

implantado em 2010, atualmente, possui 18 atrativos integrando o projeto com produtos já estruturados (Restaurante Cantinho do Peixe, a Taboa Fábrica de Encantos, o Vício da Gula, o Projeto Jibóia, o Wetiga Hotel, a Associação Amigos do *Brazil* Bonito, o Restaurante Casa do João, a Associação Bonito Feito à Mão, o Buraco das Araras, a Estância Mimosa Ecoturismo, o Hotel Pousada Águas de Bonito, o Hotel Pousada Arizona, o Hotel Marruá, a Oca Bar e a Pousada Chamamé, além das agências de turismo Bonito *Way*, Agência Ar e Ygarapé *Tour*).

O Polo deverá fortalecer sua inserção no mercado nacional de eventos de pequeno e médio porte com a contribuição do Centro de Convenções de Bonito, implantado em 2006, como uma alternativa para incrementar o fluxo turístico na época de baixa temporada, período de realização da maioria dos eventos, assim como com o Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro, voltado a eventos de pequeno porte em Jardim.

Também o Geopark Bodoquena-Pantanal, com suas potencialidades nos segmentos naturais e culturais, sobretudo se obtida a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), passará a integrar a rede global de Geoparks.

Certamente continuarão a ser fortalecidos o artesanato típico que refletem a cultura e origem da comunidade local (peças em couro, osso, madeira, cerâmica, fibras vegetais, entre outras) e o turismo de base comunitária em assentamentos rurais e distritos (como os assentamentos Campina, Sumatra e Canaã, tradicionais produtores de abóbora cabotiã, em Bodoquena; o distrito de Águas do Miranda, tradicional destino de pesca, e o assentamento Santa Lucia, os dois em Bonito, onde existem duas unidades de produção dos doces e compotas “Pé da Serra”).

No contexto do mercado global dos segmentos consolidados e da vocação principal do Polo, bem como o crescimento do mercado brasileiro do ecoturismo, destacam-se as premiações seguidas de Bonito como melhor destino de ecoturismo, diferenciando o destino no mercado nacional e internacional.

Há uma tendência do aumento do fluxo de turistas na região, resultante, entre outras causas, do aumento gradativo da divulgação, da estruturação do destino, da dotação de infraestrutura econômica e social, da oferta de atrativos aos turistas, da estabilização da economia e do poder de compra dos consumidores.

Espera-se que sejam incentivados os investimentos privados em infraestrutura turística, resultando na manutenção da consolidação dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo vêm contemplando algumas atividades turísticas (meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas naturais, hotéis que obtenham a certificação no sistema de gestão da sustentabilidade para meios de hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico). Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções

esportivas por sediar a Copa Mundial de Futebol da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), em 2014, e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

Aspecto importante para a gestão da atividade turística no Polo é a capacidade de governança, atestada pela gestão ambiental e territorial. Entretanto, carências nessa área é o que indica o Cenário de Referência. Somente Jardim elaborou o seu Plano de Fortalecimento Institucional. Com relação aos planos diretores, somente o do município de Bonito foi aprovado recentemente por lei complementar, enquanto que Jardim está adequando seu Plano Diretor.

Bonito é uma referência de gestão para o Polo, porém, sua capacidade de destino indutor não interage nem se integra aos demais municípios – Jardim e Bodoquena - num propósito de desenvolvimento conjunto. Em especial nesses municípios, continuarão insensibilizados no nível desejado os órgãos do Poder Executivo e também do legislativo, sobre a importância do turismo para dinamizar as economias locais. Faltam políticas de investimentos públicos e/ou privados para todos os municípios para a exploração sustentável das potencialidades regionais e locais, de maneira profissional, sem empirismos no processo de estruturação e comercialização dos produtos.

Também continuará desigual entre os municípios a estrutura de governança e de gestão ambiental do turismo, com cada qual seguindo com suas próprias políticas e métodos de administração.

A tendência é a continuidade de ausência de interação estratégica entre os produtos e vocações turísticas, de maneira a possibilitar e incentivar a complementaridade do principal produto (turismo de aventura, ecoturismo e de natureza) aos demais atrativos culturais, agronegócios, eventos, geoturismo, dentre outros.

Considerando o Cenário de Referência, por serem fundamentais para o acesso e distribuição de fluxos turísticos, é importante destacar ainda as condições das estradas, pois a recuperação, manutenção e sinalização das principais rodovias necessitam de constantes investimentos. Ao longo das principais rodovias que interceptam o Polo, há diversos problemas, tais como: a ocorrência de animais silvestres na pista, a falta de acostamento, a deficiência nas rotas de acesso aos municípios (nos traçados e na sinalização), a necessidade de duplicação da pista e pavimentação de vias laterais de acesso na travessia de Guia Lopes da Laguna e a falta de sinalização horizontal em alguns trechos das rodovias.

Os níveis de segurança nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque, ou que atravessam as cidades de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, continuarão necessitando de investimentos para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades.

Outra questão relevante diz respeito à falta de regularização de diversos atrativos e às queixas dos empresários do setor quanto ao excesso de burocracia, taxas elevadas e falta de funcionalidade dos órgãos públicos que tratam da questão. Esses problemas estão contribuindo para dificultar a promoção do atrativo e sua comercialização.

São ainda insuficientes o nível de capital empresarial existente e o fomento à criação de redes que possam dinamizar os negócios na região.

Em suma, verifica-se atualmente no Polo Serra da Bodoquena a seguinte situação tendencial:

- a ausência de um monitoramento turístico sistêmico, sobretudo no que diz respeito à análise de mercado;
- a ausência de um setor específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas específicas da região, pois, é preciso balizar o posicionamento do destino com uma constante e recente base de dados locais, que reflitam as consequências da gestão pública e privada do setor de turismo;
- a necessidade de adequação e capacitação técnica dos recursos humanos para atender adequadamente ao turista;
- a necessidade de fortalecimento de grupos, associações; resgatando artesanatos tradicionais e manifestações típicas culturais regionais;
- a estruturação das linhas de produtos potenciais do polo, para a diversificação do portfólio estratégico: histórico-cultural, turismo de base comunitário, eventos esportivos, geoturismo, entre outros.

Assim, a tendência é de permanecerem atuantes as áreas críticas identificadas nos ambientes externo e interno do Polo, relacionados aos produtos e atrativos turísticos, integração turística regional e outros destinos, gestão pública e privada do turismo e meio ambiente, a infraestrutura turística, promoção e divulgação, demanda, proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo, inclusão social, acessibilidade rodoviária e infraestrutura básica.

Esses entraves na gestão do turismo repercutem em sua sustentabilidade no Polo, em suas diversas dimensões ambientais, socioeconômicas e culturais, destacando-se o alijamento da população dos benefícios representados pelo aumento da renda e do emprego, a falta do controle efetivo do uso e ocupação do solo pelos atrativos (como as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, em especial nos municípios de Jardim e Bodoquena), o fluxo descontrolado de turistas, condições inapropriadas de infraestrutura de acesso e saneamento, entre outros.

7.3.2. Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)

Para a caracterização do CDP, foram identificadas as mudanças que serão introduzidas no ambiente e avaliadas do ponto de vista da contribuição que farão à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável do Polo Serra da Bodoquena, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras Regiões do país.

A proposição das ações do PRODETUR levou em conta as áreas críticas identificadas nos ambientes externo e interno do Polo, relacionados aos produtos e atrativos turísticos, integração turística regional e outros destinos, gestão pública e privada do turismo e meio ambiente, a infraestrutura turística, promoção e divulgação, demanda, proteção ambiental dos recursos naturais utilizados pelo turismo, inclusão social, acessibilidade rodoviária e infraestrutura básica.

O Polo Serra da Bodoquena é objeto de ações que se iniciaram no segundo semestre de 2006, contemplando principalmente o fortalecimento empresarial e associativo, a qualificação de empresas e condutores e a busca pela excelência em segurança e gerenciamento de riscos.

As ações do PRODETUR poderão sensibilizar os empresários do Polo Serra da Bodoquena, capacitá-los e apoiá-los para captar recursos dessas fontes, e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, pois a região possui o menor número de empresas entre todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Principalmente empresas relacionadas ao setor turístico, seja na cadeia produtiva principal como na auxiliar, como as instituições de apoio e fomento ao turismo, promovendo estudos que orientarão as decisões empresariais e as áreas em que as políticas públicas deverão concentrar esforços de apoio.

No que se refere às ações voltadas ao Fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, no Cenário de Desenvolvimento PRODETUR apoiará a atuação de instituições como o SENAC, SEBRAE, universidades e faculdades nos municípios, superando os gargalos existentes nessa área. Isso vai ajudar a superar o obstáculo representado pela baixa qualificação da mão de obra existente nos municípios, que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas no Cenário de Referência, exigindo planificação eficaz para solucionar o problema.

Dessa forma, evitar-se-á o comprometimento da prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região em Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, pela falta de pessoal qualificado e equipado adequadamente para atender o mercado e o posicionamento competitivo que se deseja para a região, por meio da qualificação da oferta proporcionada pelas belezas naturais e patrimônio histórico cultural.

Quanto ao fortalecimento dos municípios no que diz respeito ao turismo e à gestão territorial, espera-se que as ações empreendidas superem as falhas na organização político-institucional da atividade turística e da desigualdade na estruturação das instâncias de governança existentes nos três municípios expressa em um quadro reduzido de pessoal de apoio, falta de setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, insuficiência de recursos orçamentários perante as necessidades de promoção da atividade turística e baixa sensibilização dos órgãos do poder executivo e também do legislativo sobre a importância do turismo como atividade econômica, capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

O sistema gerencial de informações turísticas também será bastante modificado em comparação com o Cenário de Referência, permitindo uma melhor gestão do turismo, a partir de dados precisos sobre o mercado turístico, perfil da demanda, gastos dos turistas durante sua estada, suas preferências, produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações, que embasarão o processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas, que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos.

Finalmente, o Cenário de Desenvolvimento PRODETUR aponta com relação ao Cenário de Referência, para o fortalecimento dos municípios no que diz respeito à gestão ambiental, hoje fragilizada pelas carências dos órgãos ambientais, em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Dessa maneira, haverá condições de conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos e a capacidade de fiscalizar e orientar os estabelecimentos, com o apoio do órgão estadual (SEMAC/IMASUL), que, embora necessitando de fortalecimento institucional, possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios do Polo Serra da Bodoquena.

Em suma, espera-se que no CDP sejam aprimorados o planejamento, implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo, melhorada a infraestrutura existente e promovida a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público.

7.3.3. Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)

Para a caracterização do CDS foram comparadas as tendências de desenvolvimento do turismo no Polo registradas no CR e as mudanças esperadas para o CDP, de maneira a se alcançar os resultados almejados na visão de futuro e nos objetivos de sustentabilidade ambiental, os quais orientarão a execução das ações do PDITS em direção ao CDS, possibilitando que a atividade turística se constitua como uma real alternativa de crescimento da economia do Estado e de prosperidade local, por meio da conservação, valorização e uso sustentável dos atrativos e da inclusão social.

7.3.3.1. Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR

Esta análise comparativa é estendida a cada um dos Componentes estratégicos. Seu propósito é apresentar as principais variáveis que, analisadas e comparadas com relação ao CR e CDP, possam conduzir à configuração do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, segundo a visão de futuro e objetivos considerados anteriormente. Entre tais variáveis, são importantes os fatores críticos e os impactos estratégicos das ações propostas em cada Componente.

Considerando os fatores críticos não equacionados pelas ações previstas no CDP e visando potencializar o alcance dos objetivos de sustentabilidade e da visão de futuro almejada, também são feitas recomendações de ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa, de medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc. e de ajustes / complementações no PDITS Serra da Bodoquena. Dessa forma se espera alcançar o CDS.

Nos Quadro 99, Quadro 100, Quadro 101, Quadro 102 e Quadro 103 é apresentada, com relação a cada um dos Componentes Estratégicos, uma análise comparativa do CR e CDP, considerando os fatores críticos identificados, bem como as recomendações de ações que serão necessárias para o alcance do CDS. Neste são apresentados os objetivos de sustentabilidade alcançados, sintetizados nas dimensões

ambiental, socioeconômica e cultural e político-institucional, as quais foram agrupadas, respectivamente, nos seguintes impactos estratégicos: melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais; melhoria da qualidade de vida da população, a valorização dos produtos e destinos turísticos e o reconhecimento da identidade cultural do polo e fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.

PRAÇA DA LIBERDADE
Bonito/MS
Foto: FUNDTUR/MS

Quadro 99 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 100 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 101 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 102 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

Quadro 103 - Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), a partir da avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR) e Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP), considerando o Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS para o Polo Serra da Bodoquena.

7.3.3.2. Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)

Com base nas considerações anteriormente apresentadas relativas a cada um dos componentes das ações do PRODETUR, o CDS é a seguir conclusiva e globalmente analisado, levando-se em conta inicialmente a relevância dos impactos estratégicos positivos e negativos e, na sequência, os objetivos de sustentabilidade que se espera que sejam alcançados. Busca-se, assim, verificar se as ações do PRODETUR, com os ajustes recomendados, conduzirão ao CDS em conformidade com a visão de futuro e princípios de sustentabilidade desejados.

a) Nível de relevância dos impactos estratégicos no CDS

A análise crítica de cada um dos fatores de avaliação das dimensões da sustentabilidade consolidou a análise dos impactos ambientais dos cenários. A partir dessa análise, e tendo como referência os impactos estratégicos identificados, fez-se a análise comparativa do CR e CDP, de maneira a avaliar o alcance dos impactos estratégicos no CDS.

Cada nível de relevância foi calculado com base nos seguintes critérios:

a) alterações positivas ou negativas dos fatores componentes de cada dimensão de sustentabilidade, conforme anteriormente relacionados nesta AAE (Capítulo 6):

- melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais;
- melhoria da qualidade de vida da população;
- valorização dos produtos e destinos turísticos;
- reconhecimento da identidade cultural do polo;
- fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada;
- aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais;
- alterações danosas no cotidiano da população;
- maior pressão sobre o patrimônio cultural;
- sobrecarga dos serviços públicos.

b) incidência direta ou indireta dos fatores críticos que obstaculizam os impactos positivos e potencializam os impactos negativos (4 fatores externos e 5 internos), considerando-se mais importantes aqueles que agem diretamente sobre os impactos estratégicos, conforme indicados no Capítulo 5 (item 5.3 - Fatores Críticos Externos e Internos para o desenvolvimento das ações do PRODETUR).

c) a efetividade dos ajustes recomendados para que os impactos estratégicos positivos e negativos sejam respectivamente potencializados e minimizados.

Com base nesses critérios, foram definidos seis níveis de relevância dos impactos nos três Cenários. Para o CDS, foi considerada a adoção das recomendações respectivas Quadro 104, é apresentada a avaliação comparativa dos níveis de relevância dos impactos ambientais nos três Cenários. Estes foram registrados em cores, conforme a legenda apresentada Figura 34 (variação do verde sinaliza os impactos positivos e do vermelho os negativos).

Figura 34 – Variação dos impactos positivos e negativos

Quadro 104 - Nível de relevância dos impactos estratégicos incidentes no Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS).

IMPACTOS ESTRATÉGICOS/CENÁRIOS	CENÁRIO DE REFERÊNCIA			CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR			CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE		
	Ambiental (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional	Ambiental (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional	Ambiental (Natural)	Socioeconômica	Político Institucional
Melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais									
Melhoria da qualidade de vida da população									
Valorização dos produtos e destinos turísticos									
Reconhecimento da identidade cultural do Polo									
Fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada									
Aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais									
Alterações danosas no cotidiano da população									
Maior pressão sobre o patrimônio cultural									
Sobrecarga dos serviços públicos									

Observam-se diferenças significativas entre os níveis de relevância. A quantidade de impactos positivos e seu nível de relevância vão respectivamente se ampliando e se elevando significativamente

considerando-se, nesta ordem, o CR, o CDP e o CDS. Em sentido contrário, observa-se a mesma evolução considerando-se os impactos negativos.

Estes resultados se devem basicamente às alterações positivas ou negativas dos fatores componentes de cada dimensão de sustentabilidade, ou seja:

- com relação à Dimensão Ambiental – os ecossistemas aquáticos e terrestres; as áreas sensíveis e protegidas; e a qualidade ambiental dos atrativos;
- com relação à Dimensão Socioeconômica e Cultural – a identidade sociocultural das comunidades anfitriãs; a distribuição dos benefícios socioeconômicos entre os atores envolvidos; a inclusão social; os direitos das populações locais; o desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos; e a qualidade dos produtos e serviços;
- com relação à Dimensão Político Institucional – a formulação e implementação de políticas públicas; as condições de governabilidade; e a prática da governança.

A evolução dos níveis de relevância dos impactos também se deve à capacidade das intervenções do PRODETUR de equacionar, ou neutralizar as ameaças representadas pelos fatores críticos, em especial aqueles que podem incidir diretamente sobre os impactos estratégicos, ou seja:

- a baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal; a descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico; a baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas e a baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo sobre o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada;
- a falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; a baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional; a desarticulação entre os componentes do trade turístico; e o desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes sobre a valorização dos produtos e destinos turísticos;
- a falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável; a desarticulação entre os componentes do trade turístico; e a fragilidade do patrimônio cultural nas áreas turísticas sobre o reconhecimento da identidade cultural do Polo;
- a fragilidade dos ecossistemas naturais nas áreas turísticas; e o desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes sobre a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais.

Como resultado, verifica-se que no CR, CDP e CDS há um aumento gradativo dos impactos positivos e descenso dos impactos negativos. Ressalva se o aumento das repercussões negativas da pressão sobre os ecossistemas naturais, tendo em vista que a sua fragilidade no Polo Serra da Bodoquena não poderá ser plenamente equacionada.

Fica demonstrado, entretanto, que no CDS, ou seja, com o atendimento às recomendações de ajustes feitas nesta AAE, estarão plenamente alcançados todos os impactos estratégicos positivos. Assim, a qualidade ambiental da área turística, a conservação dos ecossistemas naturais e a qualidade

de vida da população serão melhoradas e os produtos e destinos turísticos serão valorizados e se manterá a relevância do fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada. Quanto aos impactos estratégicos negativos, tornar-se-ão irrelevantes no CDS as alterações danosas no cotidiano da população, a maior pressão sobre o patrimônio cultural e a sobrecarga dos serviços públicos.

Apenas o aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais deverá permanecer, porém com uma relevância muito atenuada pelas ações recomendadas. Isto se deve, de um lado, aos efeitos do elevado crescimento que se espera no desenvolvimento do turismo, associado ao grande apelo dos atrativos de base natural e, de outro lado, às dificuldades relacionadas às transformações de ordem cultural que se busca com as ações recomendadas, bem como à alta fragilidade natural no Polo Serra da Bodoquena.

b) Objetivos de sustentabilidade no CDS

A análise dos objetivos de sustentabilidade é particularmente importante para a compreensão do CDS. Neste item busca-se verificar o alcance das ações do PRODETUR, associadas às ações recomendadas para se chegar a um cenário em que possam estar garantidos os seguintes objetivos:

- conservação do ambiente natural e sua biodiversidade;
- consideração do patrimônio cultural e dos valores locais;
- estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes;
- planejamento e gestão responsáveis do turismo.

Com base no atendimento aos aspectos envolvidos em cada um dos objetivos, foram definidos quatro níveis. A avaliação comparativa referente ao CR e CDP precede a apresentação do CDS. Com relação a este, foi considerada a adoção das recomendações respectivas.

No Quadro 105 os resultados são registrados em cores conforme a seguinte legenda.

	Alto alcance
	Médio alcance
	Baixo alcance
	Não alcance.

Quadro 105 – Avaliação comparativa do Cenário de Referência (CR), Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP) e Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) quanto aos objetivos da sustentabilidade.

Objetivos da Sustentabilidade	Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento PRODETUR	Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade
Conservação do ambiente natural e sua biodiversidade			
Consideração do patrimônio cultural e dos valores locais			
Estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos			
Garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes			
Planejamento e gestão responsáveis do turismo			

A seguir, estes resultados são discutidos no que se refere à concretização dos objetivos de sustentabilidade no CDS.

a) Objetivo: conservação do ambiente natural e sua biodiversidade

Observou-se com relação a este objetivo a garantia da compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais.

Isto será possível com o atendimento às recomendações, as quais conduzirão à melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais por meio da seguinte situação a ser viabilizada no CDS:

- Qualidade dos ativos ambientais da região e dos atrativos, embora incrementada, não garantida no nível requerido com relação aos ecossistemas aquáticos e terrestres e às áreas sensíveis e protegidas.
- Respeito às restrições de uso dos recursos naturais (ordenamento do uso do solo, dos recursos hídricos e de outros recursos naturais, respeitando as suas limitações e capacidades de suporte).
- Adequação do gerenciamento dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem urbana aos requisitos da sustentabilidade.
- Incremento da participação social na gestão do ambiente natural, porém não no nível requerido, em vista da imprevisibilidade das mudanças que conduzem neste sentido.

b) Objetivo: consideração do patrimônio cultural e dos valores locais

Na perspectiva cultural, as práticas turísticas, ao possibilitarem o encontro com o outro, devem propiciar um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos sobre o valor da cultura autóctone e o empenho por sua conservação.

Observou-se com relação a este objetivo a garantia da compatibilidade do desenvolvimento do turismo com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, como suporte e condição à vida, otimizando-a com o uso dos recursos naturais. Isto será possível com o atendimento às recomendações, as quais conduzirão à melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais por meio da seguinte situação que deverá ser alcançada no CDS:

- Incentivo à conservação do patrimônio histórico e cultural.
- Incentivo ao aproveitamento do patrimônio histórico e cultural como atrativo turístico.
- Promoção da capacitação do empresariado local voltada ao respeito e valorização da cultura e hábitos da população local e à disseminação da cultura da hospitalidade.
- Inserção de aspectos voltados à valorização paisagística no uso e ocupação do solo das áreas urbanas e nas estradas de acesso aos atrativos.
- Inserção de considerações voltadas à identidade cultural dos municípios nos conteúdos educativos e em sistemas de informação;
- Inserção de aspectos históricos e culturais no material promocional de divulgação do Polo.

c) Objetivo: estímulo ao desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos

Refere-se à capacidade de gerar ocupação, emprego e renda como potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas.

Isto será viabilizado no CDS em virtude do atendimento às recomendações, as quais conduzirão à seguinte situação:

- Direcionamento dos benefícios da atividade turística para a melhoria da qualidade de vida da região.
- Promoção da integração da população local na atividade turística, por meio da geração de empregos diretos e indiretos e de renda e do estímulo à produção regional e ao fornecimento de insumos (inclusão social).
- Estímulo e oferta de acesso a cursos voltados para o turismo.
- Melhoria da infraestrutura e de serviços disponíveis à população e aos visitantes.
- Garantia do acesso da população local aos recursos turísticos.

d) Objetivo: garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes

Este objetivo refere-se a uma mudança nos valores, normas, atitudes, crenças e comportamento por todos os atores envolvidos. O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos. É o que ocorrerá no CDS com a garantia de:

- Incentivo à adoção de métodos ambientalmente sustentáveis pelos estabelecimentos turísticos, com a instituição de mecanismos de controle de qualidade.
- Promoção da capacitação do empresariado local voltada ao respeito e valorização da cultura e hábitos da população local e à disseminação da cultura da hospitalidade.
- Promoção da coesão e articulação entre as empresas do setor privado e entre elas e o setor público.
- Melhoria da infraestrutura e serviços urbanos (saneamento, saúde, uso e ocupação do solo, segurança, serviços de apoio ao turismo, etc.).
- Promoção da qualidade do acesso (bom estado e bem sinalizado).

e) Objetivo: planejamento e gestão responsáveis do turismo

Considera-se aqui o respeito à legislação e a responsabilidade no planejamento e gestão ambiental, abrangendo os mecanismos de formulação e implementação de políticas públicas, as condições de governabilidade e a prática da governança.

- Melhoria da articulação entre as instituições públicas e privadas e a sociedade, segundo parâmetros de representatividade, participação e coesão.
- Melhoria da interação institucional entre as entidades públicas, principalmente as associadas ao turismo e ao meio ambiente.
- Adoção de critérios de transparência e de participação da sociedade no processo de tomada de decisões.
- Melhoria do processo de informação e comunicação.
- Criação de mecanismos de revisão para as decisões tomadas e para o desenvolvimento das atividades associadas ao turismo.
- Melhoria da infraestrutura urbana para o turismo, incluindo a acessibilidade e o saneamento.

Verifica-se que, embora a comparação entre o CR e o CDP mostre neste último a melhoria do alcance dos objetivos de sustentabilidade, é no CDS, porém, que serão alcançados com o índice mais elevado, desde que ao CDP estejam associadas as ações recomendadas.

Novamente, ressalta-se que no CDS ainda não será alcançado plenamente o objetivo de conservação do ambiente natural e sua biodiversidade, tendo em vista as dificuldades de se garantir a qualidade dos ativos ambientais da região e dos atrativos, devido à grande fragilidade dos ecossistemas aquáticos e terrestres e das áreas sensíveis e protegidas. Pesará neste resultado, principalmente, a impossibilidade de se garantir transformações culturais e de controlar o comportamento ecologicamente correto entre os visitantes.

BURACO DAS ARARAS
Jardim/MS
Foto: Alexsandro Loyola

8. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA

Os resultados das ações que serão implementadas no Polo Serra da Bodoquena deverão ser monitorados ao longo do tempo, a fim de se verificar o desempenho do Programa e a execução das ações no que concerne à efetividade do alcance dos objetivos e metas socioambientais conforme planejado.

Dessa forma, poderão ser acompanhadas e avaliadas a execução das ações propostas, bem como embasadas as tomadas de decisão pelas instituições públicas, organizações da sociedade civil, a comunidade e as empresas privadas, confirmando ou reformulando os planos de ação.

Os parâmetros e indicadores de desempenho propostos visam não só verificar se há desvios do que foi inicialmente planejado e, assim, corrigir as falhas identificadas, mas, também se os resultados estão se concretizando conforme ou mesmo próximo do esperado. Ter-se-á periodicamente, assim, informações que propiciarão a rapidez requerida para as mudanças que se fizerem necessárias.

No Quadro 106, Quadro 107, Quadro 108, Quadro 109 e Quadro 110 são apresentados com relação às estratégias estabelecidas para os Componentes 1 a 5, os fatores críticos, indicadores, recomendações e meios de verificação no monitoramento da execução desta AAE, com foco nos principais objetivos previstos.

BALNEÁRIO MUNICIPAL
Jardim/MS
Foto: Alexsandro Loyola

Quadro 106 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Estratégia do Produto Turístico do PRODETUR/MS.

Quadro 107 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Estratégia de Comercialização do PRODETUR/MS.

Quadro 108 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Fortalecimento Institucional do PRODETUR/MS.

Quadro 109 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos do PRODETUR/MS.

Quadro 110 – Recomendações e indicadores de monitoramento para avaliação de desempenho da Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Serra da Bodoquena relativos ao Componente – Gestão Ambiental do PRODETUR/MS.

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AAE

Esta Avaliação Ambiental Estratégica teve por objetivo avaliar as implicações socioambientais e promover a sustentabilidade do conjunto de ações previstas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena, por meio da identificação e avaliação dos efeitos ambientais estratégicos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais em grande escala. Trata-se de um instrumento de suporte ao planejamento da atividade turística que propicia uma visão integrada e crítica do turismo, com base na análise dos programas e projetos em execução no Polo numa perspectiva voltada para o turismo sustentável e para os riscos ao desenvolvimento desta atividade, que no Polo Serra da Bodoquena é fortemente vinculada aos atributos naturais.

Busca-se, como ressalta o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur (BRASIL, s.d.), integrar a Política de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e as demais políticas setoriais, ou seja, inserir a avaliação das principais implicações socioambientais do atual processo de desenvolvimento do turismo, suas tendências e conflitos, de maneira a subsidiar as tomada de decisão, garantindo assim que as questões ambientais sejam consideradas precocemente, antes, portanto, da formulação das políticas, planos, programas e projetos governamentais .

Buscou-se o alcance deste objetivo por meio das seguintes etapas de trabalho:

- caracterização da atual conjuntura do Polo, considerando os aspectos turísticos, ambientais, sociais, econômicos e institucionais, apontando as possibilidades de desenvolvimento do turismo de forma sustentável;
- identificação e avaliação dos impactos positivos e negativos potenciais diretos e indiretos e os efeitos cumulativos/sinérgicos provenientes das ações propostas no PDITS considerados em suas dimensões ambiental, social, econômica, cultural e institucional; também nesta etapa foram identificadas as medidas para evitar e mitigar os impactos negativos e potencializar e maximizar os impactos positivos.
- identificação dos cenários de desenvolvimento do turismo no Polo, incluindo o Cenário de Referência, tendencial, o Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, tendo por base a visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade desejados, considerando as alternativas de implementação das ações do PDITS, e o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, tendo por base a visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade desejados.

Os estudos demonstram que o Polo é considerado o principal destino de ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul e que ainda possui um grande potencial de expansão, pois há vários segmentos que podem ampliar a oferta de produtos turísticos, agregando valor e criando novas oportunidades de inclusão social, emprego e renda da população, e aumentando o poder de atratividade da localidade; o turismo é uma atividade consolidada, em especial no município de Bonito, importante para a região, com grande participação na economia e desenvolvimento.

O modelo de turismo praticado no Polo envolve atividades de ecoturismo, de aventura e de natureza, devido às características físicas e bióticas que despertam o interesse turístico, com rios de águas cristalinas, cachoeiras, grutas, fauna e flora exuberante. Entretanto, o Polo apresenta potencial para, além da expansão das modalidades de turismo já consolidadas, a adesão de novas práticas, como os eventos, negócios, geoturismo e inserção da visitação em Unidades de Conservação, diversificando o modelo de desenvolvimento turístico da região.

Há, entretanto, fatores críticos identificados no diagnóstico e que vêm se constituindo em ameaça para o desenvolvimento do turismo no Polo, como se seguem:

- baixa capacidade de articulação interinstitucional dos municípios relacionada ao turismo nos níveis federal, estadual e intermunicipal;
- descontinuidade das ações de gestão pública do setor turístico;
- falta de visão estratégica da importância econômica e social do turismo sustentável;
- baixa capacidade de atendimento tendo em vista o alto nível de exigência do turista internacional;
- baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas;
- desarticulação entre os componentes do trade turístico;
- fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas;
- desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes;
- baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo.

Verifica-se a necessidade de reforçar, principalmente nos municípios de Jardim e Bodoquena, o planejamento estratégico, tático e operacional para a região, buscando explorar o potencial existente, diversificar a oferta turística, agregar valor e criar novas oportunidades de inclusão social e geração de renda. As atividades turísticas nestes dois municípios do Polo necessitam de um maior controle com relação ao uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, aliado a uma maior exploração turística com a instalação de novos empreendimentos e captação de novos públicos, buscando o desenvolvimento sustentável dos municípios e consequentemente da região. Bonito é uma referência de gestão para o Polo, porém, como destino indutor, deve interagir e integrar junto aos demais municípios visando o desenvolvimento conjunto do Polo Serra da Bodoquena.

Torna-se necessário que se estabeleça um planejamento estratégico, integrando os setores e as comunidades envolvidas. No Polo Serra da Bodoquena o planejamento deve estabelecer ações que visem a consolidação dos produtos já existentes e a criação e expansão das oportunidades, diversificando as modalidades turísticas do Polo.

O desenvolvimento econômico da região deve envolver a valorização social, cultural e ambiental, de forma integrada entre o poder público, o setor empresarial e a sociedade. A criação e consolidação de novos atrativos turísticos dependem dos investimentos e devem ser identificadas as

características e identidades de cada região quanto aos atrativos praticados e as potencialidades existentes.

Os municípios do Polo devem estar preparados para receber os turistas, possibilitando uma melhoria nos serviços oferecidos e na qualidade de vida dos habitantes, com investimentos em infraestrutura, saúde e formação profissional, criando condições de desenvolver as atividades de forma eficaz e com qualidade, possibilitando um desenvolvimento econômico e social na região.

Para um maior desenvolvimento do turismo de maneira global e sustentável devem ser aplicadas ao Polo Serra da Bodoquena políticas de investimentos públicos e/ou privados para todos os municípios, explorando as potencialidades regionais e locais. Uma importância estratégica para o desenvolvimento do turismo no Polo é a interação entre os produtos e vocações turísticas, possibilitando e incentivando a complementaridade ao principal produto, que são o turismo de aventura, ecoturismo e de natureza, aos demais atrativos culturais, agronegócios, eventos, geoturismo, dentre outros, fortalecidos com a implantação e gestão de Unidades de Conservação, levando o desenvolvimento turístico aos municípios de Bodoquena e Jardim e reforçando ainda mais o desenvolvimento em Bonito.

Daí a necessidade das ações do PRODETUR-MS, visando garantir a continuidade do desenvolvimento econômico e social trazido pelo turismo. Na identificação e avaliação de impactos da Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul, os itens analisados consideraram o agrupamento das ações propostas nos cinco Componentes Estratégicos, conforme disposição do PDITS Serra da Bodoquena: 1 – Estratégia de Produto Turístico; 2 – Estratégia de Comercialização; 3 - Fortalecimento Institucional; 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos; e 5 - Gestão Ambiental.

Entre os efeitos positivos do Programa destacam-se:

- a valorização dos produtos e destinos turísticos,
- a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação dos ecossistemas naturais,
- a melhoria da qualidade de vida da população,
- o reconhecimento da identidade cultural do Polo e
- o fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada.

Há, entretanto, alguns fatores de risco levantados na fase de diagnóstico, que poderão se constituir em ameaças à consecução desses resultados.

Em vista da possibilidade maior de serem controlados e neutralizados, emergem como mais importantes os fatores internos: baixa capacidade municipal de gestão e de articulação institucional para execução de ações programadas, desarticulação entre os componentes do trade turístico, fragilidade dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural nas áreas turísticas, desinteresse de proprietários de produtos e serviços em investir no negócio turístico, em novas unidades ou equipando as existentes e baixa sensibilização e participação da sociedade no processo de desenvolvimento do turismo.

Tais fatores também ameaçam o alcance dos impactos positivos buscados com as ações do PRODETUR, quais sejam:

- aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais;
- alterações danosas no cotidiano da população;
- maior pressão sobre o patrimônio cultural;
- sobrecarga dos serviços públicos.

São interferências negativas sobre os efeitos estratégicos buscados pelas ações de todos os Componentes, as quais, porém, poderão ser em grande parte minimizadas por meio das medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos identificadas, bem como por meio do conhecimento e a antecipação de sua participação nos cenários de desenvolvimento das ações do PRODETUR-MS.

Na etapa de cenarização, foram caracterizados comparativamente o Cenário de Referência e o Cenário de Desenvolvimento PRODETUR. O primeiro compreendeu a projeção das tendências decorrentes da caracterização do ambiente indicada no diagnóstico sem de implementação do Programa, cuja projeção, hipótese compreendida no segundo Cenário, abrangeu a identificação e avaliação das mudanças esperadas do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável. A comparação entre estes dois Cenários subsidiou, por sua vez, a configuração de um Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, com base na adoção das diversas ações recomendadas.

Tendencialmente, o Cenário de Referência do Polo Serra da Bodoquena vem apresentando uma grande expansão de seu potencial turístico. Os dados diagnósticos mostram que o mercado turístico do Polo, embora caracterizado pela fragilidade de seus atrativos, ainda possui um grande potencial de crescimento, pois há vários segmentos potenciais e emergentes, tais como os de negócios e eventos, o turismo da experiência e outros, que podem ampliar a oferta de produtos turísticos, agregando valor e criando novas oportunidades de inclusão social, emprego e renda da população, e aumentando o poder de atratividade da localidade.

Nesse sentido, destacam-se importantes potencialidades locais que seguem praticamente inalteradas, como atrativos em Jardim e, especialmente, em Bodoquena, o turismo de base comunitária, englobando distritos e assentamentos rurais, e o turismo histórico-cultural.

Com relação à infraestrutura, destacam-se a viabilização do acesso aéreo com a implantação do Aeroporto Municipal de Bonito e a melhoria das condições de tráfego das principais rodovias de acesso, em especial a pavimentação da MS-178 no trecho Bonito-Bodoquena, que adequará a interligação desses municípios entre si e com outros destinos e produtos, como o Pantanal e o Trem do Pantanal, além de promover o desenvolvimento dos atrativos turísticos em suas margens.

Também o sistema de saneamento vem se desenvolvendo expressivamente, sobretudo o esgotamento sanitário, embora com necessidades de ampliá-lo em Jardim. A drenagem urbana e o sistema de gestão de resíduos sólidos de Jardim e Bodoquena também necessitam de adequações.

Com relação os aspectos político institucionais, observa-se o crescente aprimoramento da gestão do Polo, por meio dos municípios e da FUNDTUR, desenvolvimento da gestão pública ambiental e o atuante terceiro setor, importante fator responsável pelo seu posicionamento como uma referência nacional e pelas sucessivas premiações obtidas.

Primordial para este sucesso tem sido a valorização do planejamento, em especial o Plano de Ação da FUNDTUR e a elaboração do PDITS Serra da Bodoquena em 2004 e sua atualização em 2011, tendo em vista o foco na visão de longo prazo, na participação e envolvimento dos atores envolvidos e das comunidades locais, na articulação institucional e na sustentabilidade.

Este aprimoramento reflete-se positivamente na conservação dos recursos naturais e das áreas protegidas, pois os empreendimentos vêm regularizando sua situação frente ao licenciamento ambiental, os planos de manejo de unidades de conservação vêm sendo gradativamente elaborados e implementados, os municípios vêm tendo acesso ao repasse do ICMS Ecológico. Há, porém, necessidade de ampliação do monitoramento da qualidade da água, do desenvolvimento de outros mecanismos sistêmicos de monitoramento ambiental e de estudos, como de determinação técnico-científica da efetiva capacidade de carga dos empreendimentos turísticos.

Daí o alto significado das ações incorporadas ao Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, visando garantir a continuidade do desenvolvimento econômico e social trazido pelo turismo.

Estrategicamente, a implantação do PRODETUR-MS terá a capacidade de criar uma ambiência favorável à atração de investimentos relacionados aos negócios turísticos e, ao mesmo tempo, permitirá o adensamento dos elos das cadeias produtivas principais e periféricas do turismo.

A esperada maior competitividade no mercado turístico do Polo, atraindo maior fluxo e aumentando a possibilidade de permanência do turista no Estado, será fortalecida pelas rotas turísticas existentes e os incentivos para outras novas, permitindo ainda maior integração entre os Polos de Mato Grosso do Sul.

Para a melhoria da qualidade ambiental da área turística e aumento da conservação do patrimônio natural deverão interagir principalmente os impactos potenciais das ações que contribuirão para a adequação da atividade turística à fragilidade do meio natural, com a prevenção e redução dos impactos ambientais negativos da atividade turística, a melhoria do ambiente no local dos atrativos e as condições hídricas em vista da melhoria das condições de destinação dos resíduos sólidos e do esgotamento sanitário.

É importante também o esperado aumento da eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos, decorrente tanto do aumento do conhecimento sobre os recursos turísticos e meio ambiente e do estímulo à sensibilização e desenvolvimento da consciência quanto à utilização de práticas ambientalmente sustentáveis, quanto da melhoria da capacidade de gestão pública municipal.

Ressalta-se que o turismo em municípios com recursos naturais dotados de potencialidade turística, como Bonito, Bodoquena e Jardim, no caso dos dois últimos, se estruturados os produtos turísticos, estes passam a atuar como um instrumento de conservação ambiental, visto que o uso sustentável desse recurso gera receita aliada à conservação do meio ambiente. A ampliação da atividade turística no Polo, em especial em Bodoquena e Jardim, pode fortalecer a conservação da biodiversidade, desfavorecendo a implantação de atividades potencialmente poluidoras na região ou a ampliação das existentes.

A melhoria da qualidade de vida da população terá a contribuição decisiva principalmente dos ingressos esperados para um significativo contingente populacional, em especial pelo fortalecimento do capital humano. Este efeito será proporcionado pela cumulatividade/sinergia de impactos provenientes de diversas ações, pela inclusão social de segmentos marginalizados de mão de obra, como os deficientes físicos, e pelo fortalecimento de empresas domésticas, do artesanato e dos produtos da agricultura familiar locais, fortalecidas pelas organizações sociais e redes de associativismo e a maior segurança social para a implantação e ampliação das atividades.

O capital social será fortalecido com a valorização e fomento à produção local nos três municípios do Polo, inserindo a produção na cadeia do turismo e formatando produtos turísticos em assentamentos e pequenas propriedades rurais.

Assim, o aumento do fluxo de turistas e a implantação das ações de inserção da comunidade local, previstos no PRODETUR-MS para o Polo Serra da Bodoquena, naturalmente despertam oportunidades de negócios, induzindo à diversificação da produção local, sobretudo da produção familiar.

Por outro lado, o desenvolvimento do turismo local mostra que as atividades turísticas, mesmo nos equipamentos e serviços que demandam mão de obra mais intensivamente, não induzem à imigração de pessoas, que gerariam conflitos com outros setores econômicos da região, pois, quantitativamente, a demanda é pequena se comparada a indústrias e grandes empresas, por exemplo, e qualitativamente, o perfil da mão de obra é distinto.

É importante mencionar ainda a melhoria da infraestrutura e de serviços públicos locais exigidos pelo mercado turístico em termos de saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, serviços de saúde, entre outros serviços vitais ao turismo e positivos à comunidade, sobretudo em Jardim e Bodoquena.

Por outro lado, o reconhecimento da identidade cultural do Polo por meio da implantação do PRODETUR-MS, será propiciado pelas ações que aumentarão o conhecimento das características culturais por parte das comunidades locais, a melhoria da capacidade de gestão pública municipal da sustentabilidade da atividade turística, a capacitação dos professores com relação aos conteúdos incluídos na noção de turismo sustentável, os quais concorrerão para que a população perceba e reconheça a riqueza dos bens histórico-culturais e patrimoniais locais, e, em consequência, valorize o destino e reforce assim o sentimento de pertencimento e de identidade cultural; em consequência, as comunidades se sentirão mais sensibilização quanto à necessidade de proteção desse patrimônio.

Com relação ao fortalecimento do papel do poder público e da sociedade organizada, trata-se de um dos objetivos essenciais para a sustentabilidade ambiental do turismo na implementação das ações previstas nos diversos Componentes. Servirá como balizador da formulação de políticas públicas pelos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como instituições do terceiro setor, fortalecendo outros planos, projetos e programas locais que apresentam interface com o PDITS Serra da Bodoquena, integrando ações entre as instituições, aumentando o potencial de captação e mobilização de recursos.

Para esse fortalecimento institucional serão importantes a esperada melhoria do sistema de gestão pública da atividade turística, incluída a disponibilização de ferramentas de gestão eficientes e eficazes e a capacidade de controle e fiscalização por parte dos organismos ambientais municipais e do Estado, e a formulação e implementação de uma legislação municipal adequada aos princípios da sustentabilidade ambiental.

No Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, ressalta-se a grande fragilidade dos ecossistemas da região, o que exige um disciplinamento imediato do fluxo de turistas que, se não ordenados rapidamente, poderão resultar em degradação continuada e levar, inclusive, à destruição dos atrativos e ao desaparecimento dos ecossistemas nos quais eles se inserem. Além disso, para o pleno alcance dos objetivos de sustentabilidade do turismo, é indispensável nesta AAE o atendimento das seguintes recomendações anteriormente elencadas quando da análise do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade:

- Estabelecer e manter um banco de dados permanentemente atualizado, com aporte de informações sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, associando informações de caráter ambiental, socioeconômico, cultural e político-institucional.
- Promover o resgate e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região na cadeia do turismo, fortalecendo o capital social e a agricultura familiar.
- Manter no banco de dados aporte permanentemente atualizado de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para o desenvolvimento do turismo sustentável.
- Criar leis municipais de incentivos voltados à consolidação e melhoria dos atrativos e serviços turísticos existentes e à expansão de oportunidades de diversificação das modalidades turísticas, incluindo exigências de adequação aos objetivos da sustentabilidade.
- Melhorar as condições da infraestrutura e equipamentos urbanos existentes e ampliar a cobertura do saneamento básico (abastecimento, coleta e disposição de resíduos sólidos, esgotamento sanitário), segurança e acesso viário, integrando os objetivos de sustentabilidade do turismo.
- Estabelecer parcerias com os setores públicos e privados que contribuam para a melhoria da qualificação e capacitação profissional local para o atendimento do turista.
- Incluir no desenvolvimento turístico da região a valorização social, cultural e ambiental, de forma integrada entre o poder público, o setor empresarial e a sociedade, por meio da consideração das características e identidades da região.

- Integrar o turismo aos programas de desenvolvimento local, visando associar as atividades tradicionais e histórico-culturais ao turismo e promover a ampliação da renda.
- Promover a participação dos agentes e atores de turismo nos instrumentos associativos existentes e em novos a serem criados, com o apoio do poder público.
- Promover o planejamento anual das atividades turísticas de maneira integrada entre os componentes do *trade*, visando à melhor distribuição do fluxo de visitantes.
- Manter banco de dados com aporte permanentemente atualizado de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para o desenvolvimento do turismo sustentável.
- Promover encontros e reuniões de proprietários de produtos e serviços, bem como outros interessados, visando estimulá-los e capacitá-los para investir no negócio turístico.
- Instituir instrumentos de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais voltadas à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/ profissional envolvido na atividade.
- Instituir e manter o planejamento da comercialização do turismo periodicamente atualizado baseado em critérios técnicos e nos objetivos da sustentabilidade, por meio da definição de indicadores de monitoramento e controle qualiquantitativo do fluxo turístico integrado às condições ambientais, socioeconômicas e político institucionais (definição de prioridades e orientações estratégicas, crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, atendimento da infraestrutura e dos índices de crescimento do fluxo de turistas, pesquisa)
- Criar estrutura governamental de apoio aos pequenos empresários para o planejamento da comercialização de seus atrativos e serviços por meio da formulação e produção de material promocional e informativo.
- No planejamento da comercialização, priorizar a integração de roteiros e eventos e a sua divulgação.
- Promover a participação de todos agentes e atores de turismo no planejamento da comercialização dos atrativos e serviços, por meio dos instrumentos associativos existentes e os novos a serem criados.
- Criar estrutura governamental de apoio aos proprietários de atrativos alijados da comercialização por meio da formulação e produção de material promocional e informativo.
- Reforçar a marca conjunta Bonito-Serra da Bodoquena no trabalho de *marketing*, não apenas o município de Bonito.
- Incluir no Plano de *Marketing* instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos atrativos.
- Implantar sistema integrado de gestão do turismo, por meio de parcerias abrangendo os órgãos afins e os gestores municipais e estaduais, especialmente os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística.
- Estimular a cooperação técnica com instituições de pesquisa, de caráter sistemático e contínuo, que direcionem as alternativas gerenciais e subsidiem as políticas do setor.
- Promover a cooperação técnica entre os municípios do Polo entre si e com instituições governamentais de pesquisa e gestão visando identificar as variáveis e projeções, de caráter sistemático e contínuo, que fortaleçam os sistemas de governança dos três municípios, direcionem as alternativas gerenciais e subsidiem as políticas do setor.
- Estabelecer sistema de informações estadual, alimentado por estudos periódicos e dados obtidos sistematicamente a partir de indicadores definidos, possibilitando o provimento de subsídios à gestão do Polo.

- Instituir os programas e ações por meio de instrumentos normativos e de monitoramento de resultados, que lhes imprimam continuidade e avaliações periódicas.
- Estabelecer parcerias entre os diversos órgãos setoriais envolvidos na gestão do turismo, visando imprimir eficiência e agilidade na execução das ações planejadas por meio da otimização dos recursos humanos e materiais.
- Incluir no Plano Plurianual (PPA) e orçamento municipal anual, a alocação de recursos necessários à execução das ações programadas.
- Priorizar a instalação de colegiados municipais intersetoriais, que permitam o tratamento integrado das estratégias de sustentabilidade do desenvolvimento local e assegurem a participação na elaboração das políticas públicas de meio ambiente e turismo.
- Promover programa de captação de recursos compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo, de maneira integrada com as diversas instituições de fomento, o setor empresarial e a sociedade civil.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa visando capacitar os gestores e conselheiros municipais como agentes responsáveis pelo processo de desenvolvimento do turismo sustentável.
- Promover ações articuladas entre as instituições públicas e privadas relacionadas com o turismo, visando inserir nos órgãos colegiados os conceitos e objetivos do turismo sustentável e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico.
- Instituir certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/ profissional envolvido na atividade.
- Executar ações que possam concorrer para criar e/ou aumentar a sensibilização e a participação dos gestores privados e públicos, trabalhadores, utilizadores dos atrativos, da população direta e indiretamente envolvida no desenvolvimento do turismo sustentável da região, permitindo a participação efetiva e qualificada nos processos de tomada de decisões.
- Estimular a formação de consórcios intermunicipais que permitam a articulação de ações e instituições para a gestão do saneamento básico.
- Executar as ações relativas ao saneamento básico previstas: ampliação da cobertura de esgotamento sanitário nos municípios de Bodoquena e Jardim; implantação do sistema de drenagem de águas pluviais de Bodoquena e do córrego Cachoeirinha em Jardim; melhoria da gestão de resíduos sólidos, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos três municípios; desenvolvimento e implantação da infraestrutura e os procedimentos para a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos; estímulo à organização de cooperativas para a inserção dos catadores de lixo; desocupação das áreas de fundo de vale por moradias e atividades econômicas nos municípios de Bodoquena e Jardim;
- Fortalecer o efetivo policial, capacitando-o para o bom relacionamento e como multiplicadores dos conceitos de sustentabilidade junto à população residente e turistas.
- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial e controlar o lançamento de esgotos *in natura*.
- Melhorar as rodovias vicinais que dão acesso aos atrativos.
- Avaliar na fase de projeto do esgotamento sanitário, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.

- Instrumentalizar os órgãos municipais de gestão para o exercício integrado do planejamento e monitoramento socioambiental, aparelhando-os tecnicamente (pessoal, equipamentos) para a implantação da Política Municipal de Meio Ambiente.
- Fortalecer a SEMAC/IMASUL como importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.
- Estimular a formação de consórcios municipais que permitam a articulação de ações e instituições para administrar os resíduos sólidos sob a perspectiva de geração de novas riquezas e negócios, criando postos novos de trabalho e promovendo a inserção social por meio da reciclagem, estimulando a adoção da ecoeficiência nas empresas e disseminando na sociedade a necessidade de um consumo consciente.
- Divulgar informações e capacitar os proprietários dos atrativos sobre as exigências legais relativas à conservação ambiental.
- Incluir, no Código de Meio Ambiente, a previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental pelo uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental.
- Promover a capacitação da população e sua inclusão nos programas de formação de guias de turismo.
- Monitorar o licenciamento ambiental e a elaboração dos estudos ambientais requeridos referentes aos projetos e obras previstos.
- Criar selo de produto sustentável visando premiar o produto ecoeficiente e produzido com responsabilidade socioambiental.
- Garantir a participação dos setores de gestão ambiental nos colegiados municipais intersetoriais.
- Levantar as necessidades de legislação e demais normativas de controle e monitoramento ambiental, visando inseri-las no Código de Meio Ambiente, como estratégia para a compatibilização das diretrizes nacionais de gestão, compartilhadas pelo Estado com os municípios, em especial, no que se refere às competências e assegurando a participação social, por meio do estimulo à criação dos colegiados.
- Levantar as necessidades operacionais dos municípios para o cumprimento das atribuições previstas na legislação ambiental.
- Definir a capacidade de carga dos atrativos ambientais, incluindo-a como instrumento de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos nas políticas de desenvolvimento e Plano de *Marketing*.
- Incluir nos planos diretores dispositivos de controle da localização e utilização de áreas naturais.
- Desenvolver programas de regularização da localização e da degradação ambiental dos atrativos, de maneira a promover a conservação da vegetação e as suas funções e serviços ambientais.
- Observar rigorosamente o disposto na legislação ambiental e outras pertinentes a respeito da recuperação e/ou conservação de áreas de preservação permanente.
- Estabelecer articulação entre os diversos órgãos competentes estaduais e municipais na gestão das Unidades de Conservação existentes, fortalecendo os conselhos gestores e a gestão integrada e promovendo a elaboração e implantação dos planos de manejo, quando ainda não realizado.
- Estruturar e controlar o acesso às Unidades de Conservação, com a sinalização das trilhas e áreas de uso público.

- Implantar programa permanente de sensibilização envolvendo visitantes, gestores de instituições públicas e privadas e a população local quanto à importância da sustentabilidade ambiental e da adoção de práticas ecologicamente corretas.
- Utilizar o projeto de sinalização dos destinos turísticos, os CATs e os guias de turismo como instrumentos privilegiados de educação ambiental, visando usar adequadamente o patrimônio natural e construído como produtos do turismo no Polo.
- Instituir certificação de qualidade de produtos e serviços turísticos que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/ profissional envolvido na atividade.
- Promover o envolvimento e a participação da iniciativa privada, dos gestores privados e públicos, bem como dos trabalhadores, utilizadores dos atrativos, e da população direta e indiretamente envolvida quanto às questões ligadas ao turismo e ao meio ambiente.
- Estimular a valorização do destino pela sociedade local, por meio da percepção da riqueza natural, histórico-cultural e patrimonial e do sentimento de pertencimento.

Recomenda-se ainda, com a finalidade de se prevenir eventuais conflitos socioeconômicos e ambientais e atendendo às manifestações de preocupação por parte de representantes do segmento turístico e ambiental no Polo, que:

- Sejam analisadas as atividades agropecuárias e do setor primário, visando à permanência da compatibilidade entre ambos os setores econômicos do Polo;
- Sejam fortalecidos os programas e projetos existentes e implementadas novas iniciativas de ações que visem estruturar o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, especialmente o previsto no Plano de Manejo, equacionar sua situação fundiária e diminuir os impactos socioambientais, por meio do apoio a alternativas de geração de renda e organização comunitária e participação da população do entorno;
- a implementação desta AAE seja efetivamente monitorada, visando ao acompanhamento de sua implantação, a partir dos indicadores selecionados para o programa de monitoramento e as eventuais adequações em função do cenário encontrado.

Com o atendimento a essas recomendações, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade é uma opção viável para o alcance dos objetivos estratégicos das ações do PRODETUR-MS e dos objetivos buscados de sustentabilidade do turismo rumo à visão de futuro desejável.

Cabe salientar que as recomendações desta AAE deverão ser revistas após o período de cinco anos, visando ao acompanhamento de sua implantação, a partir dos indicadores selecionados para o programa de monitoramento e as eventuais adequações em função do cenário encontrado.

CENTRO DE CONVENÇÕES
Bonito/MS
Foto: FUNDTUR/MS

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnica, NBR ISO 14.001- **Sistemas de gestão ambiental- Especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro, out. 1996.

AGETRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito. **Informações.** Disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/AGETRAN>

ASSETUR – Associação das Empresas de Transporte Coletivo. **Informações.** Disponível em: <http:// <www.assetur.com.br/>. Acesso em: jul. 2012.

ATRATUR-Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região. **Informações.** Disponível em: < http://www.atrativosbonito.com.br/>. Acesso em jul. 2012.

BONITO. Lei complementar n° 085, de 01 de dezembro de 2010 - **Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Bonito e dá outras providências**.

BONITO. Lei Municipal nº 919, de 13 de maio de 2002 – **Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local, a obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos no Município e dá providências**. 2002.

BRASIL Ministério do Turismo. **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental.** Brasília, DF, MTur, 2005.

BRASIL. Decreto s/n de 21 de setembro de 2000. **Cria o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn9037.htm . Acesso em: jul/2012. Ano: 2000ª.

BRASIL. Governo Federal. **Portal da Transparência.** Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: jul/2012a.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008- **Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.** 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal e-MEC.** Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: jul/2012b.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. RADAMBRASIL. **Levantamentos dos recursos naturais.** Cuiabá-Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral. Projeto RADAMBRASIL. 1982. Folha SD 21, p. 448.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartições de benefícios da biodiversidade brasileira:** Atualização. Portaria MMA n. 09, 23 de janeiro de 2007. Brasilia-DF, 2007a. (Biodiversidade, 31).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília, 2002a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Biodiversidade Brasileira. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002b. 404 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapa de cobertura vegetal dos biomas brasileiros**. Brasília, 2007c, 18pp.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapeamento de Cobertura Vegetal do Bioma Cerrado.** Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério do Turismo **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: MTur, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: ago/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ética, Meio Ambiente e cidadania para o Turismo**. Brasília, 2007e.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Serra da Bodoquena – PDITS.** MTur/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR. Campo Grande, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma viagem de inclusão.** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em 2 mar. 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016:** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em 20 jul. 2013b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. MTur. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007d.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programas e ações.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html >. Acesso em: jul/2012c.

CAPITAL DO PANTANAL. **Informações**. Disponível em: <http://capitaldopantanal.com.br/cdp/politica/13546-biota-ms-e-o-primeiro-programa-do-centro-oeste-destinado-a-pesquisa-da-biodiversidade-.html>. Acesso em: jul. 2012.

COCKLIN, C. et al. **Notes on cumulative environmental change I: concepts and issues.** Journal of Environmental Management, v. 35, n. 1, p. 31-49, 1992.

CONSTANTINO, R.; LOUBET, L.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, A. **Projeto Formoso Vivo: uma estratégia integrada para conservação da bacia hidrográfica do rio Formoso, Bonito/MS.** Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2007. Disponível em: <http://www.mp.ms.gov.br/portal/download.php?file=Artigo%20Formoso%20Vivo.doc>. Acesso em: 31 ago. 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http:// <http://www.embrapa.br/>. Acesso em: jul. 2012

FAMASUL. Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.famasul.com.br/index.php?ir=artigos/visualizar.php&p_codigo=100. Acesso em: jul/2012.

FUNDATEC – Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul. **Código de Ética Mundial para o Turismo**. Traduzido do original em espanhol editado pela OMT, pelos alunos do Primeiro Curso de Capacitação para consultores em Turismo. Coordenados pelo arq. Luis Patrucco, Porto Alegre, janeiro/ fevereiro de 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades – Bodoquena, Bonito e Jardim: produto interno bruto municipal.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros.** 1. jul. 2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 >. Acesso em: 28. mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Números de escolas por serie.** 1. jul. 2009. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 >Acesso em: 28. mar. 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísica. **Manual Técnico de Vegetação Brasileira.** Rio de Janeiro, 1992.

LIMA/COPPE/UFRJ. Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente/ Programa de Planejamento Enérgico/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - **Avaliação Ambiental Estratégica Região Costa Norte.** Rio de Janeiro, 2007.

MATO GROSSO DO SUL Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. **Planos, programas e série de dados.** Campo Grande, MS. 2010. Informações recebidas via digital em 9 jul. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Estadual nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009 – **Dispõe sobre a criação do Geopark Bodoquena-Pantanal, e dá outras providências.**

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Estadual nº 13.220, de 17 de junho de 2011 - **Acresce e altera dispositivos do Decreto nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a criação do Geopark Bodoquena-Pantanal.**

MATO GROSSO DO Sul. Decreto nº 13.303/2011. **Institui o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira.** Disponível em: <http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO8073_23_11_2011.pdf>. Acesso em: jul/2012.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Disponível em: http://fundect.ledes.net/?section=news&itemId=893. Acesso em: jul/2012.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/>. Acesso em: jul/2012.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. **Sistema de Informações e Estatísticas. Indicadores básicos do Turismo.** Informações recebidas via digital em 01 jun. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.145, de 19 de dezembro de 2011 - **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012/2015**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.092, de 20 de dezembro de 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000- **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** 2000b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS/Polo Serra da Bodoquena.** Campo Grande: AGRICON Consultoria SS Ltda., 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. **Plano de desenvolvimento regional PDR-MS 2010 - 2030: documento síntese.** Campo Grande: SEMAC, 2009. Versão digitalizada.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Banco de Dados do Estado**. Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. **Relatório de qualidade das águas superficiais do estado de Mato Grosso do Sul: 2008.** Campo Grande, MS, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS).** Campo Grande, MS, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Zoneamento ecológico-econômico do estado do Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS, 2008. Disponível em: <http://www.semac.ms.gov.br/zeems/index.php?inside=1&tp=3&show=2259>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. **Atlas multirreferencial: Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: SEPLAN-MS, 1990.

MITTERMEIER, R. A., ROBLES GIL, P. & MITTERMEIER, C. G. **Megadiversity: earth's biologically wealthiest nations.** Cidade do México: CEMEX, Conservation International e Agrupación Sierra Madre, 1997.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F. **Implementação das ações prioritárias do plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** Campo Grande: FNB, 2005. Relatório técnico não publicado.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F. **Plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.** Campo Grande: FNB, 2002.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 422 p. (Recursos naturais e meio ambiente).

OMT-Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Ed. Bookman Companhia, 2003.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. **Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica: orientações metodológicas.** Portugal: Amadora, 2007

PETERSON, E.B. et al. **Cumulative effects assessment in Canada: an agenda for action and research.** Quebec: Canadian Environmental Research Council, 1987.

PETERSON, E.B. et al. **Cumulative effects assessment in Canada: an agenda for action and research.** Quebec: Canadian Environmental Research Council, 1987.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010. Valores e Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2010.

PORTO MURTINHO. **Prefeitura Municipal de Porto Murtinho.** Disponível em: http://www.portomurtinho.ms.gov.br/noticias/geral/442/reuniao-do-conselho-consultivo-do-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena-em-porto-murtinho Acesso em: jul/2012.

RAMOS, M.I.L.; RAMOS FILHO, M.M.; HIANE, P.A.; BRAGA NETO, J.A.; SIQUEIRA, E.M.A. Qualidade nutricional da polpa de bocaiuva *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 28, p. 90 - 94, 2008.

RAMOS, V. S.; DURIGAN, G.; FRANCO, G.A.D.C.; SIQUEIRA, M.F. & RODRIGUES, R.R. 2008. **Árvores da Floresta Estacional Semidecidual: guia de identificação de espécies.** 1. ed. São Paulo: EDUSP, v. 1. 312p.

REATTO, A.; MARTINS. E. S. **Classes de solos em relação aos controles da paisagem do Bioma** Cerrado. In: SCARIOT. A; SOUZA-SILVA, J.C.; FELFINI, J.M. **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação.** 1 ed. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, p. 47 – 59. 2005.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. Fitofisionomias do bioma cerrado. In: Sano, S.M., Almeida, S.P de. (Ed.) **Cerrado: ambiente e flora.** Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-166.

RICKLEFS, R. R. **Economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. **Elaboração da avaliação ambiental estratégica do conjunto de ações integrantes do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável PDITS, dos polos turísticos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó**. RN, 2011.

SCARIOT, A.; SEVILHA, A. C. **Biodiversidade, estrutura e conservação de florestas estacionais deciduais no Cerrado**, p 123 - 139. In: SCARIOT, A.; FELFILI, J. & J. SOUSA-SILVA (Eds.) Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **PROLOCAL: Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios.** Disponível em: < http://www.prolocal.ms.sebrae.com.br/portal/?page=canal&id=3>. Acesso em: 2012.

SECTUR – Secretária de turismo, Indústria e Comércio de Bonito. **Atrativos turísticos.** Disponível em: <http://www.turismo.bonito.ms.gov.br/bonito/atrativos-turisticos>. Acesso em: jul/2012.

SEMAC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento de MS – 5. Região do Pantanal.** Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2011

SEST/SENAT. Disponível em: http://www.sestSENAT.org.br/Paginas/Programa-de-<Formacao-Especializada-em-Transp.aspx>. Acesso em: jul/2012.

UCDB-Universidade Católica Dom Bosco. **Mestrado em Desenvolvimento local** – Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/index.php?c_mestrado=11>. Acesso em: jul/2012.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Noticias**. Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/noticias/workshop-ieestur-acontece-em-maio>. Acesso em: jul/2012.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Programa de Qualificação para o Desenvolvimento do Turismo** – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://www.sead.ufsc.br/wp-turismo/>. Acesso em: jul/2012.

FLUTUAÇÃO NA NASCENTE
Bonito/MS
Foto: Rico

APÊNDICES

APÊNDICE A

OFÍCIO ENVIADO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES DO DIAGNÓSTICO

APÊNDICE B

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PERTECENTES AOS MUNICÍPIOS

REDE HOTELEIRA NOS MUNICÍPIOS

ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DOS MUNICÍPIOS

APÊNDICE C

CHECK LIST PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

APÊNDICE D

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS